

SOCIEDADE E CULTURA NO NORDESTE OITOCENTISTA

TRAJETÓRIAS DE PESQUISA III



Ariane Norma de Menezes Sá
Luiz Mário Dantas Burity
Nayana R. C. Mariano
(organização)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
REITOR: VALDINEY VELOSO GOUVEIA
VICE-REITORA: LIANA FILGUEIRA CAVALCANTE



CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES
DIRETOR: ULISSES CARVALHO SILVA
VICE-DIRETORA: FABIANA CARDOSO SIQUEIRA

EDITOR

Dr Ulisses Carvalho Silva

CONSELHO EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO



Dr Ulisses Carvalho Silva
Carlos José Cartaxo
Magno Alexon Bezerra Seabra
José Francisco de Melo Neto
José David Campos Fernandes
Marcílio Fagner Onofre

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

Pedro Nunes Filho

Projeto Gráfico: José Luiz da Silva

Capa: Fotografia do antigo Beco da Misericórdia, acervo de Eduardo Stuckert.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

S678 Sociedade e cultura no nordeste oitocentista : trajetórias de pesquisa III [recurso eletrônico] / Organização: Ariane Norma de Menezes Sá, Luiz Mário Dantas Burity, Nayana R. C. Mariano. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.

Recurso digital (3,43 MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-400-9

DOI10.5281/zenodo.10667149

1. História – Brasil - Nordeste. 2. Nordeste Oitocentista – Aspectos sociais. 3. Sociedade e cultura – Nordeste – Brasil. I. Sá, Ariane Norma de Menezes. II. Burity, Luiz Mário Dantas. III. Mariano, Nayana R. C.

UFPB/BS-CCTA

CDU:94(81)(812/813)

ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ
LUIZ MÁRIO DANTAS BURITY
NAYANA R. C. MARIANO
(organização)

**SOCIEDADE E CULTURA NO
NORDESTE OITOCENTISTA:
TRAJETÓRIAS DE PESQUISA III**

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2024

SUMÁRIO

TRAJETÓRIAS DE PESQUISA: HISTÓRIAS SOBRE O NORDESTE OITOCENTISTA.....	7
Ariane Norma de Menezes Sá	
Luiz Mário Dantas Burity	
Nayana R. C. Mariano	
DOCUMENTOS DIGITAIS, GENTES E EDUCAÇÃO: NOVAS TECNOLOGIAS E POTENCIALIDADES HISTÓRICAS.....	27
Solange Rocha	
Maria da Vitória B. Lima	
Courtney J. Campbell	
RECRUTAMENTO MILITAR NA GESTÃO DE POLÍTICOS CONSERVADORES NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA	54
Lis de Araújo Meira	
“AINDA NÃO PODEMOS AVENTURAR UMA PROPOSIÇÃO SEGURA A RESPEITO DA CRISE ELEITORAL?”: EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS POLÍTICAS NO JORNAL O ARARIPE (1856).....	84
Maria Larisse Elias da Silva	
Ana Elizabete Moreira de Farias	
A REPÚBLICA DA ESPADA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DO MAJOR GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO COMO PRIMEIRO GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (1889-1890).....	117
Thaise de Sousa Araújo	
A LOUCURA REPRESENTADA EM DOCUMENTOS: OS OFÍCIOS DE INTERNAÇÃO RECEBIDOS PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA (1852-1871).....	147
Gerlane Farias Alves	
SER DOENTE NA GUERRA DO PARAGUAI: SOBRE A SAÚDE PÚBLICA E A MEDICINA NO BRASIL IMPÉRIO	174
Janyne Paula Pereira Leite Barbosa	

OS SURTOS EPIDÊMICOS DA BEXIGA VÃO GRASSANDO E A POPULAÇÃO VAI SOFRENDO: A VARÍOLA NA PARAHYBA OITOCENTISTA.....	199
Serioja R. C. Mariano	
SECA, FOME E PESTE: MORRER NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE DURANTE A SECA DE 1877-1879.....	221
Laércio de Araújo Sousa Júnior	
“OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PRIMARIA É UM MAL DE PRIMEIRA ORDEM N’ESSE RAMO DO SERVIÇO”: PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL OITOCENTISTA. ..	244
Lays Regina Batista de M. M. dos Santos	
PROCESSOS DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO EM PERNAMBUCO: AS AULAS MISTAS E A ESCOLA NORMAL PARA SENHORAS DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1870-1895).....	268
Yan Soares Santos	
Dayana Raquel Pereira de Lima	
DO OFÍCIO À DOCÊNCIA: PADRES-MESTRES DO LYCEU PARAHYBANO.....	294
Itacyara Viana Miranda	
Thais Gabrielle de Aguiar Mendes Prazim	
Vanessa Costa Silva	
PRIMEIROS ANOS DE ATUAÇÃO DO JORNAL O PUBLICADOR DA PARAÍBA DO NORTE (1862-1864).....	320
Thayná Cavalcanti Peixoto	
TUDO ACONTECE EM UM DIA DE FEIRA: AS FEIRAS PÚBLICAS E OS SIGNOS DO MODERNO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX	343
Luiz Mário Dantas Burity	

AS CONTRIBUIÇÕES OITOCENTISTAS NA EGIPTOMANIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA NA PARAÍBA	370
Wanderson Alberto da Silva	
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS.....	389

TRAJETÓRIAS DE PESQUISA: HISTÓRIAS SOBRE O NORDESTE OITOCENTISTA

Ariane Norma de Menezes Sá
Luiz Mário Dantas Burity
Nayana R. C. Mariano

Passado é território inscrito por disputas de narrativas, nas quais os diferentes grupos sociais se veem e se fazem representar. A memória coletiva evidencia personagens e exclui outros e trava uma luta permanente de recordações e esquecimentos que são tomados por jogos de poder. O nosso papel como historiadoras e historiadores, ensina Paul Ricoeur (2007), é desconsertá-las, apontando outras medidas, outras possibilidades de leitura, mas cientes de que ainda assim deixaremos muita coisa de lado. Tudo isso tomadas e tomados irremediavelmente pelas questões de nosso tempo, pelo lugar pessoal e institucional a partir do qual vemos o mundo e produzimos nossos discursos.

A publicação deste livro estava prevista para o ano de 2022, quando estávamos comemorando o Bicentenário da Independência do Brasil. Representada na memória coletiva pela declaração do imperador D. Pedro I, às margens do Rio Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822 – cujo símbolo mais evidente é a tela de Pedro Américo “Independência ou Morte” – a emancipação, em nossa concepção, foi uma longa construção. Está representada nas revoltas populares da virada do século XVIII para o XIX, nas manifestações individuais pelas ruas e estabelecimentos das vilas e cidades e nas guerras de independência do Oitocentos. Inventava-se um país, por meio de símbolos e insti-

tuições, mas também tomado por hierarquias e jogos de poder que se prologaram ao longo do Primeiro Reinado.

Independência para quem? Ou quantas dependências é preciso vencer para que de fato tenhamos uma independência? Nas palavras de Angela de Castro Gomes (2017, p.55), “comemorar significa convocar o passado [...] para encená-lo e transformá-lo em ‘lições vivas’ de história, capazes de produzir coesão social e enquadrar memórias coletivas”. Isso implica em fazer novas questões para o passado, reelaborar narrativas e repensar os rumos que estamos construindo para o futuro.

Calhou que, por definição de calendário, devido à graça ou ao azar do destino, o Bicentenário da Independência caiu em um ano marcado por outros acontecimentos que abalaram o país. Vivíamos os resquícios biológicos, psicológicos e sociais de uma pandemia que durou mais de dois anos, e sob vigência de um governo autoritário, responsável pelo desmonte de políticas públicas nacionais, sobretudo na saúde, educação e ciência.

2022 também foi ano de eleições nacionais. As mais concorridas desde a reabertura democrática brasileira e, avaliam os comentaristas políticos, também as mais importantes, posto que marcadas por ataques à legitimidade das urnas eletrônicas e uma ameaça constante ao regime democrático. Apesar de tudo, o ano se encerrou com bons ventos. A partir do ano de 2023, provavelmente, teremos histórias mais felizes para contar, mesmo que referenciadas numa malfadada tentativa de golpe ocorrida no dia 08 de janeiro, fato que demonstrou que nossa democracia possui uma consistência relativamente capaz de defender um estado de direito que está consolidado nos três poderes.

Esse livro foi produzido no limiar desse biênio 2022-2023 e reúne alguns dos resultados das pesquisas desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO), atuante desde o ano de 2002 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e coordenado, atualmente, pelas professoras Serioja Cordeiro Mariano e Ariane Norma de Menezes Sá. O grupo é composto por professoras da UFPB e de outras universidades, professor do IFPB, doutorandas e doutorandos, mestrandas e mestrandos, graduandas e graduandos, e outros pesquisadoras e pesquisadores que compartilham as descobertas da pesquisa histórica – o acesso às fontes, possibilidades de análise, caminhos da escrita – experiências de ensino, divulgação científica e muito afeto.

Muitos de nós crescemos academicamente nesse grupo, passando pelas variadas fases da escrita, que podem ser percebidas ao longo de nossas coletâneas. A primeira foi intitulada *Histórias da Paraíba* (2003). Anos mais tarde, demos início à coleção *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista: trajetórias de pesquisa* (2015), *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista: trajetórias de pesquisa II* (2019) e ora publicamos nossa quarta coletânea, *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista: trajetórias de pesquisa III*.

Organizada em 14 capítulos, considerando a afinidade temática, cronológica e múltiplos olhares sobre a sociedade e a cultura oitocentista, essa coletânea aborda temas como o acesso à saúde, educação, imprensa, recrutamento militar; assim como a composição das instituições, os governos e os governantes, modernização; e, para além de assuntos que envolvem propriamente o fenômeno da pesquisa histórica, também são discutidas questões metodológicas relativas às fontes de pesquisa.

O nosso capítulo de abertura, intitulado “Documentos digitais, gentes e educação: novas tecnologias e potencialidades históricas”, apresenta as reflexões de Solange Rocha, Maria da Vitória Lima e Courtney J. Campbell a respeito do projeto de digitalização de documentos históricos em importantes arquivos paraibanos, coordenado por elas a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFPB e articulado com inúmeras outras parcerias. Em um tempo marcado por esforços para a digitalização de fontes históricas, pensadas tanto devido à preservação do patrimônio quanto a facilitação de acesso a pesquisadoras e pesquisadores, as autoras discutem algumas das questões relativas a essa experiência.

As autoras apontam as articulações institucionais necessárias para conseguir o financiamento para encampar projetos dessa natureza, a dimensão do material que foi produzido – na casa dos milhares de documentos – e do modo como isso impactou no acesso e nas políticas de preservação da memória no estado, ampliando o potencial das pesquisas históricas e do conhecimento que a sociedade tem do passado da sua gente, sobretudo da população negra e pobre. A preservação e ampliação do acesso a esses documentos, portanto, constitui uma contribuição importante para a elaboração ou reelaboração de nossas identidades no mundo social.

Em tempos de ampliação do acesso à internet como uma ferramenta não só para o desenvolvimento da pesquisa histórica, como também enquanto espaço educacional e de produção de novas sociabilidades, é preciso estar atento ao universo de informações que estão disponíveis nas redes. É nesse cenário que as autoras nos convidam, em plena consonância com a história social da cultura, preocupada em visibilizar os excluídos

e as excluídas da história – por meio de uma história vista de baixo – mas também com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que exigem uma ampliação dos conteúdos de história afro-brasileira e indígena nas salas de aula, e com os movimentos epistemológicos e políticos pós e decolonial, a nos aventurarmos por essa documentação que tanto tem a nos contar sobre o que somos e o que podemos ser.

Lis de Araújo Meira, no capítulo intitulado “Recrutamento militar na gestão de políticos conservadores na Província da Paraíba”, discute como as autoridades públicas realizavam o recrutamento militar durante a gestão de três presidentes de província na Paraíba da década de 1840, todos eles ligados ao Partido Conservador. Observando o recrutamento como instrumento de controle social utilizado pelo poder estatal, a autora identifica as representações, práticas, ideologias, entre outros elementos culturais ligados ao processo de alistamento de homens para as organizações militares. Chama atenção a habilidade com que a autora analisa as correspondências oficiais, a legislação em vigor, os relatórios dos presidentes de província e os jornais com o objetivo de recompor o cenário em que se deram as práticas de alistamento.

O texto nos mostra o quão pouco atraente eram as condições de trabalho dos militares paraibanos, que não conseguiam angariar voluntários para assumir o posto, de modo que o recrutamento forçado se tornou regra. Além disso, é interessante perceber, como aponta a historiadora, o perfil dos homens recrutados, que usualmente eram considerados vadios – entre eles insurgentes que teriam participado de revoltas como o Quebra Quilos. Isso tudo conferia um caráter de punição ao alistamento. As cartas oficiais trazem em seu bojo um pouco das experiências

personais de alguns dos sujeitos alistados, mostrando as muitas formas com que resistiam às violências que lhe eram impostas – trabalhavam zangados, insultavam os chefes, cumpriam mal suas tarefas.

Todas essas circunstâncias tornavam o recrutamento forçado pouco eficiente do ponto de vista militar, devido ao pouco empenho com que esses recrutas desempenhavam suas funções. De acordo com a autora, esse cenário nos permite tensionar a interpretação mais consolidada sobre os anos 1840, período de emergência dos conservadores ao poder, quando se dizia que a ordem estava se reestabelecendo no Império. Essa retomada, portanto, não se deu nem tão rápido nem com tanta eficiência como avaliavam os políticos da época. Temos, assim, uma bela demonstração de como, no cotidiano, as coisas eram bem mais complicadas do que os discursos nas assembleias queriam sugerir.

“Ainda não podemos aventurar uma proposição segura a respeito da crise eleitoral?»: experiências e expectativas políticas no jornal *O Araripe* (1856)” de Maria Larisse Elias da Silva e Ana Elizabete Moreira de Farias discute a importância de um impreso em um momento chave para a consolidação do poder monárquico no Brasil. Nos anos 1850, houve uma pactuação entre liberais e conservadores por meio de uma política conciliatória do Imperador D. Pedro II, estabelecida com o propósito de acalmar os ânimos, dando fim às revoltas liberais. Observando a historiografia do Ceará, contudo, o que se percebe é a perpetuação de uma máxima de que “nada mudou”.

Discordando parcialmente dessa proposição, as autoras constroem uma análise interessante da atuação do jornal *O Ara-*

ripe, de cunho liberal, sobretudo quando o assunto é eleições. Tratava-se do primeiro periódico da cidade do Crato. Por meio dele, a população passou a ter mais acesso às discussões políticas nacionais, além de encontrar uma arena interessante para os debates e as disputas políticas locais. Elas são felizes, portanto, ao mostrar como em temas espinhosos, sobretudo no que tangia às eleições, as paixões falavam mais alto, sem qualquer segurança emocional, social e nem política. Essas nuances tornam o texto especialmente interessante.

Do ponto de vista metodológico, Maria Larisse e Ana Elizabete se apropriam dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa do historiador alemão Reinhart Koselleck. Entendendo as fronteiras entre as possibilidades que cada sujeito e grupo político alimentam diante das experiências e do horizonte coletivo da sociedade, nesse capítulo somos convocados a observar com mais perspicácia como a política funciona no limiar dos campos de possibilidade do cotidiano. A conciliação era uma proposta que poderia ou não se concretizar, mas em um piscar de olhos, movida pelas paixões e pelos interesses divergentes dos sujeitos, também se desmanchar muito rápido.

No capítulo “A República da Espada: a atuação política do Major Gregório Taumaturgo de Azevedo como primeiro governador do Estado do Piauí (1889-1890)”, Thaise de Sousa Araújo nos convida a observar os primeiros anos do regime republicano no estado do Piauí. A partir das notícias publicadas nos jornais da época, a autora faz um mapeamento de como os antigos líderes da política imperial piauiense se reposicionaram diante da nova cena política. Os debates que tomaram a imprensa mobilizaram novas e antigas disputas, dessa vez marcadas pela situação e pela

oposição a seu governador, que foi um militar, o major Gregório Taumaturgo de Azevedo.

Tão logo tomou posse como governador, o major se mostrou empenhado em reunir as forças políticas piauienses como uma unidade aliada à força pública estadual. Nesse propósito, participou de eventos públicos em que se reuniu com essa elite local, propondo a unificação dos jornais partidários e a constituição de um único partido, que se tornasse referência para a política local até a Assembleia Constituinte Estadual. Mas o intento não deu certo, os grupos não só se mantiveram apartados entre si, como alguns deles passaram a se articular em oposição ao governo.

Ao notar a proximidade de Taumaturgo de Azevedo com o Partido Democrata, instituição formada sobretudo por antigos membros do Partido Liberal, antigos líderes do Partido Conservador se colocaram na oposição ao seu mandato, mas o fizeram sob uma sigla que, embora representasse um partido local, tinha um valor simbólico para o novo regime que se constituía – Partido Republicano Federal. O texto é uma boa referência para compreender como o novo regime, apesar de suas pretensões de criar uma nova ordem política, teve de lidar com antigas disputas do poder. Além disso, nos permite notar como ferramentas simbólicas novas e antigas foram agenciadas pelos líderes políticos.

Intitulado “A loucura representada em documentos: os ofícios de internação recebidos pela Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1852-1871)”, o texto de autoria de Gerlane Farias Alves discute as representações da loucura que circulavam na sociedade paraibana por meio dos documentos da Santa Casa de

Misericórdia, instituição à qual era atribuída a tarefa de cuidar dos alienados da província. Por meio de ofícios de pedidos de internação assinados por delegados e subdelegados de diversas localidades, vinculados à Secretaria de Polícia da Paraíba, a autora trilha as trajetórias de alguns desses internos e dessas internas, suas condições de vida e os motivos que os levaram à instituição.

A escritora chama nossa atenção para o modo como era tratada a loucura na província da Paraíba. A ausência de conceitos mais específicos para descrever as doenças mentais fazia com que elas fossem encaixadas sobre o mesmo rotulo de “alienação”, termo que muitas vezes também era usado para descrever bêbados e mendigos. Nessa esteira, ela mostra como o tratamento da loucura era diferenciado a depender da posição social dos alienados e das alienadas, da cor de pele, de seu gênero e do local de origem. Era comum que viessem para se tratar na capital pessoas de municípios do interior, sobretudo quando solicitado pelas forças policiais.

A autora mostra ainda uma curiosa defasagem entre os números de entradas e saídas do Hospital de Caridade, o que pode ter se dado devido às condições de preservação da documentação, mas também à dificuldade que esses pacientes teriam de obter alta, restando, muitas vezes, a circunstância de permanecerem nessa instituição até o final da vida. Um caso singular, apontado no texto, é o de Maria Umbelina, uma alienada advinda do Rio Grande do Norte, dada como morta em seu lugar de origem, mas que depois de pretensamente enterrada foi encontrada viva ao lado do sujeito acusado de raptar o seu túmulo. A história fica sem desfecho, mas a escritora tem hipóteses interessantes para o caso e, dessa forma, para um entendimento

mais complexo do como se entendia a loucura na Paraíba do século XIX.

Janyne Paula Pereira Leite Barbosa nos convida a observar a saúde e as doenças no *front* da guerra externa que o Império Brasileiro participou no século XIX. Em seu capítulo “Ser doente na Guerra do Paraguai: sobre a Saúde Pública e a Medicina no Brasil Império”, ela nos mostra que as epidemias eram tão ou mais mortais do que as armas do exército inimigo. As doenças, de caráter infeccioso ou não, eram várias e muito difíceis de combater. Durante o conflito, estouraram epidemias de varíola, febre amarela, cólera. Os médicos tinham a missão de controlá-las e desse controle dependia bastante o sucesso ou o fracasso das tropas.

As nuances da análise que a autora propõe, no entanto, dizem respeito ao fato de que a medicina só pôde ter essa importância no momento da Guerra do Paraguai porque já existia uma ciência médica em formação e consolidação desde o início do século XIX. Essa ciência médica que começou na regulação do trabalho dos práticos tomou forma efetivamente a partir da criação do curso superior de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia em 1832. O aumento considerável no número de profissionais formados tornou esse um campo cada vez mais presente no cotidiano das pessoas e parte das políticas públicas do recém-criado Estado Brasileiro.

Utilizando documentos do Serviço de Saúde do Exército em atuação durante a Guerra do Paraguai e registros memoriais de pessoas que estiveram na região do conflito, a autora dimensiona a importância desse saber médico como parte das estratégias para o bom desempenho das tropas na guerra, evitando a

mortandade em massa com as doenças causadas por epidemias, pelas péssimas condições de salubridade ou em decorrência dos ataques inimigos. Essa operação estruturada para o momento de guerra, aliás, seria uma experiência importante para os futuros projetos de Saúde Pública do Estado do Brasil.

Desembarcou de um navio vindo da Corte um “passageiro indesejável” acometido pelo “terrível mal”. Diagnosticado o paciente, era preciso adotar medidas urgentes para que a doença não se espalhasse. Era o anúncio da epidemia da varíola que, apesar das medidas adotadas, atingiu os corpos da população paraibana. Serioja R. C. Mariano, em seu texto “Os surtos epidêmicos da bexiga vão grassando e a população vai sofrendo: a varíola na Parahyba Oitocentista”, narra os cuidados dos médicos com as pessoas e as dificuldades políticas, econômicas e sociais que enfrentaram para que efetivamente fossem adotadas medidas de prevenção diante da epidemia de varíola que se alastrava pela cidade da Parahyba do Norte.

A partir dos relatórios de Saúde Pública, da Santa Casa de Misericórdia, mas também dos jornais da época e dos relatórios de presidente de província, entre outros documentos, a autora nos apresenta essa circunstância assustadora que é viver em uma cidade durante uma epidemia. O seu esforço, nesse sentido, foi desvendar os mistérios dessa doença e da forma como ela se manifestava naquele momento, os mitos que a circundavam, os saberes médicos a respeito do fenômeno, as dificuldades econômicas, políticas, sociais e culturais para adotar as medidas profiláticas que eram entendidas como necessárias.

A operação era complexa. Faltavam insumos para as vacinas, e mesmo quando eles existiam, era grande a resistência

da população em tomá-las. A falta de salubridade nos espaços também era considerada um problema sério. Era necessário que houvesse mais leitos nos hospitais, além do isolamento para evitar uma maior proliferação da doença, o correto tratamento dos corpos, espaços para enterrá-los adequadamente entre outros percalços. O texto ilustra bem as dificuldades para pensar a saúde pública em um momento de emergência e, a partir dele, entender as mudanças e as permanências que, para o bem ou para o mal, nos aproximam e nos distanciam do século XIX.

Em momentos de calamidade, nós somos tomados por um sentimento de urgência e por um horror forjado pela tragédia que, provavelmente, nos impede de viver o luto como ele tem sido culturalmente vivido pela gente do Ocidente. No capítulo “Seca, fome e peste: morrer na província da Parahyba do Norte durante a seca de 1877-1879”, Laércio de Araújo Sousa Júnior nos conta a história dessa forma trágica de morrer durante uma calamidade que é coletiva. Seca e peste andam juntas quando as águas tardam a cair e a população desesperada é obrigada a migrar para o litoral.

Há muitas formas de lidar com o imponderável do que é estar vivo, que é encarar a morte. A partir das reflexões de Philippe Ariès e Michel Vovelle, o autor contextualiza as muitas maneiras como as sociedades ocidentais lidam com a morte. A “morte domada” seria o mais apropriado para se praticar esses rituais, se pensarmos na dimensão da importância que tem o luto em nossa existência e considerarmos que os sujeitos são conscientes de seu fim e querem estar rodeados das pessoas próxima quando esse momento chegar. Mas e quando esse processo é interrompido por uma catástrofe? E quando a catástrofe em questão é vivida de maneira coletiva e afeta a vida de todos,

impedindo uma despedida adequada ao exigir o enterramento às pressas?

Na seca de 1877-1879, as febres, a varíola, as desintérias, as enterites, as cloro-anemias, beribéri, opilações, hidropisia, sífilis, coqueluche, entre tantas outras doenças acometiam a população já castigada pela fome, pela sede, pelo calor e pelas longas andanças em busca de socorro público. O número de pessoas mortas se multiplicavam. Muitas faleciam de repente, acometidas por um mal súbito, afetadas pela longa jornada nas estradas que não terminavam mais. Outras tantas que conseguiam chegar aos hospitais sofriam com a falta de leitos. Assim, a morte mais temida, sem os ritos religiosos apropriados, acabava acontecendo, para o desespero e lamento dos entes queridos.

“Os vencimentos dos professores da instrução primaria é um mal de primeira ordem n´esse ramo do serviço’: profissão docente no Brasil oitocentista” é o título do capítulo de Lays Regina Batista de M. M. dos Santos. A autora discute o quão é antiga a luta de professores e professoras por valorização profissional, sobretudo no que tange a reivindicação por melhores salários, a partir de pesquisa realizada com a legislação educacional, relatórios de presidentes de província, relatórios de diretores gerais da Instrução Pública, jornais que circularam à época, entre outros documentos.

Os textos da época, tais como petições e reivindicações para o poder público, trazem relatos curiosos sobre as dificuldades que os e as docentes encontravam para manter suas famílias com os parques ordenados que recebiam, isso apesar da presteza com que diziam cumprir as suas tarefas. Os professores e as professoras tinham de lidar com os atrasos, as deduções exageradas

de impostos, as péssimas condições de trabalho e a ausência dos materiais necessários ao bom desempenho da profissão. Mas também é interessante ver essas exigências chegando às mãos dos governantes que, de forma mais ou menos preocupada, acabavam tendo de lidar com esses temas.

A autora mostra que ser professor e, sobretudo, ser professora no século XIX era uma forma de fazer parte do universo erudito, tendo um certo acesso à cultura letrada. Essa importância, no entanto, não era refletida em suas condições salariais. Pelo que pôde mapear, embora não fossem miseravelmente pobres, esses homens e mulheres viviam com orçamentos muito limitados. Devemos lembrar que valorizar os profissionais da educação é um caminho para tornar a carreira docente mais atrativa e melhorar a qualidade do ensino, sendo esse um tema fundamental para entendermos a história da educação paraibana e brasileira.

Itacyara Viana Miranda, Thais Gabrielle de Aguiar Mendes Prazim e Vanessa Costa Silva nos apresentam o capítulo “Do Ofício à Docência: Padres-Mestres do Lyceu Parahybano”, em que discutem a atuação dos padres-mestres na composição do ensino secundário na Paraíba, sobretudo no Lyceu Parahybano. Esse tema nos ajuda a entender a relação complicada entre Estado e Religião nas questões que dizem respeito à Educação. Os padres-mestres eram teólogos de formação e atuação que passaram a desempenhar, nessas instituições laicas, o papel de professores.

A presença dos padres-mestres no Lyceu Parahybano, desde o momento da sua criação, é fundamental para que possamos compreender a formação do seu currículo, assim como os

procedimentos que se tornariam rotineiros na educação desses meninos que constituíam a elite provincial em tempos de Império. Antes de qualquer conflito, podemos notar o papel fundamental que esses sujeitos desempenharam na organização dessa instituição de ensino, empenhando a sua experiência para criar uma rotina e, de forma mais ampla, toda uma cultura escolar.

É nesse sentido que as autoras rastreiam a formação dos padres-mestres, que se formavam nos seminários, no cotidiano das paróquias, com a moral católica a tiracolo. O Lyceu Parahybano foi se conformando como uma instituição sólida ancorada em uma outra instituição de existência muito mais longa – a Igreja Católica. Por esses meandros, temos ferramentas muito relevantes para entender os diversos caminhos pelos quais se davam a formação docente no século XIX.

Yan Soares Santos e Dayana Raquel Pereira de Lima, no capítulo intitulado “Processos de feminização do magistério público primário em Pernambuco: as aulas mistas e a Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora da Instrução Pública (1870-1895)”, discutem processos de organização e implementação das escolas mistas, caracterizadas pela matrícula simultânea de meninos e meninas no estado de Pernambuco, atrelando a isso o processo de formação de professoras primárias na Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora da Instrução Pública.

Esse processo converge com uma mudança das concepções do papel do magistério na virada do século XIX para o século XX e de uma nova forma de se compreender as questões de gênero. Falava-se, por exemplo, nas vantagens dos atributos da chamada “natureza feminina” para o trabalho docente. Mas

também é interessante notar questões de outras ordens, como a economia que os políticos e intelectuais do século XIX julgavam ser capaz de se conseguir adotando o sistema das escolas mistas, sobretudo nas regiões menos populosas do estado.

As escolas mistas e a feminização do magistério, nesse sentido, emergem em um contexto em que a educação primária passa por importantes transformações políticas, sociais e culturais. Contudo, é sempre bom não esquecer, sobretudo quando falamos em políticas públicas, do papel da economia nas decisões tomadas. Longe de ser o único fator, ou o fator determinante, é notável nos discursos da época a importância dada aos recursos economizados em um projeto de ampliação do acesso à escola. Em contrapartida, lembram o autor e a autora, as professoras é que teriam de se resolver, sobrecarregadas com uma maior demanda de alunos e, portanto, muito mais trabalho.

Thayná Cavalcanti Peixoto escreveu “Primeiros anos de atuação do jornal *O Publicador* da Paraíba do Norte (1862-1864)”, texto que chama atenção por ser esse o primeiro jornal diário em circulação na província da Paraíba. *O Publicador* era impresso na Tipografia de José Rodrigues da Costa, um intermediário da cultura letrada, com influência na cena política paraibana tanto pelos seus escritos como por suas relações de amizade. Remontando a trajetória do tipógrafo, a autora nos mostra um pouco dessa complexa rede de sociabilidades que envolviam a sociedade oitocentista e que interferiam no cotidiano da produção desse periódico.

O propósito do texto, no entanto, é compreender o circuito de comunicação em que o jornal *O Publicador* está imerso. Tendo por base as referências de Robert Darnton, a historiadora

explica que esse circuito consiste no percurso da produção do impresso até as apropriações pelos leitores, partindo do autor para o editor, em seguida para o impressor, depois aos distribuidores e vendedores, sendo o leitor seu destinatário final. Foi com essa chave que a pesquisa se debruçou sobre aspectos relativos à produção, difusão e usos do jornal, na tentativa de compreender como a inauguração de um jornal diário na Paraíba dos anos 1860 impactou a sociedade.

A autora faz um longo mapeamento das localidades que o jornal *O Publicador* referencia. Da origem dos jornais que citava, fazia remissão e transcrevia notícias. Com isso, temos uma noção das ideias que circulavam em suas páginas, com quem os seus redatores estavam dialogando e, portanto, como a província da Paraíba se situava diante das ideias difundidas em diferentes partes do mundo. Dessa forma, descobrimos, lendo o capítulo, que esse periódico não apenas assumia as características que eram comuns à imprensa diária da época, mas que também participava de uma ampla rede de comunicação nacional e internacional, que enviava, recebia e transcrevia notícias, principalmente de periódicos do Rio de Janeiro, Portugal e França.

Luiz Mário Dantas Burity, no capítulo intitulado “Tudo acontece em um dia de feira: as feiras públicas e os signos do moderno na virada do século XIX para o XX”, discute a importância dos mercados públicos na sociabilização da população citadina e rural, a partir de uma consulta aos processos civis e criminais divulgados na *Revista do Foro*, dos artigos de opinião, notícias e fotografias da revista *Parahyba-Agrícola* e, também, de folhetos. Era por ocasião das feiras que as pessoas se encontravam, trocavam informações, tinham acesso aos jornais que vi-

nham de outras localidades e se encantavam com as histórias difundidas nos folhetos.

Em sendo a feira pública a porta da modernização que se investia sobre as cidades e o mundo rural que as envolvia, o autor nos mostra como esses signos do moderno foram redeseñando o imaginário dessa população do campo, por meio de notícias fantásticas que vinham de outras localidades, mas também por uma nova forma de organizar o mercado e a maneira como as pessoas se orientam nele. É interessante perceber, por meio do contraste das fotografias das feiras públicas de Umbuzeiro e Guarabira que, enquanto a primeira estava mais próxima da anarquia dos mercados de outros tempos, na segunda, há toda uma nova ordem, mais higiênica, com barracas afastadas umas das outras e os burros mais distantes, mostrando o poder de transformação que ideias modernas impõem.

O ponto alto, no entanto, talvez seja perceber os inúmeros conflitos que permeiam a relação do moderno com o tradicional nesse espaço tão simbólico das sociabilidades do mundo urbano com o rural. Os caminhões roubam o espaço outrora ocupado por cavalos e por burros, os produtos industrializados esvaziam de significados os ofícios tradicionais dos sapateiros, seleiros e demais artesãos, as boutiques criam novos conceitos para impor distinção nos trajés e demais recursos de toda a gente. O texto é, nesse aspecto, um bom instrumento para que possamos conhecer como esse mundo oitocentista foi dando lugar a um novo tempo, moderno como o novo século.

O capítulo de encerramento “As Contribuições Oitocentistas na Egiptomania e no Ensino de História na Paraíba” joga com a nossa criatividade enquanto professores e professoras,

pesquisadores e pesquisadoras, a partir de um trânsito entre três temporalidades. Wanderson Alberto da Silva nos mostra como a curiosidade que o Egito Antigo desperta em sucessivas gerações de brasileiros e brasileiras, de pesquisadores da área – egiptólogos e egiptólogas – e de pessoas comuns, tem sua raiz nos projetos de nação e de uma certa ideia de civilização em circulação no século XIX.

É importante lembrar a coleção de artefatos egípcios adquiridos pelo imperador D. Pedro I, que depois disso se tornou acervo no Museu Nacional, e da posterior viagem de seu filho, D. Pedro II, para o país do Rio Nilo. Esse é o século em que se descobriu a Pedra de Rosetta, e depois disso, dos esforços empreendidos para entender os hieróglifos, abrindo espaço para um interesse crescente em tudo que se referia ao mundo do Egito. Nesse sentido, o autor nos propõe a observar como essa Egiptomania tem existido e persistido no cotidiano comum e no currículo escolar da Paraíba.

A evocação dessa tradição em que a Egiptomania se constituiu, no entanto, tem exigido alguns deslocamentos por parte dos professores e das professoras de História. Também, de uma forma mais global, por parte dos e das intelectuais responsáveis pela elaboração dos currículos oficiais, como o currículo oficial do Estado da Paraíba, do qual o autor foi um dos elaboradores. Depois da promulgação da Lei 10.639/2003, com a exigência do ensino das africanidades, tem sido grande o esforço para compreender o Egito como um país africano.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura, na esperança de que esse mergulho no século XIX, com suas múltiplas facetas, inspire novas pesquisas e projetos educativos, mas so-

bretudo boas horas de prazer e de reflexão sobre as histórias dessa gente oitocentista que, como nós, também tinha seus medos, seus anseios, suas ambições, seus afetos.

REFERÊNCIAS

GOMES, Angela de Castro. *Saia-justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República*. *Acervo*, v. 30, n. 2, 2017. p.49-70.

MARIANO, Serioja; ROCHA, Solange (orgs.). *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista: trajetórias de pesquisa*. João Pessoa, PB: UFPB, 2015.

MARIANO, Serioja; BARBOSA, Janyne (orgs.). *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista: trajetórias de pesquisa II*. João Pessoa, PB: CCTA, 2019.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja (orgs.). *Histórias da Paraíba*. João Pessoa, PB: UFPB, 2003.

DOCUMENTOS DIGITAIS, GENTES E EDUCAÇÃO: NOVAS TECNOLOGIAS E POTENCIALIDADES HISTÓRICAS¹

Solange Rocha
Maria da Vitória B. Lima
Courtney J. Campbell

A *academia* não é o paraíso. Mas o *aprendizado* é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A *sala de aula* com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de *possibilidades* temos a oportunidade de trabalhar pela *liberdade*, de exigir de nós [docentes] e dos nossos camaradas [estudantes] uma abertura da mente e do coração [...], para cruzar *fronteiras*, para *transgredir*. Isso é a *educação como prática da liberdade* (hooks, 2013, p. 273). Grifos nossos.

Os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação/TICs, atualmente, alteraram o cotidiano de significativo percentual de segmentos da sociedade, com o uso diário e contínuo de dispositivos eletrônico. Antes do contexto de pandemia provocado pelo coronavírus (COVID-19), doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, que acelerou ainda mais o uso das tecnologias digitais, as TICs foram apropriadas pelos mais dife-

¹ Parte deste texto será publicado no livro “Etnicidade e Direitos Humanos”, em organização de Ana Cristina Daxenberger e Sergio Roberto Silveira. Para a realização dos Projetos EAPs, durante quase uma década, contamos com apoio do Departamento de História e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, ambos na UFPB; e financiamentos da Biblioteca Britânica (Inglaterra), da Universidade Vanderbilt (Estados Unidos) e do então Ministério da Cultura (Brasil). Ademais, gestores/as de arquivos e discentes foram fundamentais para o desenvolvimento dos referidos projetos de digitalização de fontes.

rentes campos de conhecimento, em busca da inovação e reconfiguração de seu campo de atuação. Por exemplo, na área das Humanidades, incluindo a História, a prática de digitalização de documentos históricos tornou-se uma atividade de grande importância e uma aliada estratégica dos pesquisadores/as. Tal atividade, numa primeira etapa, de cunho técnico, possibilita a produção de memórias em espaços virtuais, criando possibilidades para a sua democratização e difusão, visto que o acesso pode ser feito pelas plataformas digitais na casa do/a pesquisador/a e rapidamente localizáveis, assim como a conservação e preservação do patrimônio documental (muitos ameaçados de desaparecimento); e, segundo, potencializa a atividade de pesquisas históricas (de outras áreas de conhecimento e do ensino) por meio digital, acerca de variados temas da experiência humana em diferentes temporalidades, na construção de uma “história-conhecimento” (Silveira, 2008) e na conjuntura atual (2022) pode ser uma forma de confrontar negacionismo da ciência, revisionismo que privilegiam a produção de *fakes news* sobre acontecimentos do passado, como tem ocorrido no tempo presente (Pinsky; Pinsky, 2021).

A partir das TICs, três projetos foram coordenados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas/NEABI/UFPB (e vários parceiros), em vinculação com as suas diretrizes e atividades institucionais, quais sejam a implantação de uma agenda educacional antirracista no âmbito da instituição de ensino universitário, com o intuito de divulgar e colaborar com um maior conhecimento a respeito da experiência histórica e cultural da sociedade brasileira, com destaque para a população negra, que vivenciaram o processo de diáspora no território da Paraíba do Norte. Entretanto, sempre mantendo uma perspec-

tiva relacional, ou seja, sempre observando as correlações de forças, as tensões, contradições, ambiguidades e contradições estabelecidas entre o convívio de pessoas brancas livres (elite e pobres), negras de diferentes condições jurídicas (escravizadas, livres ou libertas) e grupos etários (crianças, mulheres e homens), entre outros marcadores sociais e políticos.

Importa destacar que o *documento* em qualquer suporte é a “matéria-prima” do historiador e da historiadora e TICs podem concretizar a acessibilidade aos registros históricos, por intermédio da digitalização de documentos,² originalmente, em suporte papel, ou em papiro ou outros suportes, e seu acondicionamento em plataformas digitais disponibilizada na *internet*, enfatizamos, contribuem para a democratização do conhecimento, a preservação da memória e o estímulo à produção do saber histórico.

Neste sentido, o capítulo está organizado da seguinte maneira; primeiro, expomos numa breve introdução, os avanços das TICs e o seu uso no campo das Humanidades, incluindo a História; em seguida, uma apresentação e resultados obtidos com a prática de digitalização de fontes documentais em três projetos; as potencialidades da utilização de memórias oficiais, disponíveis nos acervos digitais nas áreas de ensino, extensão e pesquisa e, por fim, algumas reflexões sobre a experiência de ação extensionista e das possibilidades da construção de um Educação Emancipatória, Antirracista e Decolonial como um caminho para efetivação de um Brasil republicano que reconheça, positivamente, a sua diversidade sociocultural.

² Para a digitalização da documentação seguimos as normas da Biblioteca Britânica (2015) e orientações da CÓNARQ (2010).

O NEABI/UFPB, O PROGRAMA DE ARQUIVOS AMEAÇADOS E OS PROJETOS DE DIGITALIZAÇÃO

O NEABI/UFPB, vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em específico ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/CCHLA, desde a sua formação, em 2011, tem desenvolvido projetos de extensão, ensino e pesquisa, tendo como ponto central a temática racial e para desenvolver seus objetivos, entre os quais, destacamos:

- Estimular estudos, pesquisas e extensão em várias áreas do conhecimento com ênfase na temática étnico-racial;
- Sistematizar, organizar e digitalizar documentos escritos, fotografias e vídeo-documentários da população negra na Paraíba e socializá-los em acervo digital para facilitar o desenvolvimento de estudos científicos;
- Registrar memórias e experiências históricas de lideranças negras nascidas no século XX a partir da gravação de vídeos-documentários como forma de incentivar ações de extensão em parcerias com docentes da Educação Básica, os movimentos sociais negros, espaços religiosos afro-brasileiros e comunidades quilombolas, visando recuperar e visibilizar a memória afro-paraibana;
- Promover pesquisas sobre a matriz cultural africana e consolidar as atividades de extensão sobre comunidades negras no estado da Paraíba;
- Fortalecer e consolidar o NEABI/UFPB na realização das atividades de extensão, pesquisas acadêmicas na valorização da população afrodiáspórica no estado da Paraíba, por intermédio da organização e socialização de acervos digitalizados sobre a população paraibana (Flores; Paz Tella; Rocha; Matos, 2016).

Nessa perspectiva, em 2012, nossa atuação foi em busca da criação de condições para desenvolver projetos de digitalizados de documentos e sua disponibilização na *internet*, em parceria com a Universidade Vanderbilt (EUA) e a British Library, por meio do *Endangered Archives Programme (EAP)*, ou seja, Programa de Arquivos Ameaçados, que por sua vez tem parceria com a Arcadia, fundo mundial que financia projetos de preservação da memória e desenvolvemos dois projetos, de 2013 a 2020.

Após aprovação de projetos, as ações iniciais foram:

- Reuniões com os administradores das instituições selecionadas;
- Inventário/levantamento dos acervos;
- Desenvolvimento da solicitação da bolsa junto à Biblioteca Britânica para financiar os projetos.

Assim, o primeiro projeto de digitalização, iniciado em 2013 e finalizado em 2015, denominado “*EAP 627 Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em João Pessoa e São João do Cariri – Paraíba/Brasil*” (EAP 627: Digitising endangered seventeenth- to nineteenth-century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brazil), pudemos digitalizar os mais antigos documentos históricos no estado da Paraíba, que são datados de meados do século XVII até o ano de 1931, oriundos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/AIHGP e Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, o acervo estadual, localizado em João Pessoa e da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, município de São João do Cariri. Estes documentos contêm os mais antigos registros e os mais ameaçados (pela ação do tempo, ausência de cuidados técnicos sob a responsabilidade

dos administradores das instituições e pela fragilidade do suporte) presentes nos acervos no estado da Paraíba.

Como resultado do EAP627, selecionamos apenas os livros mais antigos existentes nas instituições selecionadas, dos quais 82.890 imagens JPEG ou CR2 foram digitalizadas. Sendo que na *paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri*, do período de 1752 a 1931, foram digitalizados 54 volumes manuscritos, sendo 16.606 imagens JPEG ou CR2, que estão organizadas nas seguintes séries: batismo, crisma, casamento, óbito, filiação e finanças, compreendendo o período de 1752 a 1931.

No *Arquivo do IHGP* catalogamos e digitalizamos a documentação constituída por 68 livros e 14 pastas suspensas com documentos avulsos, manuscritos e impressos, de 1660 a 1917, que perfazem o total de 18.196 imagens JPEG ou CR2, distribuídos em 12 séries denominadas: Escrituras, Ordens Régias, Correspondência de Governo, Livros de Notas, Justiça, Rendas e Transporte, Emancipação de Escravos, Legislação Provincial e Constituição Estadual, Partidos Políticos, Atlas Geográfico, Misais, Documentos Avulsos Coloniais, Imperiais e Republicanos.

No *Arquivo Histórico* contemplamos apenas os livros manuscritos de 1701 a 1889. Foram 128 livros digitalizados que produziram 48.088 imagens CR2 ou JPEG e compõem as séries: Registro de sesmarias, Registro de terras, Atos da Administração Central (Portugal e Brasil), Cartas Patentes, Atos de Governo da Paraíba, Prefeitura e Chefia de Polícia, Instrução Pública, Câmara Municipal e Assembleia Provincial, Tesouro Provincial, Administração de Rendas, Magistrados, entre outros.

O segundo projeto, com as mesmas parceiras – a Universidade Vanderbilt e a Biblioteca Britânica –, teve início em 2015

e término em 2020, e foi designado “EAP853 Documentos Ameaçados: criação de Arquivo Digital de Registros Criminais e Notariais do século XVIII e XIX, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba/Brasil” (Creating a Digital Archive of Eighteenth – and Nineteenth-Century Criminal and Notarial Records in Mamanguape, São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba/Brasil).

No EAP853, a documentação escolhida para digitalização foi a cartorial, das comarcas de São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa. Estes arquivos possuem documentos produzidos pelo *Juízo de Órfãos e Ausentes* (inventários, testamentos, procurações, prestações de contas de tutores, entre outros), *Juízo Comercial* (Justificação de embargo, Ação de crédito e assinação de dez dias, Libelo cível de embargo, Ação de despejo, Carta de sentença de ação ordinária comercial, Libelo cível de dívida, etc.) e *Juízo Municipal de Direito* (Ações Criminais e Cíveis). Sendo distribuídas da seguinte forma: Fórum Judicial da Comarca de João Pessoa, Comarca de João Pessoa, com 276 itens e 18.386 imagens; Fórum Nivaldo Farias de Brito, Comarca São João do Cariri, 912 inventários, sendo 77.374; Fórum Miguel Levino de Oliveira Ramos, Comarca Mamanguape, com 798 itens e 64.018; Memorial do Tribunal de Justiça da Paraíba com 5 volumes e 17 itens, sendo 2.582. Assim, as atividades durante a execução do EAP853 foram digitalizados 5 volumes e 2.003 itens documentais que correspondem a 162.630 imagens em CR2 ou JPG.

Os acervos digitais estão disponíveis em plataformas digitais da Vanderbilt University, (<https://www.slavesocieties.org>) e a Tainacan (<http://afro.culturadigital.br/collection/neabiafroparaiba/>), atualmente, do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (Ministério do Turismo). Anteriormente, a Plataforma Tainacan pertencia ao Ministério da Cultura do Brasil. Para divulgarmos

a documentação digitalizada junto à comunidade acadêmica e a sociedade civil realizamos minicursos (2016, 2020, por exemplo).

O terceiro projeto, “*Patrimônio Afro-brasileiro no Nordeste Oriental: acervos digitais e experiências negras na Paraíba*”, obteve financiamento do Ministério da Cultura do Brasil foi administrado pela Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Rede Memorial. Este teve como objetivo a preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro, que previa a acessibilidade da sociedade civil ao patrimônio afro-brasileiro que existia em diferentes linguagens (textual, iconográfica e audiovisual) para a digital, através da plataforma da Cultura Digital do Ministério da Cultura do Brasil. Ao articularmos o referido projeto com o EAP627, conseguimos produzir um Acervo Digital com documentos do Arquivo do IHGP e do Arquivo Histórico, com 31.346 imagens JPEG ou CR2 e sete vídeos-documentários de lideranças e personalidades negras da Paraíba.

Temos realizado também atividades de extensão, como o minicurso *Acervos Digitais, Memória e Extensão Universitária* (agosto e setembro de 2016), visando a aquisição de conhecimento acerca das fontes digitais e estimular estudos científicos.

Nesse sentido, apresentamos, a seguir, dois documentos que possibilitam a escrita da história, numa perspectiva social e com variados sujeitos históricos, mulheres, crianças, homens escravizados, libertos/forros, pessoas da elite desenvolvendo cargos públicos e religiosos. O primeiro documento é um registro de batismo de criança que foi libertada na pia na freguesia de São João do Cariri, interior da Paraíba:

Pedro cabra filho natural de Anna criolla escrava de Domingos Alves Feitoza natural desta freguesia, neto

materno de Luciana de Matos *nasceo cativo* ao vinte sete de junho de mil setecentos e noventa e trez e foi *baptizado forro* por ordem do seo senhor solenemente com os santos oleos por mim abaixo assignado na *Capella do Congo* aos dezanove de julho do mesmo ano: forão *padrinhos* Francisco Feitoza e Mariana de Matos (São João do Cariri, Livro de registro de batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres, 1787-1793, folha 121). Grifos nossos.

Um segundo documento a ser mencionado é o resumo de uma fonte criminal, registrando o conflito entre o escravizado, Serafim, e o trabalhador, Fabrício:

Sumário crime ex-officio que move a Justiça Pública, 04 de julho de 1872, contra *Serafim, escravo* de Antonio José da Silva Lisbôa, referente a *agressão* que sofreu o *canoeiro Fabricio*, por estarem *embriagados*. (Mamanguape, 1872). Grifos nossos.

Além do *Sumário ex-officio*, há documentos variados nesse processo criminal como: *procuração* (19 de outubro de 1871), *auto de qualificação* (09 de novembro de 1871), *certidão* (14 de outubro de 1871), *corpo de delito* (17 de outubro de 1871), *mandado* (06 de novembro de 1871). (Mamanguape, 1872). Esses dois documentos, de uma série de mais de 240 mil, nos mostra a potencialidade das fontes históricas para produzir conhecimentos que possam restituir as histórias de grupos silenciados e subalternizados, as complexidades das relações sociais, assim como para iniciarmos um processo de descolonização de saberes/conhecimentos na história, a partir de pesquisas e diálogos com o campo de Ensino de História.

Nessa perspectiva, o NEABI/UFPB busca criar acervos digitais que contemple documentos de diferentes linguagens para estimular a prática de pesquisa, tendo como um dos temas e su-

jeitos de investigação, a gente negra e sua atuação como agente histórico em variados contextos históricos e, posteriormente, que essa produção científica possam ser inserida no processo educativo das relações étnico-raciais na Educação Escolar e Informal, em consonância com as Leis nº s 10.639/03 e a 11.645/08 (Educação das Relações Étnico-Raciais, História da África e dos Povos Indígenas e das Culturas Afro-brasileira e Indígena), na interatividade com os seus usuários (professores, extensionistas, pesquisadores/as, estudantes em diferentes níveis de ensino e movimentos sociais).

Contudo, é preciso refletir sobre o porquê e a importância de digitalizar essas coleções mencionadas. Um dos objetivos da criação dos acervos digitais consiste em tornar acessível ao público acadêmico a documentação, sem esquecer a importância da conservação, preservação e salvaguarda dos documentos mais antigos e existentes nos principais arquivos paraibanos, sejam eles documentos de caráter administrativos, sejam cartoriais.

Sem dúvida, as TICs nos auxiliam na produção digital de registros históricos, por intermédio da digitalização de documentos e acondicionamento em plataformas digitais que estão disponibilizadas na *internet*, um caminho para democratização do conhecimento e o incentivo à pesquisa histórica.

MEMÓRIA, FONTES HISTÓRICAS E PATRIMÔNIO DIGITAL

Halbwachs (2006) entende que toda memória tem início na lembrança: “em primeiro lugar, a memória parece ser um fato, ou um aspecto individual, algo relativamente íntimo próprio da pessoa”. Esse autor trata da memória, nesse primeiro

momento, como uma “lembrança”, ou seja, o primeiro testemunho que nós temos e a que podemos recorrer será sempre o nosso. Ele mostra que existem duas memórias, uma individual, pessoal, e outra social, que seria a coletiva.

A memória é, também, histórica para Halbwachs, pois é impossível trabalhá-la sem um contexto social. Assim, as recordações, as lembranças, que são as memórias individuais, sem um contexto social, tornam-se apenas lembranças particulares. Mas se essas lembranças são utilizadas com uma metodologia científica, elas passam a ser uma memória coletiva/social/histórica, informações registradas e possíveis de serem lidas, interpretadas e reinterpretadas, portanto, tornam-se conhecimento.

Compreendemos a informação, a partir de Zeman (1970) e Pacheco (1995), como uma porção materializada do conhecimento, resultante da ação intencional humana. E entendida também, como apontada por Marteleto (2002), como entrelaçamentos sociais e coletivos configurados pelas representações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais.

As instituições patrimoniais (como exemplo o IPHAN) romperam os conceitos de patrimônio como herança paterna/materna ou bens de família, e sua utilização como “ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania [...] para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade [do Estado], ou seja, do conjunto de todos os cidadãos” (Fonseca, 2008, p. 58). Desse modo, o NEABI/UFPB ao pensar o Patrimônio Cultural Afro-digital, configura a patrimonialização como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação. Para isso, há a necessidade da digitalização dos “documentos ameaçados” para sua melhor

conservação. E com isso, proteger a fonte histórica de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com o intuito não só de mantê-la no presente, como de permitir sua existência no futuro (Lima, 2017).

Segundo Choay (2006, p. 26) “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memorial”. O documento (suporte e informação) tem por finalidade provar (ou expor plausibilidade) como um testemunho histórico, de reviver um passado, conhecê-lo e compreendê-lo para a construção de interpretações do passado conforme as indagações do presente.

O documento enquanto artefato e fonte de memória tem a propriedade de conservar certas informações e, por meio dessas, podemos, pesquisadores/as ou não, atualizar e analisar informações. Aprendemos com Le Goff (1994) que a memória tem como propriedade certas informações e nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Assim, a memória é a base de todo o conhecimento, aqui entendido como patrimônio cultural da humanidade (Silveira, 2008). É nela que se encontra a memória social, individual e coletiva, que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas.

Segundo Silveira (2008, p. 187), a memória é

[...] a correia de transmissão do *patrimônio cultural* entre as várias gerações, portanto, no tempo. A sua dupla dimensão como capacidade de reter, recuperar, armazenar e evocar informações, *conhecimentos e saberes* disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória humana), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial), aponta que a Memória Social, a das *experiências vividas* por determinadas sociedades, não

pode prescindir de ambas, como capacidade de evocação do tempo e no tempo. (Grifos nossos).

Patrimônio cultural, material e imaterial, portanto, não podem prescindir da memória. Memória-Patrimônio-Identidade, elas estão juntas.

Patrimônio, por sua vez, é definido por Poulot (2009, p.13):

[...] ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.

De acordo com a UNESCO (2003), o patrimônio digital constitui-se como bem público e pode ser definido como:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, criados digitalmente ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. [...] incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros, e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atual e futura. Este patrimônio existe em

qualquer língua, parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humanos. (UNESCO, 2003 *apud* Cavalcante, 2007, s.p.).

Vale ressaltar que os Acervos Digitais se constituem de um conjunto de bens de valor cultural, portanto, todos os cidadãos e as cidadãs podem tomar para si, como propriedade, apoderar-se deles enquanto elemento para construção de suas identidades.

Portanto, pesquisadoras/es do NEABI/UFPB reconhece que as coleções selecionadas e digitalizadas nos arquivos da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, arquivo do IHGP e do Arquivo Histórico, e os vídeos-documentários com lideranças e personalidades negras da Paraíba, ativistas da luta antirracista (professoras/es, cirandeira e quilombola, jornalista, psicóloga), que nasceram no século XX e ainda vivem na Paraíba do século XXI e merecem ser conhecidas pelas gerações atuais e futuras, como patrimônio cultural afro-brasileiro.

ACERVOS DIGITAIS E SUA ARTICULAÇÃO COM EXTENSÃO, FORMAÇÃO/ENSINO E PESQUISA

Os projetos referenciados de extensão mantêm uma política que promove a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Destacamos nos projetos a relevância acadêmica, pois aqueles estão em consonância com o Projeto Pedagógico dos Cursos de História e Arquivologia, no que concerne à preparação de mão de obra técnica na organização de acervos documentais, locais onde se encontram a matéria-prima – a fonte primária – do historiador/a. Essa tarefa pode ser realizada por estudantes e profissionais das áreas da Arquivologia e da História. Ao entrarmos em

um arquivo para digitalizar sua documentação ela requer uma série de etapas que se revela a organização do referido acervo³. Por exemplo, no projeto EAP 853, ao digitalizarmos a documentação dos Arquivos dos Fóruns das Comarcas de Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, realizamos as seguintes etapas:

1) *Localizar e selecionar* a documentação entre o universo da massa documental acumulada nos “arquivos”. Devido a inadequação do espaço físico, armazenagem e acondicionamento, a documentação estava “perdida” na massa acumulada, sobretudo no Arquivo do Fórum da Comarca da Capital;

2) *Identificar* a documentação (nomear, ou seja, dar um título): consiste em analisar os documentos propriamente ditos (necessidade de conhecimento de outras ciências como diplomática e paleografia). Nesta etapa, o nosso pouco conhecimento sobre os documentos jurídicos (nossa experiência era com inventários, testamentos e algumas ações de liberdade) e sua linguagem, tomou-nos mais tempo que o previsto. Para identificação documental necessitamos recorrer ao estudo da legislação judicial, a estrutura do Tribunal de Justiça na Paraíba, teses, dissertações, artigos, manuais e catálogos sobre o “*foro extrajudicial*”, ações dos cartórios (hoje Serviços Notariais e Registral) e o “*foro Judicial*”, ações distribuídas aos juízes e escritanias competentes;

3) *Higienização mecânica*: consiste na retirada da poeira e clips ou grampos metálicos existentes na documentação. Os documentos aparentavam não terem sofrido a ação de higienização, o problema maior não era a poeira e os fungos, mas o veneno existente nos inventários do

3 Confira alguns trabalhos produzidos pelos estagiários dos projetos EAP627, EAP853 e Patrimônio Afro-Brasileiro: SOUSA, Anicleide de; CASSAMA, Caididjatu. Experiência em digitalização de fontes históricas para o estudo da população negra na Paraíba, no *V Seminário Nacional de Estudos Culturais Afro-brasileiros e III Semana Afro-paraibana*, 04 a 06 de novembro de 2014. LIMA, Lesleyanne R. de; SILVA, Sara Kelly S. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e a digitalização de documentos ameaçados. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/21856/12863> Acesso em: 12 jun. 2017.

Arquivo do Fórum Nivaldo Farias de Brito, Comarca de São João do Cariri. Os bolsistas e voluntários dos projetos foram capacitados na ação de higienização e o uso de equipamentos de proteção individual;

4) *Encapilhamento*: colocar a documentação em capilhas e a identificação dos documentos nessas capilhas;

5) *Criação do arranjo da documentação* que consiste em agrupar a documentação em séries. Algumas delas criadas pelos funcionários de algumas das instituições (mas não implantadas em todos os arquivos dos Fóruns) como “inventários”, “ações criminais”, “ações cíveis”. A documentação não identificada pelos funcionários dos Fóruns, denominada, às vezes, de “processos diversos”, foi agrupada em séries como “Juízo de Órfãos e Ausentes”, “Ações Comerciais”. Trabalhar com a documentação judicial do século XIX não é inédita, existem trabalhos sobre processos criminais e juízo de órfão. Mas muito pouco estudo relacionado, por exemplo, ao Juízo Comercial, contudo localizamos muitos documentos desse tipo nos 3 Fóruns em que trabalhamos no EAP853;

6) *Digitalização*. Para a digitalização é utilizado o recurso da fotografia, que devido a fragilidade da documentação não é aconselhável a sua digitalização por scanner. Foram utilizadas câmaras digitais profissionais, sempre acopladas a um tripé que cria estabilidade para a imagem, como também, disparadores que impedem que as imagens fiquem embaçadas e/ou ilegíveis, tabelas de cores, régua para dimensionar o tamanho do documento, feltro (ou tecido) preto como fundo da imagem para contrastar com o documento, computadores e HD externos para o armazenamento das imagens. Ressaltamos que em todos os locais trabalhados, o espaço destinado à digitalização foi improvisado, inadequado e itinerante.

7) *Resumo de cada livro ou item documental* consiste em sintetizar os elementos necessários para a descrição dos documentos, tais como identificar espécie\tipo documental, autoria e cargos\títulos nobiliárquicos, destinação, assunto (dispositivo), datas-limite (cronológica) e data

tópica, etc. Os resumos atendem aos critérios exigidos pelo Programa de Arquivos Ameaçados (EAP) e de acordo com *International Standard for Archival Description (General)* (ISAD(G)) para o preenchimento da lista de materiais digitalizados (British Library, 2015). É importante que o EAP receba informações sobre o arquivo físico e as cópias digitais para que seja possível aos pesquisadores acessar os dados no catálogo e no *site* EAP.

Desse modo, ao finalizar a organicidade, isto é, organizamos os documentos de acordo com a origem do órgão público produtor de tal documentação em decorrência das suas atividades, principalmente, administrativas.

Os acervos digitais asseguraram a digitalização de mais de 241 mil registros de memórias históricas, abrangendo inúmeras tipologias documentais, sobretudo, de fontes oficiais, como os livros manuscritos de 1701 a 1889, formados por Registros de Sesmarias e Terras; Atos da Administração Central (Portugal e Brasil); Cartas Patentes; Atos de Governo da Paraíba; Instrução Pública/Educação; Câmara Municipal e Assembleia Provincial; Prefeitura; Chefia de Polícia; Tesouro Provincial; Administração de Rendas; Magistratura; livros manuscritos e impressos de 1660 a 1917, referentes a coleção de leis provinciais; assentos eclesiásticos (1752-1931); testamentos; inventários; processos criminais e cíveis.

Além disso, pretendemos facilitar o acesso de estudantes de História às fontes históricas, a partir da construção de condições para a formação desses estudantes na área da pesquisa, pois a atuação junto aos acervos pode (e tem) colaborado para subsidiar a elaboração de trabalhos científicos nos diferentes níveis de profissionalização da comunidade acadêmica. Cumpre, assim, à UFPB, um serviço à sociedade brasileira, em especial

à paraibana, mediante ao acesso ao direito à memória histórica de diferentes sujeitos sociais, suas culturas e suas experiências, como nos orientam Thompson (1981), Hobsbawm (1998) e Sharpe (1992), dentre outros/as.

Nesse sentido, é oportuno mencionar estudos recentes na perspectiva da *História Social da Cultura* desenvolvidos nas graduações (Pacheco, 2015) e na pós-graduação em História, como ocorreu na graduação e pós-graduação na UFPB, onde foram defendidas as dissertações de mestrado de Guimarães (2015), Alves (2015) e Cavalcante (2015), nas quais os mestres abordaram o período oitocentista, em especial sobre a população negra escravizada, expondo variados temas, como tráfico, trabalho, violência escravista, família, parentesco espiritual, entre outros assuntos.

Favorecemos também a formação de um grupo qualificado de estudantes, docentes, bibliotecários e arquivistas na produção de arquivos digitais, pois passaram a possuir experiência em manusear os equipamentos necessários para serem líderes na digitalização de documentos históricos. Outro aspecto relacionado à formação discente, refere-se a extensão universitária que se apresenta como “um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (UFPB/CONSEPE, 1993, p. 1), sendo uma via de comunicação e troca de experiências entre as universidades e a comunidade externa, demonstrando, assim, o nosso compromisso social com a sociedade. Intentando a produção e expansão da ciência, tecnologia e cultura compreendidas como um campo estratégico não só da elaboração de estudos científicos, mas também uma forma de direito à memória, num país

de persistentes desigualdades sociais e, atualmente (2022), sublinhada por retrocessos sociais e políticos que limita o acesso a diferentes grupos sociais os direitos básicos, revelando, no nosso ponto de vista, que vivemos numa nação com duzentos anos de independência (1822-2022), cuja cidadania republicana ainda é inconclusa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, com os recentes avanços tecnológicos houve/há um intenso uso da informática na pesquisa histórica, resultando, como estamos mostrando, na digitalização de documentos disponibilizados em acervos digitais que podem ser considerados como “lugares de memória”, expressão de Nora (1993), por serem locais virtuais que condicionam uma memória coletiva, facilitando, sobremaneira, o acesso aos documentos potencializando, a partir de uma adequada utilização de método e técnicas para tratar e analisar as fontes, a ampliação de pesquisa sobre as experiências de variados sujeitos sociais.

Os inúmeros tipos documentais com temporalidades diversas (período colonial, imperial e republicano) dos acervos digitais constituem oportunidades para construção de novas interpretações históricas, entre as quais a da população negra em diferentes temporalidades, retirando-a do “esquecimento”, dos “silêncios”, da negação de sua experiência vivida, impostos por uma tradição histórica eurocêntrica que não a considerou como agente ativa e dinâmica nas complexas relações sociais, assim como é uma possibilidade de promover o “desenvolvimento de pesquisas científicas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem nacional e regionalmente a cultura

afro-brasileira e a diversidade”, conforme previsto no Plano Nacional da Implementação da referida Lei 10.639/2003, em vigor desde 2009 (Brasil/Mec, 2009).

Nesse sentido, é oportuno mencionar que, desde a década de 1980, uma perspectiva teórica, a *história social da cultura* tem fundamentado uma escrita da história mais ampliada, com narrativas que mostram o protagonismo do povo negro na diáspora africana. Mais recentemente, em 2003, no plano educacional, houve alteração no currículo escolar com a mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), inserindo a Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório a “história da África e da cultura afro-brasileira”. Se considerarmos a proposta teórica e a orientação legal, observaremos a necessidade de uma revisão na história, considerando novos sujeitos, afinal como Bloch (2001) e Nora (1993) destacaram o conhecimento do passado está sempre em transformação.

As fontes disponíveis na *internet*, os acervos digitais, podem ser utilizadas de forma científica, criativa e inovadora, assim esperamos, para a produção de estudos históricos e de materiais didáticos para Educação Básica, incorporando em seus escritos uma sociedade brasileira na sua ampla diversidade, incluindo a experiência de vida da população negra no passado e no presente, mostrando suas contradições, percalços, tragédias, atrocidades, mas também sua participação ativa nos diferentes contextos históricos.

Entendemos, portanto, a importância do trabalho técnico (recuperação, conservação, catalogação, digitalização e disponibilização de informações em acervos digitais) para visibilidade do patrimônio cultural afro-brasileiro do passado e do

presente para viabilizar a ampliação de acesso à memória digital e de pesquisas sobre sociedade brasileira, assim como do seu grupo populacional mais expressivo ao longo do tempo, qual seja, a gente negra, considerando a diversidade, complexidade e relações com outros grupos sociais. Outrossim, as pessoas africanas e seus descendentes impulsionaram um patrimônio demarcado por uma “cultura dinâmica, de resistência, cuja trajetória é de luta desde a diáspora e a escravidão, incluindo perdas e prejuízos históricos, que se renova, preserva, inventa e reinventa a tradição como fonte de saber e identidade” ao longo do tempo, mas ainda não completamente reconhecido como parte do patrimônio brasileiro (Oliveira, 2019, p. 02).

Ainda destacamos outra expectativa, que ocorra a mútua correlação de pesquisa e extensão e também que o acesso aos acervos afro-digitais gerem conhecimentos e que sendo divulgados estes contribuam para que, por exemplo, estudante em diferentes níveis de escolarização incorporem estes saberes e possam construir suas subjetividades e que também profissionais, da área da educação básica, possam integrar em suas práticas pedagógicas novos conteúdos que colaborem com a plena cidadania e dos Direitos Humanos no Brasil, posto que as experiências desses sujeitos sociais nos legaram um “patrimônio de uma cultura dinâmica” que, ao longo do tempo, tem sido reinventada e renovada e, quiçá, que outros conhecimentos e saberes possam mostrar a rica diversidade sociocultural brasileira, numa perspectiva de uma Educação Antirracista, Emancipatória e Decolonial, deslocando os sujeitos subalternizados das “margens” nas investigações e no campo da educação, posto que, em geral, os currículos escolares e universitários “estão circunscritos aos pensamentos eurocentrados”, resultando na invisibilização e

inferiorização das “diferenças humanas, impondo aos “outros” (negros, indígenas, ciganos, povos do campo, mulheres, pessoas homossexuais e transexuais) a condição de não ser.

Compreendemos, então, que a decolonialidade como um dos caminhos epistemológicos para mudanças na produção de conhecimentos, com capacidade de proporcionar ferramentas teóricas e metodológicas para o enfrentamento do “racismo epistêmico”, assim como a construção de narrativas insurgentes, a partir e com os sujeitos subalternizados e periféricos, com potencial para dinamizar, assim, os “conhecimento contra-hegemônico” ao paradigma eurocêntrico que é considerado como universal, desde a formação do sistema-mundo capitalista no século XV (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Construímos, assim, com a produção de acervos digitais algumas possibilidades para avanço no processo de descolonização de saberes históricos e de outras áreas científicas. Em particular, as reflexões de bell hooks em “Ensinando a transgredir” (2013), nos estimula a colaborar para a obtenção de “conhecimentos significativos” tendo como base, por exemplo, as fontes históricas aqui mencionadas. Nossa expectativa como docentes, em síntese, é que possamos participar e efetivar uma formação de profissionais do campo das humanidades (ensino e pesquisa) comprometidos/as em construir uma “educação como prática de liberdade”, conforme as reflexões de Hokks que introduzem este capítulo, assim como o reconhecimento sociocultural da gente afrodiáspórica no processo de formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Solange Mouzinho. *Parentesco e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri, 1752/1816)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, UnB, v. 31, n. 1, Jan./Abril, p. 15-24, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>. Acesso em 22 nov. 2022.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1ª edição 1949].

BRASIL. CONARQ. Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Rio de Janeiro: abril 2010. Disponível em: http://docfilm.com.br/wp-content/uploads/2014/11/recomendaes_para_digitalizao.pdf Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL/MEC. Plano nacional da implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2009.

BRITISH LIBRARY. Programa de Arquivos Ameaçados. Diretrizes de fotografar e escanear materiais arquivísticos. Tradução de Courtney J. Campbell. Agosto 2015. Versão Digitada.

BRITISH LIBRARY. Programa de Arquivos Ameaçados. *Diretrizes de criar listas de materiais arquivísticos*. Tradução de Courtney J. Campbell. Agosto 2015. Versão Digitada.

CAVALCANTE, Eduardo Q. *Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e morte de escravizados e libertos no cariri paraibano* (São João do Cariri, 1850-1872). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CAVALCANTE, Lúcia Eugênia. *Preservação do Patrimônio Documentário e Representação Digital*. 2007. VIII ENANCIB, Salvador-Bahia, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viii/enancib/paper/viewFile/2835/19633> . Acesso em: 25 ago. 2022.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

FLORES, Elio Chaves; PAZ TELLA, Marco Aurélio; ROCHA, Solange; MATOS, Cristina. Da teoria ao ato: refletindo sobre educação, reconhecimento e antirracismo. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 44, jan./jun., 2016, p. 165-187. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22292> . Acesso em 25 nov. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GUIMARÃES, Matheus S. *Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-73.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. Tradução Cid K. Moreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

hooks, Bell [Gloria Jean Watkins]. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução Marcelo B. Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 [1994].

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LIMA, Maria da Vitória. B. Acervos Afro-digitais: experiência, formação e patrimônio. *XXIX Simpósio Nacional de História*, Brasília – 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502844632_ARQUIVO_ACERVOSA-FROanpuh2017ST13.pdf . Acesso em: 05 dez. 2022.

MAMANGUAPE-PB. *Sumário crime ex-ofício contra o réu Serafim, escravo de Antonio José da Silva Lisboa – 04 de Julho de 1872*. EAP853_AFMLOR_1ªVara_0161. *EAP853 Documentos Ameaçados: criação de Arquivo Digital de Registros Criminais e Notariais do século XVIII e XIX, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba/Brasil*” (Creating a Digital Archive of Eighteenth – and Nineteenth-Century Criminal and Notarial Records in Mamanguape, São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba/Brasil).

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian A. *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especialidades*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002, p. 101-115.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. *Enecult: Encontro*

de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, p. 01-15, agosto, 2019. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111688.pdf> . Acesso em 26 nov. 2022.

PACHECO, Josilene P. *Militares na província da Paraíba do Norte: participação de homens negros no Exército e na Guarda Nacional (1850-1864)*. Monografia (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. *Informare* - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun 1995.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *Novos combates pela História: Desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.13.

SÃO JOÃO DO CARIRI-PB. *Livro de registro de batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres, 1787-1793, folha 121*. EAP627_ParóquiadeNossaSenhoradosMilagres_0005. *EAP 627 Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em João Pessoa e São João do Cariri – Paraíba/Brasil*” (EAP 627: Digitising endangered seventeenth- to nineteenth-century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brazil).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UFPB/CONSEPE. *Atividades de extensão da UFPB*. Resolução 09/1993. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE. João Pessoa, PB, 1993.

ZEMAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. In: SEMAN, Jiri. *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970, p.154-179.

RECRUTAMENTO MILITAR NA GESTÃO DE POLÍTICOS CONSERVADORES NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA

Lis de Araújo Meira

O presente trabalho se constitui como parte da minha pesquisa de mestrado, concluída em 2018, na qual, investigamos os aspectos políticos e culturais que cercavam o recrutamento militar no Brasil do século XIX (Meira, 2018). Nesse artigo, nosso objetivo principal é analisar as formas pelas quais as autoridades realizaram o recrutamento militar na gestão de três presidentes da província da Paraíba, sendo eles todos ligados ao Partido Conservador: Pedro Rodrigues Chaves (1841), Ricardo José Gomes Jardim (1843) e João Antonio de Vasconcellos (1848). Buscamos, então, abordar as principais representações, práticas, ideologias, entre outros elementos culturais ligados ao processo de alistamento de homens para organizações militares¹. Nesse trabalho, vamos discutir também como o poder estatal utilizava o recrutamento como instrumento de controle social e, sendo assim, tratar mais especificamente do processo do alistamento forçado, observando ainda os limites desse poder governamental.

Tomando como referência teórica o conceito de culturas políticas², estudamos o alistamento militar através de análise

1 Parte das nossas referências para abordagem a partir da História Cultural vem dos trabalhos de Roger Chartier. Sua principal obra sobre o assunto é *História Cultural: entre práticas e representações*, em que o autor se propõe a analisar rituais, representações, práticas, ideologia, entre outros elementos que compõem o campo simbólico das sociedades. É interessante notar como Chartier analisa a leitura, ou seja, a recepção que cada grupo social exerce sobre determinado tema (Chartier, 2002).

2 O conceito de culturas políticas que utilizamos ao longo do trabalho vem da perspectiva de autores como Serge Bernstein (1998) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009).

das normas, explícitas e implícitas, desse processo. Procuramos identificar o recrutamento para além de simples instrumento para preencher os quadros do Exército brasileiro, sendo também uma maneira de manter a ordem, angariar votos, trocar favores, perseguir adversários políticos, entre outras funções sociais.

A pesquisa relacionada a esse trabalho constitui-se pela análise documental e bibliográfica. Utilizamos as correspondências entre autoridades paraibanas do século XIX, documentos manuscritos encontrados no acervo do Arquivo Público Walde-
mar Bispo Duarte do Estado da Paraíba compõe uma parte importante das fontes consultadas para a análise do tema proposto. Além disso, também serve de base documental para a pesquisa a legislação em vigor na época estudada. Consultamos ainda os Relatórios digitalizados dos Presidentes de Província, que trazem, em seu conteúdo, diversas análises sobre a conjuntura social da Paraíba. Alguns jornais que circulavam na província no período analisado e que foram digitalizados pela Biblioteca Nacional, a exemplo d'*A Ordem* e *O Reformista*, foram igualmente úteis no processo de pesquisa.

Primeiramente, queremos abordar a violência implantada nesse processo³, que despertou indignação de muitos da época. A exemplo disso, podemos analisar o projeto de lei de recrutamento, do juiz de direito e auditor de guerra da corte, José Antonio de Magalhães Castro⁴, que

3 Em *Tributo de Sangue*, Peter M. Beattie analisa o sistema do recrutamento a partir da Guerra do Paraguai até a primeira metade do século XX, e, em seu extenso estudo sobre o tema, encara o recrutamento como um tributo a ser pago somente pelos menos privilegiados (2009).

4 José Antonio de Magalhães Castro nasceu em 1814 na vila de Santo Amaro, Bahia. Foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo se formado na Faculdade de Direito de Olinda. Foi presidente da província da Bahia, promotor público, deputado provincial. Também exerceu as funções de Desembargador da Relação da Corte e Juiz Relator do Conselho Supremo Militar. Informações retiradas do site do Supremo Tribunal Federal. Dis-

encara a conscrição para o Exército brasileiro como um procedimento cruel e injusto. O recrutamento foi considerado por ele uma desgraça para o indivíduo que não estava isento. O destino dele era pior que o de um criminoso, segundo o juiz. José Castro afirmava que:

Entre nós são constantes os padecimentos do cidadão, sujeito ao recrutamento por violências, que bradão ao céu, e de que ninguém ha que julgue-se isento! **No Brasil o cidadão que tem o infortunio de ser recrutado fica inteiramente fóra das leis, e nem tem o direito de pedir uma ordem de habeas-corpos, que os maiores criminosos pôdem pedir, e não lhes é negada!**⁵

Como já foi dito, o serviço no Exército não era atraente e por isso o recrutamento forçado era quase uma regra, sendo o voluntariado um recurso secundário. Quando tentamos identificar o perfil dos homens que estavam nas listas dos recrutáveis, percebemos o caráter punitivo que o recrutamento apresentava. O tipo de pessoa que deveria ser recrutada corresponde àquele que não se encaixa no padrão de conduta estabelecido pelas elites. O recrutamento, nesse caso, aparece como um tipo de punição e correção para aqueles indivíduos considerados vadios. A resistência da população ao serviço obrigatório no Exército fica explícita em revoltas como o Quebra-Quilos⁶, quando a popula-

ponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=332>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

5 CASTRO, José Antônio Magalhães. Projeto de lei de recrutamento, oferecido à consideração do poder legislativo brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Lobo Vianna & Filhos, 1863, p. XX. Grifos nossos.

6 A revolta que ficou conhecida como Quebra-quilos iniciou-se em 1874 em uma feira na vila de Fagundes, do termo de Campina Grande e se estendeu pelo Agreste e Zona da mata, alcançando, além da Paraíba, as de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. A insurreição, de caráter popular, teve como estopim a cobrança de mais impostos e a implantação de um novo sistema métrico, considerado injusto pelos revoltosos, que destruíram os pesos e medidas que seriam utilizados pelas autoridades. Por isso, a denominação “quebra-quilos”. Para mais detalhes sobre a revolta sugerimos a leitura de Ariane Norma de Menezes Sá (2005) e de Luciano Men-

ção protestou não só contra o novo sistema métrico que o governo pretendia implantar, mas também se levantou contra a nova lei de recrutamento⁷.

Esse aspecto punitivo, que tinha o recrutamento, fica ainda mais visível nessa correspondência, em 1842, entre o subprefeito da Vila de Pilar e o Presidente da Província, em que se fornecem as características de um recruta:

[...] Pedro Marinho Falcão branco solteiro idade de trinta e [ilegível] anos pouco mais ou menos, morador nesta Vila, natural da Ilha de Itamaracá Província de Pernambuco, **insultador amancebado** a uns poucos de anos nesta mesma Vila e **de um gênio facinoroso e de conduta não boa** [...]⁸.

Como se vê, a subprefeitura apresentou como argumento para a escolha de Pedro Marinho Falcão como recruta o seu caráter “perverso” e sua conduta “inadequada”, o que não se lê como critérios nas Instruções de 10 de julho de 1822, legislação principal que protegia do recrutamento todos aqueles indivíduos considerados úteis à economia (Kraay, 1999, p. 117). Além disso, o subprefeito acusa o recrutado de ser amancebado, o que significa que ele mantinha relações afetivas sem passar pelos rituais da Igreja Católica, sendo assim considerado alguém que não se encaixava nos princípios sociais estabelecidos na época⁹. Pode-se concluir, a partir disso, que o recrutamento era não só conduzido pela lei, mas também pela interpretação dos respon-

donça de Lima (2009).

7 A lei número 2.256 de setembro de 1874 previa um recrutamento universal baseado no sorteio. Ver Mendes, 2010, p. 119-154.

8 Correspondência entre a Sub-prefeitura da Vila do Pilar e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842. Grifos nossos.

9 Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, *amancebado* se referia àquela pessoa que mantinha concubinato (Bluteau, 1728, p 315)

sáveis por essa atividade de recrutar. Cada recrutador acabava usando como critérios os hábitos e costumes da região em que estava inserido¹⁰.

Analisemos outra correspondência do Chefe de Polícia da Província:

[...] O mesmo subdelegado recrutou, e remeteu-me Felix Antonio, qual vindo corrido de Mamanguape, onde foi procurado por **vadio**, estava acoitado no Distrito d'aquela Subdelegado. Já officiei ao Major José Sabino para o fazer conduzir da Cadeia para o Quartel [...] ¹¹.

Outra vez, o perfil do recrutado é o daquele indivíduo que não se encaixava na ordem social estabelecida, pois era um “vadio”. O recrutamento é mais uma forma de enquadrar esses indivíduos considerados vagabundos no padrão “civilizado”. Outro trecho curioso dessa correspondência é o que fala da transferência do recrutado da cadeia para o quartel, que evidencia a proximidade entre criminoso e recruta.

Essa população precisaria ser controlada para que, enfim, o progresso chegasse. Essa gente “vadia”, que não se enquadrava nos moldes da civilização, assustava a elite, que precisava encontrar formas para dominar essa população. O recrutamento militar teria a função de “limpar” essa sociedade, retirar do convívio social aquelas pessoas que representavam o atraso brasileiro; não úteis à produção de riqueza e, portanto, descartáveis.

Para compreender o imaginário que as elites possuíam em relação à mão de obra necessária para a produção de riqueza

10 Na minha dissertação, aprofundamos um pouco mais sobre a associação representativa entre criminoso e recruta (Meira, 2018).

11 Correspondência entre o Chefe de Polícia Interino e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Público Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842. Grifos nossos.

za no Nordeste oitocentista, tomamos como exemplo discurso proferido na Assembleia Legislativa, o presidente da província da Paraíba, Ricardo José Gomes Jardim, ao anunciar as medidas que tomou enquanto administrador da referida província, fez algumas observações sobre o estado em que essa se encontrava e comentou algumas questões referentes à situação dos trabalhadores.

Segundo esse presidente, as aldeias indígenas que foram organizadas pelos jesuítas se encontravam em grave estado de ruína, estando os aborígenes vivendo em situação de pobreza extrema. Essas péssimas condições em que se encontravam os índios na província levavam essa população a abandonar as aldeias e, ainda segundo Gomes Jardim, os indivíduos que se retiravam desses lugares iam “ao longe buscar trabalho, ou errão vagabundos por toda a Província, e fora dela”.¹² Gomes Jardim ao continuar seu discurso afirmou que era preciso:

não só obstar a este aniquilamento progressivo das povoações indígenas, mas procurar se ainda he possível, restabelece-las no pé em que se achavão; e he isto tanto mais racional e necesario, quando precisamos de recorrer a estranhos mediante grandes despesas até aqui mallogradas, **para supprir a falta de braços ocasionada pela cessação do trafico de Africanos,** a qual ameaça a Agricultura, nossa unica industria.¹³

Destacamos algumas palavras do trecho do discurso para direcionar a atenção do(a) leitor(a) para as questões que estão

12 Discurso recitado pelo excellentissimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, presidente da provincia da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843, p. 8.

13 Discurso recitado pelo excellentissimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, presidente da provincia da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843, p. 9. Grifos nossos.

sendo analisadas nessa pesquisa. Observamos que o comentário feito pelo presidente de província reflete a impressão que a elites possuíam sobre a transição do trabalho escravo para o livre. No Nordeste brasileiro o declínio da escravidão aconteceu antes do Sudeste, devido à desvalorização da cana de açúcar em relação à produção do café que estava em ascensão nessa outra região do Império. Mais tarde, com a proibição do tráfico africano de escravizados, a comercialização dessas populações se intensificou internamente, ocasionando uma grande transferência de escravizados para as regiões de plantação de café. Ou seja, o recrutamento poderia provocar desconforto entre alguns proprietários de terra e políticos (alguns acumulavam essas duas funções) pelo receio que tinham em retirar de suas ocupações os homens livres pobres que trabalhavam para gerar riqueza e poder para os potentados locais¹⁴.

Pensando nessas observações, e entendendo a remessa de recrutas como uma barganha política importante no século XIX no Brasil, percebemos que algumas províncias, incluindo aí a da Paraíba, nem sempre colaboravam da forma que o governo central desejava. Sendo assim, constatamos que a análise do recrutamento nos possibilitou visualizar os elementos que marcaram a construção do Estado nacional brasileiro, que em seu caminho encontrou obstáculos em sua consolidação. Nesse sentido, concordamos com Miriam Dolhnikoff (2005) que, ao destacar um certo nível de autonomia das províncias em relação ao governo central, relativizou esse poder. Sendo assim, o alistamento

14 Acreditamos que, com a Guerra do Paraguai, o recrutamento se configurou de forma muito mais concreta, porque, houve, sim um alistamento forçado em massa entre a população mais simples. No entanto, no período proposto para esse trabalho, pensamos que, na prática, o recrutamento não deveria interferir de forma grave na economia, tendo em vista que os agentes da administração pública muitas vezes se queixavam da dificuldade de preencher as tropas de linha.

mento forçado de homens para o exército nos serviu de elemento para constatar as reflexões da autora. Fábio Faria Mendes, por sua vez, acredita que a “a geografia do recrutamento forçado revela grandes variações regionais” e que “a variável decisiva seria, talvez, a capacidade de dispor de meio de violência independentes dos notáveis locais” (Mendes, 201, p.54).

O alistamento forçado também era feito dentre aqueles integrantes da Guarda Nacional que não cumpriam, de forma exemplar, suas funções na Guarda. É o que diz o decreto de 6 de abril de 1841:

[...] estando sujeitos ao mesmo recrutamento os Guardas Nacionaes **indevidamente qualificados**, que não se acharem comprehendidos nas excepções das ditas Instrucções, na fórmula da Lei de 29 de Agosto de 1837, mandada observar pelo artigo 6º de 26 de Setembro de 1839, relativamente a estes, serão recrutados com preferênciã aquelles, que, nos Corpos a que pertecerem, se houverem mostrado **relaxados no cumprimento dos seus deveres**; e só na falta delles os outros que se acharem nas circunstancias de poderem ser recrutados¹⁵.

Observamos que nesse decreto o imperador ressalta a preocupação com o não alistamento de homens considerados respeitáveis. Ele atenta para a norma que dá preferência aos guardas que não são bons exemplos de boa conduta no serviço, não existindo estes é que seriam recrutados outros. Ao longo de todo decreto ele atenta para as isenções que protegem os “cidadãos exemplares” do recrutamento. Há que se ressaltar esse

15 BRASIL, Decreto nº 73, de 6 de abril de 1841. Encarregando do recrutamento a • Officiaes do Exer- cito, e aos Commandantes da Guarda Nacional, debaixo da direcção dos Juizes de Diritto Chefes de Policia , e approvando as Instrucções da mesma data. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18320/collecao_leis_1841_%20parte2.pdf?sequence=2. Acesso em: 23 de dezembro de 2017. Grifos nossos.

cuidado presente na maioria dos documentos produzidos pelas autoridades do Império. Podemos conjecturar que o recrutamento forçado de homens considerados “importantes” para o andamento da sociedade poderia causar a insatisfação de parte da população, inclusive de indivíduos poderosos. Isso porque as relações de favores estabelecidas no Império não deveriam ser feridas, de maneira que aqueles indivíduos que possuísem alguma proteção de seus patronos estariam protegidos do serviço forçado no Exército¹⁶.

Logo, apesar de ressaltarmos o poder estatal no processo de recrutamento e como alguns governos o utilizaram como instrumento de controle, é importante observar a fragilidade do Estado nacional brasileiro que ainda estava em processo de construção. Hendrik Kraay (1999) em seu trabalho, argumenta, através de episódios ilustrativos, como a legislação que vigorava na época não determinava necessariamente os rumos do recrutamento. Segundo sua pesquisa, os recrutadores tinham a sua função guiada pelas regras postas pelos potentados locais. Através de uma abordagem mais culturalista dos aspectos do recrutamento militar ocorrido no século XIX brasileiro, o trabalho desse autor traz uma importante reflexão e conseqüentemente uma relativização do poder estatal representado pelo Exército brasileiro no processo de recrutamento militar (Kraay, 1999, p. 113-151). Segundo Kraay:

O recrutamento estava fortemente enraizado neste sistema de patronato, tanto como mecanismo coercitivo de última instância para manter as hierarquias de classe quanto como maneira na qual os pobres livres distinguiram dentre os com e os sem honra (1999, p.116).

16 Sobre as relações de clientelismo estabelecidas no século XIX no Brasil, utilizamos como referência as reflexões de Richard Graham (1997).

Ainda segundo Kraay, essa rede era tão importante para as relações do Império que, algumas vezes, os agentes responsáveis não recrutavam ninguém (1999, p.123). Outro autor que inova ao dissertar sobre a temática militar no Brasil é Fábio Faria Mendes (2010), e em seu livro *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial* Mendes identifica o processo de recrutamento como objeto de análise útil para se compreender o processo de burocratização do Estado nacional brasileiro. Embora o recrutamento acontecesse de forma arbitrária e brutal, raramente se apresentava como eficaz, fato que reforça o aspecto débil do estado nacional que estava em processo de construção. Além disso, em suas conclusões, Mendes afirma que o estudo do recrutamento revela as tramas de privilégios que norteavam o Brasil oitocentista.

Sendo assim, a realidade percebida pelos indivíduos pode ser compreendida como campo de força e, por isso mesmo, é contraditório e variado. Segundo Pierre Bourdieu, as hierarquias e relações são guiadas pelo poder simbólico que cada grupo social possui, e esse poder simbólico é entendido como aquele que é disputado no campo das representações (Bourdieu, 1989). Relativizando as divisões de classes determinadas somente pelo fator econômico, Bourdieu afirma que cada espaço social produz a sua dinâmica também a partir do capital simbólico, cada indivíduo ocupa um determinado lugar dentro das hierarquias sociais. Para Sandra Pesavento, a História Cultural tem como principal objetivo a decodificação dessas representações. Nesse sentido, a própria fonte que o(a) historiador(a) analisa é uma representação construída por alguém do passado. E mais, o resultado do trabalho do(a) historiador(a) é uma representação,

muito embora a realidade não deva ser ignorada nesse processo (Pesavento, 2008, p. 42).

Levando em consideração essas representações abordadas pela História Cultural, o período que abordamos em nosso trabalho, partindo do ano de 1840, é comumente apontado pela historiografia tradicional como aquele em que a ordem e estabilidade se principia. Esse foi um discurso construído pelos governantes da época que, em seus pronunciamentos, faziam referência aos tumultos que estavam sendo controlados pela coroa. O regente Pedro Araújo Lima¹⁷ foi um dos reprodutores desse discurso em abertura de sessão ordinária da Assembleia Geral Legislativa, em maio de 1840:

O aspecto do paiz é actualmente bem esperançoso. Em Santa Catarina, um feito d'armas, expelindo invasores da Laguna, desassombrou toda a província. Em S. Pedro do Rio Grande do Sul é de esperar que, auxiliados pela lealdade e firmeza da nação, possão os esforços do governo reunir em breve os dissidente em torno da corôa imperial. Na província do Maranhão tem prevalecido a força publica sobre os estragos da ferocidade; e os criminosos, que acoçados buscão infestar as províncias limítrofes, confio que experimentem merecida repressão. No restante do império subsiste inalterada a ordem publica.¹⁸

17 Pedro Araújo Lima, o Marquês de Olinda, nasceu no Engenho Antas em Pernambuco, distrito de Serinhaem, em 22 de dezembro de 1793. Araújo Lima foi proprietário rural, jornalista, magistrado e foi nomeado senador em 1837 pelo então Regente Diogo Antônio Feijó, político de orientação liberal. Com a renúncia desse último, Araújo Lima assumiu a regência do Império brasileiro, imprimindo uma administração de caráter conservador, que durou até a antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840. Para informações acerca da biografia de Araújo Lima consultar: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/pedro_lima2.html - Acesso em 04 de dezembro de 2017.

18 Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 1840, coligidos por Antônio Henoch dos Reis, Rio de Janeiro, Typographia da Viuva Pinto e Filho, 1884, t. 1, p. 200. O regente faz referência à Revolta Farrroupilha, tensão que se estendeu do ano de 1835 até 1845, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e que também afetou a província de Santa Catarina. Também lembra da Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão.

Entendemos que o pronunciamento do regente possuía propósitos bem explícitos e que o governante tinha a intenção de produzir uma imagem de tranquilidade do país. Essa imagem construída por Araújo Lima em seu discurso e compartilhada por muitos políticos contemporâneos pode ser relativizada ou mesmo questionada. Ora, essas revoltas elencadas na citada declaração somente denunciam por quais tensões o Império estava passando no período. E, por mais que as revoltas tenham sido contidas no período, acreditamos que as tensões que as provocaram não cessaram tão rapidamente quanto declarou o regente Araújo Lima¹⁹.

E se nos reportarmos ao contexto paraibano no recorte estabelecido pela pesquisa, podemos observar que, muitas vezes, o discurso das autoridades não correspondia ao efetivo cenário social em que estava inserido. O presidente da província da Paraíba nos anos de 1841 e 1842, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, ao apresentar seu relatório à Assembleia Legislativa da mesma província, iniciou suas palavras afirmando que a Paraíba gozava de “profundo socego”. Percebemos, assim, um fio de coerência que unia políticos conservadores que atuavam no âmbito regional àqueles que se destacavam na gestão do poder central.

¹⁹ Ainda no mês de maio, um deputado discursou sobre a tranquilidade na província de Alagoas, que, segundo Pontes Visgüeiro, estava sendo ameaça por tensões entre a Assembleia Legislativa e a presidência da província. O deputado segue seu discurso mencionando que a província se achava em sedição devido ao tumulto gerado pelo conflito entre as duas instâncias de poder. Temos, assim, mais um exemplo de que a tranquilidade e a ordem eram objetos inseridos no discurso conservador que estava sendo construído, mas que, no entanto, não representavam todo o território do Império brasileiro. José Cândido de Pontes Visgüeiro nasceu em Maceió, na província de Alagoas no dia 13 de outubro de 1811 foi desembargador e também deputado provincial em sua terra natal e deputado geral pela província de Alagoas (Moraes, 2002). *Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 1840*, coligidos por Antônio Henoch dos Reis, Rio de Janeiro, Typographia da Viuva Pinto e Filho, 1884, t. 1, p. 498.

Assim como Araújo Lima, em seu discurso enquanto regente do Império brasileiro, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves precisava, em seu relatório, demonstrar que sua administração era eficiente e, para isso, não poderia acentuar as tensões pelas quais pudera passar a província que estava sob sua responsabilidade. Porém, ao longo do relatório, algumas informações que o próprio presidente forneceu, podemos supor que a tranquilidade a qual ele se referia não era tão plena quanto afirmava o presidente de província. Logo no início do documento, o presidente mencionou o atentado do qual o próprio foi vítima de uma tentativa de assassinato²⁰. Prometendo justiça para o fato e afirmando “a necessidade de redobrar de vigilância e vigor”, Pedro Chaves observou em seu relatório²¹ que a tentativa de homicídio foi organizado por grupos políticos contrários à sua gestão, e também contrários ao fechamento da Câmara Geral dos deputados, insinuando a ligação entre eles²².

Citando as revoltas liberais que se deram em Minas Gerais e São Paulo, o presidente da província da Paraíba afirmou que os liberais dessa região estariam inspirados nesses conflitos

20 O Processo Crime instaurado em razão desse atentado, analisado por Serioja Mariano (2015), revela ainda outras tensões e conflitos que aconteciam na província da Paraíba. Através desse documento a autora demonstra as disputas políticas que envolviam os partidos conservador e liberal, bem como grupos familiares que rivalizaram na região. Além disso, ainda segundo Mariano, é possível através dessa análise entender como o poder central, representado pela figura presidente de província no âmbito no local, nem sempre governava com tranquilidade, levando em conta a dimensão dos poderes locais.

21 “Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahiba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842”, p. 3.

22 No ano de 1842, o Poder Moderador, sob influência de políticos conservadores, determinou a dissolução da Câmara Geral dos deputados, provocando a insatisfação dos liberais que foram alçados ao poder em 1840, com o Golpe da Maioridade, que levou D. Pedro II ao trono do Império brasileiro. A medida, que gerou reações bastante negativas por parte dos grupos liberais, provocou em São Paulo e Minas Gerais as tensões chegaram ao nível de rebelião.

e partir daí tramaram o assassinato dele. Sendo assim, mesmo que as autoridades, em seus discursos, propagassem a ideia de que essas tensões estavam solucionadas, o simples fato de existirem revoltas a serem contidas nos mostra como rebeliões e outras formas de violência comprometiam a estabilidade política e a tranquilidade as quais se referiam essas autoridades.

Ainda sobre o atentado sofrido pelo presidente de província, o jornal pernambucano *O Diario Novo*²³ publicou uma correspondência em sua edição de 17 de maio de 1844 que acusava o presidente da província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves de ser mandante de atos violentos, sugerindo, inclusive, que sob suas ordens uma escolta assassinou o suspeito de seu atentado:

Francisco de tal, conhecido por Xico vintem, achando-se escondido por haver sido pronunciado pelos tiros dados no presidente Pedro Chaves, foi cercado no seo esconderijo, e sem ter feito a menor resistência, foi assassinado pela escolta, que levou sua barbaridade a ponto de o cutilar de uma maneira horrivel, e já depois, e ja depois de morto! Tanta foi a barbaridade, que se praticou com este desgraçado, que diz-se ter o cruel Pedro Chaves *cenurado os excessos da execução!*²⁴

23 O *Diario Novo*, jornal pernambucano, foi um periódico importante no contexto do Movimento Praieiro. Sendo publicado diariamente, vendido ao preço de 120 rs, impresso na Tipografia Imp de L. I. R. Roma. A sede do jornal localizava-se na rua Praia, por isso a denominação da revolta. Segundo Izabel Andrade Marson, o jornal, entre 1842 e 1845, encaixava-se no discurso de oposição praieira, até que, com a chegada dos praieiros no poder na província de Pernambuco, o *Diario Novo*, tornou-se folha oficial no governo de Antônio Chichorro da Gama. O *Diario Novo* teve em sua redação nomes que se destacaram no Movimento Praieiro, como Nunes Machado e Urbano Sabino (MARSON, 1980, p. 44).

24 Jornal *Diario Novo*, 17 de maio de 1844, n. 108. Tipografia Imp de L. I. R. Roma, p. 2. Grifos no original. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&PagFis=1741&Pesq=pedro%20marinho%20falcao>. Acesso em: 14 de maio 2018

Essa acusação foi feita por um assinante nomeado de O *Parahibano*²⁵, que relatou através de uma correspondência ao Jornal *Diario Novo* as atitudes do presidente da província da Paraíba, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, em uma administração que tinha como características, segundo o autor da carta, “perseguição, violência, e a morte”²⁶. Assim, através do que observamos, embora as autoridades da época quisessem atenuar os conflitos existentes, podemos perceber que a província da Paraíba não se encontrava em total harmonia.

O mês de maio de 1840, por sinal, foi marcado por intensas discussões acerca da organização do Exército brasileiro e como este deveria se portar diante das tensões e conflitos que atingiam o Império no período²⁷. O ministro da guerra na época também parecia preocupado com os conflitos internos que atingiam o Brasil naquele momento. Quando foi chamado à Câmara Geral dos Deputados para fixar o número de homens que

25 Infelizmente, não foi possível encontrar mais detalhes sobre esse assinante. Entendemos que o anonimato era uma estratégia que permitia que os discursos fossem construídos com mais segurança e liberdade.

26 Jornal *Diario Novo*, 17 de maio de 1844, n. 108. Tipografia Imp de L. I. R. Roma, p. 1. Grifos no original. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&PagFis=1741&Pesq=pedro%20marinho%20falcao>. Acesso em: 14 de maio 2018

27 A Revolta Farroupilha, que ocorreu na província do Rio Grande do Sul, por exemplo, tomou grande parte nas sessões da Câmara Geral dos Deputados. Vários parlamentares questionaram o a fala do trono que proclamava um novo tempo de esperança e tranquilidade para o país. Justiniano José da Rocha avalia o período analisado como uma fase de transação. É que, pela ótica do autor, a história pode ser explicada por fases de Ação, Reação e Transação. Essa última corresponderia ao momento em que as paixões e exagerações da política devem ser suprimidas em nome de um bom senso que somente o Estado possui, sendo assim, o autor aponta 1852 como marco para o início dessa chamada transação (Rocha, 1855, p.6). Esse foi o discurso construído não só por Justiniano José da Rocha, mas pelo grupo político denominado de Saquarema, que pretendia disseminar a ideia de que o período estava livre de disputas políticas e que o poder imperial havia calado os conflitos entre conservadores e liberais. Justiniano José da Rocha foi um jornalista muito atuante no segundo reinado do Império brasileiro e bastante envolvido com a política do país, sendo um dedicado arauto do partido conversador. Para mais informações sobre a vida e obra de Justiniano José da Rocha recomenda-se consultar Cardim (1964).

preencheriam os quadros das forças armadas brasileiras, Salvador Maciel, em diversos momentos, apontou que o estado de tranquilidade de algumas províncias estava sendo ameaçado e que, sendo assim, era necessário o aumento das forças que protegeriam o país dessas sedições. Essa parecia ser uma questão delicada entre os parlamentares brasileiros que se dividiam sobre o tema. Alguns votaram a favor do aumento das tropas, mas outros afirmaram que o recrutamento de mais homens para o serviço militar acarretaria prejuízo para a produção da riqueza nas províncias.²⁸

Nesse caso, também é interessante observar como os parlamentares brasileiros se envolviam nas questões militares. O Ministério da Guerra, por exemplo, precisava da autorização da Câmara dos Deputados para fixação do número de militares que integrariam as forças de terra e mar. Sendo assim, influenciavam diretamente o processo de recrutamento que era feito de acordo com esse número autorizado pelos parlamentares. O recrutamento figurou como uma espécie de moeda de troca entre as elites provinciais e o governo central, para análise desse e de outros aspectos dos procedimentos que arregimentava homens para o Exército brasileiro, utilizamos a província da Paraíba como principal interlocutora.

Avaliando os debates contidos nos Anais da Câmara dos Deputados, notamos que nem sempre os parlamentares estavam de acordo com as propostas apresentadas pelos ministérios. Sendo assim, nossa linha de trabalho segue os passos estabelecidos por Miriam Dolhnikoff (2005), que entende a gestão do Império brasileiro baseado em um arranjo no qual as províncias, de certa

²⁸ Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 1840, coligidos por Antônio Henoch dos Reis, Rio de Janeiro, Typographia da Viuva Pinto e Filho, 1884, t. 1, p. 529-532.

maneira, detinham a capacidade de intervir nas decisões mais importantes do país, fazendo parte, inclusive das discussões acerca de questões militares.

Essa trama tecida entre conflitos e acordos pode ser exemplificado através das sessões da Câmara Geral do Deputados. Em maio de 1840, por exemplo, alguns deputados se recusaram a aceitar o número estabelecido pelo Ministério da Guerra, na época, sendo representado por Salvador Maciel. Em intensa discussão com o deputado Limpo de Abreu²⁹, o ministro ouviu do parlamentar que não havia sentido em se aumentar o número de praças no período.

Para entender um pouco mais sobre as representações construídas acerca do recrutamento, analisamos os pontos de vista elaborados pelos jornais que circulavam na época. Eles foram de grande importância para nossa pesquisa, porque, segundo Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, a partir das novas abordagens no campo da política, a imprensa tem sido considerada uma fonte documental, além de ser “agente histórico que intervém nos processos e episódio, em vez de servir-lhes como simples reflexo” (Barros e Morel, 2003, p. 9). Seguindo por esse raciocínio elaborado pelos autores, procuramos investigar como esses jornais interagiram com os eventos e as culturas políticas estabelecidas no século XIX no Brasil.

29 Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, nasceu em Lisboa em 1798 e entre outras funções ocupou o cargo de juiz de fora, deputado provincial, desembargador, presidente do Conselho de Ministros do primeiro gabinete do regente senador Diogo Antônio Feijó (SP) e deputado geral pela província de Minas Gerais. Interessante observar que Limpo de Abreu falava de uma província apontada por pesquisas recentes como uma das que menos mobilizava recrutas. Segundo Mendes, durante o período de 1845 a 1883, Minas Gerais era “a província mais refratária ao serviço das armas” (Mendes, 2010, p. 54). Para mais informações sobre a biografia de Limpo de Abreu, consultar: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/antonio_abreu1.html . Acesso: 04 de dezembro de 2017.

Através desses jornais, pudemos identificar aquele sentido da ordem empregado pelos Saquaremas³⁰ marcava o discurso construído pelos conservadores³¹ que atuavam na província da Paraíba. Não por acaso um dos jornais que circulavam na Paraíba foi intitulado *A Ordem*. E a questão do recrutamento não passou despercebida pelos organizadores desse periódico.

Os conservadores da província da Paraíba, assim como aqueles que atuavam na corte, acusavam os liberais de promover o alistamento de homens de forma arbitrária e como instrumento de neutralização e perseguição de seus adversários. Foi bem curiosa a forma que o jornal encontrou para dialogar sobre temas políticos em suas páginas. Em uma de suas edições, dois personagens foram criados para debater assuntos que diziam respeito a conservadores e liberais: um barbeiro liberal e um alfaiate “sem partido”³². Em um dos diálogos produzidos pelo jornal, o alfaiate afirmava que os conflitos no Brasil eram sempre gerados por liberais, ao que o barbeiro respondia dizendo que eram eles provocados pelo governo.

30 A denominação “Saquarema” era largamente utilizada para referir-se aos políticos de orientação conservadora e sua origem faz menção àqueles que moravam na cidade de Saquarema, Rio de Janeiro. Na província da Paraíba encontramos em algumas edições dos jornais essa mesma denominação e, além dessa alcunha, os conservadores também foram chamados de Baetas e o seu partido com o epíteto de Arrocho.

31 Em nosso trabalho identificamos algumas autoridades com um perfil político conservador que atuavam na província da Paraíba, a título de exemplo podemos citar presidentes que atuaram na província no período analisado, como Pedro Rodrigues Chaves, João Antonio de Vasconcelos, Ricardo José Gomes Jardim. Para um estudo mais aprofundado sobre os partidos conservador e liberal na província da Paraíba recomendamos Segal (2017).

32 Colocamos as aspas, porque consideramos que o personagem do alfaiate possuía posicionamentos eminentemente conservadores, embora o jornal afirmasse que ele não estava vinculado a nenhum partido. Essa estratégia de definir o personagem como alguém sem partido pode ser compreendida como uma característica não só do jornal *A Ordem*, mas também um discurso largamente construído pelos Saquaremas que pretendiam se apresentar apartidários, estando o grupo vinculado ao poder imperial e à manutenção do governo e da ordem.

Vejamos alguns trechos dos diálogos produzidos pelo jornal:

Alf: - Se há engano é em que a opppsição d'agora inventa, ou pelo menos, comenta os factos a seu geito, rarissima a vez que assim não procede.

Barb: - Pelo seu modo de dizer parece-me que fallo com um *saquarema*, com um *casculo*.

Alf: - Senhor vizinho, é preciso ser franco; **eu não tenho partido**: pela minha profissão não dependo de influencias governativas, e porisso indifferente como sou, julgo-me habilitado para, nessa politica pequena e rasteira, nessa politica que chega para o povo, enxergar aquillo que me sugere o meu bestunto.³³

É bem interessante notar como o jornal exibiu através desses dois personagens aquilo que os conservadores pensavam sobre a configuração política no Império. O barbeiro que se coloca assumidamente como liberal apresenta um discurso mais acalorado do que se seu interlocutor, que se apresenta com uma personalidade mais equilibrada e parece ter uma visão mais ponderada do que o barbeiro, afirmando, inclusive que não possuía partido. A ideia de uma certa neutralidade fazia parte do discurso conservador da época, e ao exibir uma certa indiferença pelos partidos políticos, o personagem do alfaiate se dizia comprometido com as leis e com a ordem.

Nesse sentido, a província da Paraíba nos oferece um bom exemplo através de um relatório de seu presidente que reforçava

33 A *Ordem*: Jornal Politico, Litterario, e Critico (PB). 5 de novembro 1849, n.12 Tipografia Nacional, p. 4. Grifos em itálico no original, grifos em negrito nossos. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pesq=barbeiro%20e%20alfaiate&pasta=ano%20184>. Acesso em: 30 de abril 2018.

um discurso comum entre os responsáveis pela administração pública. Reconhecendo as deficiências e limitações de seu governo, o bacharel e presidente da província da Paraíba em 1848, João Antonio de Vasconcellos, de perfil político conservador, enxergava o recrutamento como instrumento de apoio à legislação penal. Analisemos o seguinte trecho:

E se o estado de segurança de propriedade não he tão lisongeiro quanto eu anhelára, força he confessar que hoje o roubo mesmo de animaes he menos frequente. Seja porém qual for a causa de semelhante beneficio, a ninguem eh occulto quanto o recrutamento há prodigiosamente reprimido esse tamanho mal. **O recrutamento**, como tem lugar no nosso Paiz, **he na verdade hum remédio violento**, mas me persoado poder affirmar, que **sem elle milhões de vezes o homem de indole perversa e mal intencionado viviria com mais comodidade, lucros, e até segurança que o cidadão laborioso e pacifico**. Reconhecendo pois eu, como já o disse em meos relatorios perante a Assembleia Provincial, que esse meio concorre poderosamente para a cohibição até certo ponto de muitos delictos [...] Assim, Exm. Senhor, eu **considero o recrutamento como um suplemento da nossa legislação penal**; que a experiência tem mostrado ser em muitos casos inefficaz.³⁴

Os grifos que fizemos no trecho da exposição citada nos remete à utilidade do recrutamento para algumas autoridades que administravam a província da Paraíba. Quando o presidente de província afirmou que o recrutamento poderia servir como um suporte à legislação penal, entendemos que os homens que eram recrutados eram considerados potenciais criminosos. Essa era uma visão compartilhada pelas elites da época que deseja-

³⁴ Exposição feita pelo Tenente-coronel dos engenheiros Frederico Carneiro de Campos, na qualidade de presidente da província da Parahyba no Norte ao Exm. Vice-Presidente dela, no acto de passar-lhe a administração da Província em 16 de março de 1848. Parahyba: Typogrphya de J. R. da Costa. 1848, p. 3. Grifos nossos.

vam manter os indivíduos em funções de produção da riqueza, alimentando a economia paraibana.

Não podemos, assim como fez o presidente João Antonio de Vasconcellos, afirmar se o recrutamento de fato reduziu o número de crimes, precisamos lembrar que esse foi um discurso produzido por uma autoridade que precisava mostrar que sua administração havia sido bem-sucedida, sendo assim é possível imaginar que suas afirmações estivessem guiadas por essa necessidade. Porém, não é precisamente esse fato que nos interessa, sendo mais importante analisar a visão que o presidente de província e outras autoridades da época possuíam sobre os grupos de homens livres pobres.

Poderíamos, então, através dos trechos analisados até agora, inferir que somente os conservadores utilizavam o recrutamento como instrumento de controle social e de perseguição política. No entanto, as tramas sociais são mais complexas que conclusões elementares.

Ao longo do nosso trabalho, observamos que, ao mesmo tempo em que liberais construía a ideia de que o recrutamento forçado era um instrumento utilizado por conservadores para neutralizar adversários, também os conservadores acusavam os liberais da mesma prática. Como exemplo, podemos citar o jornal *Sentinella da Monarchia*³⁵, defensor dos conservadores, publicou em uma edição de 1845, em uma coluna chamada *Noticias Provinciales*, na qual tratava da província da Paraíba, a seguinte acusação:

35 O jornal *Sentinella da Monarchia* era um periódico publicado às segundas, quartas e sextas na cidade do Rio de Janeiro e circulou durante entre os anos de 1840 e 1847 e apresentava-se como um jornal que veiculava ideias conservadoras.

Continúa por aqui **um rigoroso recrutamento**: sendo tão favoráveis as notícias do Sul, não sei para que vexar tanto a população d'esta Província, que, guardadas as proporções, talvez tenha dado mais recruta do qualquer outra. Isto tem trazido dous males accessorios: - 1º, o ter dado **logar perseguições contra o partido decahido**; os agentes da Policia em geral não recrutam , senão os adversarios , ou seus filhos e parentes; e bem que a maior parte d'estes recrutados tenham sido soltos pelo Presidente, conseguem os *rasgados* o seu fim, que é judiar com os *baetas*; - 2º, **o ter concorrido para a escassez e augmento do preço da farinha**; porque tem havido imprudencia de se acarretarem ate almocreves que entram na Cidade.³⁶

O trecho retirado do jornal *Sentinella da Monarchia* revela particularidades do recrutamento no período que analisamos, porque mostra, primeiramente, as tramas políticas de que dependia o processo. Através desse discurso podemos averiguar que acusações de recrutamento arbitrário eram difundidas por liberais, mas também pelos conversadores. Ao analisar o documento citado, é preciso ter em mente que contexto ele foi produzido. Sendo 1845 um ano em que liberais ganhavam espaços de poder, inclusive na província da Paraíba, o jornal *Sentinella da Monarchia*, sendo um defensor de ideais conservadores, não poderia emitir opiniões favoráveis a quem estava no poder, constituindo-se assim, como um representante da oposição.

O periódico, ao afirmar que esse “recrutamento rigoroso” era aplicado somente aos que pertenciam ao partido que havia “decahido”, estava se referindo aos conservadores, chamados comumente na província da Paraíba de *baetas*. O trecho ultimamente citado somente reafirma a ideia de que o recrutamento se

³⁶ Jornal *Sentinella da Monarchia*: periodico politico e litterario, n. 602, 5 de março de 1845, Tipografia Americana, p. 3. Grifos em itálico no original, grifos nossos em negrito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332780&PagFis=2243&Pesq=frederico%20carneiro%20de%20campos>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

configurava também como instrumento de perseguição aos adversários. Ou seja, através do recrutamento percebemos como a política da província da Paraíba estava dividida. E, embora, parte considerável da memória sobre o recrutamento associasse os excessos aos conservadores, podemos observar que essa foi uma estratégia utilizada pelos dois partidos³⁷.

Observamos que, em se tratando da província da Paraíba, a remessa de recrutas era modesta, e proporcionalmente, chegava a ser negativa. Fábio Faria Mendes aponta a província da Paraíba como uma das mais refratárias na remessa de recrutas no período compreendido entre 1845 e 1883, e, segundo os dados pesquisados pelo autor, sua representação é proporcionalmente negativa em relação à sua população se comparada com a maioria das outras províncias (2010, p. 54).

Entre os principais elementos que cercavam o recrutamento, destacamos aqui aqueles de ordem cultural e social. Do primeiro, podemos citar como recrutamento fazia parte de uma cultura que entendia o serviço militar, assim como os trabalhos braçais, como algo repugnante e do qual se deveria fugir. Ainda pela ótica cultural, percebemos que o recrutamento fazia parte de uma sociedade marcada pelo clientelismo, e, se o alistamento forçado era algo do qual se deveria escapar, a melhor forma de

37 A historiografia nos aponta que, por trás de pretextos legais, várias autoridades, quando investidas nesses cargos, perseguiram os adversários de forma obstinada. Os conflitos gerados pelo movimento praieiro na província de Pernambuco evidenciam as estratégias adotadas pelas elites que ocupavam a administração pública. Marcus Carvalho e Bruno Câmara, além de outros historiadores, assinalam as medidas tomadas pelos praieiros quando ocuparam a governação da província de Pernambuco. Segundo esses pesquisadores, tão logo assumiram o poder, os praieiros trataram de fazer uma demissão em massa que destituiu seus adversários da máquina pública. Também exigiram que aqueles ligados à oligarquia dominante anteriormente, vinculados principalmente à família Cavalcanti, devolvessem as armas que adquiriram enquanto participavam do governo anterior (Carvalho e Câmara, 2008, p. 20).

conseguir êxito seria buscar proteção com os padrinhos políticos. Essa era a estratégia que seguiam os menos privilegiados, porque aqueles que possuíam grossa fortuna encontravam, quase sempre, isenções que os livravam do serviço.

No entanto, esses homens afortunados, que estavam desobrigados do serviço militar obrigatório, poderiam se incomodar com o recrutamento, quando seus empregados, aqueles que, de fato, produziam a riqueza para seus patrões, estavam sujeitos ao processo. Embora a legislação da época tenha dado bastante atenção a esse quesito, excluindo do processo de recrutamento aqueles que estavam empregados na produção de riqueza, entendemos que nem sempre isso era respeitado, tendo em vista que as relações de trabalho no século XIX se configuravam de forma complexa, e nem sempre os vários tipos de vínculos que trabalhadores e patrões mantinham eram considerados pelos agentes do recrutamento. Além disso, o recrutamento, em períodos de disputas eleitorais, poderia ser utilizado com um recurso para perseguir inimigos políticos, portanto, expoentes do poder local poderiam ser incomodados pelo processo.³⁸

Do ponto de vista social, o tema de nosso trabalho se insere em uma sociedade marcada pela desigualdade, que mantinha privilégios para poucos e conservava muitos outros na pobreza. E, ainda mais importante que isso, o recrutamento fazia parte de uma sociedade escravocrata que associava trabalho manual

³⁸ Foi o caso de Pedro Marinho Falcão Pedro Marinho Falcão, tendo ocupado o cargo deputado provincial na 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, nos anos de 1835 e 1836 (Mariz, 1987[1946], p. 30) figurou na política da província paraibana com certa notoriedade, envolvendo-se, inclusive, em alguns episódios mais tensos das eleições ocorridas no período que analisamos. Além disso, Pedro Marinho Falcão poderia ser considerado um indivíduo dotado de algum prestígio social, porque seu nome foi citado em 1845 entre os Cavaleiros da Ordem da Rosa (Meira, 2018, p. 114).

à escravidão, portanto, muitas vezes o alistamento forçado se configurava como um serviço próximo ao serviço no cativo. Além disso, escravizados eram os que compunham a principal mão de obra do Império brasileiro, isso excluía uma massa de homens livres pobres dos postos de trabalho e, esses indivíduos livres e libertos que não se encaixavam na produção de riqueza reiteradamente eram o alvo principal de recrutadores. O Estado brasileiro, em acordo com as classes patronais, perseguia aqueles que eram considerados “vadios” e não se inseriam na ordem que as elites almejavam alcançar, ganhando o recrutamento uma face de controle social.

Dentro do jogo político que acontecia no período que analisamos, observamos que o recrutamento servia como instrumento nessas disputas. Os dois grupos políticos que se enfrentavam e concorriam pelo poder nessa época, conservadores e liberais, utilizaram o pretexto do alistamento forçado como instrumento para perseguição de seus adversários. Sendo assim, a remessa de recrutas para as tropas de linha fazia parte das culturas políticas dessa época.

REFERÊNCIAS

FONTES

Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 1840, coligidos por Antônio Henoch dos Reis, Rio de Janeiro, Typographia da Viuva Pinto e Filho, 1884, t. 1, p. 200.

Correspondência entre a Sub-prefeitura da Vila do Pilar e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842.

Correspondência entre o Chefe de Polícia Interino e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Público Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 21 de maio de 2018

BRASIL, Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm. Acesso em: 23 de dezembro de 2017;

BRASIL, Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Codigo do Processo Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm. Acesso em: 23 de dezembro de 2017.

BRASIL, Decreto nº 73, de 6 de abril de 1841. Encarregando do recrutamento a • Qfficiaes do Exer- cito, e aos Commandantes da Guarda Nacional, debaixo da direção dos Juizes de Diritto Chefes de Policia , e approvando as Instrucções da mesma data. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18320/collecao_leis_1841_%20parte2.pdf?sequence=2. Acesso em: 23 de dezembro de 2017. Grifos nossos.

Discurso recitado pelo excellentissimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, presidente da provincia da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843, p. 8.

Jornal *A Ordem*: Jornal Politico, Litterario, e Critico (PB). 20 de agosto de 1849. Tipografia Nacional. Disponível em: <http://>

memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&PagFis=4&Pesq=. Acesso em: 21 de julho de 2017.

Jornal *O Reformista*: Jornal Politico, Litterario, e Commercial. Tipografia de F. T. de Brito e Companhia, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817457&pesq=>. Acesso em: 23 de abril de 2018

Jornal *Diario Novo*, n. 108, 17 de maio de 1844. Tipografia Imp de L. I. R. Roma. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&PagFis=1741&Pesq=pedro%20marinho%20falcao>. Acesso em: 14 de maio 2018

Jornal *O Sentinella da Monarchia*: periodico politico e litterario, n. 602, 5 de março de 1845, Tipografia Americana Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332780&PagFis=2243&Pesq=frederico%20carneiro%20de%20campos>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

Relatorio que á Assembléa Legislativa da Parahiba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842”, p. 3.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Mariana Monteiro e, MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364. 2006.

CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno Dornelas. A Rebelião Praieira In: DANTAS, Monica Duarte (org). *Revoltas, Motins e Revoluções*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 355-390.

CASTRO, José Antônio Magalhães. *Projeto de lei de recrutamento*, oferecido à consideração do poder legislativo brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Lobo Vianna & Filhos, 1863, p. XX. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227335>. Acesso em: 19 de novembro de 2014;

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difel. 2002

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. *Almanack Braziliense*, n. 1, p. 80-92, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11606>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos*. Vol. 3, n. 3, 1999, 113-151.

LIMA, Luciano Mendonça. Escravidão, liberdade, pobreza e rebeldia no contexto do Quebra Quilos (1874-1875). In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (Orgs.). *Múltiplas Visões: Cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Univeristária da UFPB. 2009.

MARIANO, Serioja Rodrigues C. Não aceitei a presidência para ligar-me a partidos: cultura política e administração na província da Paraíba. In: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de (Orgs.). *O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA, 2015.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.

MEIRA, Lis de Araújo. *O exército(...) é coisa do rebotalho da nação: recrutamento militar e manutenção da ordem no Brasil (1840-1852)*. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA-UFPB. João Pessoa. 2018.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2009.

ROCHA, Justiniano José. *Acção; Reacção; Transacção*. Rio de Janeiro: Typ. Imp e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1855.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. *Da província à Corte: deputados paraibanos e a formação do Estado nacional (1831-1840)*. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA-UFPB. João Pessoa, 2014.

SEGAL, Myraí Araújo. *Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)*. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA-UFPB. João Pessoa. 2017.

“AINDA NÃO PODEMOS AVENTURAR UMA PROPOSIÇÃO SEGURA A RESPEITO DA CRISE ELEITORAL?”: EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS POLÍTICAS NO JORNAL O ARARIPE (1856)

Maria Larisse Elias da Silva
Ana Elizabete Moreira de Farias

INTRODUÇÃO

A Comarca de Crato¹ era dividida, inicialmente, em três municípios/freguesias, sendo elas: Crato, Missão Velha e Barbalha, depois passou a contar também com Jardim e Milagres, e perdendo a freguesia de Missão Velha para a Comarca de Icó que, por sua vez, estava dividida geograficamente pela freguesia de Icó, Lavras, Telha, Pereiro e tendo Jaguaribe Mirim cedido espaço para Missão Velha (Almeida, 1868; Freitas, 2011).

Situada na região do Cariri, a Comarca de Crato era tida como o “Oasis” cearense, uma vez que suas terras eram as mais agricultáveis da Província. Ao mesmo tempo em que isso enchia as elites locais de anseios e perspectivas de crescimento econô-

1 A Comarca de Crato, como já dito, era composta pela freguesia do Crato tornou-se município em 1853 e estava situada na região Sul, mais conhecida como Cariri, da Província do Ceará, distante 516,6km da capital Fortaleza; a região era conhecida como “Oasis” por possuir um clima frio e suas terras férteis para o cultivo na agricultura. Além dela, existia também o município de Missão Velha, que teve sua emancipação em 1864. Estava ligada economicamente à freguesia de Crato por ser mais próxima a ela, apenas 42km, e distante de Fortaleza por 505km. Por último, tinha-se Barbalha, com data de emancipação em 1846, manteve-se dependente economicamente do Crato, que ficava distante a apenas 21,4km e com distância de 526,2 km de Fortaleza.

mico, também gerava dissidências porque o governo provincial não atuava com firmeza na manutenção da ordem local nem investia na região para promover o desenvolvimento econômico – o que conduzia a região a ter uma economia voltada para o consumo e subsistência.

Contemplada pela mais rica vegetação do Ceará, a Comarca do Crato (ver figura 1) era berço de um dos mais renomados políticos que teve atuação no Segundo Reinado, o senador liberal José Martiniano de Alencar – que tanto lutou pelo projeto de independência do Cariri. Em anos anteriores, mais precisamente na década de 1850, destaca-se também um importante fator que contribuiu para a promoção de uma ideia de “estabilidade” entre grupos de elite local.

Figura 1- Reprodução do mapa da Comarca do Crato, no ano de 1846.



Fonte: Cortez & Irffi (2016, p. 36).

Antes de esmiuçar o tema bem como a sua abordagem e significância, faz-se necessário recuar um pouco na historiografia e discutir o cenário político que compunha o Brasil do Segundo Reinado e de que maneira a estrutura e os modos de fazer política no Império refletiram na maneira de fazer política nas referidas Comarcas dentro do recorte delimitado para esta pesquisa. Pois, compreende-se aqui que nenhum evento foi, por

si, desinteressado ou, por mais distante que estivesse da Corte ou capitais de Província, fosse deslocado da estrutura política do Império.

Durante o Segundo Reinado, as diferentes regiões do Brasil foram marcadas por transformações que possibilitaram novas configurações no cotidiano social dos indivíduos, fosse nas capitais de Província ou, até mesmo, nos lugares mais distantes do litoral. As mudanças começaram a serem delineadas a partir da década de 1850, período considerado pela historiografia como sendo um momento de “relativa estabilidade geral” depois dos debates conflituosos promovidos entre os liberais e conservadores em torno da perspectiva da maioria de D. Pedro II (Holanda, 2004).

Para mencionar alguns momentos mais significativos para o período, tem-se o exemplo da promulgação da Lei de Terras (1850) que dizia respeito ao modo como as pessoas iriam adquirir terras, ou seja, instaurou-se, com isso, o controle social ao criminalizar a aquisição pelas vias da “invasão”. A mencionada Lei é plausível de menção neste Projeto uma vez que ela arregimentou uma tramitação que antes não se tinha; era preciso que houvesse comprovação de ocupação – por posse ou título –, exigia-se a medição do espaço requerido e, se necessário, as resoluções que tratavam das ações de embargo entre os requerentes.

A legalidade da tramitação ofereceu aos fazendeiros uma legitimidade pública sobre as terras e caso a fronteira de expansão interna fosse fechada, caberia ao presidente de Província proferir uma sentença sobre os processos em litígio (Secreto, 2012; Christillino, 2020).

A Lei de Terras (1850) chama a atenção por seu teor político que estava endossado em sua configuração final, pois, se o fazendeiro que estivesse requerendo a terra fosse um apoiador da política empreendida pelo então presidente de Província, possivelmente ele poderia ser favorecido no momento da decisão sobre a posse da terra. Acredita-se, portanto, que mesmo com todos os dispositivos legais, as ações de barganha política ainda interferiam nas decisões relacionadas ao uso ou a posse de espaços geográficos. Pois, a aquisição de terras naquele período estava associada ao status econômico e poderio político, então, ser possuidor de terras era fundamental para manter a clientela fiel aos interesses políticos do fazendeiro.

Na corrente década, considera-se relevante a Lei do Tráfico (1850), que estabeleceu medidas que reduzissem o tráfico de africanos para o Império do Brasil, teve-se o Código Comercial, a liberdade de trânsito no Rio Paraguai, a circulação monetária, empreendimentos econômicos, a reorganização de serviços, entre outros dispositivos que fizeram com que a década de 1850 tomasse um ar de estabilidade (Holanda, 2004).

No entanto, ao reduzir a escala de análise para a Província do Ceará, por exemplo, não foi possível pensar que tais mudanças ocorreram da mesma forma em um espaço de tempo concomitante. Celeste Cordeiro (2007, p. 145, grifos) relatou que “ainda que a política de conciliação² estivesse sendo vivenciada no País, a partir da proposta do marquês do Paraná em 1855, no Ceará nada mudou **em relação à formação de ligas**”. Concorde-se, em partes, com a afirmação da autora uma vez que acredita-

2 A Conciliação foi uma estratégia política utilizada pelo Marquês de Paraná (o conservador Honório Hermeto Carneiro Leão) para aproximar os liberais e conter as revoltas e ideais republicanos que circulavam cotidianamente nos diferentes lugares do Império do Brasil.

-se que mesmo não tendo tido mudanças tão significativas, uma vez que as tensões políticas nas Comarcas de Icó e Crato continuaram acontecendo. Freitas (2011) corroborou com a perspectiva ao dizer que durante o período de Conciliação, ao afirmar que a divisão por “círculo” promoveu na Vila da Telha o desastre social durante as eleições.

No entanto, não há concordância em sua afirmativa de que “[...] no Ceará nada mudou.” Ao visualizar o cenário social da freguesia do Crato naquele período, destaca-se a criação do semanário cratense *O Araripe*³, em julho de 1855 (Dantas, 2018). Sendo o primeiro jornal da cidade do Crato, ele foi, ao mesmo tempo, palco e agente dos debates entre os grupos partidários locais – sendo considerado, portanto, uma mudança significativa tanto no cenário político local.

Uma vez que a sociedade da região passou a ter maior acesso às discussões políticas e serviu como ferramenta de inserção dos projetos ligados Partido Liberal nos debates do Império, como também construiu sua relevância no Brasil quando passou a debater a necessidade de criação da “Província do Cariri-Novo” devido à falta de assistência do governo provincial na região do Crato. A partir disso, percebe-se que assim como outros jornais de maior amplitude, *O Araripe* teve profunda relevância no período por ter sido a “mola propulsora” na engrenagem dos embates políticos inter-regionais, como as narrativas disseminadas pela imprensa (Barbosa, 2010).

3 O jornal *O Araripe* circulou entre 1855 e 1864. Periódico de origem local, tinha sua filiação política com as ideias do Partido Liberal do Crato, possuía sua tiragem aos sábados e destinava-se a discutir, por exemplo, questões de interesses locais e a manutenção da observância das leis. O jornal tinha lugar na Typographia do Monte & Companhia e seu impressor inicial foi Domingos P. C. Araripe, seguido por Jesuíno Briseno da Silva, Manuel Brígido dos Santos Júnior, Francisco Dias Sobreira, Manuel Brígido dos Santos Sobrinho e Franklin Benjamim de Carvalho (Alves, 2010).

Diante do que foi explanado até aqui, intentamos analisar o modo como as narrativas sobre as eleições apresentaram-se em termos de “experiência política” por meio do jornal *O Araripe* – compreendendo a circulação de quase todo o primeiro semestre do ano de 1855 – e como esses sujeitos, produtores de discursos na imprensa, vislumbravam o futuro, ou seja, o chamado “horizonte de expectativas”.

Para tanto, apoiamos-nos nos conceitos de Reinhart Koselleck (2006; 2014), em que se discute os espaços de experiência e horizontes de expectativas para compreender os deslocamentos dessas narrativas eleitorais na espacialidade da Comarca de Crato, situada dentro do recorte geográfico da então Província do Ceará.

A abordagem deste artigo foi qualitativa, uma vez que exploramos as narrativas com o intuito de esmiuçar os detalhes do cotidiano, do comportamento e modos de expressar opiniões em torno da crise eleitoral naquele período, com enfoque na Comarca do Crato, em 1856.

Como amostra inicial para a pesquisa, realizamos um balanço em torno de cinquenta exemplares do jornal *O Araripe*, publicados periodicamente durante o ano de 1856. Após a análise inicial do material, recortamos as fontes para o primeiro semestre do referido ano e, com isso, atendendo aos critérios expostos a seguir, trabalhamos neste artigo com 5 edições que corresponderam aos objetivos aqui propostos. Assim, como critérios de inclusão, selecionamos as edições que trataram da “política no Crato”, das “tensões físicas” e “violências emocionais nas eleições”; os critérios de exclusão foram baseados em “eleições que não tratassem da política Caririense”, “que não vislumbrasse a crise eleitoral” e que “não tivesse como foco 1856”.

Por conseguinte, o artigo está organizado em cinco partes. A primeira, refere-se aos aspectos introdutórios em torno do tema; a segunda, explana o jornal *O Araripe* e seus meandros no meio comunicacional na Província do Ceará durante parte do século XIX; no terceiro momento, discute-se a aplicabilidade dos conceitos de Reinhart Koselleck no debate sobre política; na quarta etapa, analisa-se os exemplares do jornal *O Araripe*, dando ênfase ao contexto historiográfico da década de 1850 com a perspectiva da conciliação, bem como as ideias de “povo” e “governo”, e “conciliação” e “voto”; por fim, apresentamos as considerações finais seguidas das referências.

O ARARIPE EM CENA

O perfil do jornal

A imprensa do século XIX, de uma forma geral, apresentava em suas páginas de folhetins e jornais traços e aspectos que correspondiam aos significados sociais vivenciados pelas pessoas naquele momento. Marialva Barbosa (2010) ajuda-nos a refletir sobre o fato de que os textos, as cartas, as crônicas e os editoriais falavam do cotidiano, mais também tinham os escritos que se dedicavam a produzir pistas de como os grupos sociais se relacionavam com as diferentes instâncias de poder presentes na Vila do Crato, por exemplo.

A partir de um periódico como *O Araripe*, é possível remontar essa rede de interesses e os sujeitos que participavam do circuito de comunicação local e provincial, ou seja, “[...] o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que, gradativamente, pelos indícios que um olhar

mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido.” (Barbosa, 2010, p. 11).

O Segundo Reinado foi um período em que os diferentes jeitos de performar uma notícia ocupou os espaços editoriais dos jornais. Isso se dava por motivos distintos, entre eles, podemos mencionar a incapacidade de manutenção das tipografias, a ausência de um financiamento particular, os conflitos familiares e as questões da política local.

Diante de aspectos como os que foram mencionados acima, os editores que possuíam uma maior fragilidade nesse cenário acabavam por oferecer uma abertura maior não só para aqueles que comungavam dos mesmos interesses. Mas também, e principalmente, àqueles que produziam opiniões contrárias.

Isso não mostrava, por sua vez, que os periódicos eram imparciais – como muito se discute na contemporaneidade –, pelo contrário, eles faziam uso desses mecanismos de facilitação do acesso à publicação de cartas solicitadas para que tivessem condições de manter-se no mercado tipográfico e, assim, propagar as suas perspectivas políticas e econômicas.

Esse modo de conduzir e manter a produção editorial e a própria tipografia foi visualizado em periódicos que circulavam nas regiões mais distantes do litoral, como também naqueles que tinham a sua linha de produção ligada às capitais de província. Isso caracterizava-se, por sua vez, como um ponto em um perfil mais abrangente em torno dos jornais no Segundo Reinado.

O caso de *O Araripe*, no ano de 1856, não foi tão diferente do que se percebeu, então, em outros periódicos da época. No entanto, antes de mergulhar nessa latente esfera discursiva que foi o período de editoração do jornal no decorrer do ano supra-

citado, é preciso, portanto, esmiuçar alguns detalhes técnicos sobre a origem e funcionamento do jornal.

O periódico, tido como político e noticioso pela sociedade cratense, teve data de circulação inicial em 1855, com sua fundação por João Brígido dos Santos⁴, e o seu último exemplar foi impresso na Vila do Crato, no ano de 1864. O funcionamento dele era na Rua da Matriz por meio da Tipografia de Monte & Comp.

Em termos de estruturação, é possível visualizar que ao longo de sua vida na imprensa oitocentista ele contou com duas colunas e quatro páginas; trazendo, com frequência, debates sobre o Cariri e o projeto político de emancipar a região da Província do Ceara, além de debates sobre as doenças que assolavam as vilas circunvizinhas, como a bexiga, e, em termos políticos, a atuação do Partido Liberal na Comarca.

É importante mencionar também que o periódico esforçava-se para apresentar o Cariri com uma riqueza de detalhes principalmente no que tange à biodiversidade daquela parte da Província, destacando-o, por sua vez, como “[...] um oásis no meio do grande deserto [...] Aqui uma constante verdura, uma perpetua faz rir o coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares...” (Jornal *O Araripe*, nº 2, 1855, p. 2).

Com isso, podemos perceber que as narrativas do jornal tendenciavam o seu perfil, mas, sem desvinculá-lo, por exemplo, ao contexto político e social da província e comarca naquele

4 Além de ser redator do jornal *O Araripe*, João Brígido dos Santos foi publicador em periódicos que circularam em Fortaleza, capital da Província do Ceará, e, em período anterior, atuou como político, professor e escritor. Ele tinha a sua inclinação política fortemente lançada ao Partido Liberal e por ele atuou com militância, muitas vezes transfigurando o perfil dos conservadores e reduzindo-os ao patamar da irracionalidade em suas narrativas.

momento. Esse tempo, que desvelava também a construção cultural daquela época, era o espaço de experiência, como conceituou Reinhart Koselleck (2006).

Reforçando essa perspectiva, mesmo que com uma abordagem diferente sobre o tema, Denise Dantas (2018, p. 11) discutiu que “O jornal O Araripe foi, na segunda metade do século XIX, o principal veículo de produção e circulação dessas ideias enaltecidas em torno da região.”

Esse enaltecimento não era, por sua vez, desinteressado. Como o jornal era editado pelos liberais que compunham o grupo político no Crato, essas pessoas tratavam de promover os seus interesses ideológicos, como ressaltou Denise Dantas.

Ao divulgarem suas ideologias e projetos, os Liberais cratenses construíram essa visão de um Cariri peculiar, de terrenos vastos e abundantes, que se diferenciava das regiões circunvizinhas devido a sua natureza, apresentando-o como um celeiro, um local de salvação para os habitantes que procuravam abrigo nas suas terras. Desse modo, tais ideias tiveram sua formulação na segunda metade do século XIX, período em que os políticos e elites da região desejavam transformar o Cariri e, particularmente, a cidade do Crato, considerada a principal localidade da região na época, em um espaço desenvolvido, de progresso e também “civilizado”, tendo como preocupação modificar hábitos e costumes presentes nessa sociedade que não eram condizentes com o projeto de civilização que esses grupos almejavam. (Dantas, 2008, p. 11-12).

Pelo recorte acima, o Segundo Reinado foi o palco de um cenário de tentativa de mudança social e política, pois acreditava-se que o Cariri, representado por todo o esplendor figurado na vila do Crato, era destaque na Província do Ceará e isso colocava-a em um patamar de superioridade, tal qual outras provín-

cias. Isso gerou conflitos de interesses entre os representantes políticos locais com os que se encontravam na capital da Província.

ALGUNS INTERESSES EM COLISÃO

A natureza estava neste impresso com uma finalidade: ampliar as ideias e proposições políticas do Partido Liberal e da elite local do Cariri. Ela personificava-se nas narrativas, nos debates em público e nas linhas do respectivo periódico que tinha grande circulação na região.

Dantas (2016), já afirmava que:

havia uma série de interesses políticos, econômicos ou culturais, na base da construção dessas ideias sobre a natureza do Cariri, sendo essa paisagem ‘ordenada, descrita e lida’ com o intuito de delinear um espaço que atendesse as demandas dos projetos políticos idealizados para a região. (Dantas, 2016, p. 424).

O debate em torno da natureza local, por si, não era o objeto de desejo e impulsionamento da elite da região. Conforme mencionado no trecho acima, é possível compreender que havia um ordenamento de como ela seria apresentada e representada para a sociedade da época, e como ela poderia ser capaz de alçar expectativas sobre anseios políticos dos liberais.

Esse tema também foi discutido pelo historiador Darlan de Oliveira Reis Júnior (2016), quando pensou sobre a natureza como um recurso no discurso político na região do Cariri, porém, dando ênfase principalmente na intersecção de tal narrativa com a questão do trabalho dentro de um contexto histórico

que já se falava em trabalhadores livres e trabalhadores escravizados em seus diferentes níveis e segmentos.

De acordo com o Reis Júnior (2016), não se deve representar o Cariri a partir de uma ótica idealizadora, ou seja, afirmar que os recursos naturais eram determinantes para qualquer atividade agrícola, econômica ou social, como é possível visualizar no trecho a seguir:

O Cariri vivido refletia as contradições das relações sociais existentes. Idealizado no discurso senhorial como o lugar do refrigério, da fertilidade do solo, da presença das águas de suas fontes, oriundas da Chapada do Araripe, lugar de descanso para o viajante, da generosidade dos senhores, mas era, ao mesmo tempo, espaço do conflito, da diferença de usos da terra, da ociosidade e da propensão à criminalidade da classe subordinada se não houvesse o controle social. A humanidade e a natureza determinadas. (Reis Júnior, 2016, p. 362-363).

O trecho acima ressalta uma ferramenta importante que vinha sendo utilizada no periódico, inclusive, como instrumento discursivo para as pautas que circulavam nos debates políticos regionais da segunda metade do século XIX. Por exemplo, a representação idealista de que a natureza determinava as atividades sociais e econômicas fazia parte de uma narrativa que intencionava justificar, por sua vez, a mão de obra escrava, conforme discutiu Reis Júnior (2016).

Sobre esse modo como a natureza vinha sendo evidenciada, Dantas (2017) discutiu que isso também fazia parte de um projeto de autonomia política do Cariri cearense com a criação de uma nova província, independente do Ceará. Este debate foi disseminado por anos durante as décadas de 1850 e 1860, apresentando a região como um verdadeiro “oásis”.

Mas, para além dessa ideia de perfeição natural pintada no periódico – a qual fazia parte de uma perspectiva política –, os estudos promovidos por Dantas (2017) também acenam ao fato de que o referido jornal serviu como ferramenta de denúncia em torno da assistência prestada pelo presidente da então Província do Ceará – que segundo os grupos liberais locais, era frouxa e administrativamente inexistente.

O que é válido ressaltar nessa discussão é que, mesmo com todo o incentivo discursivo em torno da independização do Cariri, a elite regional dizia-se inovadora por criticar o modelo e parâmetros de gestão da administração da Província do Ceará, no entanto, não apresentava perspectivas diferentes do que vinha sendo praticado. Chamou a nossa atenção, a utilização do fenômeno natural como justificativa para a manutenção da escravidão na região.

As argumentações em torno da ausência do Governo, da necessidade de uma administração mais próxima, que dissipasse a barbárie e a violência, tornando-a símbolo da civilização, continuaram a ser ressaltadas nos editoriais do jornal. Assim como a natureza, que apareceu em algumas das petições é um dos pontos chave na argumentação dos liberais, que demonstraram a necessidade de encaminhar, com a criação da Província, estes territórios na direção do desenvolvimento e progresso, algo que ocorreria a partir das riquezas naturais e abundantes recursos que possuía o Cariri cearense (Dantas, 2017, p. 7).

Por meio do extrato acima, podemos sinalizar que o jornal *O Araripe* classificava-se como “ator” e “palco” na arena política da Província do Ceará. Pois, os redatores e correspondentes utilizavam-se de sua circulação para argumentar um projeto po-

lítico que evidenciava as relações de poder entre a elite do Cariri e a que situava-se geograficamente ao litoral da província.

A narrativa do “progresso”, da “bonança” e da “civilidade” política era chave de argumentação para uma possível independização e não como perspectiva transformadora do cenário de exploração e escravização existente na região do Cariri naquela época. Pelo contrário, se concretizado o referido projeto, a concentração da administração no ordenamento de uma elite específica, representada por parte da camada liberal cratense, seria o caminho para a manutenção do poder desses grupos locais – sem que tivesse, por sua vez, possíveis discordâncias com o poder provincial, haja vista que seriam eles os dominantes.

Com isso, nota-se que os espaços de experiência no cenário político do Cariri cearense eram diversos, não podendo afirmar, portanto, que o anseio pelo projeto político de independização estava no horizonte de expectativas da sociedade dessa região. Diante disso, faz-se necessário compreender de que modo os conceitos de *espaços de experiência* e *horizonte de expectativas* possibilita a lapidação do cenário político no ano de 1856 no Cariri cearense, a partir do jornal *O Araripe*.

A APLICABILIDADE DE REINHART KOSELLECK NA ANÁLISE SOBRE AS ELEIÇÕES

Pensar as ações e interações do homem em um determinado espaço e tempo requer de nós, historiadores, uma destreza no trato questionador, mais também a sensibilidade para percebermos os personagens de nossas tramas, bem como os seus diferentes instrumentos relacionais como sendo aspectos que estão, muitas vezes, intrinsecamente relacionados.

Pegando o eixo norteador desta discussão – a questão da política no Cariri cearense por meio do jornal *O Araripe* –, podemos dizer que um personagem de nossa trama não era, por si, político; ele era também um agente social, ligado ou não à esfera institucional, que possuía ou não subterfúgios econômicos que, por sua vez, elevava a sua categoria social ou subalternizava-o.

É preciso pensar os sujeitos dentro dessas conexões, pois cada uma delas pode implicar nas suas reações, nas decisões tomadas, bem como no modo de agir em público ou na sua vida privada. Por isso, não entendemos esses sujeitos de forma deslocada, pelo contrário. Eles são carregados de emoções, de interesses pessoais, de escolhas político-partidárias e até econômicas e familiares.

Apoiamo-nos, portanto, no historiador alemão Reinhart Koselleck⁵ (1923-2006) para pensar, a partir de seus conceitos de *espaços de experiência* e *horizonte de expectativas*, como que os escritos presentes no jornal *O Araripe* apresentavam as experiências políticas da época na Comarca do Crato, com ênfase no Município do Crato, e quais eram as expectativas relacionadas ao universo eleitoral em âmbito local e provincial.

Para tanto, antes de iniciar a discussão conceitual, é importante acenar para um aspecto importante nesta seara: a questão do espaço e da história. Koselleck (2014) entendia que o espaço poderia ser dividido em uma realidade composta por quatro dimensões: campo de força, forma de intuição pura,

5 Contemporâneo de Martin Heidegger e Carl Schmitt, o historiador Reinhart Koselleck estudou na Universidade de Heidelberg e suas pesquisas influenciaram grandes nomes no campo da Teoria da História, como Hayden White e François Hartog. As obras de Koselleck foram dedicadas ao estudo do tempo. Para ele, havia uma sedimentação, principalmente no século XIX, ao pensar a relação entre passado e o futuro no mundo ocidental.

espaço vital ou espaço do coração; já a história, definida como narrativa ou como produtora de identidade. em ambas as definições, há estabelecimentos de relações entre espaço e história. Segundo o teórico, “[...] ninguém negará que a história, seja lá o que for, tem a ver com espaço, ou melhor, que as histórias têm a ver com espaços.” (Koselleck, 2014, p. 73).

Essas categorias não devem, por sua vez, serem confundidas, como bem chamou a nossa atenção Koselleck (2014). Para o autor o passado não é uma categoria acabada, mas está sujeita à reinterpretações, ressignificações, atualizações que possibilitam entrever as disputas e tensões entre as várias dimensões e as expectativas de projetos de futuro. Em outras palavras, o passado e o presente podem ser usados para reafirmar as experiências, para reavaliar o passado ou mesmo para iniciar novos horizontes de expectativas.

Assim,

A “experiência” corresponde ao passado atual, o presente efêmero que se relaciona com as experiências ressignificadas. Neste sentido, o presente atualiza e re-atualiza as experiências vividas consciente ou inconscientemente, em processos de incessantes ressignificações. Já a categoria de “horizonte de expectativa” é ligada simultaneamente ao que ainda não foi experimentado, para o projeto de futuro. Assim, o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” se complementam de maneira que “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (Koselleck, 2006, p. 313).

Experiências e expectativas que ficam evidentes a partir das multiplicidades temporais (presente, passado e futuro) e disputas e tensões de projetos de futuro que ultrapassam os limites da discussão política. Tensões que são produzidas no tempo his-

tórico, mas que o superam, a partir do momento que o redimensionar o passado é projetar sentidos no presente para o futuro.

Atrelado a isso, a concepção de horizonte de expectativas é notável pela possibilidade de lançar infinitos sentidos para o futuro, em uma nítida relação entre o que pode ou não ocorrer, viabilizando novos olhares, novos espaços de experiências, novas reinterpretações, num fluxo constante e contínuo de construção e reconstrução de análises sobre o tempo e o espaço de elaboração (Koselleck, 2006).

Para o autor, é na “[...] experiência **que** se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento” (Koselleck, 2006, p. 309-310, grifo nosso). É a experiência de cada indivíduo que se transmite, é o conhecimento compartilhado sobre as histórias vivenciadas no passado/presente que se conserva nas histórias alheias e interpessoais.

Essa elaboração, através dos jornais, por exemplo, possibilitam o entendimento das disputas no campo discursivo dos sujeitos que recorrem ao Jornal *O Araripe*. Eles mobilizam as experiências passadas por intermédio de “olhares” que buscam atribuir sentidos, intencionando presentificar o passado, ao passo que legitima as vivências no campo da política, da sociedade e da economia em que estava inserido.

Nesse sentido, o jornal passou a servir como articulador inerente às concepções do tempo histórico no qual as experiências são construídas e reconstruídas. Ele acabou por proferir meios pelo qual a sociedade pensava, questionava a si própria e suas relações que conferiam legitimidade através dos sentidos e visões compartilhadas. Cada texto, trazia à tona visões de tem-

po e sentidos que trabalhavam através das categorias temporais aqui explicitadas.

OS ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIA E O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS NA POLÍTICA CRATENSE

“Agora as coisas se terão passado de outra maneira?”: povo e governo

Numa manhã de terça-feira, no dia 1º de janeiro de 1856, o jornal *O Araripe* lançou a sua primeira edição do corrente ano, tendo por nº 26. Como de costume em todo início de ano, o editorial fez uma reflexão sobre o período anterior e as expectativas para o futuro, fosse de renovação ou continuação em âmbito social e político na região do Cariri.

Situado na vila do Crato, o periódico dava conta naquele início de ano dos diferentes flagelos e os “fatos horrorosos” que atingia o povo da Província do Ceará, como: “[...] assassinatos, roubos, depredações, e outros crimes de diversos gêneros, basta-nos somente recordar o flagelo da peste⁶ que tantas lágrimas têm feito derramar.” (Jornal *O Araripe*, nº 26, 1856, p. 1).

Com isso, percebemos que havia uma série de acontecimentos, de ordem social, natural e política assolando os anos da década de 1850 e o receio dos danos da seca, por exemplo, eram latentes na Comarca do Crato. Por isso, os administradores do periódico, ligados ao Partido Liberal local, sentiam-se na “obrigação” de posicionar-se politicamente frente ao que consideravam descaso por parte do governo provincial, “[...] *O Araripe* dedicado, ao que diz respeito a interesses da comarca fará abstração de po-

⁶ No ano de 1855-56, a Província do Ceará era afetada pela epidemia do Cólera – doença que gerou um lastro de pavor na população pelo seu alto índice de mortalidade. Isso provocou a necessidade de uma reestruturação em âmbito sanitário, ou seja, a construção de cemitérios na Província em decorrência do medo que ela se proliferasse por meio da exalação dos cadáveres coléricos. Para maiores informações, ver França (2018).

lítica quanto às pessoas, e será sempre mais que tudo o amigo da Pátria – Cariri.” (Jornal *O Araripe*, nº 26, 1856, p. 2).

No trecho acima, percebemos a pontualidade do posicionamento do jornal, em defender, impreterivelmente, os interesses daquela região. Se no ano vindouro, o porta-voz da Comarca já sentia a necessidade de firmar a sua direção em defesa do Cariri, dar-se a entender que as expectativas com o modo de governar do então presidente da Província, o sr. Francisco Xavier Paes Barreto (1821-1864)⁷, não eram tão positivas. Logo, é importante mencionar que o referido presidente era de oposição – ligado ao Partido Conservador –, o que acentuava o interesse pelas possíveis críticas por parte da direção do jornal.

Na última página da edição, os editores reproduziram uma carta de José Severo Granja, escrita nos últimos dias de 1855, mas com referência às expectativas de futuro do povo, nomeada “Proclamação aos caririenses”. De início, o Sr. José Severo convida o povo a despertar politicamente, como pode ser lido a seguir: “Despertai, Caririenses! Do vosso longo dormir... Despertai! Que o vosso sono já é pecaminoso...” (Jornal *O Araripe*, nº 26, 1856, p. 5).

O trecho acima faz alusão a necessidade de luta, por parte do povo, nos espaços da política – uma vez que no ponto de vista de José Severo, as pessoas vinham ignorando a conturbada legislação que os regia, que a falta olhar da população para o presente era um descabido descuido com o futuro do país. Naquele momento, a política da conciliação não recebia os melhores

⁷ Pernambucano nascido em Cimbres, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda (1842) e tomou posse na presidência da Província do Ceará em 15 de setembro de 1855 e deixou a função em 10 de setembro de 1856. À época, ele era ligado ao Partido Conservador e tido como um ditador, principalmente na sua Província de origem, o Pernambuco, como discutiu Silva (2021).

arranjos na Província do Ceará, principalmente entre os líderes exaltados caririenses – que visualizavam no jornal *O Araripe* um espaço de militância política, onde poderiam responder as violências políticas com argumentos e alcançar um maior número de simpatizantes.

Para a historiadora Ana Carla Fernandes (2006, p. 44), isso se tratava de uma estratégia política muito parecida com as práticas de João Brígido para “[...] se reparar, sem violência, os abusos das autoridades, os atos contrários ao interesse público e os desentendimentos de caráter pessoal.” Abraçando um perfil menos agressivo fisicamente e mais próximo à intelectualidade, convidava-se o povo a refletir, como é possível visualizar a seguir:

Pensáveis então, que serieis felizes à sombra das leis do Império. Pensáveis que o magistrado vos faria justiça. Pensáveis que a Câmara Municipal cuidaria dos vossos interesses. Pensáveis que os vossos direitos de propriedade sempre seriam garantidos e invioláveis. Pensáveis em tudo menos na corrupção e na imoralidade a que podia chegar o leme do governo nas mãos de um homem esperto que abusou de vossa simplicidade. Caririenses! (Jornal *O Araripe*, nº 26, 1856, p. 5).

Nas palavras acima, José Severo conclamava o povo a agir na política local, uma vez que, para ele, o tenente coronel da Guarda Nacional Miguel Xavier Henriques de Oliveira⁸ – notadamente conservador – era homem de pouca índole... “[...] meditai sobre ele, sobre a corrupção e vos convencereis comigo que é um traidor, um detratador infame. Eu me explico: é um traidor!” (Jornal *O Araripe*, nº 26, 1856, p. 5). Isso se deu, principalmente,

⁸ Chegou a ser presidente da Câmara Municipal do Crato (1862) e deputado provincial.

porque pondo em execução a lei dos círculos eleitorais, o tenente Miguel Xavier atuava mediante os próprios interesses, escolhendo os representantes segundo a sua vontade.

Essa prática de fraude era comum no Segundo Reinado e reaparecia com frequência nas páginas do jornal *O Araripe*, fosse em forma de denúncia ou reclamação. Na edição do dia 5 de janeiro, nº 27, o periódico trouxe uma série de nomes de pessoas acometidas pelo cólera, apontou novamente o receio dos criadores de gado da região e fez notícia em torno da Junta de Qualificação que ocorreria no dia 20 do corrente mês.

Na ocasião, o texto trouxe um panorama de como visualizavam – na perspectiva liberal – a história eleitoral da Província e, em especial, da Comarca do Crato “cheia de manejos”, “fraudes e violências que em quase todas as épocas os partidos empregaram para conseguirem a vitória.” (Jornal *O Araripe*, nº 27, 1856, p. 3). No entanto, apesar desse espaço de experiências passadas, que o autor anônimo relatou “[...] estas coisas pertencem ao domínio do passado...”, em certa medida ainda acreditava-se que em respeito ao “adorado” imperador e “[...] porque felizmente o país atravessou todas essas crises para chegar a este período de paz e harmonia que gozamos; é de esperar que por toda parte as Juntas Qualificadoras, fiéis ao sentimento da época...” tenha-se um momento eleitoral em que a norma e a justiça imparcial prevalecerá (Jornal *O Araripe*, nº 27, 1856, p. 3).

Nesse momento, notamos que a “experiência”, conforme abordada por Koselleck (2006), era esse passado que ainda assombrava o presente e que já se relacionava, por sua vez, com experiências ressignificadas por meio do projeto de conciliação

de D. Pedro II, tido como adorado pelos cratenses. Assim, com base nas circunstâncias de outrora vivenciadas:

Se porventura voltar a cena o instinto exclusivista dos partidos. Se hoje como outrora o direito de eleger e de ser eleito for ainda o monopólio do partido que estiver no poder, teremos de ver o país outra vez dividido em dois campos inimigos; e então a luta será por certo mais profunda, mais renhida, mais sanguinolenta. (Jornal *O Araripe*, nº 27, 1856, p. 3).

Pelo extrato acima, compreendemos que o horizonte de expectativa de harmonia e tranquilidade eleitoral estava condicionado à inexistência do não-exclusivismo nos pleitos locais. Do contrário, “[...] Não haverá por certo de entre eles um só que amando esta pequena pátria, folgue dever reaparecerem novas lutas, novas reações, novas intrigas e discórdias...” (Jornal *O Araripe*, nº 27, 1856, p. 4).

Como pôde ser percebido até aqui, percorria entre as páginas do jornal *O Araripe* uma certa tensão política entre o que era possível acontecer, à sombra de um passado nefasto de violência, em um presente ainda amedrontado pelos resquícios de agressões, do abuso de poder e do exclusivismo político. Tais fatores puseram em questão, por exemplo, a efetividade do plano conciliador do Imperador D. Pedro II, como veremos a seguir.

“Horror, e ainda horror!!!”: críticas sobre a política conciliadora e a questão do voto

O Poder Moderador, que constitucionalmente não deveria refletir a ingerência de D. Pedro II, foi uma das peças que faltava para revelar o clima de contestação e desgaste sobre o regime imperial. A inconstância nas deliberações e atitudes do

imperador não demonstravam o reconhecimento do limiar entre real e legal, nomeações e demissões (Holanda, 2012).

Há de se pensar ainda que o fator “(res)sentimentos” foi um dos que interferiu na política de decisões, mas só isto é assunto para um outro artigo. Por hora, podemos pensar em como a perspectiva da conciliação era visualizada nas páginas do jornal *O Araripe*.

A política da conciliação não foi o que se esperava, pois apesar do empenho do Marquês de Paraná em aproximar os grupos de liberais e conservadores da ala moderada, o programa proposto por este gabinete começou a ruir quando a ideia de “diversidade” e “autenticidade” aos representantes eleitos tomou as bancadas (Alexandre, 2020).

Na edição de nº 41, em 19 de abril de 1856, nota-se que houve interferências nas eleições da Câmara Municipal do Crato por meio do grupo político ligado ao Partido Saquarema – de tendência conservadora.

Todas as vezes que é mister reunir-se a câmara municipal desta cidade, há dificuldades a superar, e quase nunca é possível haver sessão nas épocas d'vidas, e menos funcionar com o máximo dos vereadores da lei. Isto vem da origem ou fatura desta corporação. O partido saquarema inspirou-se tanto do pensamento que então dominava que tudo quis deixar em um círculo de ferro. Não lendo talvez o número preciso de pessoas habilitadas para as diversas funções públicas não quis todavia que um adversário político partilhasse honras que ele julgava pertencerem exclusivamente a seus adeptos. (Jornal *O Araripe*, nº 41, 1856, p. 2).

A partir do extrato acima, percebemos que havia um descontentamento expresso no periódico com relação aos círculos

eleitorais, que, na ocasião, de acordo com a narrativa reproduzida no jornal, foi algo aproveitado pelos conservadores locais em nome da dominação, chamando-se, por meio disso, de “círculo de ferro”. Isso se deu porque, em tese, o partido conservador só dava ouvidos aos que partilhassem das mesmas perspectivas políticas.

O clima no município do Crato não estava nada agradável politicamente. Isso pode ser visualizado nas diferentes alegações em torno acerca das ações dos saquaremas. “Hoje com desprazer geral nota-se, que a nossa câmara municipal **caiu em vacância.**” (Jornal *O Araripe*, nº 41, 1856, p. 2, grifo nosso).

Na edição nº 45, publicada em 17 de maio, queixava-se da relação entre passado e presente vivenciado no Brasil, e como isso refletia, por sua vez, nas eleições locais que, no caso, pode ser percebida a seguir.

Então roubando-se ao presente, o homem se revê no passado, e passa em revista tolos os sucessos de sua vida, não lhe faltando nunca de que se deva arrepender. Fraco contra a vos sedutora das paixões, cometeu erros e talvez graves, por sugestões malignas de péssimos amigos, por uma ilusão dos sentidos, com surpresa a seus próprios instintos, com violência a seu próprio coração. Nós cremos nos votos do Sr. Dr. Fernandes Vieira, porque cremos que os seus desejos há um fundo de verdade, porque cremos que ele se acha tocado de arrependimento agora que lhe chega aves de apreciar o acolhimento que lhe fizemos, **e de recordar-se das chagas que ele mesmo abriu num dia que o fanatismo político, paixão embrutecedora, escravizou suas faculdades, e, em nome da Pátria,** lhe meteu na mão a espada da vingança, dizendo que ferisse. (Jornal *O Araripe*, nº 45, 1856, p. 2, grifo nosso).

Assinada por alguém que se denominava *um natural do país*, a carta acima revela as feridas ainda “abertas” na memória

política dos leitores e correspondentes do jornal, pois apesar das ações creditadas do Fernandes Vieira, outrora áspero conservador na Província do Ceará, não havia como esquecer antecedendo os votos naquele momento válidos, anteriormente ele causou pânico e horror na sociedade cratense em nome das suas escolhas políticas.

Ações essas culminadas por uma paixão que embruteceu-lhe, provocando atos que poderiam ser considerados insanos social e psiquicamente. Assim, a política da conciliação ficava em constante clima de instabilidade, “roendo a corda” do receio de que, a qualquer momento, um embaraço pudesse acontecer durante os pleitos eleitorais. No entanto, apesar da chama do receio permanecer acesa, é importante considerar a fagulha de boas expectativas plantadas naquele presente que tinha como espaço de experiência um campo de memórias repleto de temores ainda não ressignificados.

No dia 21 de junho do corrente ano, a edição de nº 49 trouxe uma notícia acerca dos colégios eleitorais de Barbalha e Missão Velha, ambas as vilas pertencentes à Comarca do Crato. Isto dito, na aba de “comunicados” alguém que assinou como *O votante*, reclamou dos editores do jornal *O Araripe*, a pouca publicidade conferida aos acontecimentos políticos nas vilas vizinhas ao Crato.

Por isso, achou-se na obrigação de comunicar à sociedade cratense que no caso de Barbalha, até aquele dia “A junta de qualificação dessa freguesia até agora não se dignou mandar fixar no lugar do costume a relação de cento e quarenta indivíduos, que, de entre muitos por quem ali se reclamou, foram inscritos cidadãos votantes na segunda reunião, isto há muitos meses.” (Jornal *O Araripe*, nº 49, 1856, p. 2, grifo nosso).

A prática exposta no parágrafo anterior leva-nos a acreditar que no conjunto das práticas políticas em vigor naquela vila, o atraso da publicização somava-se ao terror, ao receio e a descredibilização das eleições. Pois, o fantasma da fraude andava de braços dados com o da violência na década de 1850. Tanto que o interlocutor questionou: “Haverá em tal esquecimento algum manejo?” (Jornal *O Araripe*, nº 49, 1856, p. 2). Isso porque dada a ausência da fixação dos nomes e, por conseguinte, publicização dos nomes das pessoas no livro da qualificação, o pleito seria anulado.

Em se tratando da vila de Missão Velha, o mesmo indivíduo denunciou que o juiz de paz suspendeu a reunião no dia designado porque estava doente e achara melhor aguardar uma decisão do governo provincial. Tal prática assemelha-se aos conchavos acertados entre os agentes do governo e o próprio governo, conquanto, obstinados a alcançar determinado interesse.

No entanto, a conturbação fora ainda maior do que se previa, uma vez que o escrivão de paz tomou as rédeas da situação – não aguardando nova nomeação por parte do governo – e “fez um arrolamento a que batizou de qualificação e deu-o a referendar ao juiz dubio, e a quatro outros indivíduos, no número dos quais alguém existe que não sabe ler, isto em segredo e no mais recôndito de sua casa.” (Jornal *O Araripe*, nº 49, 1856, p. 2).

Nota-se, portanto, que havia interesses em rota de colisão entre os agentes do governo que atuavam em âmbito local. Pois o escrivão atuou na informalidade na qualidade de juiz de paz e promoveu o que o autor da comunicação ao jornal considerou por “balbúrdia”, tendo em vista que muitos indivíduos considerados cidadãos ativos não participaram do dito foro de qualificação.

Com isso, citou-se uma série de normas que o agente do governo não considerou ao formar a junta de qualificação, entre elas:

1º A junta de Missão-velha não funcionou no dia da Lei, nem no que lhe foi assinado pelo Governo da província. 2º Não procedeu a convocação dos eleitores e suplentes, e a extração dos membros das duas turmas. 3º Não se reuniu no lugar que lhe é assignado. 4º Não procedeu a informação dos quarteirões. 5º Funcionou clandestinamente em casa particular. 6º Não se conservou reunida durante o prazo legal e cada um de seus membros deixou-se ficar em sua casa fora da povoação. 7º Não se reuniu segunda vez para efeito das retificações que lhe fossem exigidas. 8º Não publicou a lista dos inscritos votantes. (Jornal *O Araripe*, nº 49, 1856, p. 2).

Pelo que foi expresso até aqui, percebe-se que assim como no caso de Barbalha, a eleição de Missão Velha sofreu com as baionetas dos partidos políticos locais; que não se envergonhavam de pôr em prática as astúcias oriundas de seus anseios privados mesmo com a tentativa de conciliação política sendo propagada pelos diferentes lugares do Império do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política da conciliação, longe de ser um momento de paz e tranquilidade, revelou-se como mais uma proposta diluída em instantes, de acordo com as investidas locais. Isso já vem sendo debatido com rigor pela historiografia política nas últimas décadas e este artigo, em parte, reafirmou o mencionado processo.

No entanto, como a maioria dos jornais do século XIX, *O Araripe* relevou indícios pouco notabilizados quando dialoga-

mos sobre os processos eleitorais do Segundo Reinado. Chamou a nossa atenção, a partir da análise primada pelas noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, a existência de um entendimento em torno daquele presente político, especialmente no Município do Crato, com as falas sobre o Sr. Fernandes Vieira.

Mesmo com a inexistência de memórias de dor e caos não superadas, mas cristalizadas nas memórias de interlocutores do jornal, as novas ações do sujeito supracitado proporcionaram um novo horizonte aos leitores; em que a tensão e o temor não fariam parte daquele cotidiano.

Isso demonstra que a política e os olhares sobre os seus personagens eram lidos sob diferentes óticas em um mesmo momento. Florido e regado de esperanças, ao mesmo tempo em que sementes de um passado ruim apodreciam o terreno da memória. Com isso, entendemos que não havia segurança – emocional, social e política – quando o assunto era: as eleições. As aventuras cotidianas nutriam-se no campo das possibilidades, daquilo que poderia se concretizar ou, em um piscar de olhos, desmanchar-se no mar de interesses dos mais diversos personagens políticos.

REFERÊNCIAS

Jornal *O Araripe*, nº 02, Tipografia do Monte & Comp., Crato, 1855.

Jornal *O Araripe*, nº 26, Tipografia do Monte & Comp., Crato, 1856.

Jornal *O Araripe*, nº 27, Tipografia do Monte & Comp., Crato, 1856.

Jornal *O Araripe*, nº 45, Tipografia do Monte & Comp., Crato, 1856.

Jornal *O Araripe*, nº 49, Tipografia do Monte & Comp., Crato, 1856.

ALEXANDRE, Juciello Ferreira. *A peste serve a qual partido?: disputas políticas e epidemia do cólera (Ceará, 1862-1863)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2132/projeto/Juciello_Ferreira_Alexandre.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil*. Instituto philomathico, 1868.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 266 p.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). *Uma nova história do Ceará*. – 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 135-161.

CORTEZ, Ana Isabel Parente; IRFFI, Ana Sara Parente Cortez. Cartografias históricas e modernização do território cearense na segunda metade do século XIX: PRIMEIROS RESULTADOS DE UMA PESQUISA. *Revista Porto*, v. 3, n. 4, 2016, p. 27-44. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://periodicos.ufrn.br/porto/article/view/10924&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb&ct=res&cd=0&d=-13000474005456066972&ei=t3OgZO3IjCslmAG1i7D4BA&sci-

sig=ABFr3xohxwR6w_pzSXZ0YBKGqv8. Acesso em: 24 mar. 2023.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Vinho velho em pipa nova: as propostas de Varnhagen para a reformulação da Lei de Terras de 1850. *Anos 90*, v. 27, 2020, p. 1-17. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/download/100034/60769>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DANTAS, Denise de Menezes. A natureza do Cariri cearense no discurso político do jornal “O Araripe”. *XVII Encontro Estadual de História*, v. 17, n. 1, 2016, p. 419-426. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3250/2707>. Acesso em: 24 mar. 2023.

DANTAS, Denise de Menezes. Natureza e Progresso: o projeto de criação da Província do Cariri no jornal O Araripe (1855-1864). In: *XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017, Brasília-DF. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502755398_ARQUIVO_ANPUH2017Denise-Trabalho-completo.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

DANTAS, Denise de Menezes. *Política, Natureza e Imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no jornal O Araripe (1855-1864)*. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32871/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Denise%20de%20Menezes%20Dantas.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura, 2006.

FRANÇA, Leônilda Fernandes da. *A casa de Deos se tem tornado um foco de podridão e peste!*": a emergência dos cemitérios públicos no Ceará em meio aos jogos de poder entre igreja-estado-medicina nos anos de 1850. Dissertação (Mestrado em História): UFCG, 2018, 125p. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/2069/3/LE%C3%94NILDA%20FERNANDES%20DA%20FRAN%C3%87A%20%E2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGH%20CH%202018.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. *A exaltação dos eleitos: Evolução eleitoral e política do império (Ceará 1846-1860)*. Dissertação (Mestrado em História), UFC, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6133/1/2011-DIS-BCNFREITAS.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: reações e transações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (História Geral da Civilização Brasileira t.2, v.5).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República* 10ª ed. Rio de Janeiro, 2012 (História Geral da Civilização Brasileira t.2, v.7).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Sobre a antropologia de experiências históricas do tempo. In: *Estratos do tempo – Estudos sobre história*. Tradução: Markus Hediger. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 19-118.

MACIEL, Dhenis Silva. Impressões do cólera: Jornais cearense nos tempos da peste (1855-1863). *Anais do EEHCE (UECE)*, 2016,

p. 1-15. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-18220-17022017-102808.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. A região como artefato: o Cariri na segunda metade dos Oitocentos. *Cadernos de História*, v. 17, n. 27, 2016, p. 342-367. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p342>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SECRETO, María Verónica. *Fronteiras em movimento*. História Comparada Argentina e Brasil no século XIX. Niterói: Eduff, 2012.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. *Autorretrato e retratos de um publicista: Antônio Borges da Fonseca nas tramas de discursos da imprensa pernambucana e da Insurreição Praieira (1841-1852)*. Tese (Doutorado em História): UFF, 2021, 362p. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2049/projeto/CAROLINA_PAES_BARRETO_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

A REPÚBLICA DA ESPADA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DO MAJOR GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO COMO PRIMEIRO GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUI (1889-1890)

Thaise de Sousa Araújo

Uma das primeiras ações do Governo Provisório Central após a Proclamação da República foi a nomeação de aliados para governar os estados. Segundo MaccCan (2007, p. 47), a queda do Império levou à troca de presidentes provinciais por oficiais e civis aliados do governo, que indicaram seus sucessores. Estas mudanças teriam em grande parte ocorrido de forma pacífica, porém, posteriormente, passaram a ocorrer lutas violentas pelo controle do poder estadual. Não havia acordo sobre o significado de República, uma situação que pode ser facilmente notada se levarmos em consideração os pensamentos filosóficos que moviam os republicanos, antes da proclamação da República e, subsequentemente, durante a primeira década do novo regime, com disputas dentro do próprio governo federal. Segundo o referido autor: “sem partidos ou ideologias para reestruturar a nova ordem política, a velha ordem desintegrou-se em conflitos confusos nascidos de rixas e ciúmes locais” (MaccCan, 2007, p.47),

Gregório Taumaturgo de Azevedo foi o primeiro governador nomeado para o Estado do Piauí. Quando foi convidado para o cargo, o piauiense tinha por formação o bacharelado em Direito, ocupava o cargo de major de engenheiros e figurava entre

os intelectuais da época. Atuava como Diretor de Obras Públicas em Recife, Pernambuco (Gonçalves, 2003, p.43-45). Sua escolha para ocupar o governo do estado ocorreu em substituição à Junta Governativa Provisória, a responsável pela instalação do novo regime. O referido ato está relacionado à política de substituição nacional de juntas governativas estaduais por governadores nomeados, segundo o objetivo do Governo Provisório Central de aumentar os tentáculos do Exército pelo país (Macambira, 1986, p. 123; Nunes, 2016, p. 47). Sua nomeação significava, em primeiro momento, a consolidação da República no Piauí e, conseqüentemente, a vinda do progresso. Entretanto, as polêmicas ocorridas em seu mandato resultaram em uma administração curta, de aproximadamente seis meses.

Observando o contexto histórico, neste artigo buscamos depreender como se deu a atuação de Taumaturgo de Azevedo como governador do Estado do Piauí após a Proclamação da República frente às questões políticas que se apresentaram durante o seu mandato, elucidar como ocorreu a formação dos partidos estaduais e como sucedeu a crise política no estado e a retirada do referido major do poder. Igualmente, trata acerca da defesa que se levantou em torno de Taumaturgo. Para isso, utilizou-se fontes hemerográficas, são eles: *Jornal do Comércio-RJ* (1889-1890); *Cearense-CE Democracia-RJ* (1890), *A Democracia-PI* (1890), *Estado do Piauí-PI* (1890) e *Gazeta do Norte-CE* (1889). Como apoio teórico, recorreu-se a Dalton Macambira, Frank MacCann, Higinho Cunha, Maria Cecília Nunes, Monsenhor Chaves e Teresinha Queiroz.

NOMEAÇÃO E POSSE DE GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO E A FORMAÇÃO PARTIDÁRIA NO PIAUÍ

A primeira informação a respeito da nomeação de Taumaturgo de Azevedo foi uma notícia publicada em 22 de novembro de 1889, que dizia ter sido visto em um pedaço de papel uma lista de nomes de governadores para os estados e, nessa lista, constava o nome de Gregório Taumaturgo de Azevedo (Várias Notícias, 1889, p.1).

Nesse contexto, acontecia a política de substituição nacional de juntas governativas estaduais por governadores nomeados (Nunes, 2016, p.47). Foi nesse momento que Taumaturgo de Azevedo teve conhecimento da preferência do governo por seu nome para assumir a chefia do executivo do Piauí. Ele, na condição de major de engenheiros e militar de carreira, estava em Pernambuco como diretor de obras, quando houve a Proclamação da República, ou, em seus termos, “aconteceu a revolução”. Segundo Dalton Melo Macambira, a atitude de marechal Deodoro de Fonseca em nomear militares para os governos dos estados demonstra o seu interesse em ampliar os espaços do Exército na política brasileira (Macambira, 1986, p.123).

Taumaturgo de Azevedo assumiu o governo em 26 de dezembro de 1889, mas, antecipadamente, tomou a decisão de não mudar a capital do estado para Parnaíba (Telegramas, 1889, p.1). Ao chegar em Teresina, Taumaturgo de Azevedo teria tentado, em uma reunião, fazer um arranjo político, com o intuito de agregar todos os partidos em um só, assim como seus respectivos órgãos de imprensa, como nos relata Clodoaldo Freitas, que, além de analista do período, foi um participante do processo:

Ao chegar no Piauí, um mês e dez dias depois da revolução de 15 de novembro, o Sr. Dr. Taumaturgo tratou seriamente de congregar todos os partidos em um só partido, e o seu primeiro cuidado foi convocar uma reunião da imprensa da capital, no intuito de resumir todos os jornais em um só jornal diário, dedicado exclusivamente aos grandes, elevados interesses gerais da pátria (Freitas, 1890b, p. 2).

Após a reunião em que o governador apresentou sua proposta, recebeu dos partidos a resposta de que gostariam de continuar com “suas armas” (seus jornais), enterrando-se ali a pretensão do governador. Com o fracasso de seu plano, a partir daquele momento, o então chefe do Executivo se manteve neutro nas questões e intrigas partidárias. A política de Taumaturgo de Azevedo era, segundo Clodoaldo Freitas, compatível com a situação política enfrentada pelo estado naquele instante, pois os chefes dos partidos lhe teciam elogios, e o relacionamento com eles era de cordialidade.

Em artigo publicado em 9 de junho de 1890, publicado pelo *Jornal do Comércio*, tratou-se de um banquete ocorrido em Teresina no mês de abril do mesmo ano, provavelmente organizado pelos membros do Partido Democrata. Na ocasião, o governador discursou aos presentes (Estado do Piauí, 1890, p. 4). De acordo com ele, houve a tentativa de unificação dos jornais partidários, porém obteve do grupo, que formava o Partido Republicano Federal, a seguinte resposta: “Queremos ficar com nossas armas” (Azevedo, 1890, p. 4). Também tentou a união dos grupos existentes na época para a criação de um único partido até a Constituinte, mas não teve êxito. Desde esse acontecimento o governador diz ter se convencido da impossibilidade de unir todos os elementos políticos e deixou as coisas seguirem seu curso natural. Quando foi procurado pelo diretório dos dois

partidos nos dias 19 e 23 de março de 1890, respondeu que “[...] continuaria a administrar o estado livre dos preconceitos e dos partidos. Que não reconhecia nenhum partido dominante antes da Constituinte e que apenas aceitava o oferecimento de seu auxílio como elemento natural para a boa marcha dos negócios públicos” (Azevedo, 1890, p. 4).

No encontro que teve com o presidente do Partido Republicano Federal, este como “[...] intérprete de seu diretório, concordou com a posição de Taumaturgo de que não havia a necessidade de haver partidos em seu governo, que via como [...] benéfico e justiceiro, satisfazendo plenamente as ideias republicanas” (Azevedo, 1890, p. 4). Taumaturgo de Azevedo afirma ter falado desse assunto para que todos compreendessem que estava trabalhando sem focar em personalidades ou indagar por interesses particulares, sem abrir espaço para as velhas rivalidades políticas no estado e atender às ruidosas manifestações de apoio à República de homens íntegros e preocupados com o bem-estar geral. Assim, seu governo continuaria a seguir o plano traçado inicialmente (Azevedo, 1890, p. 4). Afirma ainda que tinha a coragem cívica e a consciência dos que sabem o que querem e o que fazem. Disse também que: “Serei justo com os que merecem, serei severo com os que são dignos de punição” (Azevedo, 1890, p. 4). Declarou que haveria cumprimento da lei antes de tudo. Finalizou agradecendo ao Governo Provisório, ao representante do Partido Democrata, Barão de Castelo Branco e ao diretório, e que aceitava o banquete como manifestação de apoio ao Governo Provisório (Azevedo, 1890, p. 4).

No dia de 12 de maio de 1890, uma notícia publicada no jornal *Gazeta do Norte*, do estado do Ceará informa que, naquela data o órgão do Partido Republicano Federal do Piauí, o jornal

Democracia, havia rompido com a administração do governador Taumaturgo de Azevedo (*A Democracia*, 1889, p. 2). Conforme Clodoaldo Freitas, desde que isso aconteceu Gregório Taumaturgo de Azevedo começou a fazer uma distinção amigável em favor de quem o apoiava. Para ele, era uma “[...] imbecilidade pretender que S. Ex., tendo contra si oposição grosseira e desleal, recusasse o concurso sincero de homens devotados à causa política, para beijar a mão que o esbofeteava” (Freitas, 1890d, p. 3).

Ao buscar explicar os motivos pelos quais rompeu com o governo de Taumaturgo, Coelho Rodrigues informa que em 1885 a política piauiense tinha como líder Demóstenes Constâncio Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá a quem havia se referido em outro artigo publicado no *Jornal do Comércio*, dizendo que não teria interesse de prejudicá-los, reiterando a informação no artigo posterior (Rodrigues, 1890, p. 3).

De acordo com Coelho Rodrigues, Demóstenes Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá estavam de acordo com o antigo Partido Conservador, partido de que foi representante na capital federal por nove anos. Já o Partido Liberal fora dirigido pelo Marquês de Paranaguá durante 30 anos. E naquele momento ele, Demóstenes Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá compunham o Partido Republicano Federal. Por amor ao Partido Federal, diz ter rompido com Taumaturgo de Azevedo, que havia preferido a dissidência conservadora de Simplício Coelho de Resende e a dissidência liberal do Barão de Castelo Branco, primo e cunhado de Urbano Castelo Branco “[...] sob a chefia solicitada do Marquês [...]” (Rodrigues, 1890, p. 3) como provariam as transcrições na parte superior de *A Falange*, órgão da família Castelo Branco. Assegurou não ter enganado e nem traído Taumaturgo de Azevedo, porque o havia alertado de que não pode-

ria apoiar sua política. Em carta enviada ao governador no fim do mês de abril de 1890, diz:

V. Exc. era liberal militante, filho de liberal nessa província onde o partido só teve dois chefes, o Visconde da Parnaíba e o Marquês de Paranaguá, que era o mais íntimo válido da família imperial; onde por isso muitos conservadores fraternavam com os republicanos; onde todos sabem seu secretário também era liberal e genro do lugar-tenente do Marquês [referência a Clóvis Beviláqua], e onde poucos compreendem que seus conselhos sejam o de Castelo Branco e o de Clodoaldo Freitas, isto é, os únicos dois homens que na reunião dos velhos partidos do Piauí protestaram contra qualquer manifestação hostil ao Marquês, que não podia ser hostil a Monarquia. Portanto, não se espante se o suspeitam de monarquista. Se quiser evitar isso, não prefira os cadetes e os suspeitos da República com seus morgados (Rodrigues, 1890, p. 3).

À mesma época, circulava o rumor de que Taumaturgo pretendia convocar um partido e concorrer nas eleições para governador do Piauí. Clodoaldo nega essa pretensão e afirma que isso nunca foi intenção de Taumaturgo de Azevedo, que supunha estar impedido de concorrer a qualquer cargo público (Freitas, 1890d, p. 3). A Constituição, porém, ainda não havia sido publicada, portanto, não havia certeza de lhe era vedado concorrer a eleições ou exercer qualquer função pública. Afirma ainda que Taumaturgo era contra a formação de grupos políticos, e que se desejasse concorrer, teria criado e comandado seu próprio partido, já que havia recebido protestos de adesão de Coelho Rodrigues.

O Partido Republicano Federal, ao qual pertenceu Antônio Coelho Rodrigues, surgiu a partir de uma reunião ocorrida na casa do capitão Honório Parentes, na Rua Paissandu, no dia 20 de março de 1890. O jornal *Democracia*, do referido partido,

relata que uma hora e meia após o horário marcado para início da reunião, as dependências da casa, bem como os jardins e as imediações da residência estavam lotadas de artistas, intelectuais e o povo em geral (A Reunião, 1890, p. 2-3)

Reunidos ao redor de uma mesa, todos ouviram Joaquim Nogueira Paranaguá, que em seu discurso apresentou as motivações que levaram àquele encontro, isto é, a criação de um partido republicano. Houve aplausos a Paranaguá e aos diretores do Partido Republicano. Ao fim da reunião, falaram Fernando da Costa Freire, o major Antônio Gentil de Sousa Mendes, o Dr. Antônio Vasconcelos de Menezes e o cônego Tomás de Moraes Rego. O último teria discursado a favor da criação do partido e apontado que os interesses da pátria deveriam estar acima dos desejos pessoais (A Reunião, 1890, p. 2-3).

Dr. Antônio Vasconcelos de Menezes também se manifestou por meio de discurso, mostrando a necessidade de formação de partidos disciplinados e enfatizando o importante papel que esses possuem em regimes democráticos. Após as exposições, Augusto Colin da Silva Rios leu o nome dos novos redatores do jornal *Democracia*, periódico que deveria substituir os jornais *Atualidade* e *Fiat Luz*. Compunham o grupo de novos redatores: Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Alves Pacheco, Jaime de Albuquerque Rosa, Marcos Pereira de Araújo e Antônio Vasconcelos de Menezes, que receberam aplausos dos presentes. As 18:30, uma ata foi lavrada e assinada por todos os que participaram do encontro e aderiram ao novo partido. Ao fim da reunião, os presidentes do partido Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Alves Pacheco e o Barão de Uruçuí foram acompanhados por todos os que compareceram à casa de Honório Parentes, até suas residências (A Reunião, 1890, p. 2-3).

Assim, teriam composto os quadros do Partido Republicano o Centro Onça do Partido Conservador e a antiga diretoria do Partido Liberal. Aderiram à agremiação Joaquim Nogueira Paranaguá (líder da comissão presidencial do partido) Teodoro Alves Pacheco, o Barão de Uruçuí; Simplício de Sousa Mendes, Lourenço Valente de Figueiredo, Higino Cunha, Marcos Pereira de Araújo, Anísio Auto de Abreu, João do Rego Monteiro Sobrinho, Nabor Alves Mota Pinto, Emílio César Burlamaqui, Manoel Raimundo da Paz, Jaime Albuquerque Rosa, Tibério Conrado Burlamaqui, Polidoro Cesar Burlamaqui, Antônio Gentil de Sousa Mendes e outras 239 pessoas assinaram, computando um total de 255 membros do Partido, naquela ocasião. (Grande, 1890, p. 2-3).

É importante salientar que o Partido Republicano Federal criado em território piauiense era de caráter regional e não era associado a nenhum partido de abrangência nacional, já que a criação de uma legenda com essa finalidade só foi ocorreu em 1893. A ação foi conduzida pela bancada federal do estado de São Paulo com o apoio de diversas lideranças estaduais. O Partido começou a ser organizado em julho daquele ano, quando Aristides Lobo e Francisco Glicério lançaram um convite a vários senadores e deputados. O programa da nova agremiação, bem como o nome que veio a ser chamada, foi aprovada no dia 30 do referido mês, após cinco reuniões (Martiny, 2015, p. 50-51)

A intenção em torno da criação do PRF era gerar uma unidade nacional em torno da sigla, visto que as organizações partidárias fundadas anteriormente à proclamação da República tinham uma conotação regional. De acordo com Chacon (1998, p. 57 apud Martiny, 2015, p. 51), em 1887, houve uma tentativa fracassada de unificação dos movimentos republicanos

estaduais por meio do Manifesto do Congressos Republicano Federal (ou Nacional) no que foi chamado de Partido Republicano Brasileiro. Ainda segundo o autor, o estatuto previa que o partido tivesse sua direção entregue a um Congresso Federal constituído por dois delegados de cada província e dois delegados do município neutro, mais precisamente da Capital Federal, e estes teriam a missão de eleger um Conselho Federal composto por cinco membros. (Chacon 1998, p. 57 *apud* Martiny, 2015, p. 51),

Com a instauração da República, os partidos monárquicos foram dissolvidos e novos partidos estaduais foram formados, ou seja, a presença dos partidos nacionais ainda não era realidade no País. De acordo com Guanabara (2002, p. 18), não existiam dois grandes partidos nacionais que regiam as instituições do país como semelhantemente existiam no Império, mas sim diversos partidos estaduais que tinham em seus quadros membros cuja opção ideológica adotada no império já não importava, já que os antigos grupos políticos rapidamente adotaram o novo regime com o intuito de manterem-se no poder.

A falta de unidade político-partidária causava dificuldades a governabilidade do Governo Provisório Central perante o Congresso Nacional. O Governo utilizava-se de artifícios pouco politizados para relacionar-se com as facções, como: ameaçar ou lisonjear os representantes do Poder Legislativo para que favorecessem uma melhor governabilidade. Em períodos eleitorais esses grupos regionais aliavam-se a fim de definir o candidato à presidência (Guanabara, 2002, p. 18 *apud* Martiny, 2015, p. 51).

Depois da organização do partido federalista, seus diretores se dirigiram até o Palácio e se colocaram à disposição do governador. Como porta-voz do partido foi escolhido o Dr. Joa-

quim Nogueira Paranaguá. Taumaturgo de Azevedo respondeu-lhes que, a seu ver, não havia necessidade da criação de partidos e que preferia ter a “família piauiense unida como até então”. Segundo Clodoaldo Freitas, Joaquim Nogueira Paranaguá replicou ao governador, discordando de seu posicionamento. Após esse evento e organizado também o Partido Democrata, seus líderes foram se apresentar ao governador, e dele receberam a mesma resposta dada aos federalistas. O surgimento dos democratas teve como base a alegação de que “isolados pela criação de um partido adverso, tínhamos necessidade de nos agremiar, sob pena de morte” (Freitas, 1890b, p. 2).

Para evitar choques, o governador declarou que só aceitaria pedidos assinados pelos presidentes dos diretórios, ou seja, Nogueira Paranaguá assinaria pelo Partido Republicano Federal e o Barão de Castelo Branco pelos democratas. Essa situação causou uma verdadeira “revolução” entre os partidos e o governador. Acendera-se, naquele momento, o sinal de alarme.

Clodoaldo Freitas informa que Teodoro Alves Pacheco havia ficado incomodado de ter que submeter seus pedidos a Joaquim Nogueira Paranaguá, já que ele era o chefe dos federalistas; mas o segundo também tinha sua importância dado o seu republicanismo histórico, que, na avaliação de Clodoaldo Freitas, era simbólico. Na vigência dessa situação em que Teodoro Pacheco ficou em segundo plano, este se afastou do Palácio, onde apenas Joaquim Nogueira Paranaguá comparecia (Freitas, 1890b, p. 2).

Percebe-se que a postura do chefe do Executivo não foi bem-sucedida. O governador tentou fazer uma política de con-

⁹ A palavra revolução aqui possui a conotação de rompimento nas relações entre o governo e o referido grupo político.

ciliação entre os partidos, juntando em único grupo monarquistas e republicanos oriundos dos partidos Liberal e Conservador, fundindo também os jornais em um só. Para Cecília Nunes, ali teriam iniciado seus problemas, já que a proposta não foi aceita. A pesquisadora também afirma que o objetivo do governador era inibir o poder dos grandes proprietários e garantir sua liderança (Nunes, 2016, p. 47). Monsenhor Chaves comenta que Taumaturgo de Azevedo intencionava usufruir dos “bons elementos” sem levar em conta o passado de décadas de ideais políticos, que, naquele instante, estavam adormecidos. Essa inércia, porém, durou pouco, pois pequenos (Nunes, 2016, p. 47). incidentes começaram a aparecer e traçar uma linha divisória entre antigos partidários conservadores e liberais, “aproveitados no governo de Taumaturgo” (Chaves, 1998, p. 95). Desta forma, em um determinado momento, o chefe do Executivo estadual viu-se obrigado a escolher um lado para apoiá-lo – os políticos de matriz liberal, tornando assim os conservadores fortes opositores de seu governo (Chaves, 1998, p. 95). Higinio Cunha narra:

Nessa reunião em palácio de todos os próceres, não conseguiu realizar seu plano e deu preferência à facção do Barão de Castelo Branco, em que se filiaram os doutores Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. Daí resultou a aliança dos conservadores com o Barão de Uruçuí, que conseguiu facilmente a retirada do 1º vice-governador, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, republicano histórico do sul do estado, que se entregou à direção do Dr. Teodoro Pacheco, chefe do antigo Partido Conservador (Cunha, 2011, p. 55-58).

Dessa forma, a nova organização política deu-se da seguinte maneira:

A mudança de regime político, em particular nos primeiros anos, permitiu o realinhamento de antigos grupos conservadores e liberais e mesmo a eliminação de algumas antigas lideranças políticas - inclusive pelo abandono de interesses partidários. Nesse novo ordenamento, antigas lideranças dos dois partidos se uniram para formar os partidos Republicano Federal, Democrata e Legalista, este de efêmera duração. O Partido Republicano Federal resultou da aliança de antigos líderes do Partido Conservador- como Gabriel Ferreira e Teodoro Pacheco- e chefes liberais como o Barão de Uruçuí (João da Cruz e Santos). O Partido Democrata resultou basicamente da dissidência do Partido Liberal, identificada desde os primórdios da década de 1880 e chefiada por Mariano Gil Castelo Branco (depois Barão de Castelo Branco), cuja liderança alcançava o centro-norte da província e envolvia quase toda a sua imensa parentela (Queiroz, 2011, p. 310).

O Partido Federal foi composto por maioria conservadora, da dissidência liberal e da “unidade republicana” de Joaquim Nogueira Paranguá. O Partido Democrata formou-se por maioria liberal e dissidência conservadora chefiada por Simplício Coelho de Resende. De acordo com Clodoaldo Freitas:

O Dr. Coelho Rodrigues que não é da escola de Epaminondas, tem propalado que o Partido Democrata se formou de duas dissidências, sem se lembrar que em haver dissidência, esta só podia ser contra os chefes dos velhos partidos, e ninguém dirá que o Sr. Barão de Uruçuí, por exemplo, que se rendeu ao [...] enorme e imoral subvenção que recebe, fosse, no Piauí, o ex-chefe do Partido Liberal, e levasse consigo a maioria do partido (Freitas, 1890d, p. 3).

Clodoaldo Freitas acredita que a justificativa de Coelho Rodrigues para o fato de o Barão de Uruçuí ter levado consigo para o Partido Federal apenas o ex-chefe liberal de Campo Maior

(Augusto da Cunha Castelo Branco), e ter ficado o restante com os democratas, se devia ao fato de o Marquês de Paranaguá ter dirigido o Partido Liberal por 30 anos, enquanto Coelho Rodrigues dirigiu os conservadores por menos tempo. Conclui assim que entre os liberais não se podia falar de dissidência.

As polêmicas eram frequentes entre as organizações político-partidárias recém-formadas. Uma delas ocorreu em torno de cartas que teriam sido escritas por Joaquim Nogueira Paranaguá e pelo Barão de Uruçuí ao Marquês de Paranaguá, com o interesse de garantir sua manifestação de aprovação ao Partido Federal, já que tinham consciência de que aquele que ganhasse o apoio daquele político ganharia também o de sua família, que o seguiria. Entretanto o Marquês optou por apoiar os democratas. (Freitas, 1890d, p. 3). Clodoaldo Freitas assegura a veracidade das cartas, como podemos ver a seguir: “Eu garanto a existência das cartas do Dr. Nogueira ao Marquês de Paranaguá pedindo seu apoio e fazendo-lhe os mais cordiais protestos de amizade” (Freitas, 1890d, p. 3). Coelho Rodrigues, porém, teria dito que se tratava de uma vil acusação (Freitas, 1890d, p. 3).

Em publicação do *Jornal do Comércio*, no dia 22 de junho de 1890, Urbano Castelo Branco também afirma que Joaquim Nogueira Paranaguá escreveu ao Marquês expressando manifestações de estima, amizade e gratidão e igualmente solicitando um relacionamento amistoso, e conjecturando que intrigantes eram responsáveis pela separação de ambos. Urbano Castelo Branco sugere que uma dessas pessoas era Coelho Rodrigues. Quanto ao Barão de Uruçuí, teria escrito ao Marquês no mesmo ano protestando ser fiel e dizendo até mesmo não aceitar alianças políticas com Joaquim Nogueira Paranaguá se este fosse hostil com seu tio. Na interpretação de Urbano Castelo Branco essa descrição

honra o Barão de Uruçuí e Joaquim Nogueira Paranaguá, deixando Coelho Rodrigues mal pela exploração que fez da situação. E encerra o artigo dizendo não desejar mais discutir com Coelho Rodrigues (Castelo Branco, 1890, p. 2).

A ideia de que o Marquês de Paranaguá estaria morto do ponto de vista político, ao passo que Coelho Rodrigues estava vivo, era posta pelo Barão de Castelo Branco em conferências e combatida por Clodoaldo Freitas. Ele próprio e outros democratas não aceitavam que se desprestigiasse o antigo chefe liberal, por sua importância no Império e por pertencer a uma abastada família (Freitas, 1890d, p.3). Trecho de carta enviada por Taumaturgo de Azevedo a Coelho Rodrigues, publicada no calor dessas polêmicas, destaca, porém, que o Barão de Castelo Branco e Clodoaldo Freitas eram os únicos que se punham contrários às manifestações em oposição ao Marquês de Paranaguá. Clodoaldo Freitas admite que “efetivamente fomos contra a projetada eliminação do Marquês de Paranaguá” (Freitas, 1890d, p.3). Em sua perspectiva, Coelho Rodrigues estaria usando o fato de ele e o Barão de Castelo Branco apoiarem o Marquês para levar vantagem nessa conjuntura inicial do regime republicano. A defesa do Marquês, asseverava Clodoaldo Freitas estava desvinculada da pretensão de reavivar o prestígio outrora usufruído pelo antigo chefe liberal (Freitas, 1890d, p.3).

Nessa disputa inicial pelo apoio político do Marquês e de sua família, Joaquim Nogueira Paranaguá foi igualmente acusado de buscar esse apoio. Coelho Rodrigues toma a defesa de Joaquim, afirmando que a carta enviada só poderia ser compreendida tomando como referência a data de sua emissão, e que ocorrera em outra circunstância. (Rodrigues, 1890, p.3) Joaquim havia feito esse contato há mais de um ano, acreditando

que gozava da intimidade do tio. Era possível que, após a chegada do novo regime, tivesse aconselhado o tio a deixar a direção da família. Acreditava ainda que Joaquim talvez preferisse não ter escrito para o tio, tendo em vista que ele não havia respondido à maioria das cartas, admitindo haver uma dívida “epistolar” para o sobrinho (Rodrigues, 1890, p.3).

O certo é que o Marquês de Paranaguá preferiu apoiar o Partido Democrata. Em resposta à carta-consulta recebida, informou que, na mesma data, se dirigiria aos amigos e parentes pedindo apoio. O autor do artigo diz não haver necessidade de ressaltar o apoio dos parentes do Marquês, e também que houve tentativa do grupo adversário de tirar vantagem da aproximação do Marquês com o Partido Democrata, espalhando haver nessa aproximação cheiro de conspiração a favor da Monarquia. Na defesa, considerava que o Marquês era bastante patriota e esclarecido para lutar por uma causa perdida e que, mesmo antes de ter conhecimento a respeito desse apoio, o Dr. Caio Lustosa, juiz de Direito da comarca de Bom Jesus e o Barão de Santa Filomena, sobrinho do Marquês, já tinham aderido ao Partido Democrata. Essa situação comprovaria para os elementos do interior do estado, que o diretório não era negligente quanto às conquistas e que o partido “[...] avançava triunfante de vitória em vitória” (Adesões, 1890, p.3).

Na polêmica, Coelho Rodrigues afirmava que, quando da fundação dos partidos, procurou criar uma certa barreira a essa criação na expectativa da vigência da Constituição. Embora não aplaudisse o fato, aceitou a aliança do centro-conservadores, mas acrescentava que nada lhe teria custado se Taumaturgo de Azevedo impugnasse sua candidatura para a Constituinte.

Entretanto, percebia haver certo apoio da parte do governador (Rodrigues, 1890, p.3).

A disputa em torno da adesão do Marquês de Paranaguá, centro das discussões entre federalistas e democratas decorria do fato de:

A família Lustosa ocupar os municípios de Santa Filomena, Parnaguá e Corrente, onde exerce a mais benéfica e extraordinária influência política, já pela sua tradicional bondade, já pelas suas riquezas e independência. Toda essa importante família acompanha o Marquês de Paranaguá, que, assim, fica sendo o elemento mais poderoso da política do Piauí (Freitas, 1890a, p. 2).

Conforme Teresinha Queiroz, o final do Império e início da República produziram um cenário de incerteza, desconfiança e de instabilidade política Clodoaldo Freitas, no Império, ao publicar textos de teor republicano, sendo filiado ao Partido Liberal, era acusado de republicano. Por possuir laços parentais com influentes ligados ao citado partido, não teria se declarado abertamente adepto da República. Porém, isso não impediu que fosse acusado de monarquista por seus opositores, na vigência da República. E que apesar das especulações de que o Marquês de Paranaguá e Clodoaldo Freitas eram inimigos, aquele, no Império, de certa forma o manteve sob controle, em razão de suas “convicções republicanas” (Queiroz, 2011, p. 306-307).

Com relação a Clodoaldo Freitas, Queiroz sugere que caso esse distanciamento tenha realmente ocorrido, teria assumido uma forma branda, já que Clodoaldo não demonstrava qualquer animosidade em referência aos parentes do Marquês. Após a República, as insinuações acerca das relações tensas entre os dois políticos tiveram continuidade. Em 1890, Clodoaldo

Freitas escreveu uma carta aberta ao Marquês, o que fez soar o alarme do Governo Central sobre a possível persistência da “mesma influência e camaradagem com o monarquista Paranaгуá” (Queiroz, 2011, p.307). Essa situação fez com que Clodoaldo passasse a ser acusado de monarquista após a República.

Cecília Nunes observa que após o advento da República, o Piauí teve seu quadro político dominado por monarquistas sujeitos às determinações de Coelho Rodrigues, que foi chefe do Partido Conservador, e de João Lustosa da Cunha Paranaguá, que foi líder do Partido Liberal. Os dois foram conselheiros do Império e amigos de D. Pedro II (Nunes, 2016, p. 44).

A CRISE POLÍTICA, DEMISSÃO E DEFESA DE TAUMATURGO NO RIO DE JANEIRO.

A crise política no governo de Taumaturgo de Azevedo teve início com a criação dos partidos políticos, seguida do rompimento entre o recém-formado Partido Republicano Federal e o governo estadual, que logo recebeu o apoio do Partido Democrata. As frequentes trocas de acusações tornavam os ânimos cada vez mais exaltados e cada vez mais distante a possibilidade de conciliação entre os dois grupos políticos.

De acordo com Gregório Taumaturgo de Azevedo, os problemas políticos entre ele e os seus adversários começaram antes mesmo da criação dos partidos republicanos no Piauí. Primeiramente com os pedidos de nomeações feitos por Joaquim Nogueira Paranaguá, que entende-se teriam sido negados, gerando a primeira intriga entre Coelho Rodrigues e o referido governador (Azevedo, 1890, p. 3).

Outra indisposição entre os dois lados teria acontecido após a formação dos partidos, quando o membro do Partido Republicano Federal, Teodoro Alves Pacheco, na mesma data de formação da agremiação, teria pedido uma nomeação, que teria sido rejeitada. A justificativa de Taumaturgo de Azevedo para a recusa decorreu de sua decisão de não atender a pedidos que não tivessem a intermediação dos presidentes dos diretórios, evitando assim o favorecimento político. Ao não recuar diante da insistência de Teodoro Pacheco, o militar acredita que sua postura teria levado ao fortalecimento das críticas contra seu governo (Azevedo, 1890, p. 3). Nos termos do governador, ele teria buscado atender o interesse de todos até a fundação dos partidos. E exemplificou sua postura ao falar da nomeação de Joaquim Nogueira Paranaguá para o cargo de 2º médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Afirma que foram documentados 25 pedidos do médico e mais alguns de Teodoro Pacheco (Azevedo, 1890, p. 3).

Um segundo nome frequentemente mencionado nas discussões foi o do Barão de Uruçuí, apontado como grande empresário e articulador político, que, segundo Taumaturgo, teria apoiado a Coelho Rodrigues por conveniência econômica. Após a demissão de Taumaturgo de Azevedo, Clodoaldo Freitas, em artigos publicados no Rio de Janeiro, expressa com cautela as motivações para a deposição do governador, e permitiu-se lembrar de que havia pessoas incomodadas com o zelo do ex-governador com as contas públicas. Como ele havia realizado um empréstimo junto ao Tesouro Nacional, esse crédito estaria na mira dos corruptos (Freitas, 1890b, p. 3).

Clodoaldo Freitas relata que superfaturamentos nas obras públicas eram muito comuns nas administrações ante-

riores à do primeiro governador nomeado após o advento da República, e cita como exemplo dessa situação, um fato ocorrido no governo de Teófilo Fernandes dos Santos, quando “[...] Só de uma verba de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) ficaram 44:000\$000 (quarenta e quatro contos de réis) em casa do Barão de Uruçuí, e os seis restantes com parentes seus” (Freitas, 1890b, p. 3). Refere-se a esse momento como o “período dos Zés”, que também fora, a seu ver, forte e justamente condenado pelo jornal conservador *A Época*, do Dr. Coelho Rodrigues (Freitas, 1890b, p. 3).

Tendo encontrado nos antigos contratos, grande parte do dinheiro gasto e algumas obras não cumpridas, Taumaturgo teria tratado de exigir do administrador algumas formalidades, como bons materiais e solidez nas obras, pois não existiam contratos detalhados sobre as construções e apenas ofícios ordenando a feitura das obras. Clodoaldo Freitas narra um episódio de má utilização do dinheiro público: “Um irmão do Barão de Uruçuí, o Zés verdadeiro, entre outras, havia-se encarregado das obras do arrendamento do porto da capital e tão mal as fizera, que com a primeira chuva, as pedras caíram, produzindo fundas escavações” (Freitas, 1890c, p. 2).

Ele ainda explica que:

O Sr. Taumaturgo mandou que consertasse a obra, e não lhe deu os cinco contos que faltaram, dinheiro que agora o Dr. Nogueira mandou entregar, naturalmente porque o grei dos Zés é hoje abençoada, e faz parte da comandita que, não há muito, o cobria dos mais torpes doestos (Freitas, 1890c, p. 2).

A companhia (trata-se da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba) do Barão de Uruçuí é apontada por Clo-

doaldo Freitas, em concordância com as críticas de Coelho Rodrigues, fizera durante o período do Império, como um grande empecilho para o progresso do estado.

O Barão de Uruçuí, chefe da patuleia dos Zés, vive hoje no seio de Abraão, crente de que a subvenção imoralíssima que recebe a sua riquíssima companhia, companhia da capital de 150:000\$000, e que tem recebido do estado em subvenção, não entrando dispensa de fretes, impostos, etc., para mais de dois mil contos, é a sua única missão política! Essa companhia, que o Sr. Dr. Coelho Rodrigues tantos anos tão acertadamente guerreou é o maior empecilho, o maior embaraço ao progresso da navegação fluvial (Freitas, 1890c, p. 2).

Conforme Clodoaldo, o governador Taumaturgo de Azevedo ciente da situação da companhia que enriquecia às custas do estado, pensou em comprá-la e revendê-la a uma companhia inglesa, para que esta administrasse a grande artéria fluvial com trecho superior a 200 léguas (Freitas, 1890c, p. 2). Acreditava que, por causa das ações de Taumaturgo enquanto governador, novas “prevenções” foram feitas numa “guerra surda” no Piauí, porém “ruidosa” no Rio de Janeiro, por meio de telegramas “anônimos e mentirosos” destinados à imprensa. Para ele, perante o Governo Federal, essas “prevenções” foram feitas por Coelho Rodrigues, o “jurisconsulto contratado”. Em sua concepção, outro motivo que teria contribuído para a saída de Gregório Taumaturgo de Azevedo do poder foi o empréstimo que este militar fez para o estado no valor era de 500 contos de réis, dos quais 197 contos, referentes à primeira parcela, brevemente seriam enviados, com isso gerando um saldo positivo de 50 contos de réis ao cofre público (Freitas, 1890c, p.2). Avalia que a boa índole de Taumaturgo de Azevedo, ao administrar o dinheiro público impedin-

do a corrupção por parte dos donos da companhia seria motivo para desejarem a sua saída. Por isso, novas investidas surgiram contra o governador. Todos os fatos apresentados teriam resultado na demissão de Taumaturgo de Azevedo do cargo. Coelho Rodrigues teria contribuído para esse resultado através de sua influência no Rio de Janeiro.

Entretanto, é importante ressaltar que ainda durante o mês de março, o Governador em exercício o considerou a possibilidade de demitir-se por consequência de uma série de fatores:

[...] as repetições de intrigas, estando já aborrecido com toda aquela politicagem infame, desgostoso pelas nomeações de juízes feita pelo Dr. Coelho Rodrigues contra os interesses da Justiça e apenas para preparar o domínio do seu coelhado, vendo-me adoentado e prejudicado em seus interesses, preferindo em acesso, sem compensação equivalente ao sacrifício que fazia, resolvi pedir demissão do cargo [...] (Azevedo, 1890, p. 3).

Em meados de abril de 1890, Taumaturgo de Azevedo enviou o seguinte telegrama ao ministro do Interior:

[...] peço minha exoneração apesar honrosa confiança mereci Governo Federal. Suspendo desde já todos os meus trabalhos administrativos iniciados e reformas em vias de execução. E, para salvaguardar os interesses do estado, peço-vos para passar a administração para o 3° vice-governador do estado, Barão de Castelo Branco, cidadão prestigioso, honesto e garantia de ordens e créditos Piauí, visto como o 1° vice-governador (Joaquim Nogueira) é incapaz de reagir contra pretensões inconfessáveis e o 3^a (Teodoro Pacheco) é um energúmeno político, infelizmente para mim, somente hoje conhecido (Azevedo, 1890, p. 3).

Afirma que estava disposto a manter sua decisão, porém em respeito ao ministro do Interior viu-se forçado a ficar mais

um pouco. O telegrama enviado teve a seguinte resposta do ministro:

Em 17 de abril – governador – vossa susceptibilidade é de um caráter nobre e longe de estranhá-la aplaudo-a. Continuais a gozar de toda a confiança do governo que conta com o vosso patriotismo na administração desse estado, posto de sacrifícios e de benemerência (Azevedo, 1890, p. 3).

Oito dias após o seu pedido de demissão, continuava a sofrer ataques de seus adversários por meio do jornal do Partido Republicano Federal, dirigido por Teodoro Pacheco, e onde Joaquim Nogueira Paranaguá também escrevia contra ele. Nesse meio tempo veio um telegrama do ministro do Interior com o informe da demissão do 2º vice-governador e a transferência do primeiro colocado para o terceiro, em resposta a pedido feito pelo governador no telegrama a seguir:

26 de abril. Jornal grupo bacharel Teodoro Pacheco acerca do governo com falsidades e inconveniências. Tendo procedido com a calma que não desejo transviar-me caminho traçado administração. Para primeiro Barão de Castelo Branco, para 3º Joaquim Nogueira. Para 2º Jesuíno José de Freitas, magistrado inteligente, probo e circunspeto, ficando assim exonerado aquele bacharel proposto poucos dias depois de minha chegada [Teodoro Alves Pacheco], mas hoje reconheço não ter ele isenção do espírito e moralidade para este cargo de plena confiança Governo Federal (Azevedo, 1890, p.3).

Estes foram os termos usados para solicitar a troca de vice-governadores ao Governo Federal. No dia 28 de abril de 1890 Taumaturgo recebeu um telegrama com a resposta do ministro do Interior: “Para que se possam lavrar nomeações dos mesmos

vice-governadores indicados vosso telegrama 26, convém indicar indicações por extenso nome próprio” (Azevedo, 1890, p. 3).

Nova mensagem foi enviada com os nomes por extenso de seus indicados, o que confirmava, ao seu ver, a confiança que o governo nele depositava. Porém em 22 de maio, estando o Governo Federal convencido da “má política” do então governador, reintegrou Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco para 1º e 2º vice-governadores, respectivamente. Jesuíno José de Freitas, o 3º vice-governador, foi substituído pelo Barão de Uruçuí (Azevedo, 1890, p.3).

Nessa mesma data, 22 de maio, o primeiro governador republicano nomeado Gregório Taumaturgo de Azevedo foi demitido. A notícia do afastamento de Taumaturgo foi emitida por Coelho Rodrigues e Eliseu Martins a Teodoro Pacheco.

Clodoaldo Freitas esclarece os fatos. Conforme suas palavras, após a notícia, os federalistas teriam se reunido à porta do Barão de Uruçuí, soltando foguetes e “a dar morras ao governador”. Houve um grande alvoroço na cidade (Freitas, 1890e, p. 2).

Sabendo do acontecimento, o delegado de polícia e chefe da guarda republicana, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho, vai até o chefe de polícia, José Calheiros de Melo, narrando o que ocorria e pedindo ordens, pois não queria tomar para si a responsabilidade de alguma medida que viesse a suceder, devido aos insultos ao governador, que também era seu irmão. Posto a par de tudo, o chefe de polícia se aprontou e com a arma na cintura dirigiu-se ao lugar. Às 22 horas, puseram-se na frente do portão da guarda republicana e “[...] Calheiros mandou apitar, reuniu a força que estava de prontidão e, já à frente dela, ao lado do delegado, estando presente quase toda a oficialidade, seguiu

para o lugar do ajuntamento, então maior e de caráter mais sedicioso” (Freitas, 1890e, p. 2).

Próximo à casa do Barão de Uruçuí, José Calheiros de Melo pediu para que a força parasse e dali seguiu sozinho para o meio do grupo, todavia, logo voltou debaixo de gritos de “fora polícia”, e disse ao comandante: “Dê uma carga de baioneta para dispersar essa gente”. O comandante obedeceu e disparou o artefato. Houve correria, mas não houve feridos. Clodoaldo Freitas comenta que mesmo não havendo machucados, Coelho Rodrigues divulgou o contrário. Clodoaldo Freitas descreve a ação policial em meio ao tumulto:

Ao aproximar-se a força da casa do Barão de Uruçuí, ouviu-se duas ou três detonações, que aliás não fala o Dr. Calheiros em suas partes. A verdade é que o Barão de Uruçuí, acobardado, desmaiado em uma cadeira, atirado pela janela, como um traste, mais tarde telegrafou que ficou com a casa crivada de balas; depois que tiros foram dirigidos a sua pessoa e, finalmente, que o alferes ou tenente-coronel João de Deus fizera pontaria a sua cabeça, e achou testemunhas, que juraram isto! Sabemos como se arranjam testemunhas em tais ocasiões. Era uma força como qualquer outra, o chefe de polícia o melhor dos cômicos (Freitas, 1890e, p. 2).

O governo de Taumaturgo de Azevedo, as questões políticas, sua queda e defesa no Rio de Janeiro constituiu o livro de Clodoaldo Freitas *Fatores do coelhado: escorço de história*, de 1892.¹⁰ Um jornalista e leitor do livro fez uma crítica sobre a obra, veiculada no jornal *A Legalidade*. Assinado sob o pseudônimo Nabor, que embora não possamos afirmar com certeza,

10 O livro teve sua primeira edição lançada em 1892, pela tipografia do jornal *O Democrata*, sendo relançado apenas em 2019, na coleção do centenário da Academia Piauiense de Letras. Para a construção deste texto utilizamos essa segunda edição, organizada por Teresinha Queiroz.

possivelmente seria Nabor Pinto, o texto apresenta dez pontos a respeito da obra, ora discordando das afirmações de Clodoaldo Freitas, ora manifestando-se a favor (Nabor, 1892, p.3).

Um dos pontos divergentes em relação à versão de Clodoaldo Freitas é o do tiroteio que teria ocorrido na casa do Barão de Uruçuí em 22 de maio. Nabor (1892, p. 3) diz que há no livro uma inexatidão na narrativa dos fatos. Para ele estava incorreto atribuir toda a culpa do ocorrido a José Calheiros de Melo, pois a responsabilidade seria na verdade do alferes João de Deus Moreira de Carvalho e de Egídio Pereira.

No dia 4 de junho de 1890, Taumaturgo de Azevedo foi chamado pelo Governo Federal à cidade do Rio de Janeiro e logo viajou. Clodoaldo Freitas posteriormente também segue viagem para aquela Capital e é na imprensa carioca que escreve e colabora na defesa do ex-governador perante o Governo Central, naquele momento, chefiado pelo Marechal Deodoro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, observa-se que, mesmo havendo uma transição política em andamento, questões políticas e partidárias continuaram presentes como fumaça a ponto de reacenderem a um pequeno estímulo, o fogo abrandado. A presença de antigas lideranças demonstra a manutenção de estrutura política existente desde a Monarquia, ao oportunizar o rearranjo de monarquistas de dois partidos imperiais (Partido Liberal e Partido Conservador) e republicanos históricos, o que explicita, até certo ponto, a frouxidão de preceitos ideológicos quando confrontados com a oportunidade de preservação do poder.

A tentativa de unificação dos grupos por parte de Gregório Taumaturgo de Azevedo foi fator fundamental para que essas tensões se intensificassem. A historiografia aponta que o caráter técnico de Taumaturgo de Azevedo se sobressai em relação ao político, o que, em parte, justificaria sua intenção em unificar forças e ignorar as oposições políticas já existentes.

Pressionado pela oposição que lhe sucedeu após o rompimento do PRF, com constantes debates suscitados nos jornais e denúncias feitas ao Presidente do Brasil, Taumaturgo pediu a sua demissão ainda no mês de abril, que não foi atendida imediatamente. Apesar da sua hesitação em aliar-se a um grupo, as acusações de uma possível traição ao Governo Central, a má administração e articulações para assumir definitivamente a Chefia do Poder Executivo Estadual pesaram contra Taumaturgo, o que o levou a aproximar-se dos Democratas, acentuando a rivalidade entre os dois grupos. Esses fatores acarretaram na sua convocação para esclarecer suas atitudes ao Governo Central, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Fontes

A DEMOCRACIA, órgão [...]. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, ano 10, n. 104, p. 2, 12 maio 1889.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890a.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890b.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890c.

CASTELO BRANCO, Urbano. Estado do Piauí: ainda uma resposta ao Sr. Dr. Antônio Coelho Rodrigues. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 172, p. 2, 21 jun. 1890.

ESTADO DO PIAUÍ ao país: em grande banquete [...]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 119, p. 2, 19 jul.1890a.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul.1890b.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890c.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890d.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890e.

GRANDE reunião política. *Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1890.

NABOR. Trocos miúdos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 40, p. 3, 15 out. 1892.

NOTICIÁRIO: Governador do [...] *Cearense*. Fortaleza, ano 44, n. 136, p. 1, 21 jan. 1890.

RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

TELEGRAMAS: Teresina, 16 de dezembro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 360, p. 1, 27 dez. 1889.

VÁRIAS NOTÍCIAS: Vimos a [...]. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 67, n. 325, p. 1, 22 nov. 1889.

A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889.

BIBLIOGRAFIA

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. Brasília; Teresina. Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011.

MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 123, 1986.

MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 27-100.

MARTINY, Cariina. Reorganização política na primeira República: o Partido Republicano Federal da criação à cisão (Brasil, 1893-1897). *Revista Latino-americana de História*, São Leopoldo, v. 4, n. 14, p. 49-68, 2015. Disponível: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/638>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí: 1889-1920*. Teresina: Academia Piauiense de Leras, 2016.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

A LOUCURA REPRESENTADA EM DOCUMENTOS: OS OFÍCIOS DE INTERNAÇÃO RECEBIDOS PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA (1852-1871)¹

Gerlane Farias Alves

Desde a sua fundação, a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba foi responsável pela assistência prestada aos moradores da Província que ia desde o atendimento médico em seu Hospital de Caridade, passando pelo acolhimento de crianças abandonadas, recolhimento de esmolas para os presos, celebrações religiosas, até o enterramento de seus habitantes. Uma dessas atividades dizia respeito ao acolhimento de alienados² em uma época em que não existiam ainda, em todas as províncias brasileiras, instituições próprias para realizar este trabalho ou tratamento adequado para cuidar deste tipo de doente.

Desse modo, os alienados, ainda no século XIX, eram trancafiados em prisões ou em suas próprias casas, quando não eram abandonados à própria sorte nas cidades vizinhas. Na Província da Parahyba, estes eram, muitas vezes, remetidos, através da Delegacia de Polícia, aos quartos escuros do Hospital de Caridade onde dividiam seus males com os demais doentes (não alienados), causando grande incômodo aos pacientes da instituição e aos moradores das casas vizinhas.

1 Este artigo é uma ampliação do trabalho apresentado no XIII Encontro Estadual de História da ANPUH/PE - História e mídias: narrativas em disputa, realizado entre 15 e 19 de setembro de 2020 de forma on-line.

2 Termo utilizado durante o século XIX para classificar pessoas acometidas por distúrbios mentais.

Entre os documentos que revelam a entrada de alienados no Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, durante a segunda metade do século XIX, maior destaque pode ser dado aos ofícios com pedidos de internamento assinados tanto por delegados e subdelegados pertencentes à Secretaria de Polícia da Parahyba como também por pessoas ligadas ao Palácio do Governo na Capital.

O conjunto documental analisado neste trabalho diz respeito a 23 ofícios com pedidos de internamento de alienados no Hospital de Caridade, todos oriundos da Capital e de diferentes regiões do interior da Província como Mamanguape, Ingá, Pillar, Campina Grande e Cuité, ocorridos entre os anos de 1852 e 1871. Além desses, ainda existem 2 ofícios com pedidos de liberação para alienados que deveriam receber alta por terem sido diagnosticados pelos médicos do Hospital de Caridade como curados.

Nessa documentação, podemos observar, além dos dados sobre a data de produção do ofício, número de registro e órgão responsável pelo envio do paciente ao Hospital da Santa Casa, os dados pessoais do paciente como sua identidade, classe social e os motivos que os levaram a serem entregues aos cuidados da instituição, traçando assim aspectos relevantes sobre a história de alguns dos alienados recolhidos pelo Hospital de Caridade.

O ACOLHIMENTO DE ALIENADOS PELO HOSPITAL DE CARIDADE

Segundo Junqueira (2016), a referência mais antiga encontrada sobre a prática de encerrar alienados em cadeias, na cidade de Parahyba do Norte, data de 1875. Foi quando o provedor da Santa Casa, Lindolfo José Corrêa das Neves, em relatório

encaminhado ao presidente da Província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, escreveu:

Ilmo. E exmo. Sr.: Cumprindo o despacho de Polícia, que cobre outro do Delegado de Mamanguape, em que pede para ser recolhido ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia o desavisado Manoel de Tal, tenho a informar o seguinte: Neste Hospital apenas existem dois quartos em condições de segurança, para doentes desta espécie, os quais se acham ocupados com outros, que exigem toda a segurança por seu estado de furor.

Conservam-se atualmente no Hospital **sete alienados, mais ou menos furiosos**, que, além das ruínas, que causam no edifício com excavações no chão e estragos nas paredes, incomodam nas ocasiões de acesso os outros doentes com gritos e pancadas nas portas. Demorei esta informação para ver se melhoravam e obtinham alta, **um que veio preso como envolvido nos movimentos populares do interior, e para ali remetido de ordem de V. Ex. como louco**, ou uma mulher encontrada nas ruas desta cidade, e também recolhida de ordem de V. Ex. mas esse melhoramento não se te verificado, e temo que tão cedo não se obtenha (Coêlho Filho, 1977, p.147). grifos nossos.

Segundo Junqueira (2016), o relato feito pelo Provedor Lindolfo José Corrêa das Neves em 1875 indica ainda que, naquele contexto, era prática comum que a polícia, atendendo as ordens da gestão, recolhesse das ruas pessoas que estivessem ociosas, o que tinha por fim evitar pôr em perigo a vida e a honra das famílias parahybanas. Para a autora, tal prática estava prevista no Código Criminal do Império de 1830, que ordenava que os fiscais fossem obrigados a pegar os bêbados e doidos que divagassem pelas ruas e estradas públicas das províncias, conduzindo-os a presença do Juiz de Paz respectivo, para que este pudesse “proceder na forma da Lei de seu Regimento: convo-

cando para esta deligência as pessoas, que estiverem próximas, e o fiscal que o contrario fiser será multado em dez mil reis; e a pessoa que se negar ao seu chamado será multada em dois mil réis” (Postura nº 16 de 1830).

Junqueira (2016) ainda lembra que, naquela ocasião [década de 1870], apesar das prisões de alienados serem realizadas pelas autoridades policiais, estes sujeitos eram, sempre que possível, encaminhados para o Hospital da Santa Casa e tudo isso graças ao ofício-circular do Ministério dos Negócios do Império de 04 de setembro de 1854 que relegava a essas instituições o recolhimento desse tipo de paciente proibindo ao mesmo tempo o seu envio para o Hospital de alienados D. Pedro II³ no Rio de Janeiro, medida essa que desagradava bastante os provedores da Santa Casa.

Como na época ainda não existia um conceito homogêneo para classificar um indivíduo acometido por doença mental, podemos imaginar que não deve ter sido pequeno o número de pessoas nomeadas pelas autoridades competentes como alienadas, sendo os mesmos encerrados nas prisões e nos quartos do Hospital de Caridade da Santa Casa. A ordem de soltura para os “loucos” que estivessem envolvidos em crimes só poderia ser dada pelo chefe de polícia ou pelo delegado. Caso estes estivessem em tratamento em algum nosocômio, o médico responsável poderia dar seu parecer. A soltura também poderia vir com a au-

3 O Hospício de Pedro II, criado pelo decreto imperial nº 82, de 18 de julho de 1841, foi o primeiro estabelecimento no Brasil a dedicar-se ao tratamento dos alienados. A instituição começou a funcionar no dia 8 de dezembro de 1852 com 144 alienados, provenientes da enfermaria provisória da Praia Vermelha e do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Uma vez pronto, o estabelecimento tinha capacidade para 350 pacientes e nos seus primeiros anos de funcionamento recebia os doentes mentais vindos também de outras regiões do Brasil, principalmente de Minas Gerais. (JABERT, 2011, p. 30)

torização do presidente de província, o que muitas vezes, mais uma vez, desagradava os provedores da Santa Casa.

Os alienados internados no Hospital de Caridade da Santa Casa não tinham um tratamento mais humano do que quando eram enviados para as celas escuras da Cadeia. Por conta da falta de espaço, eram reservados a eles os dois únicos quartos onde ficavam, muitas vezes, amarrados a correntes, e mais tarde, o andar térreo onde os mais exaltados acabavam por destruir o ambiente, causando indignação e preocupação entre os dirigentes da instituição e fazendo com que estes clamassem cada vez mais por um local próprio, distante da área urbana, que pudesse dar um melhor tratamento a estes infelizes.

Normalmente as famílias mais abastadas, quando possuíam algum alienado entre seus parentes, tratavam de lhe construir um quarto nos fundos da residência para evitar seu contato com os demais membros da sociedade. Já nas famílias mais pobres, sem recursos, era comum a entrega de seus parentes à Delegacia de Polícia da Parahyba para que essa lhes desse um destino mais apropriado. Se agressivo, era comum o alienado ficar por um período indeterminado na cadeia e depois ser levado para o recolhimento no espaço reservado a eles dentro do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia. Sobre isso, Coêlho Filho (1977) ainda ressalta que durante todo o século XIX, o papel de acolher os loucos(as) coube, especialmente, a Irmandade da Misericórdia. Segundo o autor “o Hospital de Santa Isabel foi o único a recolher insanos, para os quais dispunha de apenas dois quartos (um para cada sexo)” (Coêlho Filho, 1977, p. 147).

Muitos alienados que davam entrada no Hospital de Caridade vinham de cidades do interior da província enviados pelo Delegado de Polícia da região. O ofício com pedido de internação de 8 de novembro de 1867 assinado pelo secretário da cidade de Mamanguape, Antônio de Souza Carvalho, demonstra essa realidade:

Peço a Santa Casa que sirva de mandar manter nesse hospital da Santa Casa de misericórdia Amaro de Taíde, remetido pelo delegado (...) o qual, sendo homem pobre e sofrendo de ataques epiléticos, nos quais se torna furioso, era ali temido pela família que nesse estado não pode conte-lo, nem trata-lo (Carvalho, 1867, p.1).

Em outro ofício, datado em 04 de março de 1868 pelo mesmo secretário, é possível observar a preocupação com outro alienado remetido ao Hospital de Caridade da Santa Casa por este ter cometido uma agressão contra pessoas que passavam em sua porta. O ofício pedia que:

O louco João Gomes Freire D'amorim Barbalho, possa ser por caridade recolhido no hospital da Santa Casa, nesta que o estado de indigência de sua família não permite dar contribuição alguma e nem tão pouco pode conserva-lo no seu seio, pois não tem força para conte-lo, acontecendo ele sair quando quer e acometer as pessoas que transitam por de frente de sua casa, como aconteceu há poucos dias que acometeu ao negociante Manoel Góes Moreira e com uma faca de mesa causou-lhe um ferimento no rosto, mas sendo esta a primeira vez que ele acomete aos transeuntes (Carvalho, 1868, p.1).

Desse modo, os ofícios de internação acabaram por se constituir em uma importante fonte de pesquisa, capaz de revelar, se não ao todo, pelo menos alguns aspectos importantes sobre a origem e a entrada de alienados no Hospital de Caridade

da Santa Casa da Parahyba na segunda metade do século XIX, mostrando como seus infortúnios eram vistos por aqueles que os encaminhavam para o hospital e em que condições estes chegavam à instituição.

OS OFÍCIOS DE INTERNAÇÃO RECEBIDOS PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA

Durante a segunda metade do século XIX a Secretaria de Polícia era a responsável pela maior parte das internações de alienados no Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Muitos desses alienados vinham das prisões da Capital e do interior ou eram entregues por suas próprias famílias, que alegavam não terem meios de contê-los em seus acessos de fúria ou, por serem desvalidas, não possuírem condições financeiras para mantê-los.

Analisando, portanto, tais ofícios de internação, é possível observar aspectos ligados à identificação do alienado, sua região de origem, a classe social a qual pertencia, a data da produção do ofício (que marcava a data de entrada no Hospital), seu número de registro, além da pessoa e órgão responsáveis pelo envio do paciente ao Hospital da Santa Casa. As informações inexistentes são ocasionadas tanto pela falta desta na documentação, como pelo desgaste natural da tinta do manuscrito que impossibilitou a sua leitura. O quadro a seguir traz os dados extraídos dos ofícios, a partir de uma análise geral destes.

QUADRO 1 - OFÍCIOS COM PEDIDOS DE INTERNAMENTO DE ALIENADOS ENTREGUES À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA (1852-1871)

	Nome do interno(a)	Local de origem	Data do Ofício	Nº do Ofício	Responsável pelo pedido	Órgão expedidor
1	Pedro Ricardo José Brasiense	Maman-guape	29/11/1852	921	Escrivão da SCMPB Antonio Coêlho de Sá Albuquerque	Santa Casa de Misericórdia da Parahyba
2	Maria The-reza	Parahyba	19/01/1852	n.c.	Escrivão da SCMPB Antonio Coêlho de Sá Albuquerque	Santa Casa de Misericórdia da Parahyba
3	Faustino Juveta da Silva	Parahyba	7/02/1853	n.c.	Escrivão da SCMPB Antonio Coêlho de Sá Albuquerque	Santa Casa de Misericórdia da Parahyba
4	Ana Maria de Santa Anna	Parahyba	15/07/1853	n.c.	J. [...] Clementino de Souza	Palácio do Governo da Parahyba
5	Antonio Alves	Maman-guape	21/04/1856	557	Chefe de Polícia João Antonio de Araujo Freitas Henriques	Secretaria de Polícia da Parahyba
6	Manoel de Souza	Ingá	24/09/1856	1248	Chefe de Polícia Francisco Josefa C. de Albuquerque	(Secretaria de Polícia da Parahyba)
7	Manoel Costa d'Albuquerque	Pillar	08/04/1858	541	Chefe de Polícia Manoel Clementino Carneiro da Cunha	Secretaria de Polícia da Parahyba

8	Ritta	Ingá	29/04/1858	620	Chefe de Polícia Manoel Clementino Carneiro da Cunha	Secretaria de Polícia da Parahyba
9	Roberto Vieira dos Santos	Mamanguape	24/04/1860	n.c.	Sub Delegado Francisco Brunno [...]	Sub delegacia da cidade de Mamanguape
10	João Nunes Soares	Ingá	30/07/1860	19	Delegado [...] d'Oliveira e Mello	Delegacia de Polícia da Parahyba
11	Maria de Tal	Ingá	31/07/1860	200	Chefe de Polícia Manoel José da Silva C. Neiva	Secretaria de Polícia da Parahyba
12	Francisco Martins	Taipú	11/05/1861	n.c.	J. A. Mindello	Delegacia de Pedras de Fogo
13			12/05/1861	95	Chefe de Polícia Manoel José da Silva C. Neiva	Secretaria de Polícia da Parahyba
14	João Lopes de Souza	Ingá	21/07/1862	172	Francisco de Araújo de Lima	Palácio do Governo da Parahyba
15	Maria Umbelina	Parahyba	7/10/1862	5587	Francisco de Tranj. Lima	Palácio do Governo da Parahyba
16			8/10/1862	204	Chefe de Polícia Domingos Sobreira Peixoto	Secretaria de Polícia da Parahyba
17	José Medeiros	Campina Grande	6/07/1865	342	Chefe de Polícia Gervasio Campello Pires Faria	Secretaria de Polícia da Parahyba

18	Amaro de Tal	Cuité	8/11/1867	383	Chefe de Polícia Antonio Albuquerque de Nazareth	Secretaria de Polícia da Parahyba
19	João Gomes Freire de d'Amorim Barbalho/ João Gomes d'Amorim Barbalho	Mamanguape	4/03/1868	n.c.	Secretário Antonio de Souza Carvalho	Delegacia de Polícia de Mamanguape
20			5/03/1868	85	Chefe de Polícia Antonio [...] Albuquerque Guedes Nazarez	Delegacia de Polícia da Parahyba
21	Amaro Antonio da França	Cuité	3/07/1868	195	Delegado Felinto Lismeiro Victor Pereira	Secretaria de Polícia da Parahyba
22	Marcos José de Souza	Ingá	3/07/1871	154	Chefe de Polícia Serafim Eusebio d'Albuquerque	Secretaria de Polícia da Parahyba
23	Manuel Francisco de Sales	Mamanguape	15/11/1871	241	Chefe de Polícia Serafim Eusebio d'Albuquerque	Secretaria de Polícia da Parahyba

Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Ofícios de Internação (1852-1871). **Legenda:** n.c. = não consta.

Desse modo, dos 23 dos ofícios de internação levantados, entre os anos de 1852 e 1871, é possível analisar a história de 4 alienados oriundos da capital paraibana, 5 da região de Mamanguape, 1 de Taipú, 6 da Villa de Ingá, 2 de Cuité, 1 de Campina Grande e 1 de Pillar, totalizando 20 alienados. Também se pode observar uma quantidade maior de internações pedidas para o

sexo masculino do que para o feminino, sendo então registrados nesses ofícios o nome de 15 homens e apenas 5 mulheres.

A breve história desses homens e mulheres, impressa na maioria das vezes de forma resumida em seus ofícios de internação, não é capaz de revelar os medos, as angústias e sofrimentos que cada um deles pode ter trazido consigo para dentro do Hospital de Caridade. Histórias de agressão, de abandono, de ameaça, que nunca será possível reconstruir em toda sua realidade. O que se pode observar, através da leitura dos documentos que se completam com os ofícios de internação, para contar a trajetória dessas pessoas nos cômodos reservados para eles dentro do Hospital de Caridade, é o total silenciamento de sua identidade quando estes adentram a instituição. Seus nomes deixam de ser citados nos relatórios de provedoria e estes passam a ser conhecidos apenas pelos termos “alienados”, “mentecaptos”, “loucos”, numa forma homogeneizante de suas identidades e ações.

Estes termos eram frequentemente utilizados nos ofícios de internação, como se observa no ofício remetido para a Santa Casa de Misericórdia pela Delegacia de Polícia da Paraíba em 8 de abril 1858, em que o Chefe de Polícia Manoel Clementino Carneiro da Cunha pede ao provedor Dr. Francisco d’Assis Pereira Rocha que

Digne VS^a dar suas ordens para que seja admitido no hospital de caridade o mentecapto Manoel da Costa d’Albuquerque vindo de Pillar, afim de que seja tractado da enfermidade que padece. O individuo de que trata é pessoa miserável segundo afirma o Delegado d’aquella villa (Cunha,1858, p. 541).

Entre os elementos que não estão descritos nos ofícios de internação, está a idade dos alienados. Nenhum desses do-

cumentos traz essa informação. O que se observa com mais frequência é o estado financeiro dessas pessoas, tidas como desvalidas ou miseráveis e sendo o motivo de sua internação a falta de recursos de seus familiares para mantê-los. Dentre os ofícios apresentados, apenas um revela a cor da pele do alienado. Trata-se do Ofício de 29 de abril de 1858 que, assinado mais uma vez pelo chefe de Polícia Manoel Clementino Carneiro da Cunha, dizia “Requisito a V.S^a a expedição de suas ordens para que seja admitida e tractada no hospital da St^a Casa da Misericórdia a crioula Ritta, mentecapta, remetida pelo delegado do Ingá que afirma ser ela pobre, e desvalida” (Cunha, 1858, p. 620).

Além da miséria que afligia muitas das famílias que entregavam seus doentes para serem tratados no Hospital de Caridade, outros chegavam por conta de seus acessos de loucura, ameaçando os habitantes da região em que viviam. Foi o que aconteceu ao alienado João Nunes Soares, natural da capital paraibana. Em 30 de julho de 1860, teve o ofício com seu pedido de internação enviado para a Santa Casa de Misericórdia pelo Delegado de Polícia da Parahyba, onde este dizia que “a bem da humanidade requisito em rogar a V. S^a que se digne mandar recolher ao hospital de caridade João Nunes Soares donde, mentecapto miserável, mas di genio infernal e mal fasejo” (Mello, 1860, p. 19). O ofício de internação era, então, dirigido ao Provedor Francisco de Assis Pereira Rocha.

A agressividade também foi um dos motivos que levaram o alienado Francisco Martins, natural de Taipú, a ser entregue por sua família à Delegacia de Polícia da região vizinha de sua localidade, Pedras de Fogo, e a ser enviado para a Delegacia de Polícia da Parahyba para posterior encaminhamento ao Hospi-

tal de Caridade da Santa Casa. Em 11 de maio de 1861, o delegado J. A. Mindello expedía ofício informando que

Hontem pelo sub delegado de Taipú foi-me remetido, o louco perigoso Francisco Martins, natural desta freguesia por não poderem mais os vizinhos suporta-lo e como seja pobre remetho a V. S^a para manda-lo recolher no hospital da ST^a Casa afim de ele obter alguma melhora, por quanto é muito trabalhador nos lúcidos intervalos e tambem acha-se agora muito furioso a ponto de fazer uma desgraça (Mindello, 1861).

No dia seguinte, 12 de maio de 1861, era o chefe de Polícia Manoel José da Silva C. Neiva quem expedía o ofício da Secretaria de Polícia da Parahyba com o pedido de internação de Francisco Martins. Além de repetir no documento que Francisco, “por sofrer de alienação mental, e ser a sua presença ali prejudicial e perigosa” ainda acrescentava que:

sendo o dito indivíduo miserável e não havendo na cadeia pública desta cidade acomodação para esta espécie de doente, rogo a V. S^a em nome da caridade christã, que sirva ele recebido, guardado, e convenientemente tratado no hospital do pio estabelecimento a cargo de V. S^a (Neiva, 1861, p. 95).

Nos casos em que houvesse ameaça de agressão, os alienados poderiam passar um bom tempo na prisão de sua localidade até serem transferidos para o Hospital de Caridade pela própria Delegacia de Polícia ou, depois de um crime cometido, serem enviados prontamente para o Hospital. Foi o que ocorreu, em março de 1868, com o alienado João Gomes Freire d’Amorim Barbalho, morador da cidade de Mamanguape.

Com já citado anteriormente, Barbalho foi levado para o Hospital de Caridade após agredir com uma faca de mesa um

negociante chamado Manoel Gomes Moreira, que passava em frente à sua casa causando-lhe um ferimento no rosto. Segundo a narrativa do ofício de 4 de março de 1868, produzido pelo Secretário da Delegacia de Polícia de Mamanguape Antonio de Souza Carvalho, João Gomes Freire, classificado como “louco” no documento, tinha o hábito de “sair quando quer e acometer as pessoas que transitam por de frente de sua casa”, sendo a primeira vítima dele, nesse caso, o negociante. O Secretário também pede que o alienado seja, por caridade, recolhido ao Hospital da Santa Casa por conta de que o “estado de indigência de sua família não permite dar contribuição alguma e nem tão pouco pode conserva-lo no seu seio, por não ter força para conte-lo” (Carvalho, 1868). Desse modo, outro ofício, foi produzido no dia 5 de março de 1868 pelo Chefe de Polícia Antonio Albuquerque Guedes Nazarez, da Delegacia de Polícia da Parahyba, e enviado junto com a cópia do ofício de Mamanguape (e talvez junto com o alienado João Gomes Freire) para a Santa Casa de Misericórdia com o pedido de sua internação no Hospital de Caridade.

Outro alienado que acabou sendo enviado para o Hospital de Caridade da Capital, também por motivo de agressão, foi Amaro Antonio da França em julho de 1868. Morador de Cuité, foi informado no ofício com seu pedido de internação que ele sofria de “epilepsia”⁴ e que quando estava nos períodos de crise,

4 O primeiro estudo brasileiro a relacionar epilepsia e loucura data de 1859. Trata-se da tese de doutoramento do Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, intitulada: *Algumas palavras sobre a epilepsia*, neste estudo o médico definiu a epilepsia como “uma nevrose de acessos intermitentes, caracterizada por movimentos convulsivos, reunidos a uma perda súbita e momentânea das faculdades intelectuais e da sensibilidade”. NEVES, Margarida de Souza. *Pela saúde da nação. O pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil*. p. 9. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito>>. Acesso em: 28 fev. 2018. No final do século XIX, Afrânio Peixoto esclarece que a epilepsia não implica fatalmente a degradação intelectual. Segundo o médico baiano, “o

se tornava uma pessoa “furiosa, a ponto de ter ali por mais de uma vez querido ferir sua mãe e o padrinho, a fim de ser convenientemente tratado, e conservado em dito hospital a bem da segurança individual” (Pereira, 1868, p. 195).

Já em 15 de novembro de 1871, o “alienado desvalido” Manuel Francisco de Sales também foi remetido para o Hospital de Caridade com o ofício de internação assinado pelo chefe de Polícia da Parahyba Serafim Eusebio d’Albuquerque. Dirigindo-se, no documento, a Lindolfo Corrêa das Neves, provedor da Santa Casa na época, dizia que

O subdelegado do districto da cidade de Mamanquape com officio de 14 do corrente remeteo-me o alienado desvalido Manuel Francisco de Sales, que com esta será apresentado a V.S^a informando-me que o mesmo trasia a população em desassocego.

Pelo que rogo a V.S^a se sirva de o mandar recolher ao hospital da Santa Casa de Misericordia a fim de ser tratado (D’Albuquerque, 1871, p. 241).

No caso das mulheres recolhidas como alienadas ao Hospital de Caridade, excluindo-se o de Ritta (que diz a cor de sua pele e sua condição social) os demais ofícios de internação não trazem maiores detalhes sobre suas identidades, além de sua região de origem. Maria Thereza, natural da Parahyba, cujo ofício de internação data de 19 de janeiro de 1852 e está assinado por um funcionário do Palácio do Governo da Parahyba, foi enviada ao Hospital de Caridade junto a um preso da cadeia pública, cha-

aniquilamento da razão e o caminhar para a demência na epilepsia dependem de condições múltiplas: primeiro da idade em que activamente irrompe o mal, tanto mais fatal, quanto mais cedo começa; [...] da frequência e duração dos acessos; finalmente da forma e qualidade destes e tratamento empregado para impedir seu aparecimento” (Peixoto, 1898, p. 66).

mado José Francisco da Silva Gallo, que se achava enfermo. Já Ana Maria de Santa Anna (também paraibana) é descrita em seu ofício com pedido de internação de 15 de julho de 1853 (também produzido pelo Palácio do Governo da Parahyba) como uma pessoa que “padece de alienação mental segundo diz o senhor chefe de Polícia por quem foi ella para ali remetida” (Souza, 1853). Maria de Tal, natural da vila de Ingá, é classificada como “mentecapta” em seu ofício de internação de 31 de julho de 1860. O chefe de Polícia Manoel José da Siva C. Neiva pede então que esta “seja ali tratada da moléstia que padece” (Neiva, 1860, p.200). No caso de Maria Umbelina (tida como da Parahyba), esta possui um ofício de internação datado de 7 de outubro de 1862, também assinado por funcionário do Palácio do Governo da Parahyba, contendo o seguinte pedido:

Providencie V. S^a essa ordem a ser convenientemente tratada no Hospital da Santa Casa a alienada Maria Umbelina, que pelo chefe de Polícia lhe ser mandada apresentar, de vendo V. S^a, logo que ella melhorar e possa ser despedida do Estabelecimento, comunicado à esta presidência (Lima, 1862, p.5588).

Ao analisar a documentação, pode-se observar que apesar dos ofícios com pedido de internação de Maria Thereza, Ana Maria de Santa Anna e de Maria Umbelina terem em comum seu local de origem (Parahyba) e serem assinados pelo Palácio do Governo da Parahyba (o de Ritta e de Maria de tal são assinados pela Secretaria de Polícia, sendo ambas naturais da Vila de Ingá), apenas o de Maria Umbelina contém ordens expressas de que, quando esta apresentasse melhoras de sua enfermidade, tal fato deveria ser comunicado de imediato a seus dirigentes.

Da documentação dos internos que receberam alta médica, foram encontrados apenas a que comprova a história de João

Lopes de Souza e de Maria Umbelina. Portanto, no arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba se encontram os ofícios com pedidos de liberação de ambos os pacientes, o primeiro datado 29 de outubro de 1862 e assinado pelo Palácio do Governo e o segundo datado de 5 de fevereiro 1863 e assinado pela Secretaria de Polícia da Parahyba.

Não foi possível afirmar, até o momento, que o motivo pelo qual o número de ofícios de internação seja maior do que o de liberação esteja relacionado à perda de uma parte significativa desses documentos⁵ ou se realmente foram poucos os alienados que conseguiram obter alta após dar entrada no Hospital de Caridade. O que sabemos é que a maioria dos 23 ofícios de internação de alienados está assinada pela Secretaria de Polícia, enquanto que os dois únicos ofícios de liberação encontrados foram produzidos tanto por esse órgão como pelo Palácio do Governo na Capital.

No quadro a seguir são discriminados os dados existentes nos ofícios com pedidos de liberação dos alienados João Lopes de Souza e de Maria Umbelina:

QUADRO 2 - OFÍCIOS COM PEDIDOS DE LIBERAÇÃO DE ALIENADOS ENTREGUES A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA (1862-1863)

	Nome do interno(a)	Local de origem	Data do OFÍCIO	Nº do Ofício	Responsável pelo envio	Órgão expedidor
01	João Lopes de Souza	Ingá	29/10/1862	5909	Francisco de Araujo Lima	Palácio do Governo da Parahyba

5 O Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, onde se encontram os ofícios de internamento dos alienados remetidos para seu Hospital de Caridade, possui apenas documentos da segunda metade do século XIX e início do XX. E muitos deles já se encontram em estado de deterioração.

02	Maria Umbelina	Parahyba	5/02/1863	524	Secretário interino Laureano d'Oliveira [...]	Secretaria do Governo da Parahyba
----	----------------	----------	-----------	-----	---	-----------------------------------

Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Fundo SCM-PB. Ofícios de internação de alienados (1862-1863)

Segundo Junqueira (2016), tanto João Lopes de Souza como Maria Umbelina tiveram várias passagens pelo Hospital de Caridade da Santa Casa. A autora afirma que João Lopes foi detido e internado pela polícia quatro vezes, num período de apenas oito meses, e isso revelaria “que não havia interesse da Santa Casa em manter o louco no estabelecimento por um tempo maior que o necessário, para que o mesmo se reestabelecesse da crise de furor” (Junqueira, 2016, p. 124). Segundo a documentação encontrada no Arquivo da Santa Casa, sua internação havia sido requerida em 21 de julho de 1862, sendo seu pedido de liberação vindo do Palácio do Governo três meses depois, em 29 de outubro de 1862.

Quanto a Maria Umbelina, esta teria sido encaminhada para o Hospital da Caridade “por três vezes, num espaço de cinco meses”, até que, recebendo alta em fevereiro de 1863, por “se achar restabelecida”, foi “dada ordem que ela [seguisse] para a corte”, onde, acredita-se, seria internada no Hospital D. Pedro II, no Rio de Janeiro, para onde só deveriam ser encaminhados os alienados passíveis de cura, conforme previsto no artigo 2º do ofício-circular de 04 de setembro de 1854 (Junqueira, 2016, p. 125). Neste caso, o ofício de nº 524 encontrado no arquivo da Santa Casa seria o último documento que registra a passagem de Maria Umbelina pelo Hospital de Caridade.

O CURIOSO CASO DE MARIA UMBELINA

Das mulheres internadas como alienadas no Hospital de Caridade, a história de Maria Umbelina chama especial atenção devido a um crime ocorrido na Província e ao qual esta senhora estaria associada. Segundo Junqueira (2016), a Maria Umbelina tida como louca e internada várias vezes no Hospital de Caridade poderia tratar-se, na verdade, de Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão, proveniente da província do Rio Grande do Norte, vítima de uma conspiração que lhe rendeu o nome de “A Ressuscitada”⁶ (Junqueira, 2016, p. 126).

Sobre este caso, Junqueira conta, em sua tese de 2016, que de acordo com a documentação consultada por ela, datada de 1862, “quando o cólera morbus fazia sua segunda aparição na Província da Parahyba do Norte”, existia uma história em que nesse mesmo ano chegava à cidade da Parahyba uma mulher identificada como Maria Umbelina, que dizia ser filha do comendador norte-rio-grandense Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, e que foi casada com o Capitão Anacleto José de Matos, a quem deixara viúvo em 1858, por ter simulado estar morta (Junqueira, 2016, p. 126). Segundo a autora, o marido de Umbelina

[...] mandou-a envenenar; que o encarregado da propinação, um Portugues de nome Freitas ou Fortunato, trocou o veneno por um narcótico; que considerada morta, foi enterrada na capela do engenho Cunhaú [Rio Grande do Norte]; que da sepultura foi subtrahida durante a noite pelo mesmo Português; e que quando tornou a si achava-se no mar, dentro do caixão mortuário, em uma barca e na companhia do seu raptor. (Brazil, 1862, p.180-181)

⁶ Sobre essa história, ver também Barbosa (2009. p. 109).

Junqueira afirma que o caso foi investigado pelas autoridades jurídicas da Província da Parahyba, resultando em uma grande investigação por parte do chefe de Polícia, Dr. Riqueira Costa, acerca dos fatos revelados pela suposta Maria Umbelina. Depois de 7 ou 8 meses, o Dr. Riqueira Costa concluiu sua averiguação, afirmando a veracidade dos fatos revelados pela suposta mulher, pedindo a prisão do seu suposto esposo e também do comendador Antônio de Albuquerque que fora acusado de filicídio, e tendo como advogado de defesa o Padre Lindolfo Correia das Neves, provedor da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Também a senhora Joana de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, a quem a “ressuscitada” chamava de mãe, foi presa por não permitir que os médicos peritos “corressem seu corpo” a fim de encontrar sinais congêneres (Junqueira, 2016, p. 126).

E a história continua com o advogado do Capitão Anacleto José de Matos, em sessão parlamentar de 22 de agosto de 1862, revertendo o caso julgando tratar-se aquela mulher outra pessoa e não de fato quem afirmava ser. Segundo o Dr. Silveira Lobo, tratava-se de uma louca, para o que o referido advogado descontrói as provas juntadas pelo aludido Chefe de Polícia, a quem acusa de ser “arbitrário e despótico” (Junqueira, 2016, p. 127). Quanto aos senhores Anacleto José de Matos e Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, e sua esposa Joana, estes não foram inocentados dos crimes de envenenamento, mas em setembro daquele ano conseguiram o *habeas-corpus*, e aos poucos, o assunto sobre a “Ressuscitada” foi sendo esquecido pela população.

Verdade ou não, Junqueira (2016) lembra que existe uma coincidência nos fatos. Segundo a autora, um dos pedidos de internamento para Maria Umbelina, natural de Ingá (segundo sua

pesquisa) data de outubro de 1862, portanto, no mês seguinte à concessão do habeas-corpus aos acusados de tentar envenenar Maria Umbelina. Desse modo, para a autora, se a mulher de Ingá e a “Ressuscitada” são a mesma pessoa, independente de sua saúde mental, seu envio para o Rio de Janeiro teria sido motivado pelas revelações “fantásticas” que fez, o que parece ter dividido a opinião da população da cidade da Parahyba, além de ter causado contendas entre as elites políticas do Rio Grande do Norte e desta Província (Junqueira, 2016, p. 128).

Sendo assim, se a história for verdadeira, os propósitos da internação de Maria Umbelina no D. Pedro II estariam motivados pelo desejo de calar a mulher, uma vez que os envolvidos no polêmico caso eram homens de grande prestígio político nas Províncias do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. A internação também serviria para tirar a credibilidade de sua história ao mostrar que a mulher era louca, garantindo assim a absolvição dos acusados de tentar assassiná-la por envenenamento, dando por encerrado o processo.

Não seria tão estranho imaginar que o pedido realizado pelo Palácio do Governo da Parahyba, através do ofício de 5 de fevereiro de 1863, em que se pede que o presidente seja avisado da melhora de Maria Umbelina, estivesse realmente ligado a tais motivações de abafar um caso de grande repercussão envolvendo pessoas poderosas, se na época em questão ainda era costume “banir da Província da Parahyba pessoas que perturbavam a ordem estabelecida” (Junqueira, 2016, p. 128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa não foram encontrados elementos capazes de revelar como se dava a entrega dos ofícios com pe-

didados de internamento aos responsáveis por recebê-la dentro da administração da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Se esses ofícios acompanhavam o alienado no seu trajeto até as dependências do Hospital de Caridade ou se o documento era enviado dias antes para a instituição e, logo em seguida, ocorria o traslado do alienado para ser recolhido, fato que normalmente não era negado pelos administradores da Santa Casa.

Também não foi possível descobrir o destino de todos os alienados citados nos ofícios de internação. Se a maioria deles conseguiu voltar ao convívio de seus familiares depois de terem passado pelo Hospital de Caridade, se chegaram a ser enviados para o Asylo de alienados surgido na região do Cruz do Peixe nas últimas décadas do século XIX, ou se pereceram isolados no andar térreo do Hospital.

Diferente da história de Maria Umbelina, também não se pode afirmar nada sobre o destino dos que receberam alta, como João Lopes de Souza. Não se sabe se este permaneceu morando na cidade da Parahyba ou se, depois de receber alta de seu internamento no Hospital de Caridade, foi para outros lugares.

O que se sabe é que, com os passar dos anos, aumentam as cobranças dos provedores da Santa Casa acerca da construção de um local próprio para abrigar os alienados, o que era justificado em suas falas pela situação precária em que se encontrava o Hospital de Caridade, incapacitando a realização desse serviço.

Este espaço tão desejado acabou sendo construído mais tarde (na última década do século XIX) em uma região conhecida como Sítio da Cruz Peixe, uma área distante do centro da cidade que já abrigara um colégio para educandos artífices, e onde se mantinha uma enfermaria reservada para variolosos e um cemitério para o enterramento dos acometidos por doenças

contagiosas. Diante desse cenário, o Asylo surge de forma improvisada, onde as acomodações reservadas para o atendimento dos alienados ainda não atendiam satisfatoriamente aos anseios dos provedores da Santa Casa em proporcionar tratamento adequado a esses infelizes que passaram tantos anos encarcerados no interior do Hospital de Caridade.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá e. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1851. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá. Ofício com pedido de internamento do Escrivão da SCMPB, em 19 de janeiro de 1852, f. s/n.

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá. Ofício com pedido de internamento do Escrivão da SCMPB, em 07 de fevereiro de 1853, f. s/n

ALBUQUERQUE, Francisco Josefa C. de Albuquerque. Ofício com pedido de internamento do chefe de Polícia da Secretaria de Polícia da Parahyba, em 24 de setembro de 1856, f.1248

BRUNNO, Francisco. Ofício expedido pelo sub Delegado de Polícia com pedido de internamento da sub Delegacia de Polícia da Cidade de Mamanguape, em 24 de abril de 1860, f. s/n.

CARVALHO, Antônio de Souza. Ofício com pedido de internamento do delegado da Delegacia de Polícia de Manmaguape, 8 de novembro de 1867.

CARVALHO, Antônio de Souza. Ofício com pedido de internamento do delegado da Delegacia de Polícia de Manmaguape, 4 de março de 1868.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 8 de Abril de 1858. f. 541

CUNHA. Manoel Clementino Craneiro da. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 29 de abril de 1858, f. 620.

D'ALBUQUERQUE, Serafim Eusébio. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 3 de julho de 1871. f. 154.

D'ALBUQUERQUE. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 15 de novembro de 1871, f. 241.

D'OLIVEIRA, Laureano. Ofício expedido com pedido de liberação da Secretaria de Governo da Parahyba, em 5 de fevereiro de 1863, f. 524.

FARIA, Gervásio Campello Pires. Ofício com pedido de internamento do chefe de Policia da Delegacia de Secretaria de Policia da Parahyba, 6 de julho de 1865, f.342.

HENRIQUES, João Antonio de Araujo Freitas. Ofício com pedido de internamento do chefe de policia da Secretaria de Polícia da Parahyba, em 21 de abril de 1856, f. 557.

LIMA, Francisco de Araújo. Ofício expedido com pedido de internamento do Palácio do Governo, em 21 de julho de 1862, f. 172.

LIMA, Francisco de Araújo. Ofício expedido com pedido de liberação do Palácio do Governo da Parahyba, em 29 de outubro de 1862, f. 5909.

LIMA, Francisco de Tranj. Ofício expedido com pedido de internamento do Palácio do Governo, em 7 de outubro de 1862, f. 5587.

MELLO, [...] d'Oliveira e. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, em 30 de julho de 1860, f. 19.

MINDELLO, J. A. OFÍCIO expedido pelo Chefe de Polícia com pedido de internamento da Delegacia de Polícia de Pedras de Fogo, em 11 de maio de 1861. f. s./n.

NAZAREZ, Antonio Albuquerque de. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 8 de novembro de 1867. f. 383.

NAZAREZ, Antonio Albuquerque Guedes. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 5 de março de 1868. f. 85.

NEIVA, Manoel José da Silva. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 31 de julho de 1860, f. 200.

NEIVA, Manoel José da Silva. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 12 de maio de 1861, f. 95.

NEVES, Lindolfo José Correa das. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, Parahyba do Norte, jul. 1875.

SOUZA, Clementino de. Ofício com pedido de internamento do Palácio do Governo da Parahyba Parahyba, em 15 de julho de 1853, f. s./n.

PEIXOTO, Domingos Sobreira. Ofício com pedido de internamento da Delegacia de Polícia da Parahyba, 8 de outubro de 1862, f. 204.-

PEREIRA, Felinto Lismeiro. Ofício com pedido de internamento do delegado da Secretaria de Polícia da Parahyba, 3 de julho de 1868. f. 195.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.) *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. – João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

BRAZIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. *Camara dos Srs. Deputados*. Segundo anno da undécima legislatura, sessão de 1862. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographya Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C., 1862, p.180-181. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

BRAZIL. *Código Criminal do Império do Brazil*, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 22 de jul. de 2021.

COELHO FILHO, Heronides. *A Psiquiatria no País do Açúcar e outros ensaios*. Recife: A União, 1977.

JABERT, Alexandre. *Da nau dos loucos ao trem de doido: as formas de administração da loucura na Primeira República – o caso do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2001.

JUNQUEIRA, Helmara Gicceli Formiga Wanderley. *Doidos(as) e doutores: a medicalização da loucura na Província/Estado da Paraíba do Norte (1830-1930)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. Pela saúde da nação. O pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil. In. ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência, história e historiografia*. São Paulo, Via Lettera, 2008. p.81-100. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

PEIXOTO, Antonio Luiz da Silva. Considerações gerais sobre alienação mental [1837]. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, vol. 16, n. 4, dez. 2013, p. 642-682.

SER DOENTE NA GUERRA DO PARAGUAI: SOBRE A SAÚDE PÚBLICA E A MEDICINA NO BRASIL IMPÉRIO

Janyne Paula Pereira Leite Barbosa

A História da Guerra do Paraguai, Grande Guerra ou Guerra da Tríplice Aliança foi marcada pelas doenças que assolaram as tropas aliadas e paraguaias numa guerra de grandes proporções e com reflexos muito particulares entre os envolvidos. A longevidade do conflito, as dificuldades enfrentadas pelos militares, o desconhecimento do território inimigo e a presença de enfermidades de caráter contagioso ou não, marcaram os capítulos da história brasileira, argentina, uruguaia e paraguaia. Esse percurso histórico, entre os anos de 1864 e 1870, esteve imerso num contexto social mais amplo, que acompanhou todo o século XIX e que foi diretamente influenciado pela implementação de uma política “civilizadora” de caráter higienista no Brasil e nas nações vizinhas.

Pode-se dizer que após 1808 a sociedade brasileira passou por um processo de transformação, que perpassou vários setores, como o da educação e da saúde. Nossa análise se debruçará sobre a saúde dos povos, ou saúde pública, que se caracteriza como aquelas ações de saúde voltadas para o cuidado da população e dos espaços públicos principalmente no que tange a proliferação de doenças como a varíola, a febre amarela e a cólera, especificamente durante o conflito platino. Essas três enfermidades geraram surtos epidêmicos que marcaram as pági-

nas da história do Brasil oitocentista, devastando províncias em todo o território.

As doenças citadas e tantas outras tem sido fruto de pesquisas nos últimos anos, e as análises sobre o impacto que as doenças causaram à população civil e militar durante a Guerra do Paraguai tem se ampliado consideravelmente.

Nos últimos 20 anos, o campo de pesquisa em História da Saúde e das Doenças tem se desenvolvido a partir de produções diversas, fruto dos programas de pós-graduação e da iniciativa de pesquisadores que desenvolvem análises múltiplas, lançando olhares sobre o corpo, o medo, a saúde, a doença e sua etimologia, as populações e o combate às epidemias, dentre outras. Imersos nesse campo de análises estão os estudos sobre a sociedade e as doenças no Brasil Império. Pensar essa relação tem sido essencial para se construir narrativas que visam trazer à tona uma História social da saúde e das doenças, a partir da observação da movimentação das populações quando do contato com determinadas enfermidades. Além disso, faz-se necessário pensar nas transformações que a sociedade oitocentista passou diante da chegada de crises epidêmicas, como a de cólera e febre amarela a partir dos anos 1850 especificamente.

Nesse sentido, a narrativa será construída a partir de dois pontos essenciais: as noções de saúde pública no Brasil Império e o processo de institucionalização da Medicina; e o “ser doente” num contexto de Guerra. Essas duas frentes de análise propõe pensar a Guerra a partir da ótica das doenças, partindo do pressuposto de que as enfermidades que assolaram as tropas e a população civil estiveram associadas a determinantes sociais locais e específicos de determinado contexto. As análises foram

construídas a partir de um *corpus* documental ampliado, considerando tanto documentos de caráter oficial como o Regulamento de 1847 do Serviço de Saúde do Exército (SSE), relatórios de presidente de província, ofícios do SSE e relatos de memoria-listas que estiveram no *front* durante o conflito.

A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL IMPÉRIO E A GUERRA DO PARAGUAI

O século XIX foi um período da história brasileira marcado diretamente por transformações, principalmente de caráter político e social. Com a chegada da Corte em 1808 e após a independência proclamada em setembro de 1822, a elite política brasileira alçava elevar a posição do Brasil frente as metrópoles europeias mesmo mantendo-se fiel à escravidão. Se desenhou um incipiente projeto de nação que trouxe à tona um ideal de civilidade, que precisou ser implementado e seguido. Esse projeto de civilização da qual me refiro está diretamente ligado às medidas impostas pelo Estado, representado pelas referências políticas locais e seus demais instrumentos de ação, para implementar noções de civilização¹ à crescente população brasileira ao longo do período Imperial.

1 Segundo Nobert Elias, se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Assim, as maneiras e a linguagem da aristocracia absolutista francesa serviram de modelo para a Europa e para resto do mundo, inclusive para a corte portuguesa que havia chegado há pouco ao Brasil, ver: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Como afirma Sidney Chalhoub (2012), com a emancipação política em 1822 e a vigência da monarquia constitucional, um novo desafio estava posto, a construção de um Estado Nacional. Havia a necessidade de se obter informações sobre variados assuntos, era preciso conhecer a população, os problemas de saúde pública², comércio, agricultura e instrução, só que não havia estatísticas disponíveis sobre os diversos ramos do serviço público e por isso a sociedade para a qual se deveria governar e legislar permanecia em grande medida desconhecida.

Necessitava-se afirmar o projeto imperial. A independência e a fundação do Império implicaram uma tentativa de acentuação da ruptura entre a civilização brasileira e a metrópole sem que, contudo, isto implicasse a negação de sua matriz europeia. Ao contrário, tratava-se de enfatizar a qualidade de demonstração de sua superioridade em relação aos países vizinhos do subcontinente (Salles, 2013). Nesse sentido, inserir novos hábitos e modificar as estruturas sociais compunha o projeto civilizador do Estado Imperial. A educação e a saúde pública foram duas facetas importantes no campo de mudanças pelo qual o país passou, a partir, principalmente, do processo de independência que teve seu desfecho em setembro de 1822.

No cenário apresentado aqui, especificamente entre 1864 e 1870, cronologicamente o Segundo Reinado, o Brasil já era reconhecido como um Estado com projetos na área de saúde pública, problemáticos³ em sua grande maioria, e que passava

2 As medidas tomadas pelas comissões de saúde pública visavam melhorar o funcionamento das cidades e conter o avanço de surtos epidêmicos nas províncias do Império Brasileiro.

3 Várias das ações desempenhadas pelo governo Imperial e por determinadas instituições criadas desde 1808 falharam no que tange ao exercício de suas atividades. Um exemplo é a política de vacinação contra a varíola, que enfrentou vários problemas de ordem estrutural e social para que acontecesse. Determinantes locais e sociais acentuaram os problemas envolven-

por transformações determinantes, como no campo da ciência médica. A noção de saúde pública que será desenvolvida ao longo da narrativa está associada ao cuidado com os corpos e com os espaços públicos, pautadas nas medidas higienistas e nas políticas de vacinação implementadas pelo estado imperial.

Antes do século XIX não se encontra, seja nas instituições propriamente médicas, seja no aparelho de Estado, a relação explícita entre saúde e sociedade [...]. Até essa época a totalidade da administração colonial não organiza a sociedade levando em consideração o planejamento de um combate às causas das doenças, procurando instaurar ou conservar um regime de saúde (Machado, 1978, p.125).

Desde o período colonial brasileiro, ações referentes ao cuidado com os corpos e com a população enferma foram desempenhadas na tentativa de conter o avanço de epidemias e de curar moléstias até então desconhecidas, mas não havia uma noção unificada que estabelecesse uma relação de interdependência entre saúde e sociedade. O medo do desconhecido – inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte- assolou a população e pôs em evidência o papel daqueles que antes da medicina oficial eram os responsáveis pelas práticas de cura, consideradas posteriormente como vulgares (Delumeau, 2009 [1978]). Essas práticas, consideradas “vulgares” pela elite médica⁴ e pelas autoridades

do a vacinação em diversas províncias.

⁴ Segundo Luiz Otávio Ferreira, essa elite médica procurou estabelecer sua autoridade e controle sobre assuntos relativos ao exercício profissional da medicina, ensino médico, produção e validação do conhecimento médico e a organização da saúde pública, pelo menos no espaço geográfico da cidade do Rio de Janeiro. FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: Descrição da Carreira Médica no Século XIX. In: *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 4, Número 1, 1994.

da época, eram assim taxadas pois estavam à margem da medicina de caráter científico. Na tentativa de combater o exercício dessas práticas que tinham como princípio uma herança cultural dos povos indígenas e africanos, se instaurou no país um processo de desvalorização dessas artes de curar que eram baseadas no uso de plantas, unguentos, chás e sangrias. Esse discurso de desvalorização foi dirigido por uma elite médica que ocupou postos dirigentes no governo Imperial, e que objetivava intensificar o movimento científico de aceitação popular da medicina.

Entre aqueles que exerceram essas práticas, estavam os sangradores. Eles atuavam “sangrando, sarjando, aplicando ventosas, e sanguessugas”. Segundo Pimenta (1998), os sangradores podiam ser pessoas livres que, na maior parte das vezes, obtinham esta habilitação antes ou junto com a de cirurgiões. A sangria era muito utilizada na Europa e, no Brasil, foi praticada desde o século XVI de forma igualmente difundida e recomendada para quase todas as doenças (Santos Filho, 1977). Havia sangradores que chegavam a abrir lojas, que provavelmente se submetiam a fiscalização. Mas a maioria dos sangradores ofereciam seus serviços na rua, já que alguns práticos percorriam povoados, vilas e cidades, oferecendo seus serviços, também em domicílios ou navios, especialmente os negreiros (Mariano, 2015).

A partir de 1808 a liberdade de atuação desses práticos só passou a ser possível graças a concessão de cartas de licença que eram obrigatórias para quem quisesse exercer as artes de curar entre 1808 e 1828. A antiga Junta Real de Protomedicato⁵, criada em 1782 e responsável por fiscalizar e expedir tais cartas

⁵ A regulamentação relacionada ao exercício das práticas de cura já existia em Portugal desde a criação de cargos de cirurgião-mor no século XIII, e de físico-mor, no XVI.

foi extinta em 1808, e nesse mesmo ano foi criada a Fisicatura, que existiu até 1828 e teve sua sede localizada no Rio de Janeiro.

É evidente que existiu uma estrutura administrativa responsável por admitir e fiscalizar a atuação desses práticos que desempenhavam suas funções pautadas em conhecimentos adquiridos ao longo da vida, passados de geração em geração e baseados em plantas, raízes, chás, sangrias, etc. Contudo, a atuação da Fisicatura não teve a eficácia necessária para combater e repelir determinadas ações da população. É interessante observar que a grande maioria da população tinha uma relação de confiança para com as artes de curar desenvolvidas pelos práticos, pois estava associada às raízes culturais da sociedade à época. Tentar desconstruir essa relação e construir um elo de confiança entre médico e paciente foi o maior desafio da elite médica no Brasil oitocentista.

A Fisicatura funcionava subdivida em dois cargos: o de físico-mor e o de cirurgião-mor. As práticas médicas se dividiam entre os dois cargos. O físico-mor foi o responsável pela prescrição e fabricação de medicamentos, já as atividades relacionadas as intervenções cirúrgicas eram de responsabilidade do cirurgião-mor. Esses cargos deveriam ser ocupados por médicos, cirurgiões e boticários, ofícios que se destacavam hierarquicamente perante a diversidade de práticos. O regimento da Fisicatura propunha a fiscalização dos práticos licenciados, com a averiguação de licenças ou cartas que autorizassem o exercício das práticas.

As licenças deveriam autorizar especificamente a prática em questão, uma tentativa de classificar as terapêuticas em uso, por exemplo, a parteira só poderia fazer partos e os curandeiros cuidar de doenças com o uso de plantas

medicinais. Contudo, essa não era a prática, como não havia funcionários suficientes, esse tipo de autorização era uma exceção à regra e, pela falta de médicos, o que havia era a disseminação de práticos nas artes de curar (Mariano, 2015, p.48).

Segundo Tânia Salgado Pimenta (2003), houve uma hierarquização no que tange a distribuição das licenças e cartas, pois sangradores, tiradores de dentes, curandeiros, parteiras, e curadores de moléstias específicas eram considerados pela Fisicatura como ofícios inferiores aos dos médicos, cirurgiões e boticários, que tinham prerrogativas sobre o primeiro grupo.

A concessão de licenças e cartas era uma obrigação da Fisicatura e de seus oficiais, porém acredita-se que nem todos os práticos que “atuavam na ilegalidade” se preocupavam em adquirir uma licença, tendo em vista que sua prática já era reconhecida pela própria comunidade e tinham uma relação de confiança com os populares no que tange as artes de curar. É percebido que a Fisicatura atuou na tentativa de restringir a atividade desses práticos, que não eram diplomados, como barbeiros e sangradores e que exerciam suas atividades baseados nos conhecimentos tradicionais, herdados do período colonial, com ervas medicinais, chás, unguentos, e combinações terapêuticas.

Não encontramos nenhuma formação institucional para o desempenho das atividades dos barbeiros sangradores e/ou barbeiros de lanceta. As técnicas eram passadas pela aproximação com os mais velhos; a troca de conhecimentos se dava através da prática e da transmissão oral (Figueiredo, 1999, p.147).

O século XIX pode ser considerado um celeiro de métodos curativos diversos, e o diálogo entre práticas de cura vulgares e a medicina oficial foi consideravelmente presente, princi-

palmente num contexto de guerra como veremos adiante. Sendo assim, não houve uma separação direta entre saberes considerados “ilegais” e a medicina oficial, pois as noções e interpretações acerca do corpo e das doenças se misturavam e, em muitos momentos, se completaram.

A partir de 1828 a Fisicatura foi extinta e as atividades de fiscalização ficaram a cargo das câmaras municipais. A extinção da Fisicatura estava associada à própria ação da comunidade médica, que passou a criticar a concessão de licenças, e tais atitudes estavam relacionadas a autonomia buscada pelos médicos, concentrada nesse período nas academias médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro. Os cursos de cirurgia oferecidos nessas instituições afirmavam que o aluno ali formado sairia com a livre capacitação para atuar como cirurgião e médico. Além disso, as academias passaram a conceder licenças.

Ou seja, a partir de 1828 existiu um novo cenário para o corpo médico brasileiro, com uma maior intervenção destes diante da organização da saúde pública. Tais modificações ficaram ainda mais evidentes após a criação das Faculdades de Medicina em 1832.

Com a organização dos médicos em torno das faculdades, sociedades de medicina e periódicos especializados, observa-se a tentativa de monopolizar⁶ cada vez mais o discurso médico⁷. Ou seja, a defesa de um discurso unificado esteve associada a necessidade de autoafirmação de seus próprios autores.

6 A monopolização do discurso médico funcionou como uma estratégia da então recente classe médica na tentativa de se consolidar como ciência, associada a um discurso de saúde pública e higienização, marcos do processo de organização do Estado Nacional ao longo do século XIX.

7 PIMENTA, Tânia S. **Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX**. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. São Paulo: Unicamp, 2003.

Com isso, a pauta médica estava condicionada a desvalorizar a atuação daqueles que não portavam diplomas e que precisam ter suas funções suprimidas.

Os embates entre médicos e os práticos continuaram, e após a extinção da Fisicatura ganharam fôlego. Tal cenário de perseguição aos considerados “charlatães” não foi suficiente para reprimir a atividade desses homens e mulheres. Médicos recorreram a reclamações constantes, requisitando a polícia médica para que todos aqueles que exercessem as práticas de cura sem licença fossem reprimidos. Tais ações caracterizam um cenário onde os terapeutas populares/práticos continuaram na ativa mesmo diante da atuação incessante dessa elite médica fiscalizadora. Essas disputas se fizeram presentes ao longo do século XIX, e no dia a dia não foi raro ver médicos diplomados apropriarem-se de recursos utilizados por terapeutas populares. O fato é que mesmo com a fundação das faculdades e da luta pelo monopólio da medicina, em períodos de epidemias tais recursos tornaram-se viáveis para aqueles que atuavam no tratamento dos enfermos, inclusive os saberes advindos dos terapeutas populares.

Vale destacar que o contexto social brasileiro se constituiu sob as influências das crises epidêmicas de norte a sul do território brasileiro. Vistas sob um ponto de vista sociológico, uma sociedade que se confronta com um surto de uma doença contagiosa e mortal, desenvolve reações específicas. Nesse sentido, a análise das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado Imperial até 1864 e durante o conflito no sul do país, refletem necessidades específicas de uma época – o Brasil oitocentista e um cenário de guerra.

SER DOENTE NUM CONTEXTO DE GUERRA

Após a invasão dos paraguaios sob o comando de Solano López ao Mato Grosso no final de 1864, o Império Brasileiro declarou Guerra à nação guarani e o teatro de operações começou a se construir. Já no início de 1865, com vantagens em decorrência da sua posição ofensiva, López decidiu invadir a Argentina. Seu foco foi Corrientes, importante centro comercial e estratégico do país.

No dia 13 de abril de 1865, cinco vapores paraguaios dentre eles o vapor Marquês de Olinda capturado em Mato Grosso⁸, chegou à Corrientes e atacou dois navios da Marinha argentina, o *25 de Mayo* e o *Gualedguay*. Nos dias seguintes à invasão, a força invasora, chamada de Divisão do Sul, alcançou 22 mil.

Esses dois ataques iniciais, em Mato Grosso e em Corrientes, levou à formação de uma aliança que objetivava unir forças para lidar com a ameaça paraguaia. Assim, em 1º de Maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Os chefes militares dessas três nações iniciaram um plano de operações militares que visava a princípio, combater as forças paraguaias e encerrar o conflito em pouco tempo, mas não foi isso o que aconteceu de fato. Um dos primeiros impasses para o desenvolvimento do plano de guerra aliado era a falta de forças militares e de meios logísticos que viabilizassem o ataque. Nesse momento, o governo Imperial intensificava o recrutamento militar visando elevar o número de militares para servirem no *front*.

⁸ A apreensão do vapor Marquês de Olinda no final de 1864 foi o estopim para a declaração de guerra. Solano López e as tropas paraguaias atacaram a embarcação brasileira e o Império Brasileiro reagiu, declarando Guerra à nação guarani.

Era o início da Guerra e as dificuldades de ordem estrutural já estavam presentes. Enquanto os aliados tentavam se organizar para uma investida contra os paraguaios instalados em Corrientes, as deserções já afetavam as companhias. Chefes militares se preocupavam e ameaçavam àqueles que tentassem desertar. Em Junho de 1865 ocorreu o primeiro evento de enfrentamento entre as forças envolvidas no conflito: a Batalha de Riachuelo. Os aliados conseguiram inviabilizar a continuidade da invasão paraguaia e dar início a um plano de ofensiva contra o país guarani.

Em Corrientes podíamos marchar quase sempre e em mais de uma coluna, também não percorríamos quatro léguas por dia. A princípio, via-se acompanhado o exército uma longa cauda de retardatários. Uns, quebrantados de cansaço; outros, combalidos pelas enfermidades, que abriram nas nossas fileiras mais claros do que a metralha paraguaia. Quantas vezes ouvíamos os chascos de cavaleiros galhofeiros, que passavam a trote e ofereciam reboque, mostrando a ponta da rédea ou a cauda do cavalo aos infantes estropiados, que mal podiam caminhar! (Cerqueira, 1980, p.83).

E continua,

As marchas tornavam-se cada dia mais penosas pelo número crescente de doentes, pelos campos que se transformavam em imensos pantanais e pelos arroios que se faziam rios caudalosos. As cataratas do céu abriram-se de par em par; a chuva caía impiedosa, fazendo mais pesadas as cargas e deteriorando os nossos viveres. Foi uma temporada difícil e áspera (Cerqueira, 1980, p.84).

As dificuldades encontradas pelas tropas para sobreviver à guerra estavam só no início. Em Maio e Junho de 1865, os aliados davam os primeiros passos ofensivos, mirando combater

os paraguaios que até ali haviam conquistado algumas regiões importantes. Esses primeiros meses do conflito foram extremamente duros e difíceis para as tropas, e como descreveu Dionísio Cerqueira, desde o início da guerra as doenças agravaram a situação das tropas e dos civis ali presentes. Ele conta que quando chegou em Vila Mercedes na província de Corrientes, acordou febril e precisou buscar a ajuda de um médico para entender o que estava acontecendo, o Dr. Alexandre Baima. Ao chegar no barraca onde o médico estava acampado, encontrou o mesmo “acomodado dentro de um couro molhado que não exalava bom cheiro e cujas beiras estavam levantadas mais de um palmo para que a água não entrasse” (Cerqueira, 1980, p.86). O Dr. Baima contou que:

- Como vais lá pelo teu acampamento com esta chuva?

- Bem, mas não tanto como você, que está embarcado nesta pelota. Sinto-me um pouco doente e vim pedir-lhe um remédio.

Viu-me a língua: estava saburrosa. Tomou-me o pulso: tinha febre.

- Por que não me mandaste chamar? Isto é uma imprudência.

- A vida é esta, amigo Baima; devemos conformarmos com ela.

Chamou um cabo enfermeiro e mandou dar-me uma dose de sal amargo. No dia seguinte estava lépido e pronto pra outra (Cerqueira, 1980, p.88).

A percepção que Cerqueira tem sobre o adoecimento transmite uma ideia de que estar doente naquele cenário era algo corriqueiro. A proliferação de doenças e o risco de infec-

ções após ferimentos bélicos era comum à rotina das tropas e dos hospitais e enfermarias, e com o avanço do conflito as dificuldades ficaram ainda mais latentes. A experiência de lidar com as doenças num contexto de guerra tem características bem particulares, e diferentes daquelas já enfrentadas num contexto de vida urbana nas províncias do Império. O principal desafio no *front* era sobreviver as moléstias e aos processos infecciosos que causavam a morte rapidamente, considerando as limitações no que tange a assistência à saúde que foi oferecida.

Com a retirada paraguaia de solo argentino, invertia-se o sentido da guerra. O Paraguai seria o invadido, cabendo aos aliados escolherem o lugar da invasão. O Exército paraguaio que voltou de Corrientes para seu país, composto de 14 mil homens sãos e outros 5 mil doentes, parecia extremamente fatigado (Doratioto, 2002, p.197).

As tropas paraguaias enfrentavam desafios bem parecidos com os aliados, como a fome, as dificuldades de abastecimento e a própria estrutura dos exércitos no que tange a condição física e psicológica dos militares que estavam na frente de batalha. Dionísio Cerqueira conta que nesse momento, as tropas aliadas já esgotadas, tiveram que marchar por volta de duzentos quilômetros até chegar à Corrientes, onde se instalaram para organizar a ofensiva aliada e a invasão do Paraguai. Naquele momento do conflito, as tropas brasileiras chefiadas por Osório e acampadas em Lagoa Brava passaram por dias difíceis, onde a péssima alimentação e o calor escaldante foi perturbador:

O calor na Lagoa Brava era de matar e as moscas de entontecer. À noite, os mosquitos nos perseguiram em bandos e o suor corria-nos em bagas a todas as horas. Mandamos fazer uma ramada. [...] O Quintilhano,

veterano da campanha de Rosas e nosso cozinheiro, variava de vez em quando com um fervido de costeletas ou de picanha e um pirão de farinha mofada que o Costa Matos denominou – esgasga-gato. Às vezes, muito raras, tínhamos um pouco de arroz. Os nossos extraordinários eram bolachas duras como tábuas, que poderiam, em caso de necessidade, servir de metralha; e alguma lata de sardinha de Nantes, que custava preços fabulosos. As moscas eram tantas, que dificilmente o bocado nos chegava à boca sem uma dúzia delas. A carne que algum cozinheiro providente dependurava nos laços para amoxamar ficava coberta rapidamente de larvas brancas das varejeiras. Lembro-me bem de um companheiro, que cansado de dar combate às moscas e desanimado com a multidão infrene, resolveu machucar no pirão ou no arroz as impertinentes e tragá-las (Doratioto, 1980, p.104).

Essas experiências individuais e coletivas apresentam fatos que corroboram com as análises dos documentos oficiais do SSE, uma vez que esses últimos trazem apelos e relatos dos chefes de saúde a respeito do funcionamento dos espaços de cura, enfermarias e hospitais, que clamavam pelo envio de provimentos, sejam a alimentação, medicamentos, instrumentos cirúrgicos, assim como médicos e enfermeiros suficientes para atender a grande demanda de acometidos por doenças ou feridos em combate, como afirmou o médico responsável pelo hospital ambulante no acampamento de Lagoa Brava:

Acampamento junto a Lagoa Brava 27 de janeiro de 1866

Ilustríssimo. Excelentíssimo Sr.

Havendo no Hospital ambulante muita falta de pano para curativo, que ahi existe em grande porção, rogo a V. Excelência de dar suas ordens a fim de serem remetidas para cá algumas peças que se fazem muito necessárias para os curativos de grande número de doentes, que contém o mesmo hospital ambulante.

Outro sim representando-me o Cirurgião-mór de Brigada de Comissão Dr. Manoel José de Oliveira, Chefe da 4^o seção que a ferros existentes na mochila cirúrgica que possui, achão-se em muito mau estado, so podendo ser utilizados para autopsias para que pede-me autorização, tenho a honra de levar o ocorrido ao conhecimento de V. Exc. Que determinará o que entender conveniente.

Deus Guarde a V. Exc.

Ilustríssimo. Excelentíssimo Senhor. Conselheiro Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho.

Coronel Cirurgião-mór do Exército.

Dr. Manoel Adriano de Santos Pontes.

1^o médico (CAIXA 2, 27 de janeiro de 1866, AHEx)⁹.

Médicos responsáveis pelo atendimento aos enfermos solicitavam ao responsável pelo SSE, o Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, o envio de provimentos para a feitura de curativos aos feridos. Esse cenário era comum a muitos hospitais ou enfermarias, principalmente essas de caráter itinerante, que acompanhavam as tropas e compartilhavam das limitações impostas pelo clima, pelo local, e pela burocracia. Um outro fator que afetou a vida dos sadios e doentes foi o transporte daqueles impossibilitados de marchar.

5^o Secção do Hospital Ambulante junto a Lagoa Brava, 5 de Janeiro de 1866

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Acuso a recepção de dois ofícios de Vossa Excelência datados de 29 do mês próximo passado e 4 do corrente, ambos recebidos hoje, e em cumprimento a eles respondo

⁹ CAIXA 2, 27 de janeiro de 1866 – Documentos do Serviço de Saúde do Exército durante a Guerra do Paraguai – Arquivo Histórico do Exército.

que em 2 do corrente satisfiz com toda urgência o que me foi ordenado por V. Excelência, cujo officio que a esta honra V. E. deverá estar de posse, foi endereçado ao Senhor Cirurgião-Mór da Brigada de Comunicação Dr. Manoel Adriano da Silva Pontes a fim de dar-lhe competente destino.

Esqueceu-me informar a V. Ex. que nesta secção não existe canastra de ambulância de qualidade alguma e que os meios de transporte que tenho para os doentes V. E. teve ocasião de aprecia-los, são seis carretas em péssimo estado, impróprias do emprego á que tem sido destinadas.

Deus Guarde a V. Excelência.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conselheiro Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho.

Cirurgião-mós do Exército Chefe do Corpo de Saúde.

Dr. Julio Cezar da Silva

1º cirurgião encarregado da 5º secção¹⁰.

Não havia ambulâncias suficientes e as que existiam muitas vezes encontravam-se em péssimo estado. Em momentos de combate, as ambulâncias¹¹ eram as responsáveis por transportar os feridos do campo de batalha para o acampamento ou hospital mais próximo. Além disso, eram nessas ambulâncias que eram transportados os medicamentos ou utensílios cirúrgicos para esses espaços de tratamento.

Apesar da existência de regulamentos que determinassem como deveria ser o funcionamento desses espaços de cura, na prática a estrutura desses lugares foi caótica. Nesse sentido,

10 CAIXA 2, 5 de janeiro de 1866- Documentos do Serviço de Saúde do Exército durante a Guerra do Paraguai – Arquivo Histórico do Exército.

11 Naquele contexto, as ambulâncias poderiam ser uma espécie de depósitos para medicamentos e utensílios cirúrgicos, ou um meio de transporte que se movimentava via tração animal.

esse ambiente determinou o adoecimento. Mês a mês, assim como observou Dionísio Cerqueira, a situação das tropas e civis piorou. Quanto aos doentes, restava a esperança de sobreviver àquele terror absoluto, às epidemias e as sérias infecções que acometiam feridos em batalha.

As noções de saúde pública defendidas pela elite médica, academias e periódicos, estavam presentes no olhar daqueles médicos que atuaram no SSE, contudo, na prática, poucas das diretrizes básicas de asseio, higiene e tratamento foram efetivamente colocadas em prática. Isso se justifica pelas limitações de ordem estrutural nos espaços de cura e acampamentos. É interessante mencionar que a pesquisa na documentação do SSE também não encontrou conflitos entre médicos e práticos, o que representa uma omissão por parte dessa elite médica no que tange a reconhecer a ação desses últimos. Contudo, a fala dos memorialistas apontaram a coexistência desses dois ramos das artes de curar no teatro de guerra.

No início de 1866 as tropas aliadas ainda continuavam se organizando para tentar um ataque direto aos paraguaios. A maior parte dos acampamentos estavam localizados em território argentino próximo a Corrientes. Nessa cidade foi criado um Hospital Militar brasileiro, responsável por aglomerar grande número de feridos e doentes ao longo de toda a guerra. Além dele, havia outras estruturas médicas como os hospitais e enfermarias ambulantes que eram montadas junto aos acampamentos.

Em 17 de abril, as forças aliadas, mais de 65 mil soldados, começaram a cruzar o rio Paraná, pelo Passo da Pátria, em frente ao forte Itapiru, para enfrentar os 30 mil homens do Exército

reorganizado por Solano López (Doratioto, 2002, p.205). Um mês antes, os aliados fizeram o reconhecimento do território que pretendiam invadir, e muitos pequenos enfrentamentos se deram ao longo do mês de março quando os navios aliados cruzavam o rio para tentar montar uma linha de fogo segura. O objetivo de Osório e dos outros comandantes a partir do desembarque nas terras paraguaias em abril de 1866 era alcançar a fortaleza de Humaitá, ponto estratégico para Solano López.

Os aliados decidiram acampar na região do Chaco, extremamente úmida e pantanosa mas que dava uma boa visão das tropas paraguaias e de Humaitá. Segundo Augusto Tasso Fragoso¹², nesse local desconhecido e inóspito, os aliados travaram a guerra até o início de 1868. A ausência de recursos locais obrigava que os gêneros alimentícios viessem de Corrientes, geralmente carne de gado que era trazido vivo e abatido no acampamento. Muitos dos animais de tração morreram de fome porque a vegetação local não era suficiente para alimentá-los.

Ao mesmo tempo que as tropas tentavam se organizar, montar acampamentos e escolher posições que favorecessem observar o inimigo que estava próximo, o General Mitre – chefe das forças aliadas-, decidiu enviar tropas para reconhecimento do território inimigo. Nesse mesmo dia, em 2 de maio de 1866, López decidiu enviar cerca de 4 mil paraguaios para um ataque contra o Exército aliado. Ninguém esperava ser atacado! A batalha de Esteiro Bellaco – vencida pelos aliados- não foi fácil para López pois as tropas estavam dispersas e haviam poucos homens paraguaios para repelir tantos aliados.

¹² TASSO FRAGOSO, general Augusto. **História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, vol. II.

A tarde, depois de repelidas as forças atacantes para além do Estero Bellaco, fomos visitar o campo de batalha. Estava bem assinalado o caminho percorrido pela “Brigada Ligeira”. Era um extensíssimo tendal de cadáveres, horrivelmente mutilados e amontoados em confusão. Havia cabeças decepadas, com olhos bem abertos; umas, presas ainda no tronco por músculos ensanguentados; outras, rachadas de meio a meio mostrando os miolos transbordando, narizes cortados, braços mutilados, queixos partidos, peitos esburacados (Cerqueira, 1980, p.142).

Esses ferimentos bélicos na maioria das vezes eram fatais. Quando o militar não ia a óbito ainda em campo, acabava falecendo nas enfermarias ambulantes tendo em vista o alto índice de infecção que tomava conta dos corpos doentes com feridas abertas. Muitos tinham seus membros amputados, atividade corriqueira durante a guerra. Após o corpo a corpo, o conflito se deu entre os feridos e suas mínimas chances de sobrevivência.

Do outro lado do campo, aliados reforçavam sua artilharia e cavalaria, aguardavam ansiosos a chegada de provimentos – que já faltavam e causavam prejuízos- e se preparavam para acampar em Tuiuti. Brasileiros, argentinos e uruguaios não imaginavam o que estava por vir. Nos dois anos seguintes as tropas ficaram presas na região, perecendo por fome e por doenças, em condições degradantes.

Durante dois anos, os aliados ficaram imobilizados em Tuiuti, emboscados pelos paraguaios, tateando em meio ao matagal e a pântanos, na busca de uma alternativa para alcançar Humaitá. Eles sofriam a mortandade decorrente do local insalubre em que o acampamento estava instalado, e a desmoralização da tropa, em decorrência da imobilidade (Doratioto, 2002, p.2016).

O terreno pantanoso, o clima quente e úmido, a fome e a ameaça constante foram características permanentes desse local, que teve seus dias compartilhados entre centenas e milhares de aliados que lutavam mais pela sobrevivência do que pela pátria. Enquanto os militares e civis buscavam se instalar e elaboravam estratégias para avançar sob o inimigo, um ataque surpresa desestabilizou os aliados: “Iniciava-se a batalha de Tuiuti, a maior travada até então na América do Sul. Dela participaram cerca de 24 mil paraguaios, que enfrentavam 32 mil aliados, compostos de 21 mil brasileiros, 9700 argentinos e 1300 uruguaios” (Doratioto, 2002, p.217).

Após cerca de 6 horas em combate, as tropas cessaram fogo e a batalha chegou ao fim, tendo como vencedor os aliados. Mesmo tendo calculado intimamente e reconhecendo o território, Solano López fragmentou a coordenação das forças paraguaias o que acabou levando-o a mais uma derrota. Já os aliados, saíram do conflito temerosos e assustados com tamanha devastação. Dionísio Cerqueira descreveu que era noite quando ele e seus companheiros voltaram para o acampamento e viram perto dali um amigo de infância – tenente Emídio de Azevedo Monteiro- estendido no chão com os miolos de fora: “Ajoelhei-me ao seu lado; apertei-lhe a mão gelada e dei-lhe um beijo de adeus na larga testa ensanguentada” (Cerqueira, 1980, P.162). André Rebouças (1973) afirmou que os paraguaios não tinham estrutura para atender milhares de feridos após a batalha de Tuiuti, o que teria causado mais mortos do que o próprio combate. Essa não era uma situação diferente da dos aliados. Apesar das instalações hospitalares, como o Hospital de Corrientes e de outros ambulantes improvisados para prestarmos primeiros socorros, o número de médicos era extremamente inferior ao necessário.

Além disso, o serviço prestado pelo SSE durante toda a guerra foi deficiente, assim como a própria organização das forças militares em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da batalha do Riachuelo até o conflito em Tuiuti, e ao longo de todos os eventos nos anos seguintes, as tropas aliadas buscaram estruturar suas ofensivas a partir de decisões que desconsideravam as determinantes sociais e geográficas dos locais por ordem passavam. É considerável observar que um dos grandes causadores do cenário de desestabilidade social eram essas determinantes – clima, fome, água poluída, ambientes insalubres, dentre outros- o que marcou a vida daqueles que estiveram no *front*. Mas e quanto às doenças e ao doente?

Os relatos de experiências dos memorialistas aqui utilizados como fontes documentais, apresentam um quadro que classifica algumas especificidades quanto ao surgimento de doenças e a caracterização do que significava ser doente nesse contexto. Pode-se dizer que as determinantes sociais que surgiram ao longo da guerra do Paraguai são particulares àquele conflito, e o desenvolvimento e proliferação de doenças nesse período diferem das enfermidades que afetavam argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros em suas cidades num período anterior e posterior ao conflito. Isso se afirma na medida em que as nuances e o desespero compartilhado pelos militares e civis que estiveram na guerra são características particulares daquele cenário desesperador.

Nesse sentido, ser doente na Guerra do Paraguai significava está imerso num contexto social turbulento e bastante com-

plexo uma vez que as limitações de ordem estrutural e o medo compartilhado afetou diretamente a luta pela sobrevivência daqueles que estiveram no *front*. Quando a escala de análise foi ampliada para se pensar o Brasil oitocentista do ponto de vista da saúde pública, notou-se que existiram especificidades locais que estiveram associadas tanto às questões de ordem climática e social quanto às de ordem estrutural.

O século XIX foi um período da história brasileira que foi marcado por eventos transformadores, e a institucionalização da ciência médica foi um deles. Os projetos de saúde pública se ampliaram consideravelmente durante o Segundo Reinado, mesmo período em que o conflito platino foi iniciado. Médicos, estudantes, militares e civis compartilharam um contexto perturbador, e as análises aqui apresentadas compõem um processo de escrita da história mais amplo. Esse movimento, bastante influenciado por pesquisas já realizadas no campo da História social da saúde e das doenças segue em construção, buscando pensar a Guerra do Paraguai por uma ótica que vai além dos debates já consolidados.

REFERÊNCIAS

Fontes

CAIXA 2, 27 de janeiro de 1866- Documentos do Serviço de Saúde do Exército durante a Guerra do Paraguai – Arquivo Histórico do Exército.

CAIXA 2, 5 de janeiro de 1866- Documentos do Serviço de Saúde do Exército durante a Guerra do Paraguai – Arquivo Histórico do Exército.

CERQUEIRA, General Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.84.

BIBLIOGRAFIA

CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1978].

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX*. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol.6, nº2. Rio de Janeiro, 1999.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia, 2015.

PIMENTA, Tânia S. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. In: CHALHOUB, Sidney et al.

(org.). Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. São Paulo: Unicamp, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 5, n. 2, p.349-374, 1998.

Santos Filho, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977.

REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1973.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

TASSO FRAGOSO, general Augusto. *História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, vol. II.

OS SURTOS EPIDÊMICOS DA BEXIGA VÃO GRASSANDO E A POPULAÇÃO VAI SOFRENDO: A VARÍOLA NA PARAHYBA OITOCENTISTA

Serioja R. C. Mariano

Cidade da Parahyba, no ano de 1866. Um navio vindo da Corte atracava no porto e trazia um “passageiro indesejável” com sintomas do “terrível mal”. As pessoas sabendo do ocorrido andavam apressadas com medo da “peste da bexiga” que se alastrava pelas ruas da capital da Província da Parahyba, o temor era tão grande que “o povo corria léguas de um bexiguento”. Imediatamente, após a constatação de que o marinheiro estava doente, o mesmo fora levado para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, espaço destinado, também, aos “bexigentos”. O marinheiro foi atendido pelo Dr. Antonio da Cruz Cordeiro que logo constatou, na consulta, que o pobre homem estava com varíola. Um diagnóstico que não foi difícil indentificar pois foram observadas pústulas no corpo do paciente, já em estado bem adiantado, tendo em vista a falta de tratamento. O médico sabendo do ocorrido tomou duas medidas preventivas: ordenou que o navio não ficasse atracado no porto, temendo a disseminação da doença, e que fosse, imediatamente, feita uma limpeza geral na embarcação para garantir uma boa higiene. Infelizmente o enfermo não sobreviveu, seu estado era gravíssimo. Ainda temendo que a doença se alastrasse, havia uma recomendação do Doutor Cruz Cordeiro para que o corpo do marinheiro fosse enterrado na Ilha Stuart, distante da cidade, “como era de costume”, só assim evitaria a transmissão da bexiga. (Relatório, 1866).

A ideia de trabalhar com a História da Saúde e das Doenças e, mais especificamente com a varíola, surgiu nas discussões e pesquisas desenvolvidas no grupo “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”, após a constatação da recorrência com que o tema aparece nos documentos. No entanto, ainda é ausente em uma boa parte da historiografia paraibana ou, quando o tema aparece, à doença é abordada numa perspectiva médica, mais naturalizada, sem problematizar o fenômeno patológico (Pinto, 1916; Almeida, 1923; Almeida, 1966, entre outros). Entendo *o lugar social* de produção dos discursos desses autores, no entanto, como chama à atenção Le Goff (1991) as doenças têm histórias, e são essas histórias e as práticas de combate a varíola na Parahyba oitocentista, que pretendo abordar nesse trabalho. Parto do princípio de que a doença é uma construção sociocultural, como já vem apontando os estudos acerca da varíola (Fernandes, 2004; Silveira, 2013; Franco, 2016; Sousa, 2018, só para citar alguns). Portanto, o texto tem por objetivo analisar a atuação dos poderes públicos, através do governo provincial, e as estratégias utilizadas no combate e na prevenção da varíola, a partir da análise dos Relatórios de Saúde Pública, da Santa Casa de Misericórdia, de jornais da época e dos Relatórios dos Presidentes de Província, entre outros documentos.

Ao longo do século XIX a população da Parahyba foi acometida por vários tipos de doenças, a exemplo da cólera, febre amarela, a sífilis, varíola, só para citar algumas. Na documentação consultada percebe-se que havia uma preocupação, por parte das autoridades, com a recorrência que a varíola grassava, ou como era mais conhecida, a bexiga que já fazia vítimas desde o período colonial¹. A varíola se alastrava por várias localidades,

¹ Coriolano de Medeiros aponta que a varíola apareceu pela primeira vez

atacando, principalmente, segundo o discurso médico, “quase todos da classe baixa do povo”, que se recusavam a receber a vacina, considerada o meio mais eficaz de prevenção. Os administradores acreditavam que “os pobres” eram responsáveis pela disseminação das doenças, tendo em vista as péssimas condições de insalubridade nas suas moradias. Quanto à idade e o sexo,

Esta moléstia affecta os indivíduos de qualquer sexo e de qualquer idade e constituição (...). Sua transmissão se effectua pelo contacto mediato ou immediato, o que se opera desde a supuração das pústulas até a descamação, ou queda das crostas (Relatório, 1868).

Mas a doença não fazia distinção. Segundo Alfred W. Crosby:

A varíola é uma doença de sete léguas. Seus efeitos são aterrorizantes: febre e dor; o aparecimento rápido de pústulas que as vezes destroem a pele e transformam a vítima numa massa hedionda de sangue (...). O período de incubação da varíola é dez a catorze dias (1993, p.180)

Na Parahyba, o flagelo da varíola já vinha causando estragos desde o período colonial. As fontes trazem informações detalhadas desse “terrível mal” e as primeiras inoculações contra a doença teriam sido introduzidas no ano de 1805. Nesse período há um ofício do governador Luiz da Mota Feo, para o Visconde de Anadia, relatando que o “mal das bexigas” grassava a Capitania e, por esse motivo, era importante vacinar a população. As pessoas temiam o desconhecido e fugiam da inoculação,

na Parahyba, ainda em 1597, quando a doença “atacou os homens de Feliciano Coelho de Carvalho” e, segundo Frei Vicente Salvador, morriam de 10 a 12 homens, entre brancos e índios. Como não havia médicos as pessoas iam buscar ajudana fé católica, “na cura espiritual fazendo promessas aos santos milagrosos” (RIHGP, 1911, p. 117).

acreditavam que poderiam morrer. Numa tentativa de controlar a situação e para dar o exemplo de que não havia perigo, o governador e seus filhos foram os primeiros a se vacinarem. Mas, tudo indica que a estratégia não surtiu muito efeito, pois mesmo com esse gesto, “apenas vinte pessoas foram inoculadas” na capital. No entanto, no seu discurso, o governador acredita que a inoculação foi um sucesso. Mota Feo, segundo o ofício, havia dado ordens para que a vacinação se espalhasse por toda a Capitania (*Apud* Pinto, 1908, p.232).

O processo de vacinação não era fácil. As pessoas resistiam, pois temiam o desconhecido e acreditavam que seriam contaminadas e mortas. Os gestores públicos reclamavam, principalmente, dos obstáculos encontrados em alguns lugares da Parahyba. Uma grande parte da população não deixava os vacinadores adentrarem as suas residências, o que era considerado um atraso. Mas para os médicos era importante a vacinação, pois a mesma era considerada “um poderoso preservativo das bexigas”.

Em Janeiro de 1839, o presidente da Província, João José de Moura Magalhães já reclamava que, por falta de conhecimento da população, e “surdas da voz da experiência”, as pessoas estavam morrendo de bexiga porque tinha “repugnância de verem seos filhos vacinados”, e que era preciso agir imediatamente atacando em todas as frentes de combate a varíola. Para tentar sanar a falta de pessoas que iriam atuar no processo de vacinação o governo provincial ofereceu ajuda financeira aos chamados vacinadores, pessoas designadas para atuarem, principalmente, no interior.

Laminas de pus-vacinico forão enviadas a diversas pessoas para alguns logares da Província, porem não tem havido participaçoes dos resultados, talé o pouco interesse este objeto, aliás de tanta importância. Cumpre declarar- vos **que a quantia marcada para a propagação da vacina é insignificante, e creio que este ramo do serviço público muito melhorará se for designada alguma gratificação para aquellas pessoas que se encarregam da vacinação no Interior da Província**, mostrando por documentos seos benefícios efeitos e o numero de pessoas vacinadas (Relatório, 1839, p.17-18. Grifos meus).

A proposta era que houvesse uma espécie de gratificação aos vacinadores, pois só assim, talvez, esses funcionários se empenhassem e o trabalho surtisse um efeito mais significativo, mostrando a população os benefícios da vacina. Mas, mesmo com essa proposta de gratificação financeira, o presidente alegava que havia uma “falta de interesse” dos vacinadores, pois não insistião e, muito menos, tentavam convencer a população de como era importante se prevenir contra a bexiga. Outra preocupação era com o pus fresco, utilizado na inoculação, que poderia estragar caso não houvesse vacinadores para aplicá-lo. O que se observa na documentação consultada é que essa pendenga se estendeu por mais tempo.

Já em 1848, o Presidente Ricardo Gomes Jardim, reclamava da atuação dos representantes das Câmaras municipais. Segundo Gomes Jardim, os vereadores pareciam indiferentes com a situação dos vários casos de enfermidades, para reforçar o seu discurso cita o caso de como a varíola grassava por toda a Província e, diante de tal situação, não percebia nenhum tipo de atitude desse órgão para prevenir ou combater a moléstia. Aliás, observa-se que essas disputas entre poderes vai perpassar por todo o século XIX.

Outra crítica do presidente é com relação à liberação da pouca verba destinada para prevenção, “uma quantia insignificante”, infelizmente não conseguimos detectar, nesse período, o valor destinado para esse fim. Situação que gerava, muitas vezes, uma troca de farpas entre os representantes das Câmaras e os médicos acerca da responsabilidade de tais atos. Interessante observarmos a maneira como o presidente se posiciona e dar ênfase à importância de melhoramentos na saúde pública.

No entanto, quando visualizamos o Orçamento da Província no ano de 1844, as verbas destinadas a Saúde Pública eram de 600\$00, um valor bem inferior em relação a outras despesas. Na tabela do Orçamento desse ano, a Força Policial, por exemplo, totalizava 29:720\$550, com o valor mais alto do orçamento. No quadro de orçamento das despesas, a Saúde Pública só fica atrás, no menor valor, do item Agência, orçada em 290\$000 (Relatório, 1844, Mapa 5). O que se percebe na documentação consultada é que nos discursos havia uma ênfase no incentivo a vacinação, a saúde pública, no entanto, os números mostram que na prática era uma outra realidade.

De volta as críticas e disputas entre as elites governantes, o presidente chama a atenção para à falta de interesse da Câmara, e seus representantes, em relação ao serviço de vacinação que estava sem funcionar na Província desde o início do ano de 1843. Para o presidente Frederico Carneiro de Campos essa era uma situação que se agravava mais “tal era a falta de fé da população para receber o benefício da vacina”.

É uma das grandes necessidades, que sentem os habitantes desta Província. De todas as Municipalidades tenho recebido representações acerca deste objeto, reclamando

quase um facultativo, que exercite a operação da vacina e todas as lâminas de pus vacínico (Relatório, 1843).

Nesse relatório, Carneiro de Campos, alegava que já havia feito uma solicitação ao Ministro do Império, no Rio de Janeiro, para que enviasse uma remessa de lâminas com o “pus vacínico”. Mas, alertava para o fato de que a Câmara municipal deveria liberar um bom orçamento para as despesas com o pessoal, ou seja, treiná-los para que estivessem habilitados para a vacinação, pois caso contrário o material corria o risco de estragar. A maior dificuldade relatada pelo Cirurgião-Mor, encarregado da vacinação, era exatamente “manter fresco o pus e mais facilmente fazer as operações”, e outra dificuldade seria o não retorno das pessoas vacinadas após oito dias. Uma solução para que os vacinados voltassem seria criar uma multa, assim como já havia em outras províncias, para aqueles que não retornassem após a data prevista pelo vacinador (Relatório, 1843).

Outra questão que, segundo os discursos da época, preocupava as autoridades era a insalubridade pública, considerada como um dos meios de proliferação das doenças. Essa proliferação se dava em alguns espaços que poderiam ser locais propícios a disseminação das moléstias. Como exemplo, cito o caso das prisões na cidade da Parahyba. Segundo o Relatório, em 16 de janeiro de 1839: “É deplorável e lastimoso das prisões desta Província, ou pra falar com mais acertos, não existem prisões”. Nayana Mariano (2015) observa que ao longo do século XIX, com o processo de institucionalização da medicina, os espaços públicos e privados passaram a ser ordenados e a Província da Parahyba não escapou a essa intervenção. Com base no discurso médico, afirma Mariano, “nesse processo

o saber médico e os discursos do poder provincial em nome da ordem, da civilização e do progresso, pregavam a higienização das práticas, costumes, usos, numa estratégia para sanear a população e o seu meio” (2015, p.23-24).

Voltando a discussão acerca da vacinação, no ano de 1846 o cirurgião-mor licenciado, José Innocêncio Poggi, considerava vantajoso fazer a inoculação, pois os vacinados não apresentavam mais sinais da bexiga. Mas, quando a varíola não atacava ferozmente, as pessoas relaxavam e, portanto, não se vacinavam, um descuido, considerado pelo cirurgião como “um resto de repugnância que outrora era quase geral”.

Havia o temor da população de que os vacinadores que-riam, na verdade, matá-los. Esse tipo de relato é visto pelos administradores como sendo “ignorância” da população pobre, que padece da desinformação e falta de instrução. No mapa de vacinação, elaborado para o presidente da província, Poggi se pronunciava como sendo vacinador “qualquer hora do dia”, inclusive atendendo na sua residência, ou nos lugares que fosse solicitado para mostrar os “benefícios da vacina”.

A prática de inoculação do pus variólico, segundo Sidney Chalhoub, “originou-se provavelmente da crença, presente em tradições da medicina popular em várias partes do mundo (...)”. A ideia era de que, para prevenir a doença aplicava-se matéria similar à moléstia (1996, p.102). Essa matéria similar é o *cowpox*, vírus que atingia o gado e deixava as vacas com bolhas nas tetas. Foi em 1796 que o médico britânico Edward Jenner percebeu que algumas mulheres ao fazer a ordenha “entravam em contato com as bolhas e também passavam a ter bolhas. O vírus era transmitido em forma de bolhas que rompiam e cicatrizavam. A

infecção não causava maiores transtornos”. Ou seja, as mulheres em contato com *cowpox* criaram anticorpos contra a varíola, e o médico começou a fazer experiência inoculando “o conteúdo das bolhas do úbere das vacas nos braços das pessoas” (Ujvari, 2015, p.138).

Com o material coletado dessas lesões, Jenner obteve um produto denominado vacina (‘da vaca’) que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir erupções semelhantes às da varíola. Destas, retirava-se a ‘linfa’ ou ‘pus’, utilizado para novas inoculações, estabelecendo uma cadeia de imunização [...] O processo de imunização provinha do pus produzido pelas ulcerações dos úberes das vacas (Sousa, 2011, p.244).

O processo era bem difícil, tinha que coletar o material, preparar e imunizar. O tratamento era feito da seguinte maneira: os pacientes eram inoculados e teriam que voltar após oito dias, esse retorno era importante porque o fluido produzido após a inoculação seria retirado do seu braço, esse “pus extraído da pústula era utilizados na vacina de outras pessoas” (Sousa, 2011, p.244). Em 1847 o Mapa da vacinação, nos meses de junho a dezembro, aponta que 506 pessoas foram vacinadas, das quais 94 eram adultos (65 homens e 29 mulheres) e 212 crianças (89 meninos e 123 meninas).

Ao final do relato encontra-se uma ressalva do Comissário Vacinador, o Dr. Inocêncio Poggi, alegando que não inseriu os dados dos meses anteriores, pois não os considerava seguro, isso porque:

Julguei duvidosa a vacina, atribuindo a sua irregularidade a dessecação do fluido, proveniente dos interessados em procurar atempo este preservativo. O que muito contribui

para não se poder conservar sempre fresco o mesmo fluido (Relatório, 1847).

Era importante mostrar os benefícios da vacina, no entanto, havia muitas dificuldades a serem enfrentadas: uma delas, como foi apontado anteriormente, era como conservar o material “fresco e fluido”, principalmente com as longas distâncias a serem percorridas. Ainda persistia o problema com a falta de vacinadores. Segundo o Comissário Vacinador, a população do interior não fora vacinada por falta de funcionários, os vacinadores municipais ainda não haviam sido indicados para tal função. Pensou-se inclusive, como solução de emergência, enviar os melhores alunos do Lyceu para as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Salvador, com ajuda dos Cofres Públicos da Província, o que seria um incentivo para a formação de futuros médicos. A atitude se justifica porque nas décadas de 1840 e 1850 havia, ainda, poucos médicos na Parahyba².

A capital continuava sofrendo, a bexiga havia chegado “com força e grande estragos”. Diante de tal notícia, o presidente assim se pronunciou:

Mandei logo o Vacinador Provincial aprontar uma ambulância, contendo os remédios próprios de combater o mal, acompanhados de receituário conveniente, tudo dirigido ao Vacinador do lugar para aplicar gratuitamente, e ao mesmo foram laminas com pus vaccinico (Relatório, 1849).

A situação era tão grave que, na falta de vacinadores, os administradores provinciais deram ordens para que as ambulâncias e as caixas com medicamentos fossem enviadas e administradas pelos vigários, professores primários, juizes, entre

² Para maiores esclarecimento ver: Nayana R. C. Mariano, na sua tese “Educação pela Higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)”, apresenta um quadro com a relação dos médicos que atuaram na província da Parahyba. (2015, p.90-95).

outras autoridades, sem ônus para o governo (Medeiros, 1911, p.119).

A saúde tornou-se um problema social e as autoridades constituídas, a exemplo do inspetor de Saúde Pública, atuaram na prevenção dos males e uma dessas medidas foi a criação de normas específicas acerca da admissão de alunos na instrução. A vacinação passou a ser requisito na admissão dos alunos para a instrução pública. Em 20 de janeiro de 1849, foi publicado um Regulamento Geral da Instrução na Parahyba, o qual trazia um artigo específico, o de número 9, sobre a varíola. “Nenhum menino será admitido nas escolas sem que prove ter tido bexigas, ou sido vacinado [...]” (*Apud* Mariano, 2015, p.165-166).

Nesse mesmo ano foi criado o cargo de Inspetor de Saúde Pública, assumindo a função o médico licenciado Inocêncio Poggi³. São espaços oficiais de controle criados com a institucionalização da medicina. O vacinador e médico Dr. João José Inocêncio Poggi reclamava das Câmaras do interior que não estavam enviando Mapas de controle da vacinação, e no ano de 1852, só a capital e Mamanguape relataram o Mapa de vacinação. Poggi argumentava que dessa maneira ficava mais difícil ter um controle da doença. Uma das justificativas para essa ausência de mapas, por exemplo, na vila de Campina Grande, era de que naquela localidade, as pessoas estavam morrendo de febre amarela. Para tanto, o inspetor diz que já havia tomado providências para conter o mal, enviando para cuidar dos enfermos o Dr. Henrique Krause e o farmacêutico João Antonio Pinto dos Santos, este como Vacinador da vila, com o salário 80\$00 mensal. Outra me-

3 Poggi não tinha uma formação acadêmica de médico, ele recebeu uma licença para atuar na área de acordo com uma legislação de 03 de outubro de 1832, que regulamentava o exercício da profissão a partir da apresentação da licença a Câmara municipal, que era responsável pela fiscalização dos serviços dos licenciados. Não possuía uma formação, mas deveria comprovar experiência na área de atuação (Mariano, 2015, p.88).

dida foi o envio de ambulâncias com remédios, mas a situação era tão grave que só “a providência divina” poderia ajudar.

O que se observa no tratamento da varíola e de outras doenças é que as pessoas continuavam se utilizando de práticas de cura que remontavam ao período colonial. Esses conhecimentos, ditos mais tradicionais, apontam para as singularidades na arte de curar, e nos fornecem elementos para percebermos os espaços de atuação desses práticos, a exemplo das parteiras, benzedeiros, curandeiros, barbeiros, boticários, feiticeiros, entre outros. Para Nikelen Acosta Witter, o curandeirismo “abarca em si um número de saberes populares e de agentes da cura filiados às mais diversas tradições e culturas que tinham o seu espaço e sua validade junto aos doentes” (Witter, 2000, p.1). Essa diversidade de saberes, considerados tradicionais, pode ser observado nos tipos de tratamentos que eram empregados na Parahyba

Aplicavam raízes de plantas medicinais como a japecanga, a caninana ou a jurubeba; produtos de origem animal, como raspa de cascas de jumento, carapaças de crustáceos ou óleo de baleia; e outros invocavam espíritos protetores e ainda alguns aplicavam rezas fortes [...] (Castro, 1945, p.262).

Também utilizavam práticas de cura como as sangrias, o uso das sanguessugas, entre outras, no sentido de “expulsar do corpo” os horrores provocados pelo mal da bexiga. Encontramos nos jornais da Província muitos anúncios da utilização da “Sanguessuga de Hamburgo, a melhor de todas” que poderia ser encontrada na Rua Conde D’Eu, no nº112, na cidade da Parahyba. Já os elixires eram usados para tratar a varíola, como pode ser

visto nos anúncios a seguir: O Elixir “Anti-febril Cardozo”, como chama a atenção apropaganda no jornal *O Estado da Parahyba*,

Este medicamento aplicado nas **febres, ainda as mais perigosas** e nas **varíolas**, de conformidade com o projeto que acompanha cada frasco tem produzido assombrosos resultados [...] Na Parahyba, vende-se na pharmacia de Antonio Thomaz C. da Cunha, sucessor, r. Maciel Pinheiro, 70. (20/12/1890. Grifos meus).

Alguns práticos atuavam em vários ofícios. É o que pode ser observado no anúncio dia 10 de maio de 1869, na página 4 do jornal *O Publicador*. Nesse dia, foi comunicado que já estava em funcionamento uma nova loja de “Cabellereiro, barbeiro, dentista e sangrador”. O Sr. Joao Francisco de Andrade atendia à Rua das Convertidas, no nº 5, cortando cabelo “com a maior perfeição”, fazia também a barba, cuidava das dores e asseio dos dentes e, ainda, fazia sangrias com “excelentes ventosas” e “boas bixas de Hamburgo”. Percebemos no anúncio do jornal a diversidade de práticas de cura (*O Publicador*, 10/05/1869).

Porém, quando nada mais funcionava para combater “o terrível mal”, as pessoas, inclusive os poderes públicos, recorriam à ajuda da “Providência Divina” para amenizar o sofrimento e trazer a cura dos males. A igreja considerava o castigo divino como agente causador das doenças, “a ideia de que a divindade pune os homens culpados é sem dúvida tão antiga e velha quanto a civilização” (Delumeau, 2009, [1978], p. 335). A religião católica atuava, em alguns casos, como sendo a “última alternativa” para buscar a cura. Os parentes dos acometidos pelas febres recorriam a “providência Divina” pedindo ajuda para curar os enfermos, pois

devido a grande calamidade e consternação, que reina na população desta cidade [Parahyba], em consequência das febres que grassão com tanta intensidade e, estando certos, que esse mal somente pode ser atenuado, e extinto pela bondade do Ser Supremo, sem duvida irritado contra os habitantes desta província, em consequência dos nossos gravíssimos pecados (...) (*A Ordem*, 14/04/1850 p. 2).

A doença é vista como sendo resultado de algum “pecado” e para se redimir perante o “Ser Supremo”, a população deveria solicitar ao Vigário que fosse feita uma procissão de penitência com a imagem do Sr. Crucificado da Ordem Terceira do Carmo, até a igreja matriz, onde seria rezada uma missa. O rito se dava da seguinte maneira: no dia da procissão havia um aviso dando conta de que as mulheres e crianças não poderiam participar, pois a mesma sairia da igreja a meia noite. Nesse horário as mulheres e crianças deveriam ficar em suas casas rezando nos seus oratórios e não “coloquem-se nas varandas como infeliz e abusivamente se pratica” (*A Ordem*, 1850, p.2). Se a doença é vista como punição e/ou castigo divino o tratamento deveria ser a penitência, as orações e os arrependimentos, todas essas manifestações religiosas estavam dentro da perspectiva da concepção popular e religiosa que já vinha sendo empregada há muito tempo (Diniz, 1997, p.250).

Os jornais traziam nos títulos das matérias “As Febres Reinantes e a Procissão de Penitência” e mostravam como, após atos de fé e religiosidade, os casos de pessoas doentes diminuíram naquele ano de 1850. Segundo consta, mais de 300 pessoas participaram da procissão: “grandes e pequenos, ricos e pobres, todos se fundiam em uma só comunhão” (*O Reformista*, 13/05/1850, p. 2). Alguns dos penitentes vestiam sacos, outros

de cilício. Eram rituais de flagelação adotados para combater o mal, esse representado pela doença.

Uns se penitenciavam, outros lançados por terra fazião de seo próprio corpo passagem para os que seguião – enormes madeiros, pesos insuportáveis forãolevados aos ombros de muitos – o Clero e o povo em uma só voz respondiam às preces que o Reverendo Vigario entoava. O arrependimento sevia pintado na humilhação de cada hum (...). Era uma verdadeira demonstração de temos a Deus. (*O Reformista*, 1850, p.2).

Se a doença era vista como castigo divino, para combatê-la era importante o sacrifício e a penitência, só assim os males seriam curados. A Santa Casa da Misericórdia também organizava missas e a Procissão dos Enfermos, em algumas ocasiões o cortejo era acompanhado pela banda de música da polícia (*Jornal da Parahyba*, 1888, p.4). Quando a situação era considerada muito grave o Presidente da Província seguia os ritos religiosos acompanhando a procissão pelas ruas da cidade, pois, naquele contexto, era importante que o chefe do governo demonstrasse toda a sua fé e confiança na cura divina.

Ao tratar da epidemia do cólera em Recife, em meados do século XIX, Ariosvaldo Diniz aponta como essas procissões “simbolizavam um processo de expiação da coletividade, que confessava suas faltas e pedia perdão. Os recursos a orações, procissões, jejuns, ainda que insuficientes para a cura eram considerados meiosapropriados para obtê-la” (1997, p.152).

Em dias normais, ou seja, sem nenhuma intercorrência de epidemias, as procissões obedeciam a um rigoroso calendário, com autorização dos poderes públicos, percurso, fogos de

artifício, entre outros. No entanto, quando as doenças grassavam, não havia tempo para formalidades “independente de qualquer medida profilática a ser utilizada, só a misericórdia divina a partir das súplicas do vigário e da população – impediria o flagelo” (Ferreira, 2010, p.182).

Essas súplicas podem ser observadas ao longo do século XIX e em momentos de surtos epidêmicos eram recorrentes. Os fiéis imploravam a Deus “a sua divinamisericórdia” no intuito de “minorar a intensidade do terrível flagelo – a varíola – que tantas vidas tem roubado nessa capital” (*A União*, 13/01/1897, p.3). O ritual começava com uma missa na catedral ao “**mártir São Sebastião, advogado contra a peste**”, e depois a procissão saía pelas ruas da cidade da Parahyba. O vigário pedia que “o povo catholico da capital comparecessem a esses actos, afim de mais forte se tornar anossa prece ao Deus de Clemência e bondade” (*A União*, 13/01/1897, p.3. Grifos meus).

O santo era considerado “Glorioso” porque, segundo as pessoas que acreditavam, ele protegeria contra os males da humanidade, ou seja, da fome, da peste e da guerra. Havia também a festa em homenagem a São Sebastião, a comemoração se dava no dia 20 de janeiro, na ocasião o sacristão da igreja catedral, José do Rego Cavalcante, solicitou aos fiéis a colaboração nos preparativos da festividade, pois o “glorioso mártir, não tem Irmandadenem comissão algum que se encarregue da festa” (*A União*, 13/01/1898, p.3).

Mesmo recorrendo a “Providência Divina”, os poderes públicos criaram medidas para isolar os acometidos por doenças contagiosas. Eram estratégias pensadas para separar o enfermo e evitar o contágio e disseminação das moléstias. Diante da situação emergencial foi criada uma espécie de enfermaria e/

ou hospital, espaço “eminentemente para doentes contagiosos”, os acometidos pela varíola. Chamado de Hospital Varioloso foi fundado no prédio do antigo Colégio de Educando e Artífices, no sítio Cruz do Peixe, distante mais de um quilômetro do centro da cidade e era administrado pelo Major Carlos Ribeiro Pessoa de Lacerda, sob a responsabilidade do médico Abdon Felinto Milanez. De maio a setembro de 1878 deram entrada no hospital 1.248 enfermos, dos quais 637 saíram curados, 61 permaneceram em tratamento e 550 faleceram (Relatório, 1879). A ideia era isolar os pacientes, afastando-os do centro da cidade para evitar o contágio. *No Dicionário de Medicina Popular*, do médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1890), define Isolamento como,

Separação dos doentes acometidos de affecções contagiosas, d'aquelles cujas afecções não são transmissíveis. **O isolamento é indispensável** para todos os doentes acometidos de sarampo, varíola, escarlatina, difteria, typho, cholera, febre amarella, erysipela, febre puerperal, etc. **Evitar o menor contacto** entre esses doentes e os indivíduos sãos que deveria ser reconhecida de todos; **a aplicação d'esta medida devia ser severa** especialmente nos hospitais das crianças onde o contagio parece grassar com maior força que nos adultos [...] (Chernoviz, 1890, p.247. Grifos meus).

Separar os doentes afetados pela cólera, sarampo, varíola, febre amarela, entre outras “affecções contagiosas”, era ação de segregação dos enfermos em hospitais distantes dos centros urbanos, pois “o isolamento consuma-se assim em exclusão de si mesmo” (Revel e Peter, 1976, p.148). De início os doentes eram levados em redes e no trajeto passavam por algumas ruas da capital até chegar à localidade Cruz do Peixe, o que causava medo nas pessoas que fugiam quando viam “um bexiguento”. Nesse percurso as pessoas temiam serem contaminadas e cla-

mavam ao Inspetor para que tomasse as devidas providências, e afastasse o mal maior. Por isso se pensou em criar um hospital específico para os variolosos. Mas havia outro problema: como levar os defuntos para enterrar no cemitério da cidade? A solução mais rápida era construir um cemitério ao lado hospital dos bexigeuntos.

O cemitério começou a ser construído no ano de 1879. Por questões de segurança, segundo os médicos da época, o cemitério deveria ficar perto do Hospital dos Variolosos para “evitar o transporte dos cadáveres vítimas dessa terrível enfermidade pelo centro da Cidade”, segundo o Inspetor de Saúde Pública, o Dr. Abdon Felinto Milanez. Por ser uma doença contagiosa, havia recomendações nas Posturas Municipais que os cadáveres deveriam ficar em caixões de zinco, mas na capital não havia depósito desse material em quantidade suficiente para a construção dos caixões. Segundo o inspetor, todas as medidas de segurança, de acordo com os higienistas, já estavam sendo tomadas, pois o hospital e o cemitério ficavam fora da cidade. Eram espaços em que se evitaria “que os ventos reinantes conduzão pra ellas os miasmas”. Por isso foi sugerido para a criação o lugar denominado de Cruz do Peixe (*O Liberal Parahybano*, 27/02/1883, p.4). Para essa empreitada foi criada uma comissão, formada por médicos da capital, para “emitirem juízo” sobre o local escolhido para a construção do cemitério, é bom lembrar que as pessoas que faleciam de varíola já estavam sendo enterradas, provisoriamente, na localidade, mesmo sem a conclusão do cemitério.

As autoridades imbuídas de um discurso higienista, civilizador se apropriaram das doenças para criar espaços de cura, mas também de exclusão, de isolamento e segregação. No dis-

curso dos administradores era importante desenvolver políticas públicas para estabilizar o meio social que se encontrava “em desordem”, diante do avanço da varíola, pois já havia casos nos lugares mais distantes da capital. A Inspetoria de Saúde Pública atuava na tentativa de identificar os fatores responsáveis pela proliferação de doenças: a questão da insalubridade pública, da higiene, do clima, entre outros motivos que, segundo este órgão, disseminavam as enfermidades.

Portanto, deveria haver um reordenamento do espaço urbano, aplicar algumas medidas preventivas como a limpeza e manutenção das ruas, das cadeias e residências; construção de hospitais e cemitérios. Era importante aplicar algumas medidas, consideradas preventivas como a vacinação. No entanto, houve resistência ao processo de vacinação que causava medo e desconfiança na população, e os agentes vacinadores reclamavam dos obstáculos encontrados, pois não conseguiam adentrar nas residências. As doenças alteravam o cotidiano das pessoas, e o processo de prevenção da varíola era um desses elementos: a ação causava medo e desconfiança na população que, muitas vezes, ia buscar nas práticas de cura consideradas tradicionais, ou ainda na religião a busca da prevenção ou cura das moléstias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e Seus Problemas*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012 [1923].

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo II, 3ª edição. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997 [1966].

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantes de sua evolução*. João Pessoa: A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera R. B; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos R. G (Orgs.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias*. 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico*. A expansão biológica da Europa: 900- 1900. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1986].

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1978].

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Medicina e curandeirismo no Brasil*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2011.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *As artes de curar nos tempos do cólera. Recife, 1856*. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. São Paulo: UNICAMP, 2003. p. 355-385.

FERNANDES, Tania Maria Dias. *Varíola: Doença e Erradicação*. In NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.211-228.

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*, Lisboa: Terramar, 1991.

MARIANO, Serioja R. C. MARIANO, Nayana R. C. *O Medo Anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860)*, Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 9, nº 3, Set. Out. Nov. Dez. 2012, p.1-20.

MARIANO, Serioja R. C. *Entre a Medicina, a Política e a Poesia: a trajetória do Dr Antonio da Cruz Cordeiro na Província da Paraíba na segunda metade do Oitocentos*. *Seaculum* – Revista de História. Nº 33, Jul. Dez. 2015, p. 299-318.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela Higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia. 2015.

NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres (Orgs.).

Uma História Brasileira das Doenças. Vol. 7, Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. *O Corpo – O Doente e Sua História*. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. P. 141- 159.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: UNICAMP, 2005.

TOLEDO JR, Antonio Carlos de Castro. *História da Variola*. *Revista de Medicina Minas Gerais*. 2005; 15(1): 58-65.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história e suas epidemias*. A convivência do homem com os microrganismos. Rio de Janeiro, SENAC Rio: São Paulo, Senac, 2003.

WITTER, Nikelen Acosta. *Curandeirismo no Século XIX*: as escolhas do povo. Revista do Centro de Educação da UFSM. Vol. 25, nº 1. Jan/Jun de 2000.

SECA, FOME E PESTE: MORRER NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE DURANTE A SECA DE 1877-1879¹

Laércio de Araújo Sousa Júnior

Em algumas províncias do Norte² do Império o final da década de 1870 é marcada pela falta prolongada de chuvas, pela redução dos rebanhos de animais de criação, pela dificuldade no abastecimento de víveres, pela fome, pela migração dos chamados “fagellados das seccas” para os maiores centros urbanos (como é o caso da cidade da Parahyba³). O ambiente insalubre das cidades e a alta concentração de pessoas facilitou a rápida disseminação de doenças e conseqüentemente fez aumentar a mortalidade. Diante de tal cadeia de crises, as elites paraibanas, assim como as das outras províncias vizinhas, forjaram um discurso que representava a estiagem como o principal problema do Norte, como era chamado o atual Nordeste.

Sendo assim, o contexto facilitava a disseminação de doenças, algumas delas de caráter epidêmico, como a hidropisia, beribéri, sífilis, opilação, disenteria, varíola, entre outras.

1 Uma versão levemente alterada desse texto foi redigida por mim em 2019 para a III Semana de História da UEPB. Sendo resultado das pesquisas desenvolvidas durante a Iniciação Científica, sob orientação da Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano.

2 Durante o Império e a Primeira República, a geografia do Brasil era dividida em duas regiões: havia as províncias, depois estados, do Norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias, depois estados do Sul, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. Após o ciclo de grandes secas, do final do século XIX e início do XX e a criação de organismos públicos encarregados de combater os seus efeitos, criou-se a percepção de ‘Nordeste’, que levou um tempo para transitar da linguagem geográfica para a política e o cotidiano (Melo, 1984, p.13). Sobre o tema ver: O Norte Agrário e o Império, de Evaldo Cabral de Melo (1984).

3 Para fins metodológicos usaremos os termos empregados na época: “Parahyba” e “Parahyba do Norte”, em referência à província, hoje estado; “Cidade da Parahyba”, em se tratando da capital, João Pessoa.

Segundo Philippe Ariès (1977), diante do contexto epidêmico, os cadáveres transformaram-se em um problema de saúde pública, sendo considerados como um foco de podridão e contágio. “Em tempo de epidemia a morte deixa de ser um espetáculo ou uma eventualidade, ela se torna uma ameaça pessoal, distinta, imediata” (Lebrun apud Reis, 1991, p. 338).

O contexto da seca rompe com alguns rituais considerados importantes para efetivação plena, do que Philippe Ariès, chama de *morte domada*, ou inviabilizando para muitos indivíduos os rituais fúnebres próprios de uma *boa morte*. Para Philippe Ariès (2012), desde a idade média até os nossos dias, a morte foi manifestada de quatro maneiras distintas: a *morte domada*, a *morte do outro*, a *morte de si* e a *morte interdita*. Na *morte domada*, tem-se a perspectiva da *boa morte*, aquela onde as pessoas estavam cientes da própria morte, sabiam o momento do fim por meio de avisos sobrenaturais, esperavam a passagem no leito, que ficava rodeado de pessoas conhecidas, o jacente presidia todos os ritos e os conhecia, as cerimônias eram públicas e contidas. Havia uma solidariedade, uma intimidade, uma familiaridade entre vivos e mortos.

Para Michel Vovelle (1996), a história da morte deve ser explicada de acordo com três modalidades que devem se desencadear. A primeira delas é a *morte sofrida*, ou seja, fato bruto da morte, nela se aprecia os componentes sociais, as diferenças de idade, de sexo, de classe social; se percebe como o falecimento é desigualmente sentido. O segundo é a *morte vivida*, são os ritos e gestos que acompanham o percurso da agonia da enfermidade no leito, ao túmulo e ao além. O último é o *discurso da morte*, em outras palavras, são as representações da morte, sejam elas literárias, religiosas, científicas, filosóficas, cívicas, mágicas, entre outras.

Não há prática (encarnada em gestos, espaços, hábitos) ou estrutura que não seja produzida pelas representações; estas são contraditórias e se confrontam, é por meio delas que os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo e perpetuam suas existências (Chartier, 1991). As lutas de representação, são uma das formas pelas quais um grupo tenta impor sua concepção de mundo e seus valores, usando estratégias simbólicas procuram também constituir sua identidade. Existe uma tensão entre as representações impostas pelos poderes ou pelas ortodoxias e a consciência de pertencimento de cada comunidade. O exercício da dominação é exercido por meio da violência simbólica. As representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. A representação deve ser pensada em paralelo, em articulação com as práticas. (Chartier, 2011).

A década de 1870 ficou marcada, no norte do Império, pela chamada “Grande Seca” (1877-1879), que atingiu a região em um momento de dificuldades econômicas. O rastro de desolação deixado pelo fenômeno climático foi usado pelas elites para chamar a atenção dos poderes públicos, fazendo da estiagem um problema de repercussão nacional. A “Seca do Norte” para além da falta prolongada de chuvas é uma invenção histórica e social, um produto de discursos e práticas (Ferreira, 1993; Albuquerque Júnior, 1995).

A seca de 1877-1879 é apontada como a gênese da invenção da indústria das secas, um novo discurso em torno do fenômeno foi montado: A seca seria a causa principal da decadência do Norte, devendo o Estado Imperial mobilizar recursos financeiros para solucionar a “crise”, por meio de investimentos em obras (açudes, estradas de ferro) e de socorros públicos.

O contexto da década de 1870, pode ajudar a explicar o uso político da seca: o Norte passava por uma crise econômica e social generalizada, ocasionada pela queda nos preços do açúcar no mercado internacional e pela efeméride do boom algodoeiro; a precária situação financeira da província devido a parca arrecadação de impostos; a venda massiva da mão-de-obra escrava para o Sul; a marginalização e o descontentamento das camadas populares (revolta do Quebra-Quilos e o banditismo de Jesuíno Brilhante, do Calango e dos Viriatos).

Com a crise no setor de exportação muitos proprietários se refugiaram na agricultura de subsistência, mais vulnerável as intempéries do clima. Entregue à miséria, a população interiorana migra, recorrendo ao litoral, em busca de socorros públicos e privados. Na capital, abunda a mão-de-obra, crescem as tensões sociais, que são agravadas pelas epidemias e pela insegurança.⁴ A concentração de pessoas facilitou a disseminação de doenças, o aumento da prostituição, do alcoolismo, dos furtos, dos roubos, dos saques, das mortes.⁵

As províncias do Norte foram atingidas em um momento de dificuldades, e a imprensa explorou e divulgou a situação de penúria dos retirantes. No século XIX, os impressos, são um canal de divulgação de um discurso, espaço de afirmação de um projeto político, lugar de propagação das ideias dominantes. Os periódicos selecionam de maneira meticulosa aquilo que deve ser publicado, geralmente de acordo com convências políticas,

4 Segundo o recenseamento de 1872, a população da capital da Parahyba do Norte era estimada em 24.714 habitantes, dos quais 22. 258 eram livres e 2. 456 escravizados. (Brazil. Recenseamento do Brazil de 1872). Durante o período da seca, a capital recebeu cerca de 35 mil retirantes, vindos do interior.

5 Apesar do contexto de luta pela sobrevivência, as práticas ditas criminosas, ocorridas durante a seca de 77-79, não podem ser explicadas apenas como consequências daquela crise climática, pois isso reforçaria estereótipos e preconceitos ao relacionar os famintos aos criminosos (Junqueira, 2016, p. 192 - 194).

econômicas e sociais, próprias do contexto no qual estão inseridos.

Nos jornais da época, são frequentes histórias de homens outrora ricos, mendigando como indigentes; o que mostra o interesse dos poderosos e das elites letradas em enfatizar as dificuldades conjunturais e a perda de prestígio da economia nortista no plano nacional. Na Parahyba, *O Publicador*, de 9 de maio de 1879, divulga a seguinte notícia: “Continua a secca [...] as famílias mais abastadas do alto sertão [...] vendo esgotados todos os meios que podiam dispor, já descem na última miséria, soffrendo a fome e caminhando a pé”. Na Corte, a opinião pública foi impactada pelas imagens fotográficas de retirantes famélicos, tão magros que pareciam cadáveres ambulantes, algumas delas foram reproduzidas nas páginas das revistas ilustradas, como é o caso da capa de *O Bezouro*, de 20 de julho de 1878.⁶

No parlamento, a miserabilidade de membros da elite chamou a atenção; na tribuna do Senado, em 25 de junho de 1877, o senador pela província do Piauí, João da Cunha Lustosa Paranguá, lê a carta de “um amigo”, informando do estado de precariedade em que vivia a viúva de José Coriolano, juiz de direito, ela cuidava de cinco filhas, no município de Príncipe Imperial, achava-se “quase nua e morta de fome. É tão pobre que não poderá arredar-se para parte alguma” (Brazil, Annaes do Senado, 1877, v. 5, p. 219).

Falar da seca fez com que a voz dessa elite que se dizia decadente fosse ouvida, a “crise” foi usada por membros da

⁶ As representações imagéticas da capa de *O Bezouro* (20/07/1878) foram produzidas pelo fotógrafo Joaquim Antônio Correia, fazem parte de um conjunto de 14 fotografias sobre a Seca de 1877- 1879, na Província do Ceará. O conjunto de fotografias pertence, atualmente, ao acervo da Biblioteca Nacional, e podem ser consultadas através do link: <https://bit.ly/2JXDODJ>.

aristocracia do norte agrário, para conquistar o espaço político perdido no plano nacional (investimentos locais em obras de infraestrutura e o envio dos “socorros públicos”) e no plano local em vistas de perpetuar a exploração e a dominação sobre a população pobre.

As verbas de socorros públicos, regularmente eram desviadas em benefício dos poderosos locais, de seus parentes e de sua clientela. A alimentação, não raramente, era distribuída por afeição política. Enquanto famílias inteiras migravam de suas residências para “não se estorcerem nas convulsões de uma fome medonha”, meia dúzia de “filhotes do governo banqueteiavam-se as custas dos dinheiros públicos” (O Despertador, nº 1142, 27/06/1877, p.3). Os recursos públicos enviados para minorar o sofrimento dos “flagelados” eram usados para fins privados, quando não, empregados em obras por vezes desnecessárias como a construção de igrejas, capelas, cemitérios, pontes, estradas, açudes, limpeza urbana, casas da câmara e cadeias; o trabalho geralmente era feito pelos próprios retirantes, que tinham sua mão-de-obra explorada.

Em detrimento dos milhares de retirantes, alguns poucos indivíduos pertencentes às elites políticas e econômicas, bem como membros da polícia e do judiciário, aumentaram seu poder e sua fortuna (Junqueira, 2016, p. 247). Um poema, publicado na “Secção Crítica” da revista *A ideia*, em novembro de 1879, denuncia a situação: “A secca que tudo infesta. Com seu cortejo de horrores, Fez condes, comendadores” (*A Ideia*, nº 11, v. 1, 26/11/1879, p. 6). A continuação do poema, intitulado “Uma página da actualidade”, se dá no segundo volume da revista, em tom de ironia: “Os juizes desta festa. Se apoderaram de uns cobres. Também, coitados, sam pobres!” (*A Ideia*, nº 11, v.2, 26/11/1879, p. 5).

Nos jornais da época é possível perceber denúncias acerca exploração que os retirantes sofriam no cotidiano. Um deles foi o retirante Manoel José da Silva, que trabalhava no engenho Viração, de propriedade do senador Flávio Clementino da Silva Freire, o Barão de Mamanguape. Manoel José sofreu diversos castigos de palmatória, suas mãos ficaram muito inchadas, a surra foi ordenada por um dos filhos do Barão de Mamanguape, além de estar ferido, o retirante foi levado para a cadeia da capital onde ficou recolhido em uma cela (A Opinião, n° 65, 13/12/1877).

Levas de migrantes vinham do interior, centenas de famílias de retirantes recorriam à capital paraibana. Somando-se à fome e à pouca salubridade, o ambiente urbano tornou-se propício para o aparecimento de diversas enfermidades. Na cidade da Parahyba os “flagelados da secca” aglomeravam-se no saguão do convento de São Bento, no mercado público, no edifício da escola pública e em palhoças improvisadas que ficavam aos fundos do palácio presidencial. Um grande número perambulava pelas ruas, dormia ao relento (Parahyba do Norte, Relatório, 1879, p. 50 - 53).

A aglomeração de retirantes em ambientes pouco salubres facilitava a dispersão das doenças contagiosas. Para os médicos da época o asseio das ruas e vias de circulação da cidade era de suma importância para evitar as doenças. Muitos médicos, durante boa parte do Oitocentos, acreditavam que os miasmas presentes no ar, oriundos de matéria orgânica em decomposição ou água parada provocavam, segundo esta teoria, epidemias e o desenvolvimento de doenças.

Em ‘A Esperança’, que se intitulava um “jornal noticioso, recreativo e joco-serio”, na sua edição de número 32 de 23 de agosto de 1877, critica de maneira irônica o desleixo para com a limpeza das ruas da capital:

A limpeza e aceio d’esta cidade é admirável, é invejável. **O lixo, a imundice**, o muçambê, o mata-pasto, a jurubeba, tapetisam e arborisam as ruas e calçamentos desta capital. Ah! tem a ladeira de S. Francisco, beco da companhia, lado do sul da ribeira, beco do collegio e rua Visconde de Pelotas. Porque são tão desumanos os senhores fiscaes? Façam uma obra de caridade. **Olhem que sobre a secca pode vir a peste** (A Esperança, nº 32, 23/08/1877, p. 1. Grifos nossos).

Nesse contexto, diversas doenças acometiam a população de cerca de 35 mil retirantes, que fugidos da fome encontravam a morte no Brejo e no Litoral. Dentre as *causas mortis* mais frequentes estão as febres (infectuosas, contínuas e remitentes), varíola, moléstias do aparelho digestivo, desentheria, enterites, chloro-anemias, beri-beri, opilações, hydropsia, syphilis, coqueluche (Parahyba do Norte, Relatório, 1879, p. 12). No hospital da cidade de Areia, entre março e abril de 1879, faleceram 52 pessoas, as causas da morte mais comuns foram: Varíola (12 casos), hydropsia, opilação, affecção gangrenosa, beribéri, diarreia, marasmo, hepatite chronica, febre perniciosa, pleuriz, inanição, sezões, malacia, tísica, câmaras de sangue.

Segundo o dicionário de medicina popular de Pedro Chernoviz, em sua edição de 1890, a “malacia” designa em medicina: “a depravação do gosto, com desejo de comer substancias que são pouco alimentares, ou que não contem princípio algum nutritivo, e que repugnam ordinariamente”. (Chernoviz, 1890, p. 360). A “malacia” era o nome que se dava para o consumo de ali-

mentos condenados pela medicina da época como prejudiciais ou as comidas sem propriedades nutritivas conhecidas, algo que deve ter se avolumado durante a seca, já que a oferta de gêneros alimentícios era menor do que o normal, muitos recorriam às plantas não convencionais, algumas nocivas e ao consumo de alimentos pútridos.⁷

Sobre a alimentação dos atingidos pela seca, o poeta popular Bernardo Nogueira, registrou os infortúnios dos retirantes que, sem ter o que comer, recorriam às plantas e raízes nativas do sertão:

Xique-xique, mucumã,
Raíz de Imbú e colé,
Feijão brabo, catoté,
Macambira, imbiratã,
Do pau pedra a carimã,
A panela e o murrão,
Maniçoba e gordião,
Comendo isso todo dia,
Incha e causa Hydropisia,
Foge, Povo do Sertão! (apud ALMEIDA, 1994, p. 209).

⁷ A alimentação humana é um dado cultural, que acaba por extrapolar a noção simplista das necessidades nutricionais. Durante a seca, algumas práticas alimentares desafiavam os padrões estabelecidos e aceitos como normais e/ou naturais por aquela população. (Junqueira, 2016, p. 213). Os preços dos gêneros alimentícios cresceram vertiginosamente, os rebanhos de animais sucumbiam diante da falta de água e nutrientes. Os socorros públicos eram poucos e mal distribuídos. Segundo Irineu Joffily, na povoação de Pocinhos, as órfãs da casa de caridade instituída pelo padre Ibiapina, se sustentaram por alguns dias com a carne putrefata das rezes que morriam inanimadas nas estradas (Joffily, apud Almeida, 1994, p. 191 – 192).

No verso, o autor cita a barriga inchada, indício de hidropisia (ou anasarca), que pode estar relacionada a Kwashiorkor, doença decorrente da falta de proteínas, vitaminas, ferro, ácido fólico, iodo, selênio e vitamina C, alguns dos sintomas são o rosto inchado, a pele ressequida e o abdome distendido, algumas dessas características podem ser observadas nas fotografias publicadas na capa de ‘O Bezouro’, de 20 de julho de 1878.

A falta de comida poderia causar a morte em decorrência de inanição, o corpo sem os nutrientes necessários está sujeito ao raquitismo, a anemia, a desnutrição, a insuficiência renal, hepática e cardíaca. O sistema imunológico é afetado, o que dificulta a reação do organismo contra diversas enfermidades. O beribéri, por exemplo, é consequência da ausência de vitamina B1; a base da dieta dos retirantes era a farinha de mandioca, alimento pobre no micronutriente.⁸

Às quintas feiras e aos sábados eram distribuídos alimentos, no tesouro provincial, no quartel de polícia, no convento de São Bento, e posteriormente em um único local: o adro da igreja de São Francisco (Parahyba do Norte, Relatório, 1879, p. 50). Na cidade de Areia, por exemplo, em junho de 1877, chegaram trinta cargas de mantimentos, que foram mandadas pelo governo para serem distribuídas aos mais de 4000 retirados que haviam no município (O Despertador, nº 1142, 27/06/1877, p. 3). Farinha de mandioca, carne seca, milho, feijão, arroz com casca e bacalhau, eram gêneros que se encontravam no armazém da repartição de socorros públicos da capital, em abril de 1879. Se todos os alimentos foram repartidos para os desvalidos não consta na documentação consultada, nem é possível auferir as condições

⁸ Helmara Junqueira, trata a respeito dos problemas mentais provenientes da má nutrição, alguns são causados pela falta de vitamina B1, B3, A, C e D (Junqueira, 2016, p. 228 – 233). É possível que a ‘malacia’, seja um dos sintomas associados a “loucura famélica”, e aos sujeitos “vexados pela fome”.

de armazenagem, tampouco a qualidade de tais gêneros. Contudo, são comuns as denúncias de adulteração da comida e de desvios de víveres.⁹

Outra doença recorrente nos relatórios de presidente de província é a sífilis; em torno das representações da doença foi criada uma carga simbólica negativa, construída pelo discurso médico. Vista como consequência do pecado da carne, da promiscuidade, do meretrício, da prostituição, dos vícios sexuais¹⁰. O mal venéreo por excelência, ameaçava a moral da sociedade. O que mais assustava eram as sequelas, as marcas físicas, e o caráter congênito. Durante a seca as representações da sífilis nos discursos estão associadas com o ‘abandono dos lares’, a ‘promiscuidade dos sexos’, a ‘vida errante’, a ‘immoralidade’¹¹, o ‘afrouxamento dos laços de família’ (Parahyba do Norte, Relatório, 1879, p. 40).

O mal venéreo amedrontava a elite, já que ‘se transmite de pais a filhos’, portanto era representada pelos médicos como

⁹ Sobre o desvio de gêneros alimentícios aparecem nos jornais notícias como esta: “Tendo o governo da província remetido aos acusados diversos gêneros para serem exclusivamente distribuídos aos infelizes indigentes flagelados pela secca, cuja remessa fora feita em princípio do andante mez, acontece que os acusados, abusando da confiança n’elles depositados pelo mesmo governo, mandaram vender a maior parte dos mesmos gêneros, como efetivamente foram vendidos” (O Liberal Parahybano, nº 39, 09/08/1879, p. 3).

¹⁰ O inspetor de saúde pública, Innocencio Poggi, em seu relatório, do ano de 1862, associava a sífilis as “classes baixas e pobres” vitimando “indivíduos de baixas condições”, a origem principal seria “as casas de prostituição, onde não há menor inspeção nem policial, e nem médica”. No discurso, o médico pedia para que fosse realizada uma “rigorosa inspeção” nos “lupanares”, onde a “syphiles, revestida de enganosas formas e de fingidos prazeres, ataca aos incautos”. Segundo ele, não há mais grave moléstia do que a sífilis, já que ela “acomete de preferência a mocidade, que é a força e a riqueza do Estado”. Segundo Poggi, a doença seria responsável por criar “seres viciosos”, “estéreis”, que “formão uma raça bastarda, tão impropria às funções civis, como ao serviço das armas”, sendo um “grande mal para a sociedade de um paiz como o nosso” (Parahyba do Norte, anexo H, 1862, p. 2 - 3).

¹¹ Durante o século XIX, algumas teorias médicas, como é o caso do tratado elaborado pelo médico francês Benedict Morel, associavam as doenças aos comportamentos considerados, pelas elites, como sendo “imorais”, ao meio social, à índole, à miséria, à pobreza, às profissões insalubres e a ‘raça’. Sobre os discursos racistas das elites intelectuais parahybanas, a respeito dos sertanejos retirantes e de suas doenças, ver: Junqueira, 2016, p. 235-239.

sendo maléfica para as futuras gerações. Por conta da alta mortalidade dos recém-nascidos e pelas sequelas físicas, era vista como sinal da fraqueza e da degradação da raça humana. O relatório a respeito do estado de salubridade da Capital, assinado pelo inspetor de saúde pública, o médico, Inocência Poggi, relaciona a doença com determinados grupos sociais: “a syphiles, como é natural entre os soldados” era moléstia predominante na enfermaria militar (Parahyba do Norte, anexo n. V, 1870, p. 4-5).

A sífilis é uma infecção bacteriana sexualmente transmissível, causada pela bactéria *treponema pallidum*. No século XIX, era também chamada de mal gálico. O dicionário de medicina popular de Pedro Chernoviz, em sua edição de 1890, descrevia a doença como sendo transmitida pela “aproximação dos sexos [...], pela amamentação, por beijos [...]. Um copo, uma colher, um cachimbo, communs a muitos individuos, podem d’esta maneira communicar a moléstia: o mesmo entende-se com o apertar a mão” (Chernoviz, 1890, p. 1031).

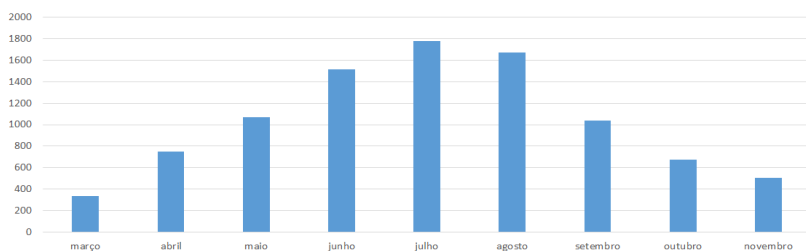
Alguns óbitos podem estar relacionados com a desnutrição, o consumo de alimentos malconservados, o ambiente urbano pouco salubre e as rotinas extenuantes de trabalho, já que alguns retirantes eram empregados nas obras públicas, como na limpeza urbana, no calçamento de ruas (como por exemplo: a Rua Visconde de Pelotas e a Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves) e na construção do cemitério da Cruz do Peixe.

Para dar conta das centenas de enfermos, na cidade da Parahyba, foram construídos vários hospitais, o de Santo Antônio, no convento de São Francisco; de Nossa Senhora das Neves, no edifício do Tesouro Provincial; dos Variolosos, no edifício do antigo Colégio de Educandos e Artífices, na Cruz do Peixe, distante mais de um quilômetro do centro da cidade; além do já

existente hospital da Santa Casa de Misericórdia. Em Mamanguape, o hospital de São Pedro. Um hospital em Areia e enfermarias em Bananeiras e Santa Rita (Parahyba do Norte, Relatório, 1879, p. 23 - 25).

Observando os números estatísticos da época, referentes a mortalidade na Capital, fica evidente o aumento substancial no obituário. Nos anos de 1868, 1869 e 1870 faleceram na Cidade da Parahyba respectivamente 342, 356 e 441 pessoas, dez anos depois, entre março e novembro de 1878, morreram 9318 pessoas. Conforme o gráfico a seguir, cujas informações foram obtidas por meio do relatório do Presidente de Província, Ulysses Machado Pereira Vianna, apresentado à Assembleia Legislativa, em janeiro de 1879:

Gráfico: Falecimentos na cidade da Parahyba do Norte, entre março e novembro de 1878, segundo o relatório do presidente da província



Fonte: Gráfico elaborado por nós a partir das informações contidas no Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da província da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, em 1.º de janeiro de 1879. Parahyba do Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1879, p. 22. Disponíveis em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

Segundo o relatório, os meses com o maior número de mortos foram junho, com 1515; agosto, com 1671; e julho, com 1778 óbitos. Para servir de comparação, no ano de 1856, quando a Parahyba foi assolada pelo *cholera morbus*, vieram a óbito, na

Capital 1518 pessoas. Com relação as cifras de mortalidade, deve-se levar em conta que se trata de uma amostragem, portanto os números não devem ser vistos como absolutos, ponderando também para as possíveis falhas e omissões nas informações.

A tentativa das elites de se apropriar da seca, para conseguir recursos do governo central, tem como pano de fundo as mortes, o sofrimento e as doenças que afetaram milhares de pessoas. Compreender a “Seca de 1877”, como produto de um discurso social e historicamente elaborado, não anula a observação de que os rituais fúnebres sofreram mudanças, e de que a morte, a fome e as doenças impactaram a vida dos indivíduos, ao mesmo tempo em que foram usadas em benefício da narrativa dos poderosos.

Para os retirantes, os rituais fúnebres costumeiros foram sistematicamente descumpridos. Alguns morriam nos hospitais, distante de suas casas, longe de suas comunidades de origem, apartados de parentes e amigos, não havia tempo para a recepção dos sacramentos ou para a encomendação da alma¹², os longos velórios eram inexecutáveis, não havia a redação dos testamentos, não se escolhia a cor da mortalha, os moribundos não tinham tempo para externarem suas últimas vontades. Muitos flagelados faleciam durante a noite nas ruas e nas calçadas, seus corpos eram recolhidos pela manhã.

Antônio da Cruz Cordeiro, cirurgião-mor da província, informa em seu relatório:

12 A encomendação da alma era a entrega do espírito do morto para Deus. De acordo com as constituições primeiras, nenhum defunto poderia ser enterrado sem primeiro ser encomendado (Vide, Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1853, p. 287-291). O rito poderia ser simples, com a presença apenas de um pároco, ou mais aparatosa, com a participação de vários sacerdotes, músicos e até de grandes orquestras.

Os doentes recolhidos aos hospitaes são em geral retirantes tão proletários que a mor parte delles vivem das esmolos dos socorros públicos [...] extenuados de fome, de cansaço e miséria, saturados de vírus provenientes da má alimentação [...] **procuram os hospitaes, quando já não podem esmolar** [...] obstruídos, anêmicos, inchados, paralyticos, ulcerados e fétidos **para não morrerem nas ruas e terem ao menos quem os amortalle e os carregue para o cemitério** (Parahyba do Norte, Relatório, 1879, p. 13 – 14. Grifos nossos).

Os “flagelados da seca”, vindos do interior, em sua maioria pobres e desvalidos, recorriam aos socorros públicos, comiam rações insuficientes, mal alimentados e vivendo em lugares sujos estavam sujeitos aos diversos tipos de vírus e moléstias. Quando a doença os impossibilitava de mendigar por auxílio, recorriam aos hospitais, esperavam se não a cura para as enfermidades do corpo, pelo menos evitavam uma morte ao relento, garantindo uma mortalha branca e o sepultamento em campo santo.

A morte era tanta que nos hospitais havia serventes responsáveis exclusivamente pela condução dos cadáveres para o cemitério público, que se achava quase todo ocupado. A área do cemitério do Senhor da Boa Sentença não podia comportar o grande número de cadáveres que para ele eram conduzidos (Relatório do Provedor da SCMPB, 1879, 37v). A partir de meados de 1879, as inumações da capital passaram a ser feitas também no cemitério da Cruz do Peixe¹³, construído nas proximidades

¹³ De acordo com Vicente Gomes Jardim, o cemitério da Cruz do Peixe, foi construído em 1878, por ocasião da seca, concluído em 1879, sob iniciativa da comissão de socorros públicos, composta por Manoel Pedro Cardoso Vieira, Antônio de Sousa Carvalho, João Leite Ferreira e outros. Segundo a *Monografia da cidade da Parahyba do Norte*, publicada em 1911, o cemitério da Cruz do Peixe “Consta de muro de alvenaria de pedra e tijolos contornando-o, tendo a frente principal, onde tem um pórtico de ordem toscana, voltada para o sul e é edificado por detraz do próprio provincial da Cruz do Peixe, ao norte da estrada do Tambáú” (Jardim, 1911, p. 109).

do hospital dos variolosos, as obras de aterro foram feitas pelos próprios retirantes (O Liberal Parahybano, nº 37, 02/08/1879, p. 2).

O nome ‘Cruz do Peixe’ foi dado devido ao cruzamento das estradas de Tambaú e Bessa, no local vinham os condutores de peixe pousar sua carga (Medeiros, 1994, p. 25). No cemitério da Cruz do Peixe, os cadáveres eram enterrados em valas comuns, as covas tinham capacidade para mais de vinte defuntos. A cercania do cemitério era compartilhada com o hospital dos variolosos, longe da cidade. A distância acabava isolando, segregando os mortos e os bexigentos, excluindo-os das vistas e dos narizes dos habitantes minimamente sãos.

O memorialista Francisco Coutinho de Lima e Moura, em sua *Reminiscências* publicada em 1938, usa um par de páginas para dissertar a respeito da seca de 1877, episódio que afirma ter sido testemunha ocular, tinha apenas dez anos “em idade de tudo compreender e sentir”. Sobre os enterramentos ele cita um episódio que o marcou:

Eu **me senti horrorizado com a falta de respeito aos mortos**, praticada por **um coveiro ébrio que recebeu um anjinho** de nossas mãos, cuja mãe foi pedir ao mestre João Licínio Velloso mandar-nos acompanhá-lo até o cemitério do Senhor da Bôa Sentença e se achava presente, e viu o desalmado atirar ao companheiro o fructo amado de suas entranhas dizendo sarcasticamente ‘põe este ahi como travesseiro’, o que **me escandalizou profundamente** (Lima e Moura, 1936, p. 77-79. Grifos nossos).

A citação de Francisco Moura, vai ao cerne da questão, já que, no contexto da seca, com a alta mortalidade, ficava difícil o respeito às prescrições fúnebres socialmente recomendadas. O observador do enterro esperava que a tradição, o respeito se-

cular para com os mortos, fosse cumprido, o que acabou não acontecendo. No relato, merece atenção o convite da mãe do “anjinho” para que o professor João Licínio Velloso comparecesse ao enterro, já que em um momento de maior flexibilidade dos rituais fúnebres, como era aquele, se tornava ainda mais importante ter a presença dos parentes, amigos e conhecidos.

Durante a seca, as ruas da Capital estavam cheias de crianças, meninos e meninas, no estado mais completo de fome, muitas ficaram órfãs ou foram abandonadas pelos pais (Almeida, 1994, p. 185). Segundo o provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, “morrendo no Hospital famílias inteiras, deixando apenas um ou dois filhos de menor idade, ou filhas honestas” (Relatório do provedor da SCMPB, 1878, fl. 2 v.). Em 1879, o mesmo provedor mandou distribuir comida às “crianças famintas, que andavam mendigando na rua, e apanhando para comer matérias nocivas” (Relatório do provedor da SCMPB, 1879, fl. 1 f.).

Tendo por fonte os informes das enfermarias, foi possível observar que boa parte dos doentes internados nos hospitais da capital eram crianças: em meados de dezembro de 1878, metade dos 348 doentes do hospital de Nossa Senhora das Neves era de menores; dos 71 óbitos ocorridos, 29 eram de menores¹⁴. Dos 282 falecidos no hospital de Nossa Senhora das Neves, entre janeiro e maio de 1879, 46 eram meninos, 44 eram meninas. Sendo assim, um número razoável de mortos eram crianças.

Mesmo antes da “seca de 1877”, percebe-se a preocupação que os médicos, nos relatórios da inspetoria de saúde públi-

14 O termo: “menores”, foi usado no texto, em conformidade com o que aparece na fonte consultada. Não é mencionado no documento qual a faixa etária foi considerada como sendo “menores”, pelo “mappa demonstrativo das entradas e sahida, curados falecidos e total dos doentes desta enfermaria, do 1º de janeiro a 31 de maio de 1879”. Porém, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 10 do Código Criminal de 1830, eram considerados inimputáveis os “menores de quatorze annos”.

ca, passam a ver na mortalidade infantil. Após elencar as estatísticas mortuárias, o inspetor de saúde, Abdon Milanez, tece o seguinte comentário:

Deve merecer atenção de todos **o excessivo número de crianças** que annualmente figura **no obituário** d'esta capital. [...] **que não devem ser esquecidas e desprezadas** por aquelles, que tem o dever de cuidar da conservação d'esses entes, que **tem de preencher o fim para que vierão ao mundo** (Parahyba do Norte, annexo B, 1875, p. 5. Grifos nossos).

De acordo com Luiz Lima Vailati (2010), as representações da morte infantil sofrem uma grande mudança na segunda metade do século XIX. As autoridades médicas passam a se incomodar e denunciar as cifras relativas a mortalidade infantil; ela é desnaturalizada, sendo encarada como um crime contra a nação, que é privada de cidadãos úteis. A morte infantil torna-se trágica. A dor, o sofrimento, a frustração e a negatividade passam a ser associados as representações da morte infantil. A mudança é verificada nitidamente nas esculturas, fotografias e monumentos dedicados as crianças mortas nas últimas décadas da segunda metade do século XIX (Vailati, 2010, p. 293 - 301).

Enquanto os rituais fúnebres sofrem diversas transformações, a Parahyba, assim como parte do Império do Brasil, passa por um momento de crise, ocasionado pela seca, a decadência econômica da elite, o descontentamento social das camadas populares, o processo de desagregação do regime escravista e de contestação do sistema político. As mudanças nas atitudes perante a morte são verificadas na Parahyba e a análise do contexto permite compreender melhor de que maneira ocorreram. Levando em conta os embates que existiam e percebendo tam-

bém as resistências de parte da população, que muitas vezes buscaram consolo nos rituais fúnebres próprios da *morte domada*, e na solidariedade entre vivos e mortos.

A “Seca de 1877” impactou os rituais fúnebres. O contexto impediu incontáveis pessoas de terem uma morte tranquila. A *boa morte*, não causava medo nem desespero, a ideia predominante era de que ela deveria ser anunciada e previsível. Segundo Ariès, o passamento ideal era aquele em que fosse possível ver, saber, sentir, compreender e ter a convicção de que o fim da vida estava próximo. O falecimento súbito era temido, porque nesses casos não cabia o arrependimento e a pessoa era privada das últimas vontades. O moribundo jazendo no leito, conhecia os protocolos e presidia os ritos que envolviam a cerimônia pública que antecedia a partida final. A *boa morte*, é identificada como sendo próxima, familiar e comunitária, o luto era compartilhado pela comunidade. O testamento deveria ser feito, com antecedência. Após a recepção dos sacramentos, o enfermo deveria apresentar sinais de contrição, confiar na divina providencia e na corte celestial, fazer orações e preces.

No contexto de seca, a *má morte* era predominante. Com dezenas de pessoas morrendo todos os dias e sendo enterradas em valas comuns, não havia tempo para os cuidados e os preparos prescritos pelo cristianismo¹, o indivíduo era geralmente pego de surpresa, repentinamente, desprevenido. Muitos morriam nas ruas e nas estradas, sozinhos, de maneira inesperada.

¹ Boa parte das recomendações cristãs para uma boa morte estão nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, um código de leis eclesiástico, elaborado em 1707, durante o sínodo da Bahia, e que vigorou até 1890. São comuns também os manuais, como por exemplo, o *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer o cristão* (1627), publicado em Lisboa, com várias reimpressões nas décadas seguintes.

Era um mal presságio morrer sem os devidos sacramentos ou sem a sepultura, a mortalha e o cortejo adequado.

REFERÊNCIAS:

Fontes

A Esperança (1877). Disponível em: <https://bit.ly/30SCHMu>

O Liberal Parahybano (1879). Disponível em: <https://bit.ly/2L-LkXiD>

O Bezouro (1878) Disponível em: <https://bit.ly/2Pyvc8S> *Documentos Manuscritos* (1875 – 1878). Fundação espaço cultural da Paraíba – FUNESC, Arquivo histórico. Período Imperial, Cx. 061 (A).

Documentos Manuscritos (1879). Fundação espaço cultural da Paraíba – FUNESC, Arquivo histórico. Período Imperial, Cx. 062.

Relatórios do Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1874 – 1879). Arquivo público da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – ASCM-PB, D – 32.

CHERNOVIZ, Pedro Luis Napoleão. Dicionario de medicina popular. 6ª edição. Volume 2º. Paris: A. Roger & F Chernoviz, 1890.

MILANEZ, Abdon Felinto. Relatório da Inspetoria da Saúde Pública da Parahyba do Norte. CUNHA, Silvino Elvídio Carneiro da. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte, em 9 de outubro de 1875, ANNEXO B. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1875.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, em 1.º de janeiro de 1879. Parahyba do Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1879.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877. Parahyba do Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1878.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório com que o exm. sr. 2.º Vice-presidente Padre Felipe Benício da Fonseca Galvão passou a administração d'esta Província ao exm. sr. doutor José Rodrigues Pereira em 12 de junho de 1879. Parahyba do Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1879.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR, Durval M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, 1995.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*; tradução Priscila Viana de Siqueira. - [Edição Especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Editora Universitária, 1993.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da Cidade da Parahyba do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano*, João Pessoa: IHGP, ano 3, volume 3, p. 83 – 111, 1911.

JUNQUEIRA, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. *Doidos [as] e doutores: a medicalização da loucura na Província/estado da Parahyba do Norte 1830-1930*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. *Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba*. João Pessoa. 1938.

MEDEIROS, Coriolano de. *O Tambiá da minha infância*. João Pessoa: A União, 1994.

MELO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro: Divisão editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Acerca do conceito de representação*. *Revista de Teoria da História*, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VOVELLE, Michel. A História dos homens no espelho da morte. IN: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. *A Morte na Idade Média*. Tradução Heitor Megale, Yara Vieira, Maria Clara Chescato. – São Paulo: Editora da USP, 1996, p. 11-26.

“OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PRIMARIA É UM MAL DE PRIMEIRA ORDEM N’ESSE RAMO DO SERVIÇO”: PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL OITOCENTISTA.

Lays Regina Batista de M. M. dos Santos

Uma pesquisa publicada em 2018 indicava que 49% dos/as professores/as¹ que estão na ativa não recomendam a profissão de professor/a para seus alunos, apresentando como justificativa os baixos salários, as condições de trabalho não favoráveis, bem como a falta de reconhecimento profissional (Todos pela Educação, 2018).

Os baixos salários e as condições de trabalhos são reivindicações constante de sindicatos e associações de professores da educação básica ao ensino superior. Bem como o reconhecimento quanto aos níveis de habilitação dos/as mestres e a implementação de planos de cargos e carreiras como uma prerrogativa da legislação educacional. E embora a discussão seja atual em nosso tempo, a temática tem origem histórica no Brasil.

Escrever sobre a história da profissão docente no oitocentos, considerando-o como o período mais “[...] significativo na formação do pensamento moderno” (Hobsbawm, 1988, p.12), revela o quanto as questões do presente remete-nos ao passado

1 Embora nossa gramática venha sugerir que o plural leve o sujeito para o masculino, optei por dar ênfase aos dois gêneros por entender que a escolha pretende garantir a visibilidade do papel da mulher na sociedade, uma vez que, “[...] ao se omitir o sexo feminino privilegiando o masculino, omite-se também sua existência e se reduz sua importância. A linguagem dignifica, a linguagem é uma propriedade capaz de corrigir desigualdades.” (Gonçalves, 2018, p. 109).

e justifica a importância do ensino da História em todo processo educacional, sobretudo, da História da Educação nos cursos de formação de professores e professoras.

Este capítulo abordará o debate em torno da profissão docente como parte do processo de institucionalização da escola primária no Brasil, empreendendo uma análise sobre os salários e/ou ordenados recebidos pelos/as professores/as da instrução primária na Província da Parahyba do Norte a partir da segunda metade do século XIX. Para construção da narrativa foi necessário empreender uma rigorosa análise da legislação educacional produzida no período estudado, relatórios dos presidentes da Província, relatórios dos diretores gerais da instrução pública, ofícios destinados à diretoria da instrução, jornais que circularam à época na Província e em outras localidades do Império brasileiro, abordando a questão salarial e condições sociais de professores e professoras da instrução primária.

Nesse universo amplo, pensar os/as professores/as como atores essenciais no processo de escolarização traz consigo as diversas nuances que envolveram tal ação. A produção social da formação desses/as profissionais, suas atuações, salários e/ou ordenados recebidos e suas condições sociais de existência como agentes da educação pública de um período marcado pelo processo de institucionalização da escola e da forma escolar moderna.

“REFORMEM-SE LEIS, REGULAMENTOS, E, SE FOR NECESSÁRIO, TALVEZ A MESMA CONSTITUIÇÃO POLITICA”²: A PRODUÇÃO DA DOCÊNCIA E DA ESCOLA MODERNA.

A história da educação como disciplina nos cursos de formação de professores/as e/ou como campo de pesquisa é o lugar

² Citação retirada do relatório do vice-presidente da Província da Parahyba do Norte publicado no ano de 1853.

do conhecimento sobre o passado e o presente; do diálogo sobre as práticas que eram e as que são hoje. Portanto, é inconcebível pensar a educação sem sua história; a escola sem sua história, a docência sem sua história, uma vez que “[...] à história cumpre elucidar este processo (de institucionalização da escola) e, por esta via, ajudar as pessoas (e as comunidades) a darem um sentido ao seu trabalho educativo”. (Nóvoa, 2014, p. 10).

A história da profissão docente no Brasil é uma área de bastante interesse de pesquisadores e pesquisadoras de todo território nacional. Temáticas como o fazer docente (Schueler, 2015), a formação artesanal (Villela, 2014), escolas normais (Araújo, 2012), sujeitos da ação docente (Borges, 2014) e salários dos mestres e mestras (Santos, 2020), apresentam-se como possibilidades de pesquisa que nunca se esgotam, pelo contrário, sempre está em construção, contribuindo para a narrativa da história da escola e dos sujeitos da educação.

Concomitante ao processo de produção da docência, está o processo de institucionalização da escola como parte de um processo de relações sociais específicas que compuseram a escola moderna no Brasil.

Na Europa,

No final do século XVIII, a escola elementar de classes graduadas e método simultâneo, onde os alunos de um mesmo nível trabalhavam com o mesmo material, na mesma tarefa e ao mesmo tempo os mesmos conteúdos de leitura, escrita, aritmética, civilidade e religião, segundo as regras fixadas por *La Salle*, já era um modelo difundido (Hilsdorf, 2012, p. 183).

No Brasil, o processo de criação da escola moderna deu-se a partir do século XIX nos remetendo a pensar a relação de

um povo e de uma sociedade com a escolarização. Dessa forma, entendemos

A escola – como instituição na qual se fazem presentes formas de relações sociais baseadas em um enorme trabalho de objetivação e de codificação – é o lugar da aprendizagem de formas de exercício do poder. Na escola, não se obedece mais a uma pessoa, mas as regras supra-pessoais que se impõem tanto aos alunos quanto aos mestres. Aliás, o professor primário – enquanto detentor de uma competência específica, garantida pelo “título” ou “diploma” (reconhecimento formal de uma competência mensurável por ser objetivada) – é um agente intercambiável que entra em relações institucionais objetivadas. (Vicent *et al*, 2001, p. 30 – aspas do original).

A escola seria responsável por difundir regras e saberes capazes de fortalecer o “[...] Estado Nacional, bem como a necessidade de estabelecer no Império Brasileiro, o Império das Leis” (Faria Filho, 2008, p.81). Desse modo, o século XIX pode ser entendido como o “[...] século das ideias educacionais” e, concordando com Gondra (2007, p. 159), “[...] constitui-se no século da invenção da forma escolar moderna”. Estes elementos foram apresentados não só nos discursos em defesa da instrução primária, mas, em especial, na própria conformação que as escolas adquiriram à época.

O cenário brasileiro das primeiras décadas do século XIX, em que o país se consolidava como nação independente, indicou que o debate sobre as aulas de primeiras letras estava “[...] interligad[o]” com as discussões sobre a importância da instrução para fortalecimento do Estado Nacional, bem como a necessidade de estabelecer no Império Brasileiro, o Império das Leis” (Faria Filho, 2008, p.81).

A Província da Parahyba do Norte compunha parte desse conjunto tentando organizar-se em seus diversos ramos do serviço público a partir da criação de leis que viessem estabelecer a defendida ordem nas esferas de responsabilidades do governo provincial, como a instrução primária e secundária, por exemplo.

O universo instrucional no século XIX é marcado pelos textos legais que revelam disputas entre os ideais das elites dominantes e dos/as professores/as da sociedade da época. A “[...] importância das leis para compreensão dos processos envolvendo a educação” (Barros, 2017, p. 36) indicam o esforço para a compreensão das prescrições para a organização da cultura escolar oitocentista que paulatinamente buscava estabelecer a uniformidade da escola primária. O aparato legal, indicou as tentativas de regular o cotidiano dos/as mestres. Assim, as

[...] leis e regulamentos relativos à instrução pública e ao recrutamento docente, em várias instâncias do ensino, buscaram impor certa regularidade e controle nos mecanismos de constituição dos quadros docentes, o que pode ser observado pelas regras de exame, concurso, seleção e nomeação de professores públicos (Gondra; Schueler, 2008, p. 168).

Em um país cujas taxas de analfabetismo chegavam a 82,3%, de acordo com o censo de 1872, a temática da instrução era considerada uma questão política, mais do que econômica, sendo, também, geradora de impacto social. Portanto, ser alfabetizado “[...] significava a forma certa de galgar a hierarquia social; fundamental para integração nesse novo projeto de nação, cada vez mais urbano” (Schwarcz, 2017, p. 25).

De tal modo, a legislação da instrução pública, assim como outros documentos emanados dos poderes oficiais contribuíram para formação de hábitos e costumes que visavam a formação intelectual e moral dos/as brasileiros/as e paraibanos/as. Todo o processo que envolvia a produção, divulgação e defesa, para além de uma prescrição de criação de aulas, teria também uma “[...] conotação pedagógica implícita na ação legislativa: a lei moldaria o carácter, ordenaria as relações, civilizaria o povo, construiria a nação [...]” (Faria Filho, 2005, p. 252).

Os/as mestres de primeiras letras estavam a serviço do estado provincial com o objetivo de propagar, além dos saberes pedagógicos – como ler, escrever e contar –, valores morais e comportamentais que transformariam, segundo as crenças e costumes da época, o Brasil em uma nação civilizada e, por conseguinte, moderna, aos moldes dos valores que eram exportados da Europa. De tal modo, “[...] o intelectual seria aquele que, coletivamente ou sozinho, agia na sociedade como portador de alguns valores específicos” (Espíndola, 2018, p. 33) e que deveriam formar o comportamento, o civismo e a civilidade.

Ser professor/a era, de uma maneira especial, fazer parte do universo erudito e obter, a partir dos arranjos que a profissão permitia, garantias entre os poucos que dominavam a cultura letrada, no entanto a retribuição pelo trabalho docente não estava em conformidade com a importância social da profissão que os presidentes da província anunciavam.

Ao considerar as nuances de uma nação que buscava apropriar-se de mecanismos burocráticos para construção de um país autônomo e organizado, o Estado, referenciando o discurso da defesa da educação, teve os/as professores/as como

principais propagadores/as do modelo educacional que se pretendia alcançar; em outras palavras, “[...] o Estado foi obrigado a provê-los com o suporte legal para o exercício dessa profissão através de Leis, Resoluções e Regulamentos” (Amorim, 2012, p. 26).

Era consenso entre os legisladores e presidentes de Província a importância da lei para melhoria dos serviços públicos. A instrução esteve no centro deste debate quando o assunto era o pessoal do magistério. A elite política da época via a lei como mediação para prover mudanças e melhorias. Vale reafirmar que, nem sempre, o que estava na lei era o que acontecia na prática, haja vista que a própria historiografia da educação demonstrou, há tempos, que a lei também foi utilizada como representação do que se esperava como ideal de organização do Estado.

Um dos meios, e evidentemente o mais eficaz³ de melhorar a instrução, é melhorar seu pessoal; esse melhoramento não pode realizar-se sem um accrescimento de despeza; a esse acrescimo não queremos sujeitar-nos; logo, diz a logica, resignemo-nos; não replica o publico, reformem-se leis, regulamentos, e, se for necessario, talvez a mesma constituição politica, removão-se os Professores, etc, etc, como se depois de toda a revolução não continuasse a subsistir a causa mais poderosa do mal e seus inevitaveis efeitos! (Parahyba do Norte. Relatório..., 1853, p. 25).

Desse modo, ao tratar o serviço do pessoal do magistério como algo urgente a ser melhorado, a sugestão era reformar as leis e regulamentos, a fim de que esses sujeitos pudessem, obedecendo a lei, corresponder aos objetivos instrucionais da Província. Mas reformar a legislação educacional não era o suficiente, uma vez que, o debate sobre os salários e gratificações

3 Por se tratar de uma citação direta da fonte analisada, preferi manter a escrita original conforme a ortografia da época.

recebidos pelos professores e professoras ocupavam o centro do debate e da preocupação em torno da instrução primária durante todo período estudado, não só por parte dos gestores, mas, os próprios mestres, se apresentaram como protagonistas dessa luta, indicando que o fazer docente passou pela luta em torno da subsistência e resistência da história da profissionalização docente no Brasil.

“OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA É UM MAL DE PRIMEIRA ORDEM N’ESSE RAMO DO SERVIÇO”⁴.

Em relatório proferido pelo presidente da Província da Parahyba do Norte, Ambrozio Leitão da Cunha, em 1859, à Assembleia legislativa, era abordado a questão da profissão docente criticando os baixos vencimentos recebidos pelos profissionais do magistério primário:

Em geral a exiguidade dos vencimentos dos nossos professores da instrução primaria é um mal de primeira ordem n’esse ramo do serviço. É impossivel que qualquer pessoa com algumas habilitações, podendo aproveitá-las em um emprego nas capitaes, se resolva a internarse nas provincias para lutar com as difficuldades muito communs n’essas localidades, e de mais a mais, em um vida tão cheia de enfado, como é a de ensinar meninos: e é raro que nas capitaes não encontrem as pessoas n’aquellas circumstancias um emprego qualquer, em que so lhes proporcionam as mesmas, ou maiores vantagens pecuniarias, que lhes offerece o estado pela regencia de uma cadeira do ensino primario.

Os salários do pessoal do magistério é um tema do passado, do presente e sendo pessimista com o que está posto, do

⁴ Citação retirada do relatório do presidente da Província da Parahyba do Norte no ano de 1859.

futuro no Brasil, o que demonstra um conflito histórico e social construído e difícil de ser superado no campo da legislação e efetivação de políticas públicas de valorização da carreira do magistério. No período estudado, professores/as e gestores públicos discutiam de forma recorrente esse tema, revelando que o problema era de conhecimento dos presidentes da Província, que chegaram a afirmar ser impossível encontrar “moralidade e inteligência a tão baixo preço”, requisitos necessários para o exercício do magistério à época.

Qual a condição econômica dos/as mestres? Quais valores recebiam? Os ordenados que recebiam garantiam uma qualidade de vida? Estas são as questões que conduziram a proposta deste tópico, a fim de empreender uma discussão acerca da situação econômica dos/as professores/as da instrução primária no século XIX e apontar que, embora fossem funcionários/as públicos/as, os/as trabalhadores/as da instrução não tinham uma vida financeira com garantias de benefícios que lhes possibilitavam fazer parte de uma elite econômica.

No ano de 1851, o professor de primeiras letras, Antonio de Hollanda Cavalcanti, destinou um ofício à Comissão da instrução pública na Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte, afirmando sofrer por “[...] não ser pago os seus vencimentos a tempo, afim de suprir as principais urgencias de sua família” (Fontes, 2015 [1851], p. 141). Ele alegava ainda que havia três meses ou mais que seu salário estava atrasado:

Assento ser justo V. Excia. usar desta graça para com o Suplicante, do que espero em V. Excia. como benigno administrador das rendas desta Provincia, socorre-lo neste pedido, segundo a numeroza familia que tem o Suplicante, carregado de filhos, e filhas, e de sua casa, e

tem dias que não se acha com dinheiro para as despesas de sua casa, e tendo tres ou mais mezes vencidos de seu ordenado sem lhe servir de utilidade, já tomando dinheiro emprestado a hum e outro afim de não morrer de fome, e somente firmado na mesquinheza deste trabalho ordenado, assim espero em V. Excia na prontissima ordem, a fim do Suplicante principiar a receber logo o mez de julho do corrente ano (Fontes, 2015 [1851], p. 141).

Em agosto do mesmo ano, o inspetor da administração provincial respondeu à petição do professor Antonio, afirmando que o suplicante alegou não receber os valores por má vontade do órgão responsável e que só o salário do mês de julho estava atrasado:

Em observancia ao disposto no officio de V. Excia. de 31 de julho ultimo, a que acompanham a representação do professor de 1^{as} letras da Villa de Sousa, Antonio Holanda Cavalcante, queixando-se de atraso em seus vencimentos, proviniente ate de ma vontade do Tesouro, informo a V. Excia. que a queixa do suplicante é toda enfundada, como vera V. Excia. da informação da contadoria que remeto em original, onde consta que esta por ser pago somente do mês de julho findo, acrescentado mais que o suplicante sob informação desta Inspeçtoria obteve do Exmo. antecessor de V. Excia. (Fontes, 2015 [1851], p. 141).

Após a resposta do inspetor do tesouro provincial, não foi encontrada mais nenhuma referência ao caso, indicando que provavelmente fora encerrado e o professor recebeu seus ordenados.

Na Paraíba, os valores destinados aos pagamentos dos ordenados do pessoal do magistério eram determinados em lei indicando os valores anuais, considerando a localidade, o sexo e os graus de ensino.

Quadro 01 - Valores referentes aos salários e gratificações anuais dos/as professores/as da instrução primária na Parahyba do Norte (1835 – 1884)

ANO	LEI	VALORES POR SEXO, LOCALIDADE E GRAUS DE ENSINO
1855	Lei nº 9 de 3 de novembro de 1855	Professores da Capital.....600\$000 Professores da cidade de Areia600\$000 Professores das demais vilas e freguesias550\$000 Professoras da Capital.....550\$000 Professoras da cidade de Areia550\$000 Professoras das cidades de Souza e Pombal.....500\$000
1858	Lei nº 9 de 29 de outubro de 1858	Professores da Capital.....700\$000 Professoras da Capital.....700\$000 Gratificação para ambos os sexos.....200\$000 Professores das outras localidades.....600\$000 Professoras das outras localidades.....600\$000 Gratificação para ambos os sexos das demais localidades.....200\$000
1860	Regulamento de 1860	Professores das escolas de 1º grau.....600\$000 Professoras das escolas de 1º grau.....600\$000 Gratificação para ambos os sexos.....200\$000 Professores das escolas de 2º grau.....700\$000 Professoras das escolas de 2º grau.....700\$000 Gratificação para ambos os sexos.....200\$000
1864	Regulamento de 1864	Professores das escolas de 1º grau.....400\$000 Professoras das escolas de 1º grau.....400\$000 Gratificação para ambos os sexos.....200\$000 Professores das escolas de 2º grau.....500\$000 Professoras das escolas de 2º grau.....500\$000 Gratificação para ambos os sexos.....100\$000
1866	Lei nº 240 de 29 de setembro de 1866	Professores e professoras nomeados/as interinamente para instrução primária.....600\$000 rs ⁵

5 A Lei nº 240, de 29 de setembro de 1866, chamou atenção, em seu artigo 5º, para os ordenados dos/as interinos/as, afirmando que, enquanto a Lei nº 178 de 30 de novembro de 1864 não estivesse em execução, os professores/as receberiam o valor de 400\$000 rs. anuais correspondentes aos salários, mais 200\$000 rs. de gratificação, das escolas de 1º grau de acordo com o regulamento de 1864, indicando, com isso, o impasse existente acerca do cumprimento do regulamento de 1864.

1884	Lei nº 780 de 8 de outubro de 1884	Professores das escolas de 1ª classe.....	900\$000
		Professoras das escolas de 1ª classe.....	900\$000
		Gratificação para ambos os sexos.....	200\$000
		Professores das escolas de 2ª classe.....	800\$000
		Professoras das escolas de 2ª classe.....	800\$000
		Gratificação para ambos os sexos.....	200\$000
		Professores das escolas de 3ª e 4ª classe.....	700\$000
		Professoras das escolas de 3ª e 4ª classe.....	700\$000
	Gratificação para ambos os sexos.....	200\$000	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações retiradas do conjunto de Leis e Regulamentos da instrução pública.

Em Pernambuco, Silva e Lima (2016) indicaram que os valores eram definidos pelas entrâncias, ou seja, pela distância geográfica das escolas de primeiras letras. As autoras chamam atenção para os critérios de acesso às cadeiras consideradas de entrâncias superiores, aquelas localidades onde os setores do comércio e da indústria se destacavam: “[...] O acesso às entrâncias superiores passou a ser articulado à eficácia do ensino (leia-se, habilitação ao maior número de alunos nos exames públicos anuais) do que, propriamente, ao tempo de serviço no magistério público” (Silva; Lima, 2016. p.34).

Os valores na década de 1870 em Pernambuco, fixados pela Lei nº 1.218 de 1875 constituíam-se em um ordenado de 400\$000 rs. anuais para os professores de 3ª entrância; 300\$000 rs. para os de 2ª entrância; e 200\$000 rs. para os de 1ª entrância (Silva; Lima, 2016). Quando comparados aos valores da Paraíba, conforme apresentado no quadro 01, eram inferiores, inclusive, aqueles referentes à 3ª entrância.

Na Paraíba, os dados do quadro 01 indicaram um aumento significativo nos valores dos salários e gratificações dos professores e das professoras no ano de 1858, somando a 900 mil e 800 mil réis anuais respectivamente. A Lei nº 9 de 29 de outubro, de 1858, só esteve em vigor por dois anos e logo foi substituída

pelo efêmero regulamento de 1860; sua aprovação foi motivo de discussão nos relatórios dos presidentes de Província, que chegaram a afirmar que:

Os que ahí fixastes, de 900\$000 réis para os professores da capital, e 800\$ para os do interior, são realmente maiores de que os de grande parte das provincias do Imperio. E por isso devo desde já decalazar-vos, que argumento em these pensando que, em relação a esta provincia, cumpre contentar-nos com aquelle augmento, attendendo, que que á deficiencia dos recursos do thesouro, quer ao pouco tempo em que se deo o mesmo augmento, e por consequencia a necessidade ensaia-lo (Parahyba do Norte, Relatório... , 1859, p. 9).

Os indícios apontaram que os considerados salários altos pagos aos mestres e as poucas verbas dos cofres públicos, segundo relatos dos presidentes, tenha contribuído para diminuição dos valores nos anos seguintes.

Já nas províncias do Sul, como aponta Veiga (2007), na Província de Minas Gerais os valores dos ordenados dos/as professores/as também variavam

[...] de acordo com o conteúdo lecionado, a localidade e a característica do cargo: vitalício (nomeado e com tempo de magistério especificado), interino (habilitado, mas não vitalício) ou substituto. Também exigia uma extensa regulamentação sobre direitos e deveres cuja inobservância era punida com sanções (Veiga, 2007, p. 162).

No que diz respeito ao Município da Corte, Schueler (2002) indicou que

[...] os salários dos professores primários não se distinguiram conforme os sexos, mas por critérios de localização das escolas que, quando urbanas, próximas ao centro da

cidade, eram mais valorizadas e, conseqüentemente, o docente recebia maior remuneração que nas instituições suburbanas (Schueler, 2002, p. 125-126).

Um importante movimento que aconteceu no Rio de Janeiro para reivindicar melhores condições de trabalho dos/as mestres, bem como aumento dos salários que recebiam, mesmo após o proposto na Lei de Couto Ferraz, foi o Manifesto dos Professores da Instrução Primária assinado pelos docentes Manoel Pereira Frazão, Cândido Matheus de Faria Pardal e João José Moreira (Schueler, 2002; Lemos, 2006; Borges, 2014; Gondra, 2018).

O Manifesto endereçado à Assembleia Legislativa, ao Ministro do Império e ao Imperador foi enviado no dia 28 de julho de 1871 e publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 30 de julho.

Os signatários do documento demonstraram esperança de serem ouvidos pelas autoridades e iniciaram o escrito exaltando o que eles chamaram de uma “[...] nova era de prosperidade”, sobretudo, de justiça para uma parcela da humanidade oprimida, em referência à Lei do ventre Livre que havia sido promulgada, o que, para Schueler (2002, p. 80 – aspas no original), representava uma “[...] estratégia de efetuar uma comparação entre a escravidão e o seu próprio lugar social. Isto é, entre a condição social dos escravos e a dos professores primários, ambos “humilhados” e “ludibriados” pelos poderes públicos”.

Sobre os salários, Frazão, Pardal e Moreira questionaram como professores, chefes de família, poderiam se manter e sustentar seus filhos com o salário mensal de 66\$666 réis, afirmando, também, que o magistério primário só teria homens inteligentes e imbuídos de moralidade quando estes profissionais

fossem bem pagos e tivessem uma legislação que lhes garantissem condições dignas de trabalho.

Quando o magistério fôr bem retribuído, não faltarão homens inteligentes e moralizados que venhão engrossar as suas fileiras. Porém enquanto o professor tiver 66\$666 de ordenado; enquanto fôr tratado como até aqui o tem sido; enquanto fôr aposentado á força com 34 annos e 1 mez de serviço, para não completar os 35, com que a lei lhe promette uma aposentadoria mais vantajosa; enquanto á secretaria do imperio não se quebrar o molde por que são feitas as informações para todo o ministro novo, as quaes consistem sempre em insinuar que os professores são ignorantes; enquanto, em uma palavra, isto tudo não mudar, desenganai-vos, haveis de continuar a ser o que tendes sido (*Jornal do Commércio*, 1871, p,4).

Concluíram o documento em questão conclamando a população para a importância da educação e dos professores para o desenvolvimento da pátria, bem como lamentando o fato de a profissão docente não ser valorizada no Brasil:

Concidadãos, convencei-vos desta verdade: Quando uma sociedade se abalada em seus alicerces pela corrupção que tudo tem invadido, quando a descrença nos homens e nas cousas é geral, como acontece entre nós, a salvação da patria só depende do appello ás intelligencias ainda tenras das gerações novas! Ora, é só ao professor que compete preparar a nação futura fazendo-a beber um leite mais puro e mais digno das idéas liberaes do seculo. No Brazil, portanto, **o professor é tudo**; e só por força do absurdo é que nada vale perante uma sociedade constituída como nós somos! (*Jornal do Commércio*, 1871, p,4 – grifos nossos).

Os professores e as professoras da instrução pública primária eram considerados/as funcionários/as da Província e mesmo pensando as condições de vida no imaginário cultural que estavam submetidos não obtinham o retorno em salários

compatíveis com o posto que ocupavam sendo baixos para a realidade da época. Para entender tal realidade, é importante destacar alguns elementos que indicavam as condições sociais que a população estava inserida, observou-se o poder de aquisição de um escravizado, que em uma sociedade escravocrata, embora não indicasse possuir um poder aquisitivo alto, indicava que possuí-los, permitia a alguns poderiam garantir minimamente, sua sobrevivência e disporem de algum dinheiro para o abono das tarefas domésticas, cuidado dos filhos e/ou algum serviço de agricultura ou comércio.

Os preços de pessoas escravizadas oscilaram na Paraíba em vários momentos. O quadro 09 indica os valores referentes a uma região do sertão paraibano. Entretanto, foi possível identificar no jornal *O Publicador* da década de 1860, outros referentes aos/as que viviam na capital.

Quadro 02 - Valor médio de escravizados/as na Cidade da Parahyba em 1861 e 1864

Idade	Nome	Características	Preço
-----	Cosma	Mulata, velha e doente	3\$000 ⁶ rs.
12 anos	Joaquim	Mulato	100\$000 rs.
20 anos	Firmino	Mulato	350\$000 rs.
40 anos	Pedro	Crioulo	400\$000 rs.
25 anos	Serafina	Crioula	1:000\$000 rs.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações retiradas dos jornais *A Regeneração* (1861) e *O Publicador* (1864).

Comparando a importância anualmente recebida pelos professores e professoras com os preços de compra e venda de escravizados/as, somente seria possível a um/a professor/a pos-

6 Embora a escravizada Cosma fosse considerada velha e doente, o anunciante indicou que para adquirir a cativa no valor de 3\$000 rs, “[...] o interessado deveria pagar mais o valor de 300\$000 rs correspondentes a uma casa arruinada na Rua Baixa, n. 23 na Capital da Província” (*O Publicador*, 1864, p. 3).

suir um escravo/a se recebesse, nos anos de 1861 e 1864, uma quantia superior a 400 mil réis. Para comprar um cativo, se não tivesse outra renda ou não pertencesse a alguma família com mais recursos que ele/a, teria que acumular todo o seu salário por um ano, objetivando, assim, ter um jovem trabalhador a sua disposição.

A objetivação de dar preços às pessoas no século XIX passava pela idade, gênero e pelos ofícios que esses sujeitos possuíam, como pela influência da proposta de extinção do tráfico a partir da Lei Eusébio de Queiroz que intensificou o tráfico interprovincial (Abreu, 2011). Ainda assim, possuir trabalhadores/as escravizados/as no período podia representar a garantia de alguma renda em tempos de crise, como bem evidenciou Medeiros (1999, p.55), ao afirmar que “[...] na hora de pagar contas, o escravo se transformava em dinheiro vivo. Na hora de fazer um financiamento, ele era garantia irrecusável”. Desse modo, quem saía lucrando eram os proprietários que tivessem escravos/as disponíveis à venda (Abreu, 2011). O que não foi o caso dos/as professores/as da instrução primária.

Um operário que ocupava o cargo de mestre em uma oficina tipográfica da Imprensa Nacional, recebendo 5 mil réis por dia, correspondentes a, aproximadamente, 150\$000 rs. por mês, possuía um salário considerado confortável naquela época, conforme demonstrou Lilia Schwarcz ao analisar a atuação profissional de João Henriques Lima Barreto, pai do escritor Lima Barreto, no final do oitocentos:

O sr. João Henriques de Lima Barreto é nomeado “para o cargo de mestre da oficina tipográfica da Imprensa Nacional [...] que contará decerto no laborioso operário um trabalhador inteligente e na altura do emprego para

que foi escolhido; por isso que dispõe de reconhecida e grande habilitação profissional”. É assim que o pai de Lima vai subindo na profissão; promovido a operário de primeira classe, passou a ganhar 5 mil-réis por dia, salário confortável para os padrões da época (Schwarcz, 2017, p. 47 – aspas do original).

Os professores e as professoras da instrução pública primária eram considerados/as funcionários/as da Província. Quando se pensa as condições de vida no imaginário cultural que estavam submetidos a conclusão mais lógica que poderíamos ter é de que possuíam a garantia de uma vida econômica estável ao ocuparem um cargo público. O quadro abaixo, com o demonstrativo dos ordenados de funcionários do governo provincial do ano de 1843, é possível comparar a diferença salarial considerando sobretudo, a responsabilidade social de ser docente.

Quadro 03 - Valores de ordenados de funcionários públicos da Província da Parahyba do Norte no ano de 1843

Cargo/ Função	Ordenados anuais em mil réis
Professor da instrução pública primária da cidade Alta	450\$000 rs. (400\$000 rs. de salário + 50\$000 de gratificação)
Professor da instrução pública primária da Villa de Alhandra	350\$000 rs. (300\$000 rs. de salário + 50\$000 de gratificação)
Professor de Latim da Villa de Pombal	400\$000 rs.
Diretor do Lyceu	800\$000 rs.
Porteiro do Lyceu	400\$000 rs.
Inspetor da administração das rendas provinciais	1:200\$000 rs.
Contador da administração das rendas provinciais	840\$000 rs.
Secretário da secretaria de administração provincial	600\$000 rs.
Porteiro da secretaria de administração provincial	420\$000 rs.
Serventes da secretaria da administração provincial	373\$000 rs.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações presentes no relatório do presidente da Província da Parahyba do Norte no ano de 1843.

O porteiro da secretaria da administração ganhava mais que o professor primário da Villa de Alhandra (região localizada no litoral sul da Província); os serventes também. A proximidade dos montantes recebidos entre os/as trabalhadores/as da instrução pública (primária e secundária) e os funcionários da secretaria da administração provincial indicou a diferença entre o discurso que defendia a importância intelectual, bem como social da profissão docente e a prática que valorizava mais, se considerarmos apenas os salários, as profissões burocráticas e técnicas das operações diárias de uma instituição escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser professor/a era, de uma maneira especial, fazer parte do universo erudito e obter, a partir dos arranjos que a profissão permitia, garantias entre os poucos que dominavam a cultura letrada. No entanto, os salários recebidos pelos/as mestres/as da instrução primária eram um problema em que os gestores da instrução pública estavam de comum acordo, como assegurou Pinheiro (2002) ao dizer que a precária remuneração do professorado era um dilema tão antigo quanto atual, e revela uma importante característica da produção da docência.

O processo de produção da docência perpassou a discussão sobre os salários pagos aos/às mestres/as, reclamações e súplicas para que os ordenados fossem elevados. Quando comparamos os valores que o pessoal do magistério recebia com outras profissões e os valores de compra de pessoas escravizadas por exemplo, percebemos que os salários recebidos pelos/as professores e professoras da instrução primária não estava em conformidade com a importância social da profissão que os presidentes da província anunciavam.

A responsabilidade que lhes cobravam de serem protagonistas do desenvolvimento intelectual da nação, não correspondeu às condições econômicas retratadas pelas críticas que faziam sobre as suas vidas e condições de trabalho; mesmo não sendo miseravelmente pobres, sobreviviam com orçamento bem limitado para garantir seus sustentos e de suas famílias.

No mês de setembro de 2022 outra pesquisa foi publicada uma pesquisa no Portal de Notícias G1, alertando que o Brasil corre um risco de até 2040 enfrentar um “apagão” de professores/as na educação básica. O desinteresse dos mais jovens à profissão docente é o primeiro motivo indicado pela pesquisa, acompanhado ainda de envelhecimento dos profissionais da categoria, abandono precoce da carreira por conta dos baixos salários e evasão de estudantes em cursos de formação de professores por conta do aumento do ensino à distância.

No início do texto citei uma pesquisa publicada em 2018 no qual 49% dos professores/as que estão na ativa não indicam a profissão docente para seus alunos. Quatro anos após, uma pesquisa semelhante é publicada com basicamente os mesmos motivos pelos quais a profissão docente hoje, não é uma profissão que instiga os jovens a seguir. Ao que pese os salários dos/as profissionais do magistério, este texto demonstrou ser essa uma questão histórica e que infelizmente, enquanto sociedade, ainda não conseguimos avançar na resolução do problema. Pequenos avanços são comemorados como parte de uma agenda de resistência presente na essência do “ser professor”, a garantia por meio de lei do pagamento de um piso salarial é um exemplo, mas, considerando as diversidades regionais de nosso país, ainda não é suficiente. Indicando que a luta pela garantia de um

reconhecimento profissional digno, por meio da remuneração salarial, está longe de terminar.

REFERÊNCIAS

Fontes

FERRONATO, Cristiano. A instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889) [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015.

Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial [Recurso Eletrônico]: documentos diversos (1821-1860). (Org): CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

UNIVERSITY OF CHICAGO – Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitalization Project. *Ministerial Reports - Império, 1837-1888*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888*. (Tese de doutorado). UFCG: Campina Grande, 2011.

AMORIM, Simone Silveira. *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2012.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). UFPB: João Pessoa, 2010.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)*. Tese (Doutorado em Educação). USP, São Paulo, 2017.

BORGES, Angélica. *A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2014.

ESPÍNDOLA, Maíra Lewtchuk. *As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1992)*. Tese (Doutorado em Educação). UFPB: João Pessoa, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thais Nívea L; *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

GONDRA, José Gonçalves, SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *O aparecimento da escola Moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875 – 1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

NÓVOA, Antonio. Por que a história da Educação? (Apresentação). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Org.) *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. 5^a edição Petrópolis: Vozes, 2014. Vol. II – século XIX.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. – (Coleção educação contemporânea).

SANTOS, Lays Regina B. M. M. dos. *Histórias da profissão docente no Brasil: “Porque no ensino os professores são tudo!” Parahyba do Norte. 1835-1885*. Tese (Doutorado em Educação). UFPB: João Pessoa, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto triste visionário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854 – 1889)*. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Adriana Maria Paulo; LIMA, Dayana Raquel Pereira de. Mobilidade espacial e resistência dos(as) docentes públicos(as) primários(as) do Recife (1860-1880). *Revista Tópicos Educacionais*, v. 1, 2016.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v., 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Org.) *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. 5^a edição Petrópolis: Vozes, 2014. Vol. II – século XIX.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Tradução de Diana Gonçalves Vidal; Vera Lúcia Gaspar da Silva; Valdeniza Maria da Barra. Revisão de Guilherme João de Freitas Teixeira. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº33, jun/2001.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, 2014.

PROCESSOS DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO EM PERNAMBUCO: AS AULAS MISTAS E A ESCOLA NORMAL PARA SENHORAS DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1870-1895)

Yan Soares Santos

Dayana Raquel Pereira de Lima

É consenso na historiografia da educação a relação entre a expansão das escolas mistas e as disputas e tensões a respeito da coeducação, inerentes aos processos de construção de gênero na constituição da cultura escolar, na sociedade oitocentista (Almeida, 1998; Gondra, 2004; Hahner, 2011).

Jane Soares de Almeida (1998) desenvolveu uma análise histórica da trajetória do magistério feminino em São Paulo, em fins do século XIX até meados do século XX, com base na imprensa periódica educacional e feminina, procurando desvendar o ponto de vista masculino e feminino de cada período histórico em que atuaram, e depoimentos dados por professoras que lecionaram nos anos 40 e 50 do XX. Desse trabalho, concluiu não ser possível atribuir um único motivo ao processo de feminização do magistério.

A autora supradita entendeu que os fatores internos de reivindicações das mulheres para inserção no magistério e as dinâmicas externas, como a necessidade de mão de obra, a ex-

pansão do número de escolas e os lugares nas relações de poder entre os gêneros contribuíram para a majoritária atuação feminina na profissão.

Em fins do século XIX e início do XX, o posicionamento derivado da inspiração positivista e cientificista advogou a educação feminina para a formação das mães e esposas, incumbidas do espaço doméstico, com base numa educação escolarizada que atendesse aos padrões familiares e sociais, sem concorrer profissional e intelectualmente com os homens. Apesar de serem responsáveis pela mudança na imagem da mulher caracterizada pela lascívia e maldades inatas, entre os séculos XVII e XVIII, os padrões de renúncia e domesticidade e os discursos de qualidades morais femininas propalados pelos positivistas foram determinantes para a desclassificação social da mulher, reduzida à narrativa da inferioridade biológica, impregnada do discurso evolucionista, que permaneceu por muitos anos (Almeida, 1998, p. 17-31).

José Gonçalves Gondra (2004), investigando a institucionalidade da ordem médica na Corte ao longo do século XIX, por intermédio das teses escritas e defendidas por médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890, dentre outros aspectos, demonstrou o processo pelo qual as mulheres passaram a ocupar uma posição central na construção da nova estética de modernização dos colégios, ao abandonarem a configuração de internatos, de “claustros”, adequando-as à ordem urbana da sociedade. Nos discursos médicos, não bastava enaltecer os atributos da natureza feminina ligados, sobretudo, à maternidade, mas habilitá-las “racionalmente” para ampliarem seus espaços de intervenção junto aos jovens e crianças, não apenas na casa, mas também fora dela.

Foi posto em xeque o modelo escolar segundo o qual as mulheres educavam as meninas, e os homens educavam os rapazes. Inspirados no pragmatismo norte-americano, as teses médicas das décadas de 1870 e 1880 propuseram uma expansão da presença das mulheres para fora dos lares, “liberando-as” para o exercício da docência, gerando questionamentos sobre a formação escolar pautada na diferenciação de gênero. O resultante foi a criação das escolas mistas e a autorização da feminização do magistério em todos os níveis de ensino (Gondra, 2004).

O estudo desenvolvido por June Hahner (2011) a respeito dos aspectos históricos sobre o lugar da coeducação na província do Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do século XX (com base nas reformas da instrução, nos relatórios dos inspetores, nas atas e pareceres dos congressos da instrução e nos relatórios do Ministério do Império), destacou que a coeducação ganhou força sob vários argumentos, dentre os quais, o econômico.

Ao apontar o processo de coeducação nas escolas do Rio de Janeiro, por intermédio dos recenseamentos e discursos dos deputados provinciais, na década de 1870, a autora defendeu que as taxas de crescimento das mulheres alfabetizadas nos centros urbanos favoreceram a contratação de professoras por salários menores. Diante das poucas alternativas de postos de trabalho abertos às mulheres, a atuação na docência trazia independência econômica, embora com salários inferiores aos homens (Hahner, 2011).

Pernambuco apresentava um quadro diverso de aulas públicas primárias criadas e providas, na segunda metade do século XIX. A sistematização de dados estatísticos divulgados

nos relatórios dos presidentes de província e nos relatórios da Inspeção da Instrução Pública das décadas de 1870 a 1880, demonstraram, em linhas gerais, que a província de Pernambuco apresentou um aumento total de 227 aulas públicas criadas de ambos os sexos, de 269 aulas, em 1871 para 496 aulas, em 1886. No período de 15 anos, houve um acréscimo de 99 aulas masculinas e 77 aulas femininas que efetivamente funcionaram na província. Com relação às aulas mistas, observamos um paulatino crescimento, saltando, em média, das 18 aulas em funcionamento, nos anos finais da década de 1870 para 58 aulas, em fins da década de 1880. Estes dados encontram relação com a difusão da instrução à população livre, cada vez mais crescente, a obrigatoriedade no acesso às escolas públicas com idades adequadas ao aprendizado das primeiras letras e às estratégias de provimento das aulas públicas frente à realidade de crise econômica (Lima, 2021, p. 53-55). A autorização das escolas mistas, regidas por professoras, foi uma tendência utilizada pelos poderes públicos de diminuição dos gastos com a instrução nos locais distantes da capital (Braga, 2013).

Neste capítulo, pretendemos analisar os processos de organização e implantação das escolas mistas (compostas pela frequência simultânea de meninos e meninas) e a formação institucionalizada das professoras primárias pela Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, entre os anos de 1870 e 1895. Entendemos que os referidos processos implicaram, provavelmente, na presença majoritária de professoras na docência primária da província (depois, estado) de Pernambuco.

AS AULAS MISTAS EM PERNAMBUCO: ORGANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

Em Pernambuco, a frequência simultânea de meninos e meninas foi mencionada pela primeira vez na documentação, na Lei n. 1124 de 1873, e posteriormente reafirmada pelos ordenamentos n. 1143 de 1874 e n. 1219 de 1875. A partir de então, autorizava-se a matrícula de meninos de até 10 anos completos, ficando a cargo da professora a organização do espaço interno da sala de aula para comportar ambos os sexos, possibilitando legalmente a presença simultânea dos meninos e meninas no mesmo espaço de aula, ou das aulas serem divididas em duas sessões, uma para os alunos de cada um dos sexos (Pernambuco, 1873, p. 73; Pernambuco, 1874, p. 62 Pernambuco, 1875, p. 111).

À semelhança do que fora apresentado por June Hahner (2011) sobre a província do Rio de Janeiro, em Pernambuco, o fator econômico influenciou nas decisões de implantação e manutenção das escolas mistas regidas por professoras. Em 1878, em relatório remetido à Assembleia, o Inspetor João Barbalho Uchôa Cavalcanti, entendia que,

para os que querem reduzir as despesas do ensino, a adoção do sistema misto oferece meio de poupar muito dinheiro sem prejuízo, e antes com grande vantagem à instrução as escolas. [...] Se não as querem como princípio, como sistema, admitam-nas, então, como expediente. É um meio de ter escolas baratas! Pouparam-se, assim, “os ordenados do mestre, o aluguel da casa, o custeio de aula e, em alguns lugares, até a mobília” (Relatório, 1878, p. 22-23).

Embasados no discurso de “diminuição das despesas sem perda de qualidade no ensino”, o projeto de disseminação das escolas mistas amparava-se em pelo menos quatro eixos.

Nas pequenas localidades com escolas de ambos os sexos, concedia-se autorização para a supressão da escola masculina e a conversão da escola feminina em mista. Nos locais com apenas uma escola, esta seria mista. Nos locais sem escolas, estabelecia-se a criação de uma escola mista. E, em casos extremos, havia a possibilidade de, nos povoados próximos, uma professora reger, a cada seis meses, as aulas mistas em cada povoado (Relatório, 1878, p. 23).

Aliando economia de gastos com o enfrentamento de parte das famílias que resistiam à presença simultânea dos meninos e meninas nos mesmos horários e locais, sem despender verbas para a abertura de novas escolas no interior da província, duas outras estratégias relativas às frequências das aulas foram lançadas pelos agentes governamentais. Foram criadas as chamadas escolas sucessivas e alternadas para cada um dos sexos, enquadrando-se na autorização legal de que a frequência das aulas, quando não simultâneas, podiam ser divididas em duas sessões diárias, uma no turno da manhã e outra no turno tarde (Pernambuco, 1875, p. 111).

As escolas com frequências sucessivas eram regidas por professoras que, mesmo lecionando em dois turnos (um para as meninas, outro para os meninos), ganhavam um único ordenado anual. No entender da Inspeção da Instrução, as frequências sucessivas eram fundamentais, pois a conversão de um único espaço escolar para o atendimento de dois públicos diferenciados traria significativas vantagens ao ensino e economia de gastos, “sendo uma só a pessoa incumbida de ensinar, em uma só casa de aula e usufruindo de uma só mobília escolar” (Relatório, 1878, p. 25).

As escolas com frequências alternadas estavam localizadas distantes da capital, na qual a presença numerosa de meninos e meninas inviabilizava a existência de apenas uma escola funcionando em turnos sucessivos. Nessas condições, tanto o professor quanto a professora ensinavam aos alunos de ambos os sexos, alternando o ensino de duas turmas (uma masculina e outra feminina) pela manhã e duas turmas (uma masculina e outra feminina) à tarde. Para a Inspetoria da Instrução, as escolas alternadas possuíam duas vantagens, exclusivamente, econômicas. A primeira, por permitir que, em um único espaço, funcionassem quatro turmas (duas masculinas e duas femininas) alternadas em dois turnos, sem precisar abrir outras escolas. A segunda, referindo-se à alternância de turnos escolares, proporcionava às crianças empregadas em serviços agrícolas ou artesanais a oportunidade de dedicarem parte do dia aos estudos e outra parte ao trabalho (Relatório, 1878, p. 07).

Semelhantemente ao ocorrido na primeira metade do XIX, autoridades públicas tendiam a considerar o funcionamento de aulas ou escolas em locais menos populosos como um “desperdício”, comumente fechando-as e removendo para outras escolas seus professores e professoras (Silva, 2007). Os agentes governamentais não mediram esforços em conter os investimentos educacionais, abrindo escolas a baixo custo e construindo uma significativa “maquinaria” de fusão das aulas masculinas e femininas nos locais menos populosos da província, combinando diferentes mecanismos para frequência às salas de aula (misto, sucessivo e/ou alternado), sob o pretexto de evitar e/ou prevenir os conflitos com as famílias locais.

Em consonância aos crescentes debates em torno da implantação das escolas mistas e das diferentes estratégias de

organização interna dos espaços escolares, os agentes governamentais pernambucanos passaram a defender a formação institucionalizada das professoras, por meio de parâmetros morais, teóricos e práticos na Escola Normal, a qual, até o início década de 1870, era exclusivamente frequentada por homens (professores e alunos).

Verificando a formação das mulheres-professoras em Pernambuco, em 1873, a mesma lei que instituiu as escolas mistas, em seu artigo 46, incluiu como prerrogativa a necessidade de abertura de uma Escola Normal da província destinada às mulheres, a qual seria conduzida pelos professores da Escola Normal já existente (Pernambuco, 1873, p. 75).

As primeiras iniciativas de formação das mulheres para o magistério em Pernambuco foram instituídas por particulares, através das ações da Sociedade Propagadora da Instrução Pública (SPIP). Dentre as principais ações da entidade voltadas à instrução, houve a criação da Escola Normal para Mulheres, em 11 de fevereiro de 1873, a qual ofertava aulas noturnas regidas pelos mesmos professores da Escola Normal Oficial, e no mesmo local de funcionamento, ou seja, no “palacete” da Rua da Praia (Santos, 2014; Gonçalves Filho, 2016).

A Escola Normal da Propagadora funcionou durante dois anos no palacete na Rua da Praia, prédio da Escola Normal Oficial, até a implantação do curso normal feminino pela Província. Em 1875, a abertura do curso normal feminino pela Província foi relatada pelo Inspetor da Instrução, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, como a “correção de um erro”, não mais admitido,

[...] porque não habilitava alunas mestras, como se só precisássemos de mestres; como se o ensino de crianças

do sexo feminino não reclamasse professoras bem-preparadas; como se estas ainda não fossem preferíveis para ensinar os meninos; como se de direito lhes não pertencessem a educação da infância! Isso era tanto mais deplorável como o certo que hoje procura-se por toda parte desenvolver e aperfeiçoar a educação da mulher, alargando-se o círculo de seus conhecimentos e dando-lhe uma educação mais completa, uma instrução mais sólida e mais extensa (Relatório, 1875, p. 19).

A defesa de aperfeiçoamento da educação feminina no curso normal da Província, garantindo o direito de ensinar a meninos e meninas, após uma formação “mais completa, sólida e extensa”, exercida no mesmo espaço e horário de funcionamento – todos os dias úteis, no turno da manhã –, portanto, diferenciava-se da implantada pela Escola Normal da Propagadora, cujas aulas para as mulheres ocorriam no turno da noite, num horário diferente das aulas destinadas aos homens.

Após sofrer duras críticas por parte da imprensa, a qual enfatizou a indecente presença de ambos os sexos no mesmo espaço, houve a volta do funcionamento do curso feminino, no turno da manhã, no prédio n. 118, do Pátio de Santa Cruz. A província pernambucana passou a ter duas escolas normais: a Escola Normal Oficial, financiada pela Província e a Escola Normal da Propagadora, financiada por particulares (Gonçalves Filho, 2016, p. 101-102).

A vista do exposto, debruçaremos nossas análises na Escola Normal para Mulheres da Sociedade Propagadora da Instrução Pública (SPIP), em razão de seu pioneirismo na formação institucionalizada das professoras primárias na província pernambucana.

A ESCOLA NORMAL PARA SENHORAS À CARGO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Em 1872, na Inspeção Geral da Instrução Pública, João José Pinto Júnior esteve à frente da instalação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública (SPIP), destacando a abertura da associação e recomendando como “dever do governo” a “proteção” e o auxílio de associações daquela “ordem”, “que muito podem fazer em prol da maior difusão do ensino popular, base de toda a regeneração moral” (Falla, 1872, p. 08-09).

João José Pinto Júnior, nascido em 2 de fevereiro de 1832, doutor em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, foi lente jubilado pela mesma faculdade (ensinava o Curso Elementar do Direito Romano) e conselheiro de D. Pedro II. Escreveu diversos livros, entre eles o “Curso Elementar de Direito Romano”, em 1888; uma tese para a vaga de lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, com o tema da “Liberdade de ensino”, em 1858; outra em 1859, com o título de “A descentralização administrativa é compatível com a centralização política”. Faleceu em 1903 (BLAKE, 1895, pp. 266-267). Pinto Júnior foi idealizador da Revista da Instrução Pública, cujo primeiro número saiu em 1 de agosto de 1872, meses antes da instalação da SPIP. Foi identificado como um dos partícipes da “Geração de 1870”, cujas ideias no final do Império circulou nos debates republicanos de ideias positivistas, darwinistas, “cientificistas”, abolicionistas, liberais ou combinações entre esses elementos. Na Revista da Instrução, por exemplo, elogiaram a promulgação da Lei do Ventre Livre, cujo “pensamento político” teria forma dupla: emancipar e instruir (Santos, 2021).

Em 1872, quando inaugurou suas atividades, a Propagadora estruturou-se com um Conselho Superior composto por todos os sócios iniciais da associação. Abaixo do Conselho Superior, se comporiam Conselhos Paroquiais, divididos pela província. Os de Recife eram os Conselhos Paroquiais da Boa Vista, de São José, Santo Antônio, do Bairro do Recife (atualmente, Recife Antigo) – bairros da região central da cidade, polos da administração pública, do comércio popular e, atualmente, pontos turísticos –; Nossa Senhora das Graças, Poço da Panela – bairros da zona leste e norte da cidade, às margens do rio Capibaribe, locais de moradia das famílias mais abastadas –; Afogados (bairro conectado a São José e, além de ponto de comércio popular, dá acesso à zona sul da cidade); Várzea (bairro da zona oeste do Recife que abrigava os engenhos e a Santa Casa da Misericórdia, os quais contribuíram para seu crescimento populacional, e que atualmente é o bairro onde se localiza a Universidade Federal de Pernambuco).

A associação foi composta por sócios efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Os sócios efetivos, ou instaladores, eram aqueles nacionais ou estrangeiros, maiores de vinte e um (21) anos, efetivamente atuantes para a realização dos fins da sociedade. Os sócios correspondentes teriam o mesmo tipo de atuação dos efetivos, porém estariam instalados em outras províncias ou noutro país. Os sócios honorários seriam os indivíduos de elevada posição social, ilustração ou mérito, que fossem recomendáveis à associação, ou lhe prestassem bons serviços. Por fim, os sócios beneméritos seriam aqueles responsáveis pela doação de quantias não inferiores a cinco contos de réis (5:000\$000) (Estatutos, 1872).

A organização dos sócios efetivos deu-se em conselhos, com incumbências diferenciadas. Ao Conselho Superior, composto pelos sócios primários da propagadora, coube a representação da associação frente aos poderes públicos: premiação de autores de obras úteis ao ensino ou de valor científico e criação de estabelecimentos de ensino superior (Estatutos, 1872).

No decorrer de suas atividades, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública fundou a Escola Normal para Senhoras, em 1872 (depois chamada Escola Normal Pinto Júnior). Em 1878, no Monteiro – região vizinha ao Poço da Panela, às margens do Capibaribe –, fundou a Escola de Ensino Agrícola e, em 1903, inaugurou a Escola de Farmácia do Recife. As três escolas abertas pela associação de “pessoas ilustres” da província voltaram-se para a instrução profissional de trabalhadores em Recife, e acreditamos que foram ações impulsionadas pela expectativa de instruir pessoas emancipadas pela Lei do Ventre Livre.

Ao ser instalado, o Curso Normal para Senhoras, a cargo da Propagadora, funcionou como curso noturno, no mesmo prédio da Escola Normal Oficial da província. Em evento solene, o curso foi inaugurado num sábado, 15 de fevereiro de 1873, com a presença de professores, representantes de associações civis, membros de repartições públicas, familiares e 108 alunas matriculadas, todos ocupando a “grande sala” do “palacete”.

Gonçalves Filho (2018) destacou o fato de os professores do curso feminino serem os mesmos que atuavam no masculino, com a diferença de que, no caso do ensino ministrado às moças, não havia remuneração para os docentes, já que se tratava de um trabalho voluntário. Quando de sua inauguração, o curso normal para senhoras atraiu um público grande de interessadas,

somando um total de 170 matrículas no ano de 1873. Nem mesmo o curso da Escola Normal Oficial, em seu ano de inauguração (1864), conseguiu matricular tantos alunos. Durante todo o ano, foram publicadas no Diário de Pernambuco algumas informações esparsas sobre o funcionamento da Escola Normal para Senhoras. No fim do ano de 1873, foram amplamente noticiadas as datas dos exames da escola e houve frequentes publicações do desempenho das alunas⁷.

Naqueles anos, mulheres que se formavam no ensino normal e superior aderiram às lutas abolicionistas, reclamaram proteção social, editaram revistas, publicaram periódicos, organizaram associações filantrópicas, ou, desde tenra idade, haviam ingressado no mercado de trabalho. As mulheres pobres, vendeiras, amas, lavadeiras, engomadeiras, quituteiras, ingresavam cedo nas relações de trabalho (seja como pessoas livres, libertas ou escravas) e outras tantas, de classe média ou da elite, exerciam uma diversidade de ofícios, sendo o magistério um caminho à parte para essas mulheres.

O magistério possibilitou às mulheres pobres ascensão social – seja pelo status, seja pelo salário regular de professoras –, bem como assegurou às de classe média e de elite o exercício de um ofício capaz de emancipá-las das relações sexistas e machistas da sociedade imperial e republicana (Louro, 2001; Gati, 2009; Guimarães 2002; Peixoto, 2006; Tourinho, 2008).

7 Cf. Curso Normal para Senhoras (Diário de Pernambuco, terça-feira, 11 de fevereiro de 1873, microfilme rolo n. 99 – FUNDAJ); Curso Normal para Senhoras (Diário de Pernambuco, quarta-feira, 12 de fevereiro de 1873, microfilme rolo n. 99 – FUNDAJ); Compra de livros e compêndios para as alunas da Escola Normal (Diário de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1873, microfilme rolo n. 99 – FUNDAJ); Resultado das alunas aprovadas em exame da Escola Normal para Senhoras (Diário de Pernambuco, sábado, 29 de novembro de 1873, microfilme rolo n. 102 – FUNDAJ).

Não foi rara a atuação de professoras nas instruções pública e particular no Recife. O aumento de escolas mistas, os discursos favoráveis à atuação de professoras em escolas de sexo masculino e a abertura da Escola Normal para Senhoras contribuíram, provavelmente, para o aumento do número de professoras exercendo a instrução no Recife.

Destacamos, contudo, a “balança de gênero” das ações da SPIP. Gati (2009) destacou a constante necessidade de um “crivo” masculino para as ações voltadas às mulheres. No caso da “feminilização do magistério” emergida em Pernambuco, o “crivo” foi o dispositivo de “ação civilizadora” dada às mulheres como “mães cívicas”, responsáveis pelos primeiros ensinamentos às crianças, em seio doméstico, e aos infantes cidadãos do Império (e, depois, da Primeira República).

No âmbito da educação para as mulheres, os saberes escolares eram diferentes daqueles assegurados aos meninos/homens. Dentre as três perspectivas de educação feminina vigentes no período imperial brasileiro, duas preocuparam-se em educar as mulheres para os afazeres domésticos: uma, com base no pensamento cristão-jesuítico; a outra, com base no cientificismo e no “positivismo” do século XIX. Já a terceira perspectiva pregava a igualdade entre os sexos, inclusive, reivindicando a participação de mulheres em cursos superiores e em profissões como o magistério, a medicina, a advocacia e a engenharia. As mulheres destinadas ao magistério, em sua maioria, “fizeram-se” professoras: já ao longo dos ensinamentos primário e secundário, exerceram a condição de monitoras, auxiliares e professoras adjuntas (Gondra & Schueler, 2008).

No regulamento da Escola Normal para Senhoras, de 1895, destacou-se o objetivo da escola de “difundir conhecimentos, indispensáveis, simplesmente úteis às senhoras, em geral, e, em particular, a aquelas que pretendessem dedicar-se ao magistério primário” (Regulamento, 1895, p. 3). A escola possuiu um curso preparatório e dois superiores, um geral e outro normal.

O curso preparatório era o mesmo para as alunas pretendentes ao ingresso no curso geral ou no normal e contava com as seguintes matérias: **Língua Portuguesa:** noções elementares da gramática, análise lexicológica, exercícios de ortografia, desenvolvimento descritivo de paisagens e narrativo de assunto fornecido sucintamente pelo Professor, leitura expressiva e interpretativa de prosadores modernos, significação das palavras, sinonímia, homonímia; **Aritmética:** prática das operações fundamentais e suas aplicações mais simples, problemas, sistema métrico decimal, conhecimento prático e intuitivo dos pesos e medidas decimais, estudo prático da relação entre o sistema antigo e moderno; **Desenho e Caligrafia:** 1º conhecimento das principais formas geométricas, análise dos seus elementos constitutivos, estudo prático dos sólidos regulares, traçado de figuras por construção, noções de cartografia: projeção e perspectiva. 2º ano - Noções de Caligrafia teórica, exercícios caligráficos; **Noções de Música; Plantas e animais** (estudo concreto) (Regulamento, 1895, p. 04).

As matérias do curso preparatório foram pensadas de maneira articulada com as dos cursos superiores. Havia matérias introdutórias e, à medida que avançavam do curso preparatório para o geral, aprofundavam seus conteúdos. O curso preparatório contou com as matérias exigidas na prova para o ingresso no Curso Normal.

O Curso Geral, por sua vez, foi distribuído em cinco séries subsequentes (Regulamento, 1895, p. 04-06). Além dos estudos de línguas estrangeiras (francês, inglês e alemão), as disciplinas de Geografia, Cosmografia, História Geral e de Pernambuco, foram acrescidas ao curso. A economia doméstica demarcou a distinção de gênero do ensino normal para senhoras, e as noções de higiene demarcaram um processo iniciado no período imperial, quando as “artes de civilizar” emergiram da relação entre a profissionalização da medicina, as intenções de higienizar os corpos e os costumes da sociedade imperial, com atuação direta nas escolas imperiais (Gondra, 2004).

O processo de higienização social iniciado no Império foi marca comum nos discursos das autoridades educacionais na Primeira República, principalmente dos famosos “pioneiros da escola nova”, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Teixeira. Segundo Jerry Dávila, durante a Primeira República, as autoridades públicas validaram aqueles discursos de higiene social e eugenia, e puseram em prática, nas escolas públicas primárias, determinado conjunto de regras de medição antropométrica para aferir e distinguir as “capacidades cognitivas” das crianças negras, pobres etc. (Dávila, 2006), esquadrinhamento pautado em teorias racistas predominantes na sociedade ocidental, até a primeira metade do século XX, que objetivaram encaminhar rumo à “civilização” e ao “progresso” sociedades cujos sujeitos seriam “inferiores” e “degenerados”.

Outra matéria do Curso Normal para Senhoras a ser destacada foi a “Psicologia”. Na historiografia da educação dedicada aos estudos das reformas educacionais promovidas pelos “pioneiros da escola nova”, dá-se relevante destaque ao acréscimo da psicologia nos currículos das escolas normais, promovido

por Lourenço Filho (Cavalcante, 2011). A psicologia educacional ensinada nas escolas normais passou a fazer parte do cabedal científico utilizado pelos “pioneiros da escola nova”, na condução de políticas públicas voltadas à instrução. Segundo Jerry Dávila, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira foram eugenistas que acreditavam na superioridade de pessoas brancas em relação às negras. A psicologia promovida por eles foi responsável por instituir o discurso hierarquizador das inteligências, dos costumes sociais e das inclinações morais (Dávila, 2006).

Não sabemos se a psicologia ensinada na Escola Normal para Senhoras no Recife em 1895 – a única que recuperamos – já contava com inclinação eugênica, baseada no darwinismo social. Apontamos apenas o fato de a disciplina constar no currículo das escolas normais, antes de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Carneiro Leão terem promovido suas reformas educacionais.

Por fim, as matérias elencadas no curso normal para senhoras, dividido em três anos, foram: Língua portuguesa (1^a e 2^a série); Língua francesa; Aritmética; Álgebra; Geografia nacional; Música; Geografia geral (a partir da 2^a série); Geometria e noções de trigonometria retilínea e esférica (a partir da 2^a série); História geral até 1789 (a partir da 2^a série); Noções de física e química; Pedagogia e sua história (a partir da 3^a série); Instituições das principais teorias de física química mineral e orgânica, Análise qualitativa e quantitativa (a partir da 3^a série); História estudo complementar – História do Brasil e mais particularmente de Pernambuco (a partir da 3^a série); Instituição da biologia – revisão da anatomia vegetal e animal, noções de higiene, Mineralogia e geologia (a partir da 3^a série); Mecânica geral, astro-

nomia, geometria celeste e noções de mecânica celeste (a partir da 3ª série) (Regulamento, 1895, pp. 6-8).

Apesar da ausência da “Pedagogia” na listagem acima, seu ensino não foi esquecido pelos dirigentes da escola. Seu regulamento previa o ensino teórico da Pedagogia às alunas do primeiro e do segundo ano, e da parte prática, no último ano do Curso Normal. Apesar não ter realizado um estudo detalhado sobre a Escola Normal para Senhoras – o que nem poderia ser feito, em função da lei da Liberdade de Ensino, aprovada em 1874 –, nem sobre a Escola Normal Oficial, Uchôa Cavalcanti fez severas colocações acerca do distanciamento do curso em relação às questões práticas do magistério. Segundo o inspetor, as matérias ensinadas na Escola Normal Oficial eram deveras teóricas e, por isso, impossibilitavam aos alunos o conhecimento prático exigido para o exercício da docência. Em seu relatório, considerou as colocações de Vicente de Moraes Mello, professor das aulas práticas da Escola Normal, com o objetivo de que os docentes das outras matérias tratassem mais das questões práticas do ensino em suas aulas (Relatório, 1875).

Somando os anos do curso preparatório aos do curso geral e, finalmente, aos do curso normal, o tempo de formação para a habilitação das professoras primárias era de nove anos. Porém, apenas um ano depois de iniciadas as aulas, a Escola Normal para Senhoras equiparou-se à Escola Normal Oficial, como constou no corpo da lei de 1874, que, na parte competente ao concurso público para o provimento de cadeiras, determinava que seriam admitidos(as) aqueles(as) com diploma de capacidade profissional conferidos pela Escola Normal. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, apesar de estreita relação com docentes das escolas normais em atuação na província, não gostou da dispen-

sa do concurso para os(as) habilitados(as) nas escolas normais da província de Pernambuco. Segundo seu relatório, o grande número de nomeações de professores inabilitados figurou como um abuso à lei. O inspetor não creditava ao ensino normal exclusiva garantia de habilitação para o exercício do magistério; sabia que um diploma de “normalista” não determinava a efetiva capacidade para o magistério. Em sua opinião, talvez o diploma conferido pelas escolas normais até tivesse maior validade do que a “formação pela prática” de docentes, mas, para o ingresso na docência pública, o concurso era etapa imprescindível para aferir a capacidade dos(as) concorrentes (Relatório, 1885, p. 5).

No entanto, os “privilégios” adquiridos pela Escola Normal para Senhoras, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, foram vistos como uma concessão para a entrada no magistério de mulheres com vocações que, de outro modo, se “perderiam”, ou ainda como uma “homenagem e uma espécie de compensação aos esforços da sociedade – que há tanto tem contribuído para tirar nesta província o ensino de seu estado de abatimento” (Memória, 1892, p. 22).

Em 1884 algumas normalistas já diplomadas pela associação iniciaram as atividades do “Club Literário Pinto Júnior”, o qual funcionava no prédio da Escola Normal, na rua do Riachuelo no centro do Recife. As normalistas D. Maria da C. Brandão Cavalcante (presidenta), D. Julia Maria E. do Carmo (vice-presidente), D. Odorica Argentina dos Santos (1ª secretária), D. Nympha M. Tavares (2ª secretária), D. Maria L. de Jesus (tesoureira), D. Maria das Mercês G. Chagas (oradora), D. Maria A. F. de Araújo (vice oradora) compunham o conselho superior do clube, cujas finalidades eram: discutir as teses das matérias ensinadas na Escola Normal Pinto Júnior, compor biografias de ilustres

prestadores de serviços às artes e à literatura pernambucana, bem como manter uma biblioteca (assim que fosse possível) (Almanak, 1886, p. 126).

Na ocasião do vigésimo aniversário da SPIP, o “Club Literário Pinto Júnior”, fez breve discurso, e destacou:

Esse desideratum, esse resultado lisonjeiro devemos em parte a nossos pais que se esforçam pela nossa educação; nos nossos mestres, que, no desempenho de suas árduas funções, inoculam no nosso espírito a instrução; a nós mesmas que devemos cumprir os nossos deveres e conquistar a estima de nossos pais, preceptores e do público em geral; mas o que não resta dúvida é que devemos ainda mais a Benemérita Sociedade Propagadora da Instrução Pública, e a seu principal fundador, Conselheiro Dr. João José Pinto Júnior; a 1ª por nos ter proporcionado boas escolas e bibliotecas, e ao 2º por ter promovido a criação da mesma sociedade, continuar a manter os seus estabelecimentos e concorrer para a escolha dos seus bons professores (Memória, 1892, p. 57).

As normalistas sócias do clube diziam-se discípulas da SPIP, com amizade e entusiasmo pelas ciências e pelas letras, além de torcerem pela realização dos “fins humanitários” da associação. O discurso entrelaçou as ações do clube aos feitos de João José Pinto Júnior e suas ideias. Não sabemos o quanto as normalistas concordavam com as teses de Pinto Júnior, se foram abolicionistas, se felicitaram a Lei do Ventre Livre (como o fez a Revista da Instrução Pública em 1872), ou se concordavam com as legislações em prol da “liberdade de ensino”.

A Escola Normal Pinto Júnior, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, somou setenta e seis (76) anos de atividade, antes de ser encampada pelo poder municipal, em 1949 (Lei Ordinária n. 201, de 1949).

João José Pinto Júnior e João Barbalho Uchôa Cavalcanti foram os principais articuladores de ações mudanças importantes na instrução pública em Pernambuco. No início da década de 1870 foi promulgada a reorganização do ensino no qual a “liberdade do ensino” foi posta em lei (a abertura de escolas/aulas particulares sem a exigência de licença prévia pela Inspeção Geral da Instrução Pública), a abertura de escolas mistas, e a instalação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Estas ações, agindo em conjunto, possibilitaram a abertura da Escola Normal para Senhoras e sua longevidade de atuação na formação de “normalistas” atuantes no Recife. Escola Normal para Senhoras, escolas mistas em funcionamento e “liberdade de ensino” foram, para nós, fenômenos capazes de compreender como se deu o processo de feminilização do magistério em Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos que a abertura de escolas mistas (fusão das aulas masculinas e femininas), autorizada pela Lei n. 1124, de 1873, posteriormente reafirmada pelos Ordenamentos n. 1143, de 1874 e n. 1219, foi uma estratégia de diminuição da despesa pública com a abertura e manutenção das escolas da província. Estratégia que combinou as regras de frequência às salas de aula (misto, sucessivo e/ou alternado) com a sobrecarga de trabalho das professoras, as quais, além de ministrarem aulas aos dois públicos, recebiam uma única remuneração para ambos os fins.

A Escola Normal para Senhoras, da SPIP, foi importante instituição para tornar possível as estratégias montadas pe-

los agentes governamentais de diminuição das despesas pública com as aulas primárias da província de Pernambuco, pois atuou exclusivamente na formação de mulheres/professoras normalistas.

As estratégias de implantação das escolas mistas a baixo custo, regidas por professoras, e de formação institucionalizada nas escolas normais, sob a responsabilidade de agentes públicos e particulares, implicaram, provavelmente, na presença maior de mulheres no magistério pernambucano, bem como intensificaram as lógicas de hierarquização entre os docentes.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1886.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro v. 3*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Último acesso em: 01/06/2018.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890). *Revista de História*, 5, 1-2 (2013), p. 151-177. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a09.pdf. Último acesso em setembro de 2018.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. A Reforma da Instrução Pública de 1922 no Ceará: impacto sobre Lourenço Filho, a Escola Normal e a elite ilustrada. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.).

Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typographia Universal, 1872 (Diversos II – APEJE).

FALLA do Exmo. Presidente da Província João José de Oliveira Junqueira. Assembleia Provincial de Pernambuco, março 1872. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

GATI, Hajnalka Halász. *A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncios de progresso*. Recife: UFPE, 2009 (Tese de Doutorado em Educação).

GONÇALVES FILHO, Carlos Antonio Pereira. *Escola de primeiras letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX*. 2016. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GUIMARÃES, Maria Beatriz Monteiro. *Saberes consentidos, conhecimentos negados: o acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2002.

HAHNER, June. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000200010/19396>. Último acesso em agosto de 2020.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. *A docência primária em Pernambuco: estratégias e táticas de organização e hierarquização (1864-1888)*. 2021. 377f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MEMÓRIA sobre os fatos mais importantes da vida da *Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco*. Acompanhado de menções honrosas e artigos relativos ao 20º aniversário da mesma sociedade. Publicação do Conselho Superior em homenagem ao glorioso acontecimento. Pernambuco, 1892. (cx. 19. R. 3.167/85. Códice Folhetos Raros II, APEJE).

PEIXOTO, Flávia Maria. *A Escola Normal Oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres*. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2006.

PERNAMBUCO. *Legislação Provincial de. Lei n. 1124 de 17 de junho de 1873*. Autoriza o presidente da província a expedir os regulamentos necessários para a reorganização do ensino primário e secundário. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1873, p. 68-75. APEJE, Recife- PE.

PERNAMBUCO. *Legislação Provincial de. Lei n. 1143 de 08 de julho 1874*. Resoluções a respeito da reorganização da instrução

pública Resoluções a respeito da reorganização da instrução pública. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1874, p. 59-66, APEJE, Recife – PE.

PERNAMBUCO. *Legislação Provincial de. Lei n. 1218 de 23 de junho de 1875*. Classifica por entrâncias as cadeiras públicas do ensino primário e aumenta os vencimentos dos professores no futuro exercício de 1876-1877 Estante 29. Prateleira 02. Número 31. Ano (1869/1877). Ano de 1875, p. 109-111, APEJE, Recife-PE.

REGULAMENTO da *Escola de Ensino Secundário para Senhoras*, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Papelaria Americana Hugo & C. 1895.

RELATÓRIO. *Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor João Barbalho Uchôa Cavalcanti em 30 de janeiro de 1875*. Recife: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1875.

RELATÓRIO. *Apresentado ao Presidente da Província pelo Inspetor João Barbalho Uchôa Cavalcanti em 31 de outubro de 1878*. Recife: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1878.

RELATÓRIO. *Apresentado ao Presidente da Província pelo Inspetor João Barbalho Uchôa Cavalcanti em 31 de janeiro de 1885*. Recife: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1878.

SANTOS, Yan Soares. *A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014.

SANTOS, Yan Soares. *Associativismo e docência no Recife: estratégias de atuação sociopolítica de trabalhadores docentes entre os anos de 1872-1915*. 2021. 294f. Tese (Doutorado em Educação)

– Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2021.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. *As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas*. São Luís, MA: UFMA, 2008.

DO OFÍCIO À DOCÊNCIA: PADRES-MESTRES DO LYCEU PARAHYBANO

Itacyara Viana Miranda
Thais Gabrielle de Aguiar Mendes Prazim
Vanessa Costa Silva

UM CAMPO, UMA TEMÁTICA E SEUS DESAFIOS

A História da Educação é um campo em vasto crescimento e que tem contribuído substancialmente para apreender e para compreender a educação em espaços e em tempos históricos diversificados, dentre os quais o século XIX, as instituições e a docência são possibilidades de pesquisa acionadas pelo tempo presente, imerso às suas indagações acerca de que modo os cenários educativos afetaram e têm afetado significativamente o universo das práticas pedagógicas, os ambientes de aulas, o processo formativo dos sujeitos instrucionais e a institucionalização da docência, para não falar de tantas outras questões.

Quanto ao debate da docência no século XIX, argumentamos que a Lei de 1827, que indica a criação de aulas em cidades, em vilas e em lugarejos mais populosos, bem como o Ato Adicional de 1834, que delega às províncias a tarefa de prover a instrução primária, trazia, ainda que de forma indireta, uma questão central em torno da formação do professor, qual seja: à medida em que era proposto o aumento de oferta de aulas, recairia também sobre o governo provincial a tarefa de preparar os docentes para atuarem nesses espaços de instrução que eram criados.

Essa é uma leitura que destaca não apenas as demandas da educação nas primeiras décadas do Império brasileiro, mas que prevê uma reflexão acerca dos acontecimentos políticos, sociais e do ideal de Estado/Nação, conforme nos falam Gondra e Schueler (2008), imbricados no papel da instrução e dos seus agentes, dentre eles os professores. Nesse contexto, observamos um caleidoscópio instrucional, seja em leis e em regulamentos nas províncias, nos modelos de instrução presentes no vasto território brasileiro, nas disputas políticas frente aos projetos educativos, dentre os quais a instrução pública figura espaço privilegiado.

A Escola Normal, enquanto parte integrante de um projeto que vislumbra o progresso e a modernidade educacional no Império, se apresenta, pois, como solução para a formação dessa docência, por hora criticada, devido o provável insucesso da instrução ser ocasionado pela falta de qualificação desses profissionais. Na Paraíba, tal instituição só veio a ser criada já no final do século XIX, mais precisamente em 1885, de acordo com estudos de Araújo (2010), que apontam como características desse espaço de formação da docência o ideário iluminista, em articulação às questões que envolviam o ensino primário e os interesses dos grupos políticos locais.

Como temos apontado, há uma preocupação em torno dos ideais que envolvem a instrução primária, sendo o professor e o seu processo formativo ponto de destaque. Contudo, nos indagamos acerca do nível secundário: Como se deu esse processo de formação da docência, em especial no caso dos professores do Lyceu Parahybano? Tal questionamento nos ajuda a entender o ofício/profissão, os caminhos percorridos, bem como nos auxilia na intenção de identificar e de traçar um perfil do professor

público secundário no século XIX. Julgamos ser essa uma indagação crucial para montagem do quebra-cabeças, seja no sentido de construção de um conhecimento mais geral em termos de saber quem eram esses sujeitos que ocuparam os cargos do magistério, seja no sentido de apreender como eles se habilitaram para o exercício de tal função.

Ir em busca desses fragmentos que envolvem a concepção do ser professor no Oitocentos, requer uma escrita atenta, na direção mesma de ir além daquilo que já tem sido feito no campo, conforme nos fala Pessanha (2019, p. 80): “Pesquisadores da História da Educação no Brasil já descreveram como, por volta de 1834, o ensino público secundário encontrava-se fragmentado em Aulas Avulsas”. Acrescentaria que debateram e debatem a constituição de um currículo humanista, bem como estabeleceram e estabelecem estudos comparados acerca do elemento regulador e legislativo. Nessa direção, a possibilidade de renovação do olhar para um velho objeto, o ensino secundário, tendo como elemento temático a docência, é, pois, um caminho próspero para o efetivo compromisso com o fortalecimento de sua categoria analítica.

Portanto, tratar da temática da profissão docente é, como diria Nery (2019, p. 128), “se debruçar sobre as várias nuances que a compõe enquanto campo de investigação”. Entender os modos pelos quais a ideia de profissão vai se construindo leva em consideração questões do tipo: em que momento a atividade docente passa a ser encarada como ocupação principal? Existe um suporte legal para o exercício da profissão? A criação de espaços de formação é fator relevante? Muito provavelmente não conseguiremos aqui responder a todas essas indagações, essa é uma atividade que requer fôlego, espaço e tempo de maturação

das ideias. Contudo, o fato de não existirem espaços oficiais de formação do magistério secundário na Província acaba nos fazendo crer, hipoteticamente, que tais sujeitos se tornavam habilitados para o cargo por motivos outros, tais como: a formação religiosa. Por isso, a intenção em debater sobre os padres-mestres do Lyceu Parahybano.

Nos estudos empreendidos por Ferronato (2014), ficou evidenciado para os quadros da docência do Lyceu nos primeiros anos de suas atividades, uma presença marcante desses homens, padres-mestres, isso se explica devido à pequena quantidade de professores qualificados para ocupação de tais cargos na instrução secundária. Aproveitava-se, assim, a formação eclesiástica, como instrumento de habilitação da docência desses sujeitos. A Lei de 23 de março de 1839, assim apontou, referindo-se ao provimento de cadeiras na Instituição:

Art. 4º – Para o concurso delas se observará o disposto no Artigo 2º da Lei Provincial de 6 de maio de 1837, nº 20, sendo provido o candidato que mais mérito tiver.

Art. 5º – Os sacerdotes regulares podem ser providos nas cadeiras do Liceu.

(Pinheiro & Cury, INEP, 2004, p. 97).

Embora a Lei Provincial n. 20 de 1837, a que o Art 4º da citação acima se refere, trate dos dispositivos legais concernentes aos concursos para provimento de professores primários na Paraíba, ela também serviu como um indicativo daquilo que seria aplicado no nível secundário, em especial quando dos aspectos ligados à moralidade e ao gozo dos direitos políticos e civis, elementos comuns ao professor que se desejava. Para além, fica evidenciada a possibilidade de os sacerdotes regulares ocupa-

rem os cargos de professor secundário do Lyceu Parahybano. Ainda segundo Ferronato (2014, p. 265), “foi sobre os padres-mestres que recaiu a tarefa de fazer a transição e estruturar a nova forma de organização escolar secundária”. Houve uma transição das Aulas Avulsas a um espaço instrucional comum de aprendizagens, pensado e estruturado para tal fim e mantido pelo governo Provincial.

Conforme tem sido anunciado na historiografia, o Lyceu Parahybano surge impulsionado ao projeto de formação das elites locais, sendo a Instituição acionada para a manutenção desse *status quo*, mas também espaço de modernização do ensino secundário. Para além de qualificados intelectuais, os professores que por ali passavam teriam que manter uma conduta ilibada em todas as esferas de sua vida, seja ela pessoal ou profissional, sendo o conjunto de suas ações objeto de expiação, de aprovação e de reconhecimento pela sociedade no século XIX.

A CONFORMAÇÃO DE UM LUGAR: A DOCÊNCIA DOS PADRES-MESTRES DO LYCEU PARAHYBANO

Ao tratarmos dos padres-mestres que ocuparam as bancadas da docência no nível de instrução secundária, assim o fazemos levando em conta o universo formativo desses sujeitos, que no primeiro momento não se deu, integralmente, por meio universitário/faculdade, até porque algumas dessas instituições vão sendo fundadas no Brasil ao longo do século XIX e de forma ainda muito incipiente, mas em meio a inserção em espaços institucionalizados de escolarização, em seminários e em conventos. Na Província paraibana, esse se torna um forte indicativo do processo formativo apreendido para esses sujeitos, sendo os pa-

dres-mestres os primeiros professores do Lyceu, porém, como argumenta Menezes (1982, p. 188), “com inclinações bacharelescas, pelas marcas políticas das implicações revolucionárias”.

Os padres-mestres, ao que tudo indica, começaram como latinistas e evoluíram com gosto literário, chegando alguns à qualificação de pedagogo. Tal acepção nos põe em evidência uma leitura desses homens amparada em um critério didático a eles empregado, mas também, a configuração do lugar social ocupado. A historiografia tem indicado serem os padres-mestres, presença marcante no Lyceu Parahybano, seja na qualidade de professores, seja na de diretores da Instituição. Nessa direção, nos interessa saber, ademais de um provável percentual quantitativo, quem eram? Pertenciam a famílias já consolidadas financeira e politicamente na Província? Perseguir as tramas da docência secundária, passa, pois, por esse movimento de (re)conhecimento do indivíduo e de suas redes de sociabilidades, até mesmo quando tratamos de uma figura cujo significado formativo se apresenta como prenúncio desse lugar social: padres.

O quadro que segue aponta alguns desses sujeitos e cujo movimento analítico se volta para os caminhos, os percursos percorridos, os meios e não propriamente os fins de suas trajetórias, até porque muitas são as dificuldades em elaborar uma cartografia das experiências vividas pelos padres-mestres. Portanto, não esperem um aprofundamento nesse sentido, trataremos as informações de acordo com as limitações das fontes, da atividade de garimpo nos arquivos e que, de um modo ou de outro, se tornam relevantes para constituição desse debate.

Quadro 1: Padres-mestres do Lyceu Parahybano

Nome	Cadeira
Pe. João do Rego Moura	Filosofia
Mons. Odilon Coutinho	Inglês e Francês
Fr. Frutuoso da Soledade Sigismundo	Francês e Inglês
Pe. Lindolfo José Correia das Neves	Filosofia e Álgebra
Pe. Leonardo Antunes Meira Henriques	Filosofia e Francês
Pe. Domingos Álvares Vieira	Filosofia Racional e Moral
Pe. José Ignácio de Brito Machado	Latim
Cônego Francisco Soares de Figueiredo	Latim

Fonte: Quadro¹ elaborado pelas autoras mediante informações contidas em: Menezes (1982) e Ferronato (2014).

Dos nomes indicados no quadro acima, podemos realizar reflexões e estabelecer apontamentos sobre alguns deles. Não é intenção uma escrita descritiva e por vezes repetitiva, por isso mesmo lançamos mão da seleção de alguns dos nomes elencados para desenvolver conjecturas acerca da docência secundária dos padres-mestres, a começar por João do Rego Moura. Segundo informações de Menezes (1982, p. 189), ele ocupou o cargo de primeiro Diretor do Lyceu Parahybano, além disso foi considerado um padre-mestre liberal, com tendências progressistas e que atuou na Província como defensor do debate abolicionista. Tais informações, apesar de serem bastante diretas e curtas, nos ajudam a compreender os padres-mestres, seus posicionamentos políticos partidários e interesses econômicos, usando uma

¹ Esse é um quadro ainda inicial, acerca da identificação dos nomes e das disciplinas ministradas pelos professores do Lyceu Parahybano e que vêm se desenvolvendo dentro das pesquisas do projeto de Iniciação Científica, intitulado *Por uma História da Instrução Pública Secundária: configuração do perfil docente na Paraíba Imperial (1846-1864)*. É preciso deixar claro a configuração do quadro, que leva em conta a proposta anunciada para o recorte temporal do projeto em questão, o que nos obriga informar que vários outros nomes, tais como: Pe. Mathias Freire e Thomaz Mindello poderiam muito bem serem identificados como fazendo parte do conjunto de padres-mestres do Lyceu Parahybano. Contudo, figuram uma outra fase da história da Instituição.

expressão do Certeau (2007), seu “lugar social”. Tudo isso pode e deve ser apreendido como indício para pensarmos o indivíduo e suas ocupações, que estão aquém e além dos ofícios com a batina.

Nos parece ser também esse o caso de Monsenhor Odilon Coutinho, cujas ações se voltaram para o sacerdócio e para a congregação dos professores secundários do Lyceu, bem como o do Frei Fructuoso da Soledade Sigismundo, progressista de tendência liberal e que também chegou a ocupar o cargo de Diretor do Lyceu Parahybano. Segundo Menezes (1982), o dito Frei foi “fenômeno de presença lyceana, sendo um dos nomes respeitados e dos mestres provector da língua sóbria”.

Argumentamos que a apreensão dos padres-mestres perpassa a noção e o entendimento do que é ser intelectual. Tal reflexão se assenta no diálogo com Vieira (2015), que ao tratar da história dos intelectuais diz serem esses homens, parte integrantes de uma lógica social. Não só concordamos com isso, como reforçamos essa ideia a partir da perspectiva de trajetória formulada por Bourdieu (2006), que compreende a importância da história de vida de cada indivíduo, no caso, aqui, categorizados como padres-mestres. O envolvimento das memórias e dos projetos de vida destes homens se torna relevante do ponto de vista do cruzamento das representações da Instituição em si, mas, mais do que isso, importante para o entendimento do perfil da docência secundária na Província no século XIX.

Ainda fazendo referência aos nomes dos padres-mestres identificados nesse trabalho, chamamos atenção para as figuras dos senhores Lindolfo José Correia das Neves e Leonardo Antunes Meira Henriques, nomes representativos da história da Instituição, não só por sua atuação enquanto professores, mas

no que diz respeito ao diálogo existente entre o Lyceu e o meio social, conforme defende Miranda (2021), ao tratar da relação de protagonismo dos sujeitos instrucionais – professores, alunos e corpo de funcionários –, junto às mais variadas estruturas de composição da Província, do campo político ao literário, do econômico ao cultural.

No que concerne ao Pe. Lindolfo Correia, como exemplo maior de tudo isso que estamos falando, temos extraído da obra “Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX”, organizado por Barbosa (2009), as seguintes informações: o mesmo nasceu na Paraíba, no ano de 1819, e faleceu em 1884, era filho do Major de Infantaria José Maria Correia e de Maria Rita de Lima. Realizou seus primeiros estudos em Portugal e, quando retornou ao Brasil, matriculou-se no seminário de Olinda, onde foi ordenado padre. Já em 1843 entrou para a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1847, ano em que retornou à Província paraibana, onde passou a exercer a advocacia. Ele ainda foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Conservador, em 185, contudo, em 1860, devido a uma dissidência interna, coligou-se ao Partido Liberal, chegando a ocupar a Presidência da Câmara. Enquanto jornalista, esteve à frente de “O Mercantil Pabybano” e de “O Publicador”, este último, um dos veículos de comunicação mais expressivos da Paraíba e cuja oposição mais direta foi do “*Jornal da Parahyba*”. Ainda sobre os cargos ocupados por esse personagem, elencamos ter sido ele:

Procurador Geral da Tesouraria da Fazenda na Paraíba (1864); Juiz de Paz da Cidade da Paraíba; Mordomo do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1859); Presidente da comissão indicadora de medidas tendentes ao serviço de socorros públicos (1877); Delegado especial do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do

Município da Corte, nos exames gerais de preparatórios para os cursos superiores do Império, realizados na capital da Província da Paraíba (1879) (Barbosa, 2009, p. 111).

De acordo com o que temos anunciado da trajetória do Pe. Lindolfo Correia, não temos dúvidas de que ele foi um intelectual, conforme preconiza Allonso (2002), homem que ocupava diversas funções, e em consequência de suas atividades acabava intervindo na sociedade. Tal enquadramento tem permitido, ainda que indiretamente e de forma muito recortada, uma vez que temos os padres-mestres na mira das reflexões, perseguir seguinte o questionamento: professores do Lyceu se tornavam parte de uma elite intelectual por ocuparem a docência no nível secundário, ou já eram eles a própria elite provincial?

A princípio, essa indagação pode nos parecer um ponto de vista de uma mesma coisa, mas não o é. Isso porque diz respeito ao perfil dessa docência e, em especial, aqui, dos padres-mestres. Tornar-se parte dessa elite intelectual por ocupar os bancos da Congregação do Lyceu e ser da elite é algo que nos diz muito sobre essa docência e o seu provável protagonismo social. Fato é que, no caso do Pe. Lindolfo, professor de Filosofia e de Álgebra do Lyceu Parahybano, tal enquadramento pode ser explicado mediante a sua origem familiar e as suas redes de sociabilidades. O mesmo era neto de Manuel da Costa Lima, rico Senhor de Engenho e comerciante português estabelecido em Pilar, para além era o Lindolfo Correia “dono de várias propriedades na Cidade da Paraíba e o Engenho de Nossa Senhora das Neves de Mussuré, no termo da mesma Cidade” (Barbosa, 2009, p. 111). Suscitamos que, nessas condições, o cargo de professor secundário por ele ocupado fosse mais um atributo em sua trajetória de pertencimento à elite provincial na época. Contudo, en-

tendemos ser fundamental a leitura do homem, do intelectual, do padre, do advogado, do jornalista e do professor secundário que fora.

No que diz respeito à biografia do Leonardo Antunes Meira Henriques, temos encontrado informações acerca da sua filiação, cujo pai foi o Cirurgião-mor Feliciano José Henriques e, a mãe, Dona Ana Joaquina de São José Meira. O mesmo nasceu na Cidade da Parahyba, no dia 6 de novembro de 1920, falecendo, aos seus 94 anos, em 1914. Homem de prestígio social, sua morte foi noticiada com grande pesar: “sucumbiu, ontem, nesta cidade, o venerando Padre Leonardo Antunes Meira Henriques, o mais antigo intelectual paraibano e cuja vida representava uma grande parte da nossa vida política, literária e jornalística” (A União, 17 de junho de 1914).

Leonardo Henriques iniciou seus estudos de humanidades no Lyceu Parahybano, ao final dessa etapa ingressou no Seminário de Olinda, de onde saiu ordenado Padre em 1843. O mesmo ainda cursou a Faculdade de Direito do Recife, tendo recebido o título de bacharel em Ciências Jurídicas, no ano de 1845. Transitando entre a Cidade da Parahyba e de Olinda, atuou na qualidade de professor de francês do Lyceu Parahybano (1842-1845), bem como regente da cadeira de Teologia no Seminário de Olinda (1845-1849). No ano de 1849, foi ele nomeado Vigário Geral do Bispado de Pernambuco.

Pertencente ao Partido Conservador se tornou Deputado Provincial em Pernambuco e chegou em 1856, Leonardo Henriques chegou a ocupar o cargo de Procurador Fiscal da Fazenda Geral na mesma Província. Já de volta às terras paraibanas, foi sucessivas vezes eleito Deputado Provincial, sendo a sua presen-

ça na política um elemento marcante de sua trajetória. Segundo indicativos de Barbosa (2009), ele chegou ainda a ocupar os seguintes cargos de comando na sociedade:

Provedor fiscal dos feitos da Fazenda Nacional (1861), membro da Comissão Censitária (1872), e da Comissão para a reforma do Tesouro Provincial e Consulado da Paraíba (1872); Diretor da Caixa Econômica provincial (1877); Regente e em seguida Vigário encomendado da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar (1865) (Barbosa, 2009, p. 74).

Para além das múltiplas ocupações encaradas pelo Pe. Leonardo, ele foi um homem das letras, seus escritos no “Jornal da Paraíba” e em “O Conservador”, no qual foi redator, são representativos de quem ele era – conservador, monarquista e escravocrata –, defendendo veementemente essas causas, fez circular suas ideias e seus ideais acerca da sociedade, o que lhe custou algumas inimizadas assumidas publicamente, a exemplo do Pe. Lindolfo Correia (liberal), adversário político, cuja ideologia se confrontava à do Pe. Leonardo (conservador).

A figura do padre-mestre Leonardo Antunes, professor de filosofia do Lyceu Parahybano, que chegou a se aposentar junto à cátedra dessa mesma instituição, por vezes se confunde com os vários outros espaços de circulação do intelectual na Província e fora dela também. Como observamos, há uma memória constituída de vários olhares, cada qual anuncia parte de quem o Pe. Leonardo era. Como um emaranhado de teias, um fio condutor que nos leva a “lugares de memória”, expressão tomada de empréstimo de Nora (1993), tecemos reflexões da docência secundária e do papel dos padres-mestres nesse universo, chegando às múltiplas formações que os circundam.

Apontada a relevância dos elementos biográficos na composição de uma escrita que objetiva desvelar, ainda que minimamente, quem eram os padres-mestres do Lyceu Parahybano, chegamos a um ponto crucial: não é possível ficar nas cercanias impostas pelos limites das trajetórias de vida desses sujeitos, é preciso ir além. Nesse sentido, uma análise mais atenta requer um movimento em busca dos instrumentos legais do universo normativo da instrução secundária na Província, em especial quando se elucida os deveres e os direitos dos professores públicos desse nível de ensino.

O conjunto de leis, de regulamentos e de decretos são os meios pelos quais aqui recorreremos para uma reflexão dos deveres, dos direitos e das formas oficiais de ingresso da docência pública secundária no Lyceu Parahybano. É importante destacar a intenção em debater a presença dos padres-mestres nas aulas públicas do Lyceu, tal especificação denota um alerta ao leitor, no sentido da oferta e da procura de aulas públicas e particulares no nível secundário, identificadas pela historiografia como Aulas Avulsas e que coexistiram na Província com as aulas ministradas no Lyceu.

Segundo Ferronato (2014), as Aulas Avulsas tiveram presença marcante na Província e, por vezes, se colocaram como concorrente direta do Lyceu Parhybano, isso pode ter ocorrido devido essa instituição ficar localizada na Cidade da Parahyba, o que implicaria o deslocamento dos jovens moços do interior para a capital, trazendo maior ônus às famílias, que, embora pertencentes quase sempre a uma elite economicamente mais favorecida, não estavam dispostas a pagar mais por esses estudos, isso posto já haver oferta em suas localidades.

A maioria das Aulas Avulsas do interior, públicas ou particulares, acontecia nas casas dos professores, o que nos faz pensar nessa linha tênue existente entre essas duas esferas sociais. O público tem sido interpretado como sendo uma aula cujos recursos advinham dos cofres do governo Provincial, ainda que ministrada na residência do professor. Acerca das Aulas Avulsas, lemos: “quase nunca funcionavam nas condições mais desejáveis, visto que lhes faltavam infraestrutura para o funcionamento de uma instituição escolar de fato” (Ferronato, 2014, p. 100). Essa modalidade de aula avulsa só veio a ser extinta na Província paraibana no ano 1877, sendo presença marcante os padres-mestres, homens ditos habilitados pelo potencial de erudição.

Os Padres-mestres comissionam-se pela erudição, como o apreço das comunidades, para se tornarem os institucionalizadores do Ensino brasileiro em todos os graus, com maior adequação no Secundário onde as humanidades se concentravam no Latim e na Filosofia, estudos eclesiásticos. Na evolução parahybana, a partir do século XIX, os Padres-mestres estão salientes, procedendo do Seminário de Olinda, e por tanto mais ajustados regionalmente e mais audaciosos em civismo (Menezes, 1982, p. 33).

Conforme lemos no trecho acima, os padres-mestres podem ser apreendidos como “institucionalizadores do ensino brasileiro”, sobretudo o de nível secundário. Tal prerrogativa não só nos permite refletir ser esse o lugar de destaque na docência por eles empregada, como possibilita, hipoteticamente, apontar esses homens como uma matriz intelectual na Província, no sentido da oficialização e da evolução administrativa do Lyceu Parahybano. Tal hipótese demanda maior aprofundamento dos estudos relacionados a esses personagens. Contudo, parece-nos ser válida a sua colocação nesse momento, sobretudo quando

temos o dado anunciado por Menezes (1982, p. 33), de ter sido o Pe. José Antônio da Silva Lopes quem fez chegar ao Conselho Geral da Província, o projeto de criação do Lyceu.

O Conselho geral da Província, a 19 de dezembro de 1832 toma conhecimento de um projeto criando o Lyceu Parahybano. A data merece consideração e os Padres-mestres toda a nossa reverência. [...] Sob a direção de Padres-mestres desde o Padre João do Rego Moura, até o Mons. Odilon Coutinho, com uma dezena deles pontuando cada geração, pelo sólido saber, no mais diversificado estilo docente. [...] Os homens públicos, de estirpe, a Nabuco de Araújo, a Carneiro da Cunha, a Quaresma Torreão, promulgaram, sancionaram, assinaram, mas foram os Padres-mestres que pensaram, ensinaram e mantiveram o Lyceu Parahybano nas suas características de Colégio de Humanidades. Em função dos apelos e méritos da comunidade como seus líderes mais lúcidos e enraizados (Menezes, 1982, p. 34).

O Lyceu Parahybano foi criado no ano de 1836, por meio da Lei n. 11 de 24 de março, tendo sido sancionada pelo então vice-presidente da Província, Manoel Maria Carneiro da Cunha, no qual lemos:

Art. 1º – Fica estabelecido nesta Cidade um Liceu, que será composto dos professores das cadeiras de Latim Francês, Retórica, Filosofia, e primeiro ano Matemática, já criadas na mesma Cidade, de dois substitutos, um para estas duas últimas cadeiras, e outro para as três primeiras; e finalmente em porteiro (Pinheiro & Cury, INEP, 2004, p. 95).

De acordo com o argumento de Menezes (1982), no trecho em destaque mais acima, embora a criação do Lyceu Parahybano tenha se dado por meio da ação do então vice-presidente da Província, ainda assim, foi em decorrência da figura de um padre-mestre que ele se tornou realidade, ou seja, aquilo que an-

tecede o instrumento de lei é, pois, fruto do projeto idealizado pelo Pe. José Lopes, já em fins de 1832.

O prédio que abrigou a estrutura de funcionamento do Lyceu Provincial no momento da sua fundação foi a sede da Assembleia Legislativa. À congregação dos professores das cadeiras de latim, francês, retórica, filosofia e matemática recaiu o dever de eleger o diretor da nova Instituição, que, conforme dito anteriormente, ficou sob a responsabilidade do Pe. João do Rego Moura, bem como a formulação do seu Estatuto. Uma vez criado o Lyceu, era necessário estabelecer condições para o seu funcionamento. Nessa direção, um conjunto de normas que regulariam as ações dos seus sujeitos instrucionais – professores, alunos e corpo administrativo –, bem como os elementos tangíveis aos processos pedagógicos, desde o currículo aos recursos materiais – lousas, livros, mapas –, foi se tornando palpável conforme as prescrições normativas foram sendo estabelecidas.

Sem sombra de dúvidas, trabalhar com regulamentos, com leis e com decretos, conforme argumentou Faria Filho (1998), nos permite ir além de uma mera visão mecanicista do documento, uma vez que julga ser de mais fascinante quando do trato com esse tipo de fonte, a sua dinamicidade e a possibilidade de articulação com o fazer pedagógico e os direcionamentos de uma política pública de educação. Estabelecendo um paralelo com o que defende esse autor, chegamos à conclusão de ter sido esta a política pública de instrução no século XIX, característica de um elemento desagregador, no sentido da não articulação entre os dois níveis de ensino – primário e secundário.

Certamente, a ausência, na educação do país, de um pensamento coletivo ou de unidade de orientação, não era mais do que uma das expressões do estado flutuante e

molecular da sociedade, que resultou do caráter fragmentário de nossa formação social e das divergências fundamentais de interesses e de ideias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das províncias, como das classes sociais (Menezes, 1982, p. 47).

O que ficou evidente nesse “caráter fragmentário” anunciado por Menezes (1982), foi que, na Província, o sentido atribuído à instrução secundária esteve atrelado a um ideal de progresso e de desenvolvimento das elites locais. Com o desenrolar do século XIX, é possível perceber um movimento, ou melhor dizendo, uma tentativa de promoção de unificação para o setor da instrução secundária que estivesse atrelada ao processo de tentativa de equiparação do Lyceu ao Colégio Pedro II, referência em todo o Império.

Ainda que tal proposição seja viável, temos que estabelecer uma “leitura a contrapelos”, parafraseando Benjamin (1994), de modo a apreender o elemento de especificidade da legislação provincial de instrução secundária. Doravante esse caminho apontado, que apresentaremos algumas reflexões e análises do Estatuto do Lyceu Parahybano de 1846, sobretudo no que diz respeito aos padres-mestres e à docência.

Um primeiro destaque, acerca do Estatuto de 1846, corresponde ao fato de ser o cargo de professor objeto de concurso, fazendo referência às diretrizes contidas nos artigos 7º e 8º da Lei de 15 de outubro de 1827, a saber: os professores serão examinados publicamente; sendo aprovado o que for julgado mais digno para o cargo e estiver em dia com seus direitos políticos e civis. Acerca dessa questão dos concursos, Menezes (1982, p. 171) foi categórico ao afirmar: “Para ensinar no Lyceu, com

prestígio e segurança, com moral didática, somente professor concursado”.

Nessa direção, entendemos que os primeiros professores do Lyceu Provincial, dos padres-mestres aos bacharéis, tiveram os concursos como um caminho possível para docência. Contudo, temos formulado a hipótese, de estarem os padres-mestres, em uma posição, provavelmente, mais confortável no atendimento aos requisitos prescritos para os concursos da instrução secundária, uma vez que tinham formação científica adequada e conduta moral condizente com as propostas sociais de civilidade no XIX. Talvez, por isso, sua presença, logo nos primeiros anos que sucedem a criação do Lyceu Parahybano, se torne bastante forte na Instituição.

O elemento moralizante e disciplinador, ao que parece, formam os pontos relevantes da escrita do Estatuto de 1846. Professores e alunos seriam expostos às normas que condicionariam suas ações – da jubilação do docente, cuja justificativa poderia se dar através do impedimento físico e moral do sujeito, até a expulsão do estudante, quando assim fosse julgado incorrigível. Disciplina e moral estariam sendo utilizadas como instrumento de controle desses corpos, dentre os quais os padres-mestres podem e devem ser pensados quando dos limites da docência. Como propôs Foucault (2009, p. 133), a “disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”.

Enquanto partícipe de uma estrutura que visava a disciplina e ao mesmo tempo se apresentava em conformidade às hierarquias das funções, a Congregação dos professores do Lyceu tinham por obrigação:

Art. 76 – Compete a Congregação:

§ 1º determinar a hora de entrada de cada aula

§ 2º julgar a justificação das faltas dos estudantes

§ 3º regular o método do ensino

§ 4º Propor ao Presidente da Província, e o fazer executar as medidas por ele apontadas, concernentes ao melhoramento dos estudos, e disciplina do Liceu

(Pinheiro & Cury, INEP, 2004, p. 105).

A regulação das funções da docência pública secundária da Província aponta o professor para além de mero difusor de conhecimentos, mas também aquele que promove e executa os meios legais para formação de condutas disciplinadas. Caberia a ele, o professor, a tarefa de certificar o Presidente de Província, via diretor da instituição, bem como os discípulos, os dados sobre comportamento e aplicação deste, isso todo final de mês. Nesse sentido, o Lyceu Parahybano, não só preparava intelectualmente a mocidade estudiosa para adentrar o nível superior de ensino, ou mesmo para ocupar os cargos de prestígio da sociedade, mas também para atender às regras estabelecidas pelo pacto social de civilidade e moral, como forma de melhor exemplificar o que estamos falando, apontamos o Art. 59 do Estatuto de 1846: “No recinto do Liceu é proibido estar quem quer que seja de chapéu na cabeça, e andar com bengala, chibata ou chapéu de sol” (Pinheiro & Cury, INEP, 2004, p. 103).

Ademais dessa relação da docência com a promoção às boas regras sociais, chamamos atenção para o fato da presença dos padres-mestres também na composição de material a ser utilizado nas aulas de instrução secundária. No Estatuto de 1846,

ficou evidente a sua relação com a produção do conhecimento, quais sejam:

Art. 89 – Os compêndios porque se devem dirigir os professores na explicação das matérias, cujo ensino está a cargo de cada um, são os seguintes:

1º Cadeira – Gramática Latina do Pe. Antonio Pereira, Cornélio, Vida dos Imperadores, Fábulas de Fedro, Salustii e Virgilio, e Arte Poética de Horácio.

2º Cadeira - Gramática Francesa – por Emílio Seven Aventuras de Telémaco e Teatro de Voltaire.

3º Cadeira – Retórica do Pe. Marinho, Poética de Pedro José da Fonseca, Geografia por Úrculo, Cronologia pelo Pe. Miguel e História, principalmente a do Brasil, por Belegarde.

4º Cadeira – Gêneses Filosofia

5º Cadeira – Aritmética por Bezout, Álgebra por Lacroix, Geometria e Trigonometria por Legendre (Pinheiro & Cury, INEP, 2004, p. 107).

Do trecho extraído do Estatuto do Lyceu de 1846, damos destaque aos padres-mestres da 1º Cadeira e da 2º Cadeira, conforme grifos acima. De acordo com os estudos de Ferronato (2014), muitas dessas obras faziam parte do acervo da Biblioteca da Instituição, a exemplo do “Novo Methodo de Grammatica Latina”, do Pe. Antônio Pereira. Tal Biblioteca se caracterizava como um espaço, predominantemente, vinculado ao ensino das línguas clássicas, à história universal e à geografia. É relevante que se diga, que é bem provável que a formação humanista dada no Lyceu Parahybano tenha se apoiado sobretudo nesses ensinamentos das obras clássicas, dentre as quais estamos consideran-

do o livro do Pe. Antônio, adotado não apenas na Província, mas no Brasil de forma geral.

Ademais, temos observado uma relação muito próxima da Instituição do Lyceu e os elementos advindos do segmento cristão, uma vez que identificamos nesse artigo traços dessa relação que contribuem para efetivação de uma leitura que os envolvem, a saber: o projeto de fundação do Lyceu, elaborado por um padre; o primeiro diretor da instituição, o Pe. João do Rego Moura; a Congregação do Lyceu contendo um significativo conjunto de professores padres-mestres; parte do material didático utilizado na Instituição foi produzido por padres; a escrita do primeiro Estatuto, também elaborado por um padre; e por fim, tendo sido uma das suas sedes o Conjunto Arquitetônico Jesuítico¹. Acerca do Conjunto Jesuítico, lemos:

Os locais escolhidos para abrigarem tais instituições – e o caso específico do Lyceu Provincial paraibano não fugiu à regra – vão apresentar uma arquitetura de estilo conventual e religioso, no sentido de capitalizar o aspecto simbólico que aquela construção representava para a sociedade local, uma vez que para que um prédio escolar capitalize sua função simbólica positivamente, é preciso que sua arquitetura não fuja dos padrões de escola historicamente aceitos pela sociedade, de um consenso social, onde as representações desempenham um papel importante no processo de legitimação da instituição que o prédio encerra (Ferronato, 2014, p. 216).

De outro modo, podemos então dizer que o Lyceu foi sendo montado nos costados de uma Instituição mais sólida na sociedade, em termos de estrutura física, de processo formativo e de boa aceitação dos princípios morais e intelectuais. O Conjun-

¹ O Conjunto Arquitetônico Jesuítico era formado pelo convento, pela capela de São Gonçalo, que tempos depois deu lugar à Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Cf. Ferronato, 2014, p. 208).

to Jesuítico pode ser exemplo do argumento aqui apresentado e corroborado por Ferronato (2014), de que o prédio escolar do Lyceu Parahybano acabou por capitalizar uma função simbólica positiva, o “Templo de Minerva”, pois estava ele sendo amparado por elementos sociais que já eram consensuais na Província.

Não queremos, com isso, retirar do Lyceu o seu traço de autonomia, muito pelo contrário, creditamos valor a suas memórias, a suas formas físicas, aos sujeitos educativos, ao currículo e aos instrumentos normativos. Tudo isso em conformidade com o seu imbricamento com o meio social, dentre os quais a Igreja Católica e os padres-mestres são representativos desse momento inicial da sua existência. Nessa direção, perseguir os caminhos que levam ao debate da formação docente no século XIX, sobretudo no nível de instrução secundária, é, pois, um movimento que transcende a função/cargo em si, uma vez que entendemos que há uma linha que costura e ponteia os alinhavos de uma história que vai do ofício à profissionalização da categoria, professor, tendo muito ainda o que ser pesquisado, discutido e publicizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse é um artigo fruto de um trabalho de pesquisa ainda muito recente e, por isso mesmo, necessita de mais tempo para um maior desenvolvimento do debate sobre a docência pública secundária no século XIX paraibano. Contudo, podemos dizer que: “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar documentos em certos objetos distribuídos de outra maneira” (Certeau, 2007, p. 73). Assim temos feito, da seleção das fontes – leis, estatutos –, à escolha da temática que

envolve os padres-mestres como peça fundamental para entendimento desse universo múltiplo e formativo que é a docência no Brasil.

No primeiro momento, o ponto de reflexão veio do questionamento: como se deu o processo de formação dos professores secundários do Lyceu Parahybano? Tal indagação se apresentou como um caminho possível de entendimento da docência pública secundária na Província, na busca por traços que pudessem definir o perfil desse grupo de professores. Nessa direção, acabamos por percebê-los como intelectuais, sujeitos com uma ampla inserção social, imbuídos de conhecimentos e com várias esferas de atuação, que iria do religioso ao político, do jornalista ao literato, do bacharel ao professor.

Os padres-mestres assim se enquadraram, na condição de intelectuais. Embora não tenham recebido uma formação pedagógica, tendo em vista nem haver um espaço oficial para tal na Província, a esses era creditada a sua qualificação para o cargo, isso posto, a formação episcopal servir de base para os ensinamentos clássicos empregados no currículo tanto das Aulas Avulsas, como do Lyceu Parahybano.

Certamente, a ocupação dos padres-mestres e a sua formação, é, pois, um primeiro movimento da tentativa de esquadrihar e de levantar elementos para pensar a docência secundária no século XIX, para, assim, entender quem são esses professores; como eram formados; de que maneira passaram a integrar a instrução secundária. Além do mais, para realizar indagações do tipo: esses homens pertenciam a uma elite ou se tornaram parte dela por alcançarem cargos importantes na sociedade, dentre os quais ser professor secundário era um deles?

Tudo isso nos inquieta e ao mesmo tempo nos interessa, principalmente, quando pensamos na projeção e importância de trabalhos que tenham a história da formação docente como foco de investigação do campo educacional.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 21-49.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. João Pessoa, 2010, 320 p. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827*, Vol. 1, p. 71.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do Século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa, 2009. Disponível em: [HTTP://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins](http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins).

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs). *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 281-312.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.65-119.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das Aulas Avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. Aracajú: Editora Oficial do Estado de Sergipe – EDISE; Aracajú: Universidade Tiradentes, 2014, 374p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação”. In: _____ (org). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998. p.89 – 125.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução Raquel Ramalheite. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONDRA, J. G.; SHUELER, A. *Educação, poder, sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, 320p.

MENEZES, José Rafael de. *História do Lyceu Parahybano*. João Pessoa: Editora Universitária, 1982, 272p.

MIRANDA, Itacyara Viana. *Tradição Gloriosa: Lyceu Parahybano uma história de protagonismos (1886-1923)*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021, 316p.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Formação de professores no Brasil: as bibliotecas escolares (final do sécu.XIX). In: CASTRO, César Augusto (org). *Ensino Secundário no Brasil perspectivas históricas*. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 127-140.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESSANHA, Eurize Caldas. Espaços, tempos e práticas do ensino Liceal: fragmentos da cultura escolar no século XIX. In:

CASTRO, César Augusto (org). *Ensino Secundário no Brasil perspectivas históricas*. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 79-99.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (org). *Conjunto de Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba Imperial*. Brasília, DF: MEC/INEP, SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). CD-ROM.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História Intelectual e História dos intelectuais: diálogo acerca da escrita da história da educação. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (org). *História Intelectual e Educação: trajetórias, impressos e eventos*. Judiaí: Paco Editoril, 2015, p. 11-26.

PRIMEIROS ANOS DE ATUAÇÃO DO JORNAL O *PUBLICADOR* DA PARAÍBA DO NORTE (1862-1864)¹

Thayná Cavalcanti Peixoto

No ‘prospecto’² de inauguração d’O *Publicador*, primeiro jornal diário³ da província da Paraíba do Norte⁴, a redação informava que estava iniciando a empreitada de se publicar diariamente, esclarecia que outros impressos paraibanos, de mesmo feitio, já haviam desistido da ideia, devido às várias impossibilidades que lhes foram impostas. Uma vez que inaugurar um jornal de publicação diária requeria, além das “consideráveis despesas, que exige uma publicação desta importância” (O *Publicador*, n. 1, 1º set. 1862, p.1), precisava de um bom aparato tecnológico, necessitava de vários compositores, mas também tal iniciativa exigia influência política.

Posto isso, gostaria de destacar que a imprensa brasileira, desde seus primórdios, se “impôs como uma força política” (Capelato, 1988, p.13), pois nascera “sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial” (Sodré, 1966, p.22). Sendo, portanto, praticamente impossível dissociar a compreensão da

1 Este trabalho contém dados e questões presentes no trabalho “O *Publicador* e a imprensa diária na Paraíba do século XIX” apresentado no GP História do Jornalismo e publicado nos Anais do XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom (1 a 10 de dezembro de 2020).

2 Tratava-se de uma carta de intenções em que o redator afirmava seus propósitos (Moreira, 2006, p. 118).

3 Só não saía aos domingos, pois todos os domingos, de acordo a Igreja Católica são considerados dias santos, portanto, dias de guarda.

4 Quando me reporto à Província da Paraíba do Norte, refiro-me ao atual Estado da Paraíba, e ao mencionar Cidade da Paraíba estou me referindo à capital, atual João Pessoa.

história da imprensa brasileira de seu completo imbricamento com questões políticas, uma vez que boa parte dos jornais brasileiros viveram ou ainda vivem à sombra do poder público (Molina, 2015).

O *Publicador* se encontra inscrito dentro do segundo reinado, período este que, como a própria redação afirmou: “outras províncias do Império, em cuja maior parte existem diários, mais ou menos consideráveis” (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862). Período também conhecido como o “império da palavra impressa” (Martins, 2013, p.47), pois abrigou, além de uma extensa variedade de gêneros impressos, uma polifonia marcada por um jornalismo de bandeiras, tais como abolição, federalismo, reformismo liberal, republicanismo, questões militares e religiosas, como principais pautas da luta, disputa política e de vozes (Ribeiro, 2004, p.91). Dessa forma, os jornais tiveram uma primordial importância política, sendo cruciais para a consolidação e formação do Brasil como nação.

O *Publicador* inaugurou sua circulação em setembro de 1862 e findou suas publicações no ano de 1886, tornando-se, também, uma das folhas mais duradouras da Paraíba durante o período imperial. Em seu cabeçalho possui uma fundamental informação: “O *Publicador* é propriedade de José Rodrigues da Costa”.

José Rodrigues da Costa⁵ foi fundador e proprietário tanto do jornal quanto da oficina tipográfica que levava seu nome, *Typographia de José R. da Costa*. Desde a instalação de sua tipografia, na capital da província, ele foi o responsável pela impressão de uma vasta gama de impressos, entre eles encontram-se

⁵ Para maiores informações a respeito da vida e atuação de José Rodrigues da Costa como tipógrafo, ver Peixoto (2017).

os relatórios de presidente de província, publicados pela sua oficina, sucessivamente, entre os de 1848 a 1862. Além disso, também saíram dos prelos de sua oficina, escritos⁶ (livro de poesia, compêndio escolar, memórias de viagem etc.) de autores locais, como também uma média de 12 jornais⁷ que circularam na capital, sendo *O Publicador* (1862-1886), de sua propriedade, o mais importante deles, pois com ele se inaugurou a publicação diária de um jornal na província.

Todavia, na noite do dia 8 de novembro de 1866 um repentino e grave mal-estar retirou os últimos suspiros de vida “do mestre da arte tipográfica de nossa terra” (*O Publicador*, n. 1440, 17 de maio de 1867, p.3.). Porém, apenas quatro dias após sua morte, tanto no cabeçalho quanto ao fim da última página d’*O Publicador*, tanto a tipografia como o diário, já figuravam como propriedade dos *Herdeiros de José R. da Costa*. Logo, seus filhos continuaram não só à frente da publicação do então diário, como também ficaram responsáveis pela continuação das atividades da tipografia por mais vinte e seis anos no mercado editorial da capital, até fecharem as portas do estabelecimento, no ano de 1892.

6 SILVA, Francisco Pereira da. *Memorias das viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Parahyba do Norte nos anos 1846 e 1847*(1848); VELLOSO, Manoel Caetano. *Lições de Rethorica recopiladas dos originaes de L. Ferreol Perrard, e Edme Ponelle* (1849); SILVA, Francisco Pereira da. *Ensaio para a estatística da provincia da Parahyba do Norte. Parte I* (1850); FRANCA, Francisco Xavier Monteiro da. *Vida e Poezias* (1854); CORDEIRO, Antonio da Cruz. *Instruções Sanitarias Populares* (1862); SOBRINHO, Joaquim Maria Serra. *Mosaico: Poesias traduzidas* (1865) (Peixoto, 2017, p.101-102).

7 *O Espreitor* (1849), *Correio Official Parahybano* (1849), *A Ordem* (1850), *Alva-jornal litterario* (1850), *Governista Parahybano* (1850), *Jornal da Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba* (1853), *A Matraca* (1854), *O Parahybano* (1855), *A Epocha* (1856), *O Imparcial* (1860), *Diario da Parahyba* (1861), *O Publicador* (1866) (Peixoto, 2017, p. 86-87).

Dito isso, pode-se afirmar que a história do jornal *O Publicador* é inseparável da história de sua tipografia. Dessa maneira, a história do diário e de sua tipografia se entrelaçam nesse texto.

A obra mais conhecida a respeito da tipografia do jornal *O Publicador*, *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*, lançada em 1978 por Eduardo Martins, destaca-o como o primeiro diário da província, porém trata de maneira superficial sobre seu proprietário e os herdeiros. Essa abordagem é compreensível, como bem sugeria o título, pois o objetivo da obra era destacar a trajetória da tipografia, essa que, após muitos anos no mercado editorial da capital, abrigou o Jornal *A União*, lançado em 1893, e que ainda circula atualmente como jornal oficial do Governo do Estado (Barbosa, 2009, p.52).

No ano de 2017, com a Dissertação de Mestrado *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*⁸, aportada na perspectiva da Nova História Cultural, e considerando o que Robert Darnton (2010) caracterizou por *intermediários da literatura* — homens e mulheres responsáveis tanto pela produção quanto pela propagação dos impressos, como trapeiros, tipógrafos, editores, impressores, livreiros, etc., que durante muito tempo foram negligenciados, em vista de grandes obras e autores, na historiografia — analisei a atuação de José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo desde período de instalação da sua oficina na capital até o seu falecimento.

A partir disso e por meio de uma extensa pesquisa documental, foi possível não somente destacar a importância do tipógrafo como um dos principais produtores e difusores da cul-

8 Dissertação de Mestrado em História defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Também se publicou o livro: *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. João Pessoa: Mídia Editora, 2017.

tura escrita na província como também refutar importantes informações, referentes ao tipógrafo, que estão presentes na obra de Martins (1978) e que eram reverberadas pela historiografia, até então.

Na introdução de sua obra, Eduardo Martins (1978) anunciou seu desejo de “lembrar aos estudiosos da história da imprensa paraibana um dos vultos mais destacados do nosso passado jornalístico e editorial” (Martins, 1978, p.13). Com isso, conseguiu cristalizar a imagem, dali em diante, do “**português** José Rodrigues da Costa, ‘excelente tipógrafo, **vindo do Recife**” (Martins, 1978, p.21), que, na capital paraibana, “se estabeleceu em fins de 1834, na casa nº 2 da Rua Direita” (Martins, 1978, p.21. Grifos meus). Conseqüentemente, por muito tempo, sobre José Rodrigues da Costa e outros intermediários da cultura escrita na Paraíba, como bem disse Socorro Barbosa: “na ausência de fontes primárias, a tentação é acreditar nas pesquisas de estudiosos anteriores” (Barbosa, 2010, p. 206).

Compreendo o legado da obra de Martins (1978), em comum acordo com Michel de Certeau (1982), quando afirmou que a História se escreve por meio de práticas, as quais são frutos de diversos interesses do lugar social em que o historiador está inserido, tendo em vista que o peso da instituição histórica e o lugar social dos indivíduos se refletem no discurso do próprio historiador. Com isso, sua narrativa de cunho descritivo e, muitas vezes, despreocupada em indicar aos leitores a localização de documentos utilizados, se torna compreensível. Uma vez que, eram regras e práticas compartilhadas pelo lugar social do autor, que foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Associação Paraibana de Imprensa.

Com esse entendimento, utilizei as informações contidas na obra de Martins (1978) como ponto de partida para a compreender e traçar a trajetória de José Rodrigues da Costa. Logo, parti de elementos descritos no livro do autor, realizei o cruzamento de informações dos próprios impressos publicados na tipografia com documentos cartoriais e paroquiais, e consegui chegar a dados que refutam informações primordiais acerca do tipógrafo.

São elas: a de que José Rodrigues da Costa era paraibano⁹ e não português; de que a oficina foi instalada na Cidade da Paraíba em meados de 1848 e não em 1834, pois além de o impresso mais antigo¹⁰, contendo o nome da tipografia datar de 1848, uma vez que, no ano de 1844, José Rodrigues da Costa possuía uma tipografia no Rio de Janeiro localizada na Rua do Conde¹¹, casa n.4 (*Almanak Mercantil*, n.02, 1844, p.325); para Eduardo Martins (1978), José Rodrigues da Costa e dona Joanna Maria do Rosario foram citados apenas como donos em comum de um sítio, omitindo que ambos foram companheiros e tiveram filhos juntos; ademais, Martins (1978) mencionou que o tipógrafo havia deixado cinco herdeiros, sendo que o casal tivera sete filhos, e na época do nascimento da primeira filha do casal, Joanna possuía a condição jurídica de escravizada¹².

Assim, José Rodrigues da Costa, natural da província da Paraíba do Norte, foi um dos principais editores e divulgadores da cultura escrita da Paraíba imperial. Pois, além dos inúmeros

9 Livro dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia, 1872, Acervo da Igreja da Misericórdia; *O Publicador*, n.1252, 12 de novembro de 1866.

10 *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847* (Silva, 1848).

11 Atual Rua Frei Caneca (Pinto, 2007. p.94)

12 *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa*, de 1873. Acervo do Cartório Monteiro da Franca.

gêneros impressos saídos dos prelos de sua oficina, atingiu o ápice de sua atuação publicando o primeiro jornal diário da província, e de sua inteira propriedade.

Para a presente pesquisa, acredita-se assim como Robert Darnton (2010), que os materiais impressos passam, aproximadamente, por um mesmo ciclo de vida, denominado, por ele, de *circuito de comunicação*. Esse circuito consiste no percurso da produção do impresso até as apropriações dos leitores, partindo do autor para o editor, em seguida para o impressor, depois aos distribuidores e vendedores, sendo o leitor o destino deste circuito, pois “ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição”, já que “os próprios autores são leitores” (Darnton, 2010, p. 125).

Dessa maneira, objetiva-se identificar e analisar o *circuito de comunicação* que circunscreveram os anos iniciais de circulação do *Publicador*. Sabe-se que o jornal perdurou por mais 17 anos, contudo optou-se por analisar apenas a década de 1860, primeiramente por questões de acessibilidade à documentação – pois da década de 1860 inteira só não foram localizados exemplares do ano de 1863 – e os outros anos foram localizados quase que em seu inteiro teor, totalizando 2164 exemplares disponíveis. Em relação à década de 1870 não foi possível localizar nenhum exemplar sequer, e em relação a década posterior só existem dois anos disponíveis. Além disso, acredita-se que a década de 1860, por si só já foi uma das mais complexas e férteis para o pensamento e debate político do segundo reinado (Carvalho, 2018, p.18).

Os jornais eram e ainda são construídos com base tanto no cotidiano como nas práticas de leitura e escrita de seu respec-

tivo período histórico. Dessa forma, o diário é compreendido enquanto um meio de comunicação que tanto influencia práticas como também sofre intervenções da sociedade em suas páginas, uma vez que “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (Capelato, 1988, p. 21). Logo, seria impossível escrever sobre a imprensa sem levar em consideração sua intensa relação com as trajetórias econômicas, sociais e culturais do Brasil oitocentista.

Para isso, mobiliza-se as perspectivas da Nova História Cultural — concepção essa que trouxe à tona a verificação de como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto (Morel; Barros, 2003, p.9) —, e as propostas teórico-metodológicas do campo da História do Livro ou *História Social e Cultural da Comunicação Impressa*, como caracterizou Robert Darnton (2010). Campo esse que busca “entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento humano” (Darnton, 2010, p. 122).

Nesse sentido, pela continuação do prospecto do *Publicador*, quando a redação afirmou que “o público paraibano já tem adquirido o hábito à leitura dos periódicos” (*O Publicador*, n.1, 1º set. 1862, p.1), infere-se que a inauguração de um jornal diário não só instauraria novas práticas de leitura, como também uma nova relação do público leitor em relação aos jornais. Já que, além de sistêmica, a imprensa é dinâmica pois “modifica, ativa, estimula e tonifica a recepção e a produção de todos os discursos dos quais ela é a portadora” (Caparelli, 2012, p.26). Tal atividade nos leva a percebê-la por um prisma interdisciplinar, uma vez que o impresso por si só é algo que foge dos limites fronteiriços e linguísticos que lhe são impostos (Mollier, 2016; Darnton, 2010).

ASPECTOS DO CICLO DE PRODUÇÃO

Compreendendo a comunicação e a circulação de impressos como um processo sistêmico, o *circuito de comunicação*, proposto por Darnton (2010), apresenta-se como uma profícua ferramenta para o estudo aqui proposto. Visto que o que se encontra inscrito e impresso, ao longo das páginas do jornal o *Publicador*, só se tornam acessíveis quando se compreende não somente quem eram os responsáveis pelos bastidores, mas também pela leitura do circuito informacional que ocorria na sociedade.

A exemplo de uma matéria, do segundo exemplar de 1862, que tomou quase por inteiro a primeira página, discorrendo a respeito do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Vale salientar que, nesse mesmo ano, o redator chefe d' *O Publicador*, Padre Lindolfo, tinha acabado assumir a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, bem como o proprietário do jornal, já era membro da Irmandade, desde o ano de 1853 (Peixoto, 2017).

Vê-se, então, como os bastidores de produção d' *O Publicador* estão completamente imbricados com o conteúdo impresso nas páginas. Bem como o seu fundador, estivera rodeado de pessoas muito influentes pertencentes à elite política na província, pois o Padre Lindolfo, redator de seu jornal, assumira durante vários anos o mais alto cargo na Irmandade da Misericórdia, bem como alguns dos autores e redatores que imprimiram em sua oficina, como: Antonio da Cruz Cordeiro, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque Gervazio Victor da Natividade e Manoel Caetano Velloso (Peixoto, 2017). Assim, ao longo dos exemplares vai ficando cada vez mais nítida a presença de discussões e debates em relação às questões mais vigentes da socie-

dade àquele momento, e dos laços e relações estabelecidas por seus produtores.

Desde seus primeiros números, a redação do jornal fazia questão de explicitar que seu posicionamento político era *liberal*. Para além disso, no ano em que o diário veio à tona, em 1862, a redação afirmava que “Nossa posição está escolhida, e tomada a muito tempo. Somos *conservador moderado*, e como tal aderimos à *liga progressista*” (*O Publicador*, n.37, 14 de out. 1862, p.4). De acordo com Myraí Segal (2017), nesse mesmo ano, severas se discutia acerca da Liga Progressista¹³ nacional e localmente. E, não coincidentemente, *O Publicador*, em vários de seus números, se expôs enquanto adesista do movimento “procurando demonstrar que a união entre parte dos liberais e dos conservadores moderados era profícua e que juntos eles seriam capazes de conduzir a política nacional” (Segal, 2017, p.119).

Conforme José Murilo de Carvalho (2008), após a Liga, criou-se o efêmero Partido Progressista, esse que como explicitava seu programa¹⁴: “significava *liga* de liberaes e conservadores moderados” (Melo, 1878, p.15), tendo perdurado de 1864 a 1868. Segundo Segal (2017), o redator chefe, o Padre Lindolfo, possuiu a intenção de ser não somente porta-voz da Liga, mas também do Partido Progressista, contudo, o seu líder em âmbito provincial era o senhor Felizardo Toscano de Brito¹⁵, “político, que antes da criação do Partido Progressista e depois de seu fim, esteve à frente dos liberais” (Segal, 2017, p. 17), e, que, ao assumir a vice-presidência da província, em 1864, encerrara o contrato do governo com o jornal conservador, *Jornal da Parahyba*,

13 Para maiores informações ver Carvalho (2008); Segal (2017).

14 Programa do Partido Progressista, disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179482>

15 Para maiores informações a respeito de sua atuação política, consultar Segal (2017).

e entregara as publicações dos expedientes governamentais às mãos do *Publicador*, de cunho liberal.

Mas, para compreender essa ação, de cunho partidário, é preciso primeiro compreender que tanto o redator Lindolfo Correia quanto o recém-empossado vice-presidente Felizardo de Brito, além de compartilharem a mesma ideologia partidária, ambos foram eleitos deputados provinciais nas mesmas legislaturas, correspondentes ao ano eleitoral de 1860-1861. Assim, o que se encontra impresso nas páginas do jornal, só passa a ser mais bem descortinado quando mergulhamos mais profundamente por entre as camadas das relações políticas e sociais, traçadas e estabelecidas por quem o produziu.

Ao longo das pesquisas realizadas foi possível localizar outros funcionários que trabalharam na tipografia d' *O Publicador*, além do tipógrafo proprietário e do redator principal. Como os dois guardas nacionais: José Eduardo da Silva Pinto, que era administrador da tipografia do diário e da *Typographia Liberal Parahybana*, de propriedade de Felizardo Toscano de Brito; e João Francisco Soares, que além de guarda nacional, também estudava francês do Lyceu Provincial. Além dos dois tipógrafos, que possivelmente trabalhavam na composição dos textos e das páginas, por serem letrados, também foi possível localizar um outro funcionário, o cobrador Lindolfo Malaquias do Rosario (Peixoto, 2017).

O JORNAL EM REDE: ASPECTOS DA CIRCULAÇÃO

Nos impressos, e principalmente nos jornais, encontram-se inscritos uma *rede de comunicação*, rede essa que é “composta por artérias, veias e capilares que leva em conta todos os

estágios do processo de produção e distribuição” (Darnton, 1998, p.198). Pensando nisso, realizou-se um extenso esmiuçamento das seções do diário na tentativa de evidenciar algumas das redes, transnacionais e nacionais, que circunscreveram o circuito de notícias impressas no *Publicador*. Pois, assim como a maioria dos jornais à sua época, o diário paraibano publicou notícias sobre os mais variados países do mundo, seja por folhas nacionais, ou por traduções próprias de folhas internacionais que a redação possuiu acesso, o que caracteriza uma *lógica da cultura midiática transnacional da modernidade* (Guimarães, 2019).

Até o momento, foram identificadas e catalogadas todas as referências – jornais, livros e autores - de fora da província (nacionais e internacionais), dos anos de 1862 e 1864, totalizando 247 citações para o ano de 1862 e 443 para o ano de 1864.

Desde sua inauguração, o *Publicador* se estruturou em quatro páginas, com seções fixas e variáveis. Conforme foram classificadas as referências externas à província, destacaram-se as seguintes seções: *Registro Noticioso* (1862), que em 1864 se tornou *Noticiário* e que além de fixa, era uma das que mais abrangia as páginas do jornal; *Agricultura*, *A Pedido*, *Correspondência do Publicador*, *Exterior*, *Interior*, *Literatura*, *Transcrições e Variedades*. Algumas delas tiveram aparição mais em um ano do que outras, apenas em um ano ou no outro, mas as que abarcaram maior número de citações foram as de *Noticiário* e *Variedades*.

No ano de 1862, do total de 247 citações externas à província, 166 das citações eram nacionais, representando 67,21% do total, bem como 11 países¹⁶ aparecem referenciados pelos jornais. Em segundo lugar total, mas o primeiro em relação às ci-

¹⁶ Alemanha, Argentina, Austria, Chile, Espanha, Italia, França, Portugal, Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos.

tações internacionais encontra-se a França, com 47 referências, totalizando 19,03%; depois Portugal com 14 citações, representando 5,67%; seguido de Inglaterra com seis citações somando 2,43%; depois Bélgica com cinco referências, representando 2,02% e Estados Unidos com três referências somando 1,21%. Para o ano de 1864, das 432 referências totais localizadas, aparecem 13 países¹⁷, mas novamente o Brasil lidera com 210 delas, representando 48,61%; seguido da França com 75 citações, somando 17,36% do total; depois Portugal com 71 referências, totalizando 16,44%; seguido da Inglaterra com 23, representando 5,32% e Bélgica com 17 citações, somando 3,94%.

Na soma dos anos, 1862 e 1864, as citações nacionais compõem 55,87%, em seguida a França com 17,24%, Portugal com 12,63%, seguido de Inglaterra com 4,16% e Bélgica compondo 3,27% do total de 673 referências identificadas. Observa-se que os países com maior número de citações continuam sendo Brasil, França e Portugal, seguidos por Inglaterra e Bélgica. No ano de 1864, França e Portugal disputaram as primeiras posições por uma ínfima diferença. Mas, mesmo com essa disputa, nos dois anos, considerados em conjunto, o país francês permanece à frente, perdendo posição apenas para os impressos brasileiros.

Tal cenário corrobora com o fato de que, desde os primórdios, do século XIX até meados do século XX, os maiores órgãos da imprensa brasileira acompanharam, o que as autoras chamaram de “estilo francês” (Cooper-Richet; Guimarães, 2012). Esse estilo é caracterizado pelo papel da França como referência fundamental para os jornais, tanto em relação às informações contidas na folha impressa, quanto em relação à forma (Cooper-

¹⁷ Alemanha, Austria, Canadá, Dinamarca, Suíça, Espanha, Rep. Tcheca, Italia, França, Portugal, Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos.

-Richet; Guimarães, 2012, p.18). Tal fato apresenta-se em concordância com os dados apresentados, em que a França aparece como a principal localidade, do exterior, de onde impressos internacionais eram citados, representando 17,24%, das citações totais dos dois anos analisados.

Entretanto, é preciso destacar a significativa variedade de países que compuseram as referências utilizadas pela redação do *Publicador*. Moine *et al.* (2008) destacaram a Europa como o centro de circulação e transferências transnacionais, pois, devido à sua conformação geográfica, foi um verdadeiro caldeirão de circulações e múltiplas transferências (Moine; Bouvier; Palmer, 2008).

Ao analisar os dois anos em conjunto, observou-se uma mudança no teor das referências utilizadas pela redação do jornal. Em 1862, o jornal baseava a maior parte de suas seções em jornais, mas também se utilizava de muitos excertos de obras literárias ou de autores consagrados àquela época¹⁸. Por outro lado, em 1864, foi quase impossível localizar citações de livros referenciados, pois muitas vezes nas seções *Variedades* ou *Literatura*, a redação simplesmente indicava a extração com a abreviação *Extr.* Acredito que essa mudança se deu pelo fato de que, em 1862, o jornal estava tentando se estabelecer enquanto periódico e, em 1864, além de já ter se consolidado, e estabelecido uma boa rede de contatos com redações externas à província, ele veio a ser um veículo de atos e expedientes do governo provincial. Portanto, nesse processo de consolidação, no ano inaugural, o jornal muitas vezes, por falta de contatos com outras redações de fora da província, valia-se do preenchimento de suas colunas com esses trechos retirados de obras já consagradas.

18 Como Benjamin Franklin, Hyppolyte Castille, Rochefoucault. A. Sibour, Baily, Somet, M. Jobard e Taxile Debord.

Ao agrupar as referências utilizadas nos anos de 1862 e 1864, os dados revelam a circulação de informações, em escala internacional, como um aspecto proveniente das práticas culturais intrínsecas à imprensa do século XIX. Todavia, essas conexões entre os países revelam as assimetrias, a exemplo da escassa utilização de referências de países sul-americanos.

Em relação as províncias mais citadas, na soma dos dois anos, permanecem as mesmas, em relação ao ano de 1864. São elas: Rio de Janeiro (32,71%), Pernambuco (22,61%), Rio Grande do Sul (8,24%) e São Paulo (6,91%), respectivamente. Vale ressaltar que o Rio de Janeiro e Pernambuco mantêm suas posições, mas que há uma troca de posições entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Isso se deve ao fato de que no ano de 1862, a terceira província mais citada foi o Ceará, enquanto em 1864 esse lugar foi ocupado por São Paulo. Como o Rio Grande do Sul se manteve na quarta posição em ambos os anos, a soma de citações dessa província, nos dois anos, resultou em uma frequência maior que as províncias do Ceará e São Paulo. Nos dois anos foram utilizadas referências provenientes de 16 províncias, excetuando-se a Paraíba do Norte, três províncias não foram citadas em nenhum dos dois anos: Goiás, Santa Catarina e Piauí.

Contudo, vale destacar a abrangência nacional das fontes utilizadas pela redação do *Publicador*, que usufruiu de materiais vindos de províncias de quase todas as regiões, da conformação atual, configurando 80% das 20 províncias existentes no período. Nesse sentido, os resultados encontrados até o momento, permitem afirmar a inserção do *Publicador* na rede nacional de debates que circunscrevia a imprensa brasileira do período.

É possível, também, inferir que muitas das citações feitas pela redação tinham, também, caráter ideológico, uma vez que os jornais citados pela redação tinham um alinhamento político concordante com o *Publicador*, a exemplo do *Jornal do Recife*, o mais citado da província de Pernambuco, que era o porta voz da liga progressista dessa província, tal qual o *Publicador* o era na Paraíba do Norte. Esse fenômeno foi identificado por Lise Andries (2012) que, ao estudar a imprensa no México, se atentou para o fato de que “a escolha das obras é feita segundo as opções ideológicas dos jornais” (Andries, 2012, p.43).

Dessa maneira, os fatores políticos se destacam como elucidativos para explicar a razão pela qual províncias distantes apresentaram um elevado número de citações pela redação do jornal, enquanto províncias geograficamente próximas tiveram poucas citações. Isso indica que os aspectos políticos e econômicos prevalecem no influxo de chegada de notícias e de periódicos e, conseqüentemente, das referências utilizadas pelo *Publicador* para compor as seções em suas páginas.

USOS DO JORNAL

No sentido de compreender o *Publicador* por uma perspectiva holística do circuito de comunicação do jornal, desloca-se o olhar para os usos¹ do jornal.

No jornal *O Publicador* foi possível localizar seções voltadas para seus leitores, como *Correspondências*, *A Pedido* e a tão importante e fixa seção de *Anúncios*, que era formada pelos assinantes e pelo público que desejava publicizar os mais variados

¹ Destaca-se a assimilação noção de *apropriação*, que “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180).

assuntos. Também foi constatada a utilização de alguns artifícios, narrativos, de aproximação da redação com público paraibano. A exemplo de: “[...] se alguém tiver reclamações a fazer, mande-as em carta fechada à redação do *Publicador*, que serão atendidas prontamente” (*O Publicador*, 4 de setembro 1862, nº 4, p.4); “[...] todas as pessoas que estiverem bem informadas de qualquer ocorrência, que a comuniquem em carta fechada a redação do *Publicador*, com ou sem assinatura [...]” (*O Publicador*, n.5, 5 de setembro de 1862).

Percebe-se nesses excertos, respectivos aos números iniciais d’*O Publicador*, a tentativa da redação de consolidar a publicação do jornal e a formação de um público leitor. Estratégia perceptível desde o prospecto de inauguração, quando os redatores pediam, ao público paraibano que já havia adquirido o hábito de leitura dos periódicos, que “nos auxilie em nosso empenho, fazendo crescer a inscrição de nossos assinantes” (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862).

Nos trechos citados acima, percebe-se que, no primeiro ano do jornal, a redação convoca o público a enviar cartas com informações e reclamações. Por outro lado, em 1864, o jornal já havia se consolidado, principalmente por ter assinado contrato de publicação com o governo provincial. Nesse sentido, percebe-se uma mudança na relação com o público, em que, ao invés de pedidos da redação, identifica-se, com uma maior frequência, a participação e os usos dos leitores das seções que lhes eram direcionadas.

Esses recursos narrativos são apreendidos, aqui, como estratégias de aproximação, noção discutida por Letícia Mathews (2013), em seu artigo *O leitor e o cotidiano na história do jor-*

nalismo. Nele, ao analisar o impacto da telegrafia no jornalismo do século XIX, a autora identificou como se deu a participação e a interação do público com os jornais, uma vez que, os periódicos passaram a usar, sistematicamente, o telégrafo, tornando a imprensa muito mais noticiosa.

Ainda que a análise da autora tenha se concentrado nas décadas finais do século XIX, a compreensão da noção de estratégia de aproximação nos auxilia a compreender as práticas utilizadas tanto pela redação para com o público, quanto os usos e participações da sociedade nas folhas d' *O Publicador*. No século XIX, as estratégias de aproximação foram as charadas, enigmas, palavras-cruzadas, promoções, reclamações, cartas, entre outros. Nesse sentido observa-se que houve e ainda existem inúmeras formas de participação-colaboração do público no jornalismo (Matheus, 2013).

A redação d' *O Publicador* utilizou mecanismos de aproximação e formação do público, na tentativa de se firmar enquanto diário, bem como o público realizou suas próprias leituras do que estava impresso, recorrendo ao jornal para a divulgação de interesses privados. A exemplo do trecho a seguir: “A redação do *Jornal da Parahyba*, essa facção obstinada, guiada por uma razão desvairada e torpe em seus excessos, e dominada das mais perigosas e ameaçadoras ideias [...] *Um leitor (O Publicador, n.472, 30 de março de 1864)*. Nesse extrato é possível evidenciar uma das maneiras como o público percebia e se utilizava das páginas d' *O Publicador*, como também é perceptível que a redação escolheu publicar uma correspondência que se alinhava com seu viés ideológico. Tendo em vista que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma,

aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público” (Luca, 2011, p. 139).

Por tudo que foi exposto, acredita-se que *O Publicador* e os leitores, à sua maneira, forjaram suas representações do mundo social baseado em seus próprios interesses.

REFERÊNCIAS

Fontes

Almanak Mercantil, n.02, 1844, p.325. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>

O Publicador 1864. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>

O Publicador 1862. Arquivo Privado Maurílio de Almeida

BIBLIOGRAFIA

ANDRIES, Lise. A imprensa como modelo de construção nacional: algumas hipóteses metodológicas. In: GUIMARÃES, Valéria. (org.) *Transferências culturais na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: *II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, Florianópolis, 2004. p.1-11. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

CAPARELLI, André. Identidade e alteridade nacionais: transferências culturais na imprensa brasileira do século XIX. In: GUIMARÃES, Valéria. (org.) *Transferências culturais na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002.

COOPER-RICHET, Diana; GUIMARÃES, Valéria. Introdução. In: GUIMARÃES, Valéria. (org.) *Transferências culturais na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARÃES, Valéria. A Imprensa Francófona no Brasil: circulação transnacional e cultura midiática nos séculos XIX e XX. *História*, Assis/Franca, v. 38, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100203&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de julho de 2020.

HUNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3º Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MCLUHAN, Marshall. *Understanding media. The extension of man*. Massachusetts: MIT Press ed, 1994.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. 2. Reimpressão.

MARTINS, Eduardo. *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1978.

MATHEUS, Letícia Cantarela. O leitor e o cotidiano na história do jornalismo. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*. Número 1, p. 44-59, janeiro/abril 2013.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império* (Primeira Parte: Exposição de Princípios). São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179482>>.

MOINE, Caroline; BOUVIER, Yves Bouvier; PALMER, Michel., (2008). L'Europe au coeur de circulations et de transferts transnationaux. *Les Temps des médias*, n.11, p. 6-9. 2008-2009.

MOLINA, Matías M. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOLLIER, Jean-Yves. Para uma abordagem transnacional do livro e da edição. In: CASTELLANOS, Samuel Luiz Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto. (orgs). *Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica*. São Luiz: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. O Jornal *O Publicador* e a imprensa diária na Paraíba do século XIX. *Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL-2020*. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/lista_area_DT1-HJ.htm

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

SEGAL, Myraí Araújo. *Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político*

imperial (1855-1875). 225f. Dissertação (Mestrado em História)
– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed.
(atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966].

TUDO ACONTECE EM UM DIA DE FEIRA: AS FEIRAS PÚBLICAS E OS SIGNOS DO MODERNO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX¹

Luiz Mário Dantas Burity

Pelas estradas que cortavam a cidade de Campina Grande, na altura do bairro de Bodocongó, o *chauffeur* de um caminhão, de nome José Galdino, atropelou um homem de setenta anos que seguia em um cavalo arisco na mesma direção do motorista. Atestavam as evidências que a negligência do condutor se somara à agitação do animal, que com a aproximação do veículo pôs-se a saltar, derrubando o cavaleiro. E completava o réu: “O caminhão não lhe tocou. O animal recuando bateu na carroceria do caminhão, ferindo-se no tronco da cauda e isso, ainda mais, o exasperou”. Legalmente, não havia irregularidades com o piloto, que estava na faixa direita, buzinou quando da aproximação do equino e parou para socorrer a vítima, que foi levada ao hospital pelo patrão do réu. Mas os esforços foram insuficientes, ele viria a falecer três dias depois, sendo alegada como causa a falta de tratamento médico higiênico adequado².

Abriu-se um processo na comarca de Campina Grande, no qual o motorista foi considerado culpado. O réu, todavia, solicitou a revisão da sua sentença, que foi acatada pelo Superior

1 Uma primeira versão desse texto compôs a minha dissertação de mestrado *Tempos misteriosos: uma história da população camponesa pelas estradas do mundo moderno*, defendida no PPGH/UFPB em 2017, sob orientação da Profa. Serioja Mariano.

2 *Acórdão* da apelação criminal n.52, da comarca de Campina Grande. Consultado na *Revista do Fôro*, n.34, f.4, abr./1940. p.393-395.

Tribunal de Justiça. Declarada a inocência, o episódio ficaria marcado como um acidente, resultado de um encontro trágico entre um caminhão e um cavalo, máquina e animal, dois “meios de transporte” que representavam o antigo e o moderno – escrevo “meio de transporte” entre aspas porque esse é um nome muito secularizado para tratar a relação de um homem do campo oitocentista com o seu cavalo. Arrisco dizer que esse encontro – ou desencontro – de dois mundos em um mesmo tempo, ou de dois tempos em um mesmo mundo, reúne alguns dos conflitos que assombraram e encantaram a sociedade paraibana na virada do século XIX para o século XX. Era preciso encontrar um lugar para existir entre o moderno e o tradicional, entre o campo e a cidade, entre o motor e as patas que teriam de dividir as mesmas estradas.

Tudo acontecia em um dia de feira. Os dias de feira eram os mais agitados. Naqueles momentos, os habitantes do mundo rural seguiam na direção da cidade para vender o que produziam e comprar aquilo que suas lavouras não eram capazes de lhes oferecer. Era uma oportunidade de encontro, no qual os produtores das regiões mais distantes costumavam se esbarrar, fazendo daquele um espaço privilegiado para a propagação de notícias. Nesse lugar, os jornais eram lidos em voz alta por algum letrado e os folhetos vendidos a preços módicos, enquanto seus vendedores recitavam as histórias fantásticas que povoavam o imaginário popular. Mas se os impressos tinham seu lugar, nenhum outro suporte alcançava o poder da oralidade: acontecimentos do cotidiano, intrigas entre vizinhos, comunicados de nascimento e morte, eventos da política local, episódios sobrenaturais, histórias de invenções e tudo mais que estivesse na pauta do dia, corria de boca em boca pelos recantos do mercado público entre uma venda e outra.

O objetivo desse texto é discutir as transformações no cotidiano das feiras públicas paraibanas na virada do século XIX para o XX. Walter Mignolo (2020[2000]) nos ensina que é no limiar do tradicional com o moderno que conseguimos perceber a peculiaridade do modo como o projeto global de modernização, que teve seu boom na “*belle époque*”, foi recebido nas mais variadas localidades subalternas ou colonizadas. É a partir delas que podemos compreender as inventividades que tomam o modo de estar no novo tempo. Nesse intento, foram consultadas a revista *Paraíba Agrícola*, que circulou no estado entre 1922 e 1923, com destaque para as fotografias; alguns folhetos impressos na época, e que compunham o imaginário dessa população que frequentava esses espaços públicos; mas também os processos civis e criminais transcritos na *Revista do Foro*, periódico do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba.

A LITERATURA DE FOLHETOS E AS IDEIAS QUE CIRCULAVAM NO IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO PARAIBANA

Na literatura de folhetos, podemos vislumbrar um pouco do imaginário dessa população que circulava nas feiras públicas. Enquanto vendiam seus produtos ou faziam as compras da semana, essa gente se deparava com as narrativas fantásticas, como essa da máquina que fazia o mundo rodar, de autoria de Antonio Cruz:

Morava na Parahyba
Lá nos confins do agreste
Um homem de pouca idade
Que tinha saber por peste
A ponto de até querer
Vencer o plano celeste.

Descrevo d'elle um tratado
De um mysterio profundo
Que se for apparecido
Tem de ficar sem segundo,
E' a tal machina inventada
P'ra fazer rodar o mundo.

Esse homem inventou
Certa machina preparar,
Por meio de electricidade
Fazer o mundo rodar,
De acordo com a atmosfera
Derramando a agua do mar.

(Cruz, 1921, p.1).

Chamavam-no Manuel Galope pela estranha habilidade de andarilho, destreza que competiu com o vento em seu ambicioso propósito de alcançar o céu. Frustrada a empreitada, restou-lhe a pretensão de tudo descobrir e caminhou pelo mundo perseguindo os rastros misteriosos dos ladrões. Em um sonho, correu pelo mato e encontrou uma serra. Daquela serra, viu uma grande furna por onde um ladrão entrou, e, na esteira dos seus passos, andejou longos 25 anos. Chegando ao centro da terra, registrou todo o seu funcionamento e foi assim que o camponês arquitetou aquela máquina.

Eis que, desperto do sonho, o jovem andarilho perseguiu os cobres que permitissem a feitura de tão grandioso aparelho. Alcançou bons sócios, em todo e qualquer lugar, e inventou uma aposta na qual toda a gente palpitou:

Cego, alejado e moleque,
Padre doutor e soldado,
Inspetor, Juiz de Direito,
Commandante e delegado,
(...)
Matuto, senhor de engenho,

Praciano e mandioqueiro” (CRUZ, 1921, p.5).

Os mais crédulos apostaram suas moedas na palavra do pretenso engenheiro, enquanto os excessivamente desconfiados duvidaram que aquele feito tivesse sido possível. O que se sabe é que o enredo correu sertões e se fez tão acertado quanto a ressurreição de Cristo, o retorno de Maomé para os turcos, o regresso de *El-Rei* D. Sebastião. Falou-se em Santos Dumont, que só na Europa teve sucesso, e em Augusto Severo, que da ousadia de chegar às nuvens e competir com Deus, também daquela altura caiu. Ainda Solano Lopes no Paraguai teria tentado ganhar o mundo e findara vencido pelo monarca brasileiro. Mas o folheto não parava por aí. Antonio Conselheiro e Antonio Silvino também não fugiram àquela narrativa, até a afamada profecia de um e valentia do outro tiveram proporções comparáveis àquela que alcançara a referida máquina. Enfim, depois de tamanha celebridade, seu proprietário e inventor se disse tão rico quanto o rei Salomão. Contavam que ele teria subido ao infinito, mas que um dia voltaria, como Virissimo na grande barca Minerva e que traria consigo a prova do seu trabalho (Cruz, 1921).

Publicado pela Tipografia da Luz em 1921 na cidade de Guarabira, o folheto intitulado *A Historia da Machina que faz o*

mundo rodar, escrito pelo afamado cantador Antonio da Cruz em Mamanguape, circulou, no mínimo, entre o Litoral e o Agreste da Paraíba. Seus limites, possivelmente, esbarraram no alcance que o mito da famigerada máquina tomou, sendo possível inferi-lo pelo contexto dos símbolos aos quais ele recorreu na feitura de sua história. Como lembrava Robert Darnton (2014[1984]), a incapacidade de entender uma piada é um bom sinal da distância entre o leitor e o seu cenário cultural de produção. Tomando isso por verdade, há que se discutir esse universo de referências que colocava em uma mesma arquibancada figuras como Cristo, Maomé, D. Sebastião, Santos Dumont, Augusto Severo, Solano Lopes, Antonio Conselheiro, Antonio Silvino, o rei Salomão e Virrissimo da grande barca Minerva.

Incontestavelmente esses personagens faziam referência a lugares distintos da memória coletiva, dispondo de escalas variadas de observação. No primeiro plano, a máquina que fazia o mundo rodar informava dos signos do moderno que com o passar do tempo foram se tornando cada vez mais presentes no cotidiano das populações que habitavam o interior do estado, sobretudo entre os grupos que povoavam o mundo rural. Em meados da década de 1920, o camponês ou a camponesa que em um dia de feira cruzasse alguma cidade paraibana decerto toparia com evidências da modernização que já habitava o seu porvir. Contudo, as notícias que chegavam das cidades por certo diziam de um domínio em tudo muito estranho àquele horizonte de expectativas que a experiência havia permitido aos trabalhadores rurais. O que não se podia esperar é que toda aquela gente reagisse da mesma forma a mudanças com tamanhas proporções.

A respeito do citado conflito, atestava o folheto que não houve consenso entre os ouvintes daquela história: no jogo das

apostas, cada participante tendeu para um lado, depositando toda a experiência acumulada de uma vida de surpresas e frustrações na possibilidade ou no absurdo da existência de uma máquina que fazia o mundo girar. Mas as dissidências, de fato, foram sintomáticas da ambivalência de emoções que a modernização iminente despertava. Enquanto nas metrópoles, lembrava Nicolau Sevcenko (1992), a tecnologia pulsava velocidade e atiçava os instintos de um novo ritmo, no campo, as notícias de tais aparatos não fizeram diferente, mas adicionaram uma quota de mistério e dúvida entre os mais incrédulos. Desembocava-se, não raro, em um receio quanto ao que se vendia com tamanho alarde nas histórias dos cantadores, sábio receio! Contudo, as posições traziam em comum a intensidade com a qual foram expressas: apostava-se ou descartava-se com o mesmo fervor, e não há que se estranhar caso os ansiosos tenham sido os mais jovens e os cismados aqueles que já carregavam na bagagem o peso do tempo.

As notícias do moderno que chegavam ao mundo rural encantavam e assustavam com a voracidade de uma certeza, o novo tempo viraria tudo de cabeça para baixo. Alegorizada na máquina, a modernização fazia o mundo girar com a força da eletricidade, conferindo velocidade aos acontecimentos e produzindo uma sensação de incerteza quanto ao futuro da sociedade. O fascínio que as cidades produziam quando da chegada da energia elétrica e de todo o aparato mecânico que ela permitia que funcionasse servia à composição de uma hierarquia entre aqueles dois espaços, o mundo urbano se investia de novos significados oprimindo o mundo rural cada vez mais às suas necessidades. Essas fronteiras seriam sentidas pela gente dos dois mundos, que reagiram àquela ordem das coisas das formas mais

variadas possíveis, o desejo da máquina abria as sensações coletivas para a novidade, todavia, os mais velhos tinham ensinado a tratar com mais cuidado o que não lhes era conhecido, havendo uma multidão de caminhos do meio entre esses dois lados da mesma régua (Sevcenko, 1992).

O mundo da oralidade, por meio do qual se falava, caminhava por uma linha muito estreita entre a realidade e a quimera, inscrita pela forma peculiar de levá-la adiante na memória dos cantadores. Em se tratando de um dos principais canais de transmissão de informações que acessavam o mundo rural, não era estranho que ela abrisse mais espaço para a dúvida e que incorporasse no seu interior aspectos de histórias reais, sobretudo quando esses acontecimentos haviam tido lugar em alguma localidade mais distante. Era o caso de Santos Dumont e Augusto Severo, que denunciavam do fascínio que o avião provocava, pairando soberano no imaginário coletivo sobre as demais máquinas. Isso se devia ao seu alcance em velocidade, dimensão que tomou de assalto as emoções daqueles que viveram o século XX, mas também da incrível possibilidade de transitar o céu, sempre marcado de significados que margeavam a vida humana.

Contudo, o que tornou aquele aparato o mais intrigante entre os camponeses por certo fora a lógica geográfica com a qual ele romperá. O campo e a cidade se mediam por um termômetro muito bem acertado, os rendimentos do primeiro em geral definiam os limites do segundo. Como dissera Fernand Braudel (1995[1979]), entre esses dois mundos havia uma divisão de trabalho cujos estremecimentos seriam sentidos de uma ponta a outra. Porém, a máquina que fizera o mundo rodar parecia mesmo ter colocado tudo de ponta a cabeça. Em sua prática de multiplicar a produção, as indústrias abriram um abismo en-

tre o rural e o urbano, abismo que hierarquizava as relações ao passo que assistia o segundo cenário cada vez mais inflado horizontalmente, mas sobretudo verticalmente, na direção celeste: o transporte aéreo aterrissou nesse cenário para confirmar essa pretensa autonomia urbana, despreendendo do mundo rural até a necessidade de conexão com as outras cidades. Era como se a malha citadina criasse *per se* uma nação, destituída dos laços históricos que a enraizava no campo.

A excepcionalidade dos signos do moderno atiçava ainda a memória que circundou o caso do afamado Virissimo da grande barca Minerva. O personagem em questão, sr. Virissimo Barbosa de Souza, vivera no Recife no final do século XIX e aparecera nos jornais de todo o país e em alguns correspondentes europeus entre os anos de 1891 e 1892 por motivo de sua grande invenção: o submarino Minerva. A máquina movimentara as famílias mais abastadas daquela cidade, todas convidadas a comprar ações da Companhia Minerva Progresso de Pernambuco. A engenharia fora motivo de visitas ilustres na oficina do famigerado investidor e, na sequência, de experiências públicas de flutuação (Diário do Comércio, 22 dez. 1891, p.4). O destino daquela invenção permanece fechado nas armadilhas do tempo, mas sobrevive no território marítimo pernambucano, no fundo do mar, uma elevação do solo cujo intrigante nome Submarino Minerva sugere um possível naufrágio, mas nenhuma outra evidência autoriza que esse final ultrapasse os sentidos da suposição.

O que dessa história interessava à narrativa, contudo, era a leitura das possibilidades de ascensão social que a modernização vendia. Santos Dumont e Augusto Severo traziam consigo valores caros à população camponesa, no primeiro a destacada engenhosidade e no segundo a excessiva ousadia, dois lados de

um mesmo termômetro para aqueles que precisavam de uma vida contida, considerando as limitadas condições de produção e sobrevivência. Enquanto isso, Virissimo aparecia como *devenir*, dotado de ares messiânicos. Era como se a população camponesa, apesar das difíceis circunstâncias fundiárias e das promessas pouco atrativas que o futuro apresentava, ainda depositasse alguma esperança na modernização que estava se aproximando: que ela trouxesse alguma fartura para aqueles mundos onde muito ainda faltava. Afinal, os momentos de mudança declarada sempre foram os mais propícios à inversão da ordem social, restava calcular as brechas que apareceriam para a ascensão individual ou de grupo.

UMA CARTOGRAFIA DAS FEIRAS PÚBLICAS NA PARAÍBA

O calendário das feiras, em certa medida, atendia às circunstâncias de um mundo que se desenhava na fronteira do rural com o urbano. No entorno do município de Souza, em cuja sede o mercado acontecia aos sábados, alternavam-se as feiras de São João da Lagoa Tapada, Nazareth, São Gonçalo, Acauã e Lastro (Parahyba-Agrícola, jun.1923). Essas vendas se assentavam a uma posição nem tão próxima nem tão distante uma das outras, dispondo de uma régua conforme a qual os agricultores, deixando o roçado por volta das quatro ou cinco horas da manhã, conseguiam alcançar o povoado em pouco mais de uma ou duas horas de caminhada. A alternância dos eventos respondia a uma necessidade comercial dos agricultores da região, que não conseguindo vender tudo que produziam em um dia, podiam seguir para outra das feiras, ampliando a sua clientela. Mas esse circuito de mercados respondia às redes de sociabilidade mais

próximas que povoavam o universo cultural da população urbana e camponesa. Apostava-se, mais uma vez, na proximidade das relações entre o campo e a cidade, que devia se medir em torno das necessidades recíprocas. Possivelmente, as notícias que circulavam entre essas localidades recorriam a um plano muito mais íntimo do que aquelas que vinham mais de longe. Por essa razão, as experiências dessas pessoas que habitavam o horizonte rural desses povoados eram mais próximas entre si do que em relação às demais porções do estado paraibano e das demais regiões do país.

O que se vendia nas feiras provava a intimidade que perpassava as fronteiras do campo com a cidade. Nas vendas de Alagoa Grande, não podia faltar farinha de mandioca, feijão macassar ou fava, milho, carne ou bacalhau, café e rapadura, ingredientes fundamentais à alimentação de cidadãos e camponeses. A produção de algodão, peles, gado e rapadura, aliás, era tão vasta, que alcançava os índices da exportação. Enquanto isso, a carência de açúcar, álcool, arroz, charque, bacalhau, manteiga, café, farinha de trigo, fazendas e ferragens eram vencidas com as importações, o que fazia desses alimentos e materiais mais caros na região (Parahyba-Agrícola, fev.1922). Em Areia, as circunstâncias eram outras, exportava-se rapadura, café, farinha, feijão, milho e algodão, transigido com o mercado interno, o que implicava no transporte de mercadorias para os vizinhos, a Capital e o Sertão. Para suprir as necessidades do comércio local, importava-se açúcar, fazendas de todos os tipos, arroz, charque, banha, manteiga, ferragens e gêneros de estiva. A população trabalhadora costumava alimentar-se de feijão, farinha de mandioca, arroz, carne, milho, rapadura e café (Parahyba-Agrícola, abr.1922).

À cidade de Santa Rita, importava-se café, sabão, louças, vidro, ferragens, arroz, charque, farinha, querosene, bacalhau e fumo, exportando-se sobretudo açúcar, óleo de baleia, óleo de sementes de algodão e cocos (Parahyba-Agrícola, jul.1922). Observe-se, no entanto, que a constância desses mantimentos nas feiras variava conforme a época do ano. A maior parte dessas culturas atendiam a condições climáticas específicas, o que exigia que a clientela e os agricultores variassem as suas dietas, a exemplo da diversidade de feijões que cultivavam. A alimentação da população camponesa destacava-se pela característica agridoce, a rapadura não podia faltar. O mundo ocidental aprendeu o desejo do doce, atentavam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), com a descoberta da América e consequente ampliação do comércio de açúcar. Com o passar do tempo, os engenhos perderam espaço para as usinas no mercado dos canaviais, mas, àquela altura, a rapadura já fazia parte do cotidiano da gente camponesa, era um ingrediente barato e que conferia um paladar que contrastava com o sabor do feijão, do arroz e da farinha de mandioca. Se existia correspondência entre o que se comia e o que se vivia, então, havia uma amplitude de ferramentas sempre muito áridas que combinadas ampliavam o leque de possíveis reações às mudanças. A população camponesa se descobriu profundamente adaptável às mais variadas condições de existência, mas não sem envolvê-las de muitos dos signos de sua tradição.

As feiras instituía-m-se como um termômetro por meio do qual eram medidas as relações que o campo mantinha com a cidade, informando da relativa proporcionalidade de poder que essas duas ambiências guardavam entre si. Nas palavras de Henri Lefebvre (1999[1970]), tratava-se de cidades políticas e comer-

ciais, munidas da missão de ordenar as funções burocráticas do Estado que se fortalecia, mas que também eram controladas pelos dividendos de uma população rural que as circunvizinhavam e que lhes conferia utilidade pública. Diante das circunstâncias políticas do mundo globalizado, que já batiam à porta do mundo rural paraibano por volta da década de 1920, as cidades e o mundo rural estabeleceram entre si relações de interdependência. Por um lado, a organização política da sociedade agrária muito perderia sem as instituições que a cidade cultivava em seus edifícios, mas por outro era a população camponesa que nos dias de feira enchia a cidade de vida, levando até ela aquilo que a alimentava. Ou, pelos rastros das evidências de Fernand Braudel (1995[1979], p.442):

Não há cidade nem vila que não tenha as suas aldeias, a sua porção de vida rural anexa, que não imponha o seu “*plat pays*” as comodidades do seu mercado, a utilidade das suas lojas, dos seus pesos e medidas, dos seus prestamistas, dos seus juristas, até das suas distrações. Para *existir*, ela tem de dominar um império, por minúsculo que seja.

Todavia, ponderava o autor, “claro que a ampulheta pode inverter-se: as cidades urbanizam os campos, mas estes ruralizam aquelas” (Braudel, 1995[1979] p.446). Nessas circunstâncias, os chefes políticos do mundo rural não só exerciam destacada influência sobre a organização do poder citadino como também eram os excedentes do que se produzia no campo que autorizava o tamanho que a população que essas ambiências poderiam chegar. Com o advento da modernização, porém, a distância entre esses dois mundos foi se acentuando cada vez mais. Em meados dos anos 1920, essas cidades já conviviam com o fantasma do urbanismo, o que implicava em uma vontade da constituição de

uma imagem de si mesma apartada do mundo rural, dotada de hábitos próprios da sociedade burguesa e, portanto, de um ritual de consumo posicionado acima da circunscrição camponesa.

Antes de seguir em direção à urbanidade que essas cidades políticas e comerciais almejavam, no entanto, deve-se notar os caminhos que conformaram esse espaço de pouco mais de um século no qual as cidades do interior do estado paraibano ascenderam em termos administrativos e populacionais. Os povoados que se estendiam pelo interior do continente nasceram dos pousos que os vaqueiros, os bandeirantes e os jesuítas careciam depois de dias inteiros de viagem. Ao longo dessa vastidão de terras muito escassamente ocupadas pelos assim chamados desbravadores portugueses e seus descendentes, de acordo com Laura de Mello e Souza (1997), vigorava o isolamento e a precariedade das formas cotidianas de existência, que juntos imperavam como verdadeiros inimigos da manutenção dos padrões culturais europeus. A escassez de instituições políticas reguladoras e mesmo de clérigos que vigiassem o comportamento dos fiéis em tudo contribuíam para o estabelecimento de um mundo no qual os próprios colonos foram encontrando formas peculiares de sobreviver, adaptando-se às condições naturais do Novo Mundo e de toda aquela gente indígena e negra que habitava e passou a habitar o território.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, as circunstâncias políticas dos povoados mudaram de figura. A presença mais efetiva das câmaras municipais associada ao poder das paróquias constituiu um corpo administrativo que implicou no empoderamento das cidades em sua relação com o campo. Mas demorou algum tempo ainda para que essa régua assumisse uma posição de equivalência. No segundo quartel do

século XIX, com a criação dos cargos de juiz de paz, conforme Miriam Dolhnikoff (2005), as funções atribuídas às autoridades públicas se tornaram mais complexas. Contudo, a influência dos chefes políticos sobre as eleições desses magistrados impedia que os municípios arrematassem para si o controle sobre a ordem social local. Foi, portanto, a partir da década de 1840, com a nomeação dos juízes municipais e dos delegados que as cidades políticas tomaram maior fôlego e passaram a impor com maior assiduidade o valor de suas instituições, mesmo que a força delas poucas vezes ultrapassasse os limites da circunscrição cidadina, o que também implicou em um fortalecimento dos seus mercados pela substituição do comércio dos caixeiros viajantes pelo comércio das feiras. A partir da década de 1920, no entanto, essas relações das cidades com o campo começaram a mudar sua forma.

Todas essas circunstâncias – as relações ora convergentes ora conflituosas entre o campo e a cidade, a modernização das técnicas de produção, armazenamento e transporte das mercadorias e do espaço urbano – se faziam sentir na arquitetura das feiras públicas. Ao observar duas fotografias publicadas na revista *Parahyba-Agrícola* podemos perscrutar algumas diferenças no modo como esses mercados se estabeleciam nos espaços urbanos, bem como os contrastes entre o modo como estavam organizados em cidades maiores e menores. Na primeira delas, tirada em Umbuzeiro, é notável a multidão que toma conta das ruas, com pessoas se esbarrando entre uma tenda e outra, enquanto a segunda, em Guarabira, cidade central no brejo paraibano, estava alocada em espaço mais amplo e tendo os mercadores dispostos com maior disciplina e ordem.

Figura 1: Uma feira - Umbuzeiro - Parahyba do Norte



Fonte: *Parahyba-Agrícola*, dez.1922, p.16

Na imagem da feira de Umbuzeiro, é notável a quantidade de pessoas envolvidas na cena. É certo que o periódico em questão costumava montar as fotografias que publicava, melhor vestindo os seus personagens e procurando os melhores ângulos para que a multidão parecesse um pouco mais numerosa. Apesar dos enquadramentos, o cenário não era o mais propício àquele tipo de manipulação, no máximo estabelecido pela escolha da melhor posição para a câmera e do melhor momento da feira, provavelmente as primeiras horas da manhã. Na fotografia, animais e seres humanos se misturavam, constituindo um cenário marcado pela efemeridade de cada venda. No meio da multidão, alguns sujeitos se faziam ver com os corpos eretos, observando o horizonte, havia mesmo muito para ver e muito para mostrar. Aquela postura, de quem encarava o desconhecido com bravura, aliás, era como uma carteira de identidade, revestida da moral camponesa, por meio da qual os homens faziam a sua honra.

A feira, a propósito, ainda roubava a cena das casas conjugadas, dispostas logo mais atrás na fotografia, as quais foram o cerco do mercado, assegurando a vigilância sobre o que acontecia na rua pública e fazendo lembrar, aos camponeses e camponesas, pelos mais variados marcadores sociais da diferença, quem pertencia àquele mundo e quem não era dali. Ao que parece, o mercado era de fato um cenário acessível a todos: nele havia pessoas trajadas com os tecidos mais claros, alguns dos quais assessorados por uma gravata e um alinhado fraque, que em terras tropicais decerto não possuía outra serventia senão a distinção social, mas também havia aqueles cuja vestimenta de tão usada já estava encardida, marca essa que nem mesmo a baixa resolução do retrato, fixado em uma variação da escala de cinza, conseguia disfarçar. O segundo grupo pode ser encontrado na imagem sempre mais próximo dos burros de carga, usando seus chapéus de palha, mais curvos do que os de linho branco dos homens mais distintos alcançava. Não obstante, provavelmente foram aqueles os seus melhores trajés, a julgar pela importância da ocasião, que superava ao largo o valor das missas domingueiras.

Figura 2: Guarabira – Dia de feira – Estado da Parahyba



Fonte: *Parahyba-Agrícola*, dez.1922, p.3.

A despeito disso, veja-se a feira de Guarabira, localidade onde a modernização marcou presença antecipadamente à regra geral do estado, *vide* o tamanho que a cidade já possuía àquela altura, levando-a a concorrer a aparição dos símbolos do moderno com a cidade da Parahyba, Campina Grande, Cajazeiras, Esperança, Itabaiana, Mamanguape, Patos, Santa Rita, localidades que tinham mais de dez mil habitantes na “zona” urbana. Em comparação à feira de Umbuzeiro, em Guarabira o mercado caracterizava-se por um maior sedentarismo, a medir-se pela presença das vendas no lugar das esteiras que expunham as mercadorias no chão ou ainda no lombo do burro que as havia transportado até ali. Também era destacada a distância que umas vivendas possuíam das outras, atendendo às exigências higiênicas apregoadas pelo poder público, e os mueres de carga ou os animais que eram vendidos, ficavam em posições periféricas. As distâncias, a propósito, atendiam também a uma demanda de controle político da população, que não mais se amontoava em grandes rodas de conversas, ou pelo menos não o faziam com tanta frequência. A dispersão do espaço afastava as

pessoas e dava um caráter de maior impessoalidade ao cotidiano do mercado.

As diferenças entre as duas imagens, apesar das variações com que os ângulos foram escolhidos pelos fotógrafos e possivelmente pela hora da feira, mostram dois universos bastante distintos entre si, organizados de formas diferentes – o primeiro tomado por uma desordem que não se encontra no segundo, no qual há um esforço maior de higienização e organização, o que flerta com o ideal de uma cidade grande e moderna. Na ocasião da virada do século, a arquitetura das feiras públicas passava por mudanças importantes. Em algumas localidades, essas transformações se deram mais rápido que em outros lugares. Mas invariavelmente a uma e a outra, é interessante notar a disputa desses espaços com as boutiques, que despontavam nos maiores centros, como notamos em anúncios da revista *Parahyba Agrícola*, onde se noticiavam modas que chegavam na *Alfaiataria Zaccara* e *Rainha da Moda*, na loja de máquinas *Casa Arens* e em outros armarinhos e importados que prometiam um estilo de vida moderno.

As lojas da cidade destoavam do padrão de compra e venda inventado pelas feiras. A diferença entre os produtos e serviços oferecidos pelos vendedores naquelas duas localidades ultrapassava os limites da mercadoria, incorporando uma série de outros marcadores da diferença. A *Rainha da Moda* gabava-se de ter prédio próprio, denunciando que isso não era comum a todos os estabelecimentos comerciais, e mais, que isso fazia diferença quando os fregueses escolhiam uma alfaiataria para comprar suas vestimentas. As alfaiatarias dividiam espaço, ainda, com as importadoras, as quais vendiam um pouco de tudo, perfumes, cigarros, bebidas, livros, chapéus, tintas, entre outros, cuja di-

ferença estava expressa naquela especialidade criada por tais armazéns, que ao anunciar seu trabalho com produtos importados, criava para eles uma marca, uma particularidade, construída em detrimento dos produtos locais.

Figura 3: Rainha da Moda



Fonte: Paratyba-Agrícola, mar.1922, caderno de propagandas

As feiras públicas também foram cenário para um seguimento de homens, em quantidade menor também mulheres, de ofício que habitavam a intercessão do campo com a cidade. Pertenciam, àquela categoria, os sapateiros, ferreiros, madeireiros, e todos os demais sujeitos que vendiam ofereciam serviços à população rural e urbana, podendo trabalhar ainda mediante o pa-

gamento de diárias em algumas ocasiões para os chefes políticos locais. Esses muitos personagens mantinham relações estreitas com o mundo rural, apesar de habitarem prioritariamente as cidades, ou alguma paragem das estradas, locais de circulação mais fácil de camponeses e camponesas. As mudanças afetariam em muito a vida desses sujeitos, sobretudo no que concernia à concorrência com os produtos modernos, nesse mundo, os sapatos importados e as selas prontas roubavam a sua clientela, como testemunhava o mestre José Amaro, personagem do romance *Fogo Morto*, de José Lins do Rego (1961[1943], p.250):

– Está vasqueiro. Tenho umas encomendas de Gurinhém. Um tangerino passou por aqui e me encomendou uma sela e uns arreios. Estou perdendo o gôsto pelo ofício. Já se foi o tempo em que dava gôsto trabalhar numa sela. Hoje estão comprando tudo feito. E que porcarias se vendem por aí! Não é para me gabar. Não troco uma peça minha por muita preciosidade que vejo. Basta lhe dizer que o Seu Augusto de Outeiro adquiriu na cidade uma sela inglêsa, coisa cheia de arrebiques. Pois bem, aqui estive ela para conserto. Eu fiquei me rindo quando o portador do Outeiro me chamou com a sela. E disse, lá isto disse: “Por que Seu Augusto não manda consertar esta bicha na cidade?” E deu pela sela um preção. Se eu fosse pedir o que pagam na cidade, me chamavam de ladrão. É, mestre Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregação. Eles não querem mais os trabalhos dêle. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o que eu quero.

O mestre José Amaro ria-se do moderno, certo de que aquilo não daria certo, ao passo que se orgulhava do seu ofício, fazendo dele um elemento fundamental à constituição da sua honra. Vinculado ao ofício, dava-se a sua liberdade, diferente dos moradores dos engenhos, ele não respondia a nenhum coronel, mesmo que também não fosse possível dizer que estives-

se estranho ao poder que esses possuíam. Essas características bem diziam do universo de trabalho dos sujeitos de ofício descritos por Edward Palmer Thompson (2011[1963]) no livro *A formação da classe operária inglesa*, as suas experiências estavam estreitamente vinculadas às suas práticas de trabalho, as quais eram transmitidas entre as gerações. Essa relação viva com o ofício, no entanto, ia se perdendo com a concorrência dos produtos industrializados e o conseqüente esvaziamento de seu saber-fazer.

Figura 4: Aspecto de uma feira



Fonte: *Parahyba-Agrícola*, out.1922, p.22

Em meio a esse cenário de mudanças, homens e mulheres do campo lutavam pela sobrevivência. O agricultor representado na feira prepara o seu burro em um dia de trabalho. Os seus trajes, o chapéu de palha e o sapato gasto, aquilo que tinha para comer e o pequeno casebre que dispunha como habitação e celeiro, eram os mesmos dos tempos de outrora. Ficava da imagem uma única novidade, mas que fazia toda a diferença: a câmera.

O camponês cismado a observava ao passo em que continuava o seu trabalho, com o corpo curvo para levantar a cesta. Mas ele por certo deixou-se capturar pela fotografia, roubando a cena com uma pose em nada natural, enquanto abaixava a mão direita levava a esquerda à cintura, mantendo-se esbelto para sair bem na foto. Era isso que a novidade fazia com as pessoas, exigia melhores poses em um jogo de formas que conduzia novas maneiras de reagir e pensar. No entanto, também inspirava vergonha, como no caso do menino à direita, que colocou a mão na frente do rosto, ou desconfiança, como aquele camponês posicionado atrás da cena principal, estrategicamente encostado na parede enquanto vigiava a cena sorratamente. Esse era mesmo o tipo de novidade que se poderia encontrar na cidade, o paraíso do mundo moderno, que a cada feira surpreendia com notícias de um mundo mais acelerado.

OS CONFLITOS QUE ASSOMBRAVAM A POPULAÇÃO PARAIBANA

Nas feiras, a ordem social era o tempo todo testada. Ocorreria, em certa ocasião anterior ao ano de 1934, que João Epaminondas de Souza deferiu três golpes em José Ferreira de Lima, dentre os quais dois o atingiram, provocando dor. A ação rendeu para si a pena de 6 meses, 3 dias e 18 horas de detenção. Contudo, surpreende observar o agravante citado no processo da primeira instância, conforme o qual, teria sido “o delito cometido por motivo frívolo e acintosamente no lugar mais público da feira”¹, argumento que não fazia sentido de acordo com as normas legais, como apontou o procurador geral, mas que imbuía-se do caráter moral da população camponesa, que tornava os eventos

¹ Acórdão n.320 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXXI, f. 3º e 4º, jul. e ago./1934, p.121-123.

públicos ainda mais fortemente agressivos para a moral dos sujeitos. O acontecimento, porém, também era cenário para a ação da polícia, em um raro momento no qual essa conseguia exercer maior controle sobre os agricultores. Os dias do mercado, a propósito, sem dúvida, foram também aqueles nos quais os camponeses e as camponesas se sentiam mais vigiados, fosse pelas instituições estatais, fosse pela população citadina, com seus hábitos mais polidos, ou mesmo pela própria gente do campo, que pela ocasião do encontro conseguia avaliar os comportamentos de um e de outro com maior propriedade.

Constava nos autos que, no dia 12 de fevereiro de 1939, às 17 horas, na vila de São Mamede, município de Santa Luzia, os soldados de polícia Gabriel Lucena e Enoque Ramalho agrediram o proprietário opositor da polícia local Julio Neri e desfecharam contra ele toda a carga de seus revólveres. Mas o atentado não se deu sem luta: “O ofendido era um homem corajoso e reagiu, travando-se luta, da qual saíram mortalmente feridos o agredido e o soldado Gabriel Lucena”. Logo descobriu-se que o acontecido havia sido, em verdade, resultado de um plano “friamente premeditado”, que teve a participação suspeita de pessoas de destacada importância social, nomeadamente Manuel Alves da Silva, vulgo Manuel Caroca, João Alves da Silva, vulgo João Caroca, José Bonifacio da Silva e Antonio Luiz de Lima, juntamente ao Dr. Alcino de Medeiros Leite e o sargento da força policial Feliciano Cabral de Sousa, os quais responderiam como mandantes e autores intelectuais do crime.

O crime foi estrategicamente pensado para um dia de feira, o qual faria com que tudo parecesse resultado do ímpeto das circunstâncias. O soldado Gabriel Lucena já havia alguns dias que provocava o seu desafeto, esbarrando em seu braço quando

o outro saíra da missa com a família e tendo o chamado por “boi” certo dia na barbearia. A prova disso era que duas horas depois do evento, o sargento Feliciano Cabral trancou na prisão o pai de Julio Neri e outras pessoas chegadas a ele, ameaçando surrá-las com duas virolas que foram deixadas de molho em um recipiente. Porém, o plano foi traído pelos ferimentos que também um dos soldados de polícia sofreu, não levando a termo o assassinato do seu concorrente. A partir de então, os réus se empenharam no cerceamento da vila, recrutando a força policial, armando civis e intimando *chauffeurs* no propósito de impedir que Julio Neri fosse removido para a cidade de Patos, onde poderia fazer o exame de corpo delito².

Com a ampliação dos poderes das instituições citadinas e do comércio, portanto, os chefes políticos trataram de reinventar os seus instrumentos de mando, investindo das formas de sociabilidade que o cotidiano das cidades inventava para projetar formas laterais de manter velhas práticas. Já não era cabível mandar que os jagunços matassem o desafeto político em praça pública, mas não faltavam vínculos com delegados e juízes nomeados para assegurar a hegemonia regional, conferindo legitimidade a velhas práticas, mesmo que essas já não precisassem de tanto disfarce para que fossem executadas. O poder de mando do mundo rural continuava, portanto, marcando presença no espaço das cidades, mesmo que os instrumentos para isso tivessem mudado radicalmente.

As feiras ocupavam um espaço fundamental na vida de toda a gente na virada do século XIX e início do século XX. Era nesse espaço, com o objetivo primeiro de promover o comércio

² Acórdão da apelação criminal n.46, da comarca de Patos. Consultado na *Revista do Fôro*, n.35, mai./1940. p.22-27.

de mercadorias, que as pessoas do mundo rural e urbano se encontravam, trocavam notícias, atualizavam suas referências do mundo. Através dos folhetos pudemos ver como essas referências culturais da época e de outros tempos se entrecruzavam no imaginário dessa gente, que compartilhavam, por meio das histórias, formas de entender o passado e o futuro. Além disso, era também nas feiras que o moderno se apresentava, com os seus encantamentos, mas também com os seus desencantos – o caminhão que dinamizava a economia das feiras era o mesmo que atropelou o vaqueiro que há anos cumpria o seu ofício.

REFERÊNCIAS

Fontes

Diário do Comércio. Recife, 22 dez. 1891. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Parahyba-Agrícola. Parahyba, 1922-1923. Consultada no Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

Revista do Foro. Parahyba, 1906-1940. Consultada no Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

CRUZ, Antonio da. *História da Máquina que faz o mundo rodar*. Guarabira, PB: Typ. D'A Luz, 1921.

REGO, José Lins do. Fogo Morto. In: REGO, José Lins do. ***Água Mãe/Fogo Morto***. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961[1943].

BIBLIOGRAFIA

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII, v.1: As Estruturas do Cotidiano*. Tradução de Telma Costa. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995[1979].

BURITY, Luiz Mário Dantas. *Tempos misteriosos: uma história da população rural pelas estradas do mundo moderno* (Paraíba, 1932-1962). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Global, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999[1970].

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada, v.1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. p.41-81.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa v.1: A árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottmann. 6 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011[1963].

AS CONTRIBUIÇÕES OITOCENTISTAS NA EGIPTOMANIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA NA PARAÍBA¹

Wanderson Alberto da Silva

O ensino de história no século XIX no Brasil, a partir de uma vertente Positivista, teve nos governantes do Império os representantes que trouxeram elementos da cultura internacional que serviam como modelo de um projeto civilizatório².

Para as elites imperiais, as razões e os motivos da civilização tornaram-se, ao longo do século XIX, uma obsessão a ser perseguida para a **superação de todos os males** e problemas do país, dentre eles, **a forte presença africana** na aparência da população e em seus costumes (Abreu, 2002, p. 141-142. Grifos nossos).

Reflexo desse processo pode ser percebido no tipo de discurso que é reproduzido, ainda hoje, nos livros didáticos e nas salas de aulas. Muito embora, desde o ano de 2003, com a promulgação da Lei de n. 10.639, o ensino de história tenha passado por novas perspectivas, que levou a questionamentos urgentes/tardios sobre as origens e influências da africanidade. Tanto no que diz respeito a multiculturalidade africana, quanto ao Egito como sendo um país da África.

1 Artigo retirado da dissertação *História, a Gente Aprende Vivendo: o ensino da história egípcia entre a prática em sala de aula e a Proposta Curricular do Novo Ensino Médio da Paraíba (2016-2021)*, defendida no PPGH/UFPB em agosto de 2023.

2 Para esclarecimentos ver: SCHWARCZ, Lília. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; ELIAS, Norberto. *O Processo Civilizador*. Vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Por conseguinte, o artigo tem por objetivo analisar os reflexos da Egiptomania³ e suas associações ao ensino de História Antiga na Paraíba, a partir do Currículo⁴ vigente do Ensino Médio do Estado.

Para tanto, dialogamos com as produções de Raisa Sagredo, no texto “Problematizando fronteiras e africanidades: o caso do Egito antigo (2018), no tocante à temática raça e etnicidade, (des)africanização e memória do Egito Antigo”; e Raquel Funari, em especial no texto intitulado “A África antiga no Ensino de História”, produção de 2018. Esta elucida que

a intensão não é isolar os elementos africanos dos outros, mas mostrar como diversas características africanas estão presentes na civilização egípcia e, também por isso, tiveram tanta acolhida em outras partes do mundo (Funari, 2018, p. 199).

Assim, Funari argumenta que a Antiguidade africana pode (e, deve) ser retratada no ensino de forma mais complexa, aprofundada e inspiradora, apontando que desigualdades como o racismo e as múltiplas discriminações podem estar relacionadas a uma visão limitada sobre a África, construídas a partir de experiência modernas.

Ademais, segundo Sandra Pesavento,

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou

3 Entendendo que Egiptomania “é a reinterpretação e re-uso de traços da cultura do Antigo Egito, de uma forma que lhe atribua novos significados” (Bakos, 2004, p. 10).

4 O Currículo vigente do Ensino Médio Estado da Paraíba, conhecido como Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba – PCEM/PB, disponível em <https://pbeduca.see.pb.gov.br/> foi elaborado por um grupo de professores efetivos do Estado, dentro do programa ProBNCC, e teve como coordenador de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Wanderson Alberto da Silva, assim com a autoria dos textos introdutórios sobre *Processos Metodológicos e Avaliações da Aprendizagem*, homologado em maio de 2021.

enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. [...] Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças (2008, p. 41).

Dessa maneira, refletiremos sobre a representação do Antigo Egito na Paraíba, tendo como foco de análise a Egiptomania, presente no cotidiano, nos espaços urbanos, a exemplo de obeliscos, pirâmides, nomes egípcios, entre outros; e nas práticas de ensino, com a utilização de recursos midiáticos.

A partir da descoberta da Pedra de Rosetta⁵, no final do século XVIII, e a consequente decifração dos hieróglifos no início do XIX, proporcionaram o nascimento da Egiptologia moderna.

A Egiptologia que até então engatinhava, se difunde e ganha status de ciência tornando-se, então, um novo saber a ser inserido no vasto campo do conhecimento humano. A partir do momento em que o estudo do Egito passou a ter um caráter científico, os discursos que versavam sobre os hábitos, costumes, religiosidade e política praticados pelos antigos egípcios ganharam legitimidade e autoridade quase incontestáveis (Camara, 2002, p. 81).

Para tratar da Egiptomania no Brasil precisamos nos reportar ao período imperial (1822-1889), e o fascínio que a família real tinha pelo Antigo Egito. Inicialmente devemos lembrar da figura de D. Pedro I, pois foi no seu governo que as primeiras peças da coleção egípcia foram adquiridas. Vale ressaltar que essas

⁵ A Pedra de Rosetta é a maior parte de um fragmento de uma estela de basalto negro (114 cm de altura e 72 cm de largura), descoberta durante a ocupação napoleônica, em El-Rashid, próximo à Rosetta, a 56 km de Alexandria. Com a derrota da França para as forças britânicas, foi levada para a Inglaterra e atualmente está no British Museum, em Londres. (Pereira, 2016, p. 41).

peças, mais tarde, vão compor o acervo do Museu Nacional⁶. Na coleção, algumas peças se destacavam:

55 estelas e baixos relevos, 15 sarcófagos e fragmentos, 81 estatuetas votivas e funerárias, 216 ushabtis, 29 múmias, 54 amuletos, símbolos e escaravinhos, 5 papiros, 69 miscelâneas e mais 100 objetos e bens funerários (Bakos, 2004, p. 18).

Portanto, o Egito chegou materialmente em terras brasileiras com D. Pedro I, que certamente apreciava o poder absoluto dos faraós, assim como outros governantes do seu tempo, que também tinham interesse no Egito.

Prova disso foi a criação autoritária da nossa primeira Constituição, centralizadora e outorgada em 1824, impondo o poder supremo ao imperador através do Poder Moderador, acima do Legislativo, Executivo e Judiciário. Além disso, todo seu poder era legitimado pela Igreja Católica (Funari, 2003). Alguma semelhança com a teocracia egípcia faraônica?

Embora o Brasil fosse oficialmente um país católico (e outras religiões não eram reconhecidas), a elite imperial mantinha relações com os maçons, para eles as iconografias egípcias tinham um papel central. Durante o período imperial, a influência do estilo egípcio não atingia pessoas comuns, já que a maioria dos habitantes do país eram escravos, analfabetos, camponeses pobres e trabalhadores (Funari, 2003, p. 35).

Ainda no século XIX, outro personagem de relevância para o crescimento dos estudos do Egito no Brasil, o imperador D. Pedro II, não apenas estudava sobre o Antigo Egito, mas che-

6 “O Museu é uma instituição autônoma, integrante do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Educação que completou 200 anos em 2018.” Disponível em: <<https://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

gava a discutir com autoridades da Egíptologia internacional, realizando duas viagens à terra dos faraós.

Em sua primeira viagem ao Egito em 1871, após visitar os locais bíblicos do Suez, foi ao Cairo para saciar seu desejo de conhecer o complexo de Gizeh e “escalou a pirâmide de Quéops, a maior delas, em 25 minutos” (Bakos, 2004, p. 20). O imperador era um apaixonado pelo Egito e se encontrou com egiptólogos para debater a respeito de suas impressões. Na segunda viagem, em 1876, teve o cuidado de registrar vários detalhes em um diário em francês, que foi encontrado após a sua morte numa gaveta de uma mesa, em sua residência, deixando “notas com impressões pessoais e pertinentes observações relativas a questões de egiptologia” (Bakos, 2004, p. 20).

O imperador não trouxe apenas centenas de peças originais presenteadas pelo governo egípcio, mas a paixão por aquela terra que distante pelo Atlântico e Mediterrâneo, contando até 60 dias só de ida, despertou ao mesmo tempo o interesse pelo assunto Antigo Egito na sociedade brasileira e o incômodo por ter um chefe de estado governando do exterior por vários meses.

Encantado com o Velho Mundo, o imperador voltava ao Brasil após dez meses de ausência, e sua chegada foi marcada por dúvidas e tensões. Índice dessa situação é o aparecimento de uma série de caricaturas que descreviam um “Pedro Banana”, ridicularizavam as viagens do monarca ou criticavam seu pouco interesse pelos negócios de Estado (Schwarcz, 2009, p. 42-43).

Podemos imaginar como devia ser difícil manter os contatos por correspondências a longa distância na segunda metade do século XIX. Por conseguinte, entendemos a impaciência com a ausência do imperador, que mesmo deixando representantes

no governo, parecia mostrar mais interesse nas questões referentes às suas viagens, que para muitos eram irrelevantes naquele momento.

Concordamos com Schwarcz (2009), pois a rica experiência do imperador D. Pedro II nas terras faraônicas não foram percebidas de imediato pela sociedade, recebendo muitas críticas nos jornais – principal mídia daquele tempo. Muito embora, podemos considerar que foi graças à iniciativa de D. Pedro I, com as primeiras peças para a criação do acervo egípcio do Museu Nacional, que recebeu por décadas, até o dia do catastrófico incêndio de 2 de setembro de 2018, centenas de alunos de escolas e universidades, que puderam ter acesso aos objetos vindos direto do país do Nilo. Ademais, o legado do seu filho, D. Pedro II, no campo da Egiptologia, é respeitado inclusive pelos conhecidos estudiosos da época, assim como egiptólogos posteriores. Portanto, essas contribuições são passos iniciais para uma trajetória que entraria nos currículos de História e que seriam levados à sala de aula posteriormente.

Precisamos continuar oportunizando estudantes a mergulharem nas culturas do passado, sobretudo, nas nossas origens ancestrais africanas e indígenas, com a prática docente dessa temática garantida de acordo com as Leis 10.639/03 e 11.645/08⁷:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá

⁷ Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm em 07 de abril de 2023.

diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos **negros e dos povos indígenas no Brasil**, a cultura **negra e indígena brasileira** e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Planalto, 2008. Grifos meus).

O ensino da história do Egito, como uma civilização africana está nesse contexto, e tem sido trazido para a discussão acadêmica recentemente em âmbito nacional. Já na Paraíba não há, ainda, uma história contínua de produção acadêmica com ênfase em trabalhos dedicados à pesquisa e ao estudo do ensino do Antigo Egito. Nas nossas pesquisas constatamos que apenas dois trabalhos se desatacaram a partir de perspectivas distintas, a temática da Literatura, na dissertação de Victor Braga Gurgel (2020), e sobre o Teatro, na tese de Lúcia Gomes Serpa (2021).

A EGIPTOMANIA NA PARAÍBA

Atualmente, quando fazemos uma busca on-line, a partir de palavras-chaves como **Egito, ensino, história, Paraíba**, encontramos tantas portas, ou melhor, sites sobre Antigo Egito, que a maior preocupação nem é mais tanto se vamos encontrar algo, mas qual a qualidade do que podemos encontrar, pois a vastidão de assuntos na rede de comunicação digital também chegou a uma imensidão inimaginável e, em todas as línguas do planeta.

Na capital paraibana existe um monumento, no centro da Praça da Independência, inaugurado no dia 07 setembro de

1922, na comemoração do Centenário da Independência do Brasil. Segundo Lopes e Possebon (2014):

O obelisco nesta perspectiva comunica a importância do momento, atraindo a força de uma representação que segundo a escolha se equipara ao fato homenageado. Outro aspecto importante, diz respeito ao valor simbólico para o momento mencionado na praça e também à intenção entre os Egípcios, no primeiro a independência e no segundo a expressão do Absoluto. (2014, p. 108)

Figura 5: Obelisco de Praça da Independência em João Pessoa, PB



Fonte: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/09/07/obelisco-de-praca-em-joao-pessoa-e-marco-das-comemoracoes-de-100-anos-da-independencia-do-brasil-diz-historiador.ghtml>. Acesso em 31 out. 2022.

Uma tradição inventada, como chama a atenção Fabrício Morais, a partir de uma apropriação simbólica do Antigo Egito atuando como ressignificação histórica, que reforça a relação “entre a história, a memória e a nação” (2022, p.223), nesse contexto das festas comemorativas ao Centenário da Independência. Uma festa organizada pelo Estado para reforçar o sentimento de identidade e a relação com a nacionalidade e, porque não a *paraibanidade*, pois “quanto mais profundas forem suas raízes, mais forte será a árvores da identidade nacional” (Morais, 2022, p.22).

Dando continuidade às comemorações do Centenário da Independência, observamos outra representação da Egíptomania no Estado da Paraíba. Um obelisco, localizado na cidade de Picuí, no Cariri paraibano, a 226 quilômetros do monumento citado anteriormente. Vale ressaltar, que este monumento foi aberto em sua base e colocado uma cápsula do tempo em setembro de 2022⁸.

Na Paraíba, além dos obeliscos de João Pessoa e de Picuí, encontramos um obelisco de concreto armado, de 45 metros de altura, inaugurado em 1975, no Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), em Campina Grande. Em Bayeux⁹, cidade vizinha a João

8 A lenda urbana do município de Picuí, sobre a existência de uma cápsula do tempo que teria sido colocada em sua construção foi desconstruída, pois não foi encontrado nenhum resquício da mesma. Muito embora, as autoridades locais decidiram junto à população e colocaram uma cápsula do tempo e só poderá ser aberta em 2122, contendo livros e trabalhos acadêmicos de autores picuienses, cartas dos alunos da rede pública de ensino e população em geral e um aparelho celular com gravações do momento da abertura do monumento. Disponível em: <https://www.picui.pb.gov.br/portal/noticias/geral/obelisco-da-independencia-e-aberto-e-prefeito-de-picui-e-equipe-tecnica-inserem-em-seu-interior-nova-capsula-do-tempo>. Acesso em: 01 nov. 2022.

9 O jornalista Assis Chateaubriand sugeriu ao interventor do estado, Rui Carneiro, a mudança do nome de Barreiros para Bayeux, em homenagem à primeira cidade francesa (homônima) que foi libertada pelos aliados em vitória ao exército nazista na Segunda Guerra Mundial em 1944. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/bayeux/historico> >. Acesso em: 28 out. 2022.

Pessoa, ergue-se na Praça 6 de junho, um obelisco colocado sobre 5 quilos de areia trazidos da França. Em Areia, município tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 2006, a 130 quilômetros de João Pessoa, há também um obelisco.

Outros exemplos de Egiptomania podem ser notados na capital da Paraíba, como as pirâmides de vidro e metal da Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis); a Construtora Pirâmide, que em cada um dos seus edifícios também levam o nome Pirâmide; o Hotel Solmar Quality, na praia de Cabo Braco, que tem no topo duas imagens de pirâmides e na sua entrada uma escultura do artista Zé Ferreira que representa um faraó; túmulos em forma de pirâmide nos cemitérios e nomes de casas comerciais e educacionais com pirâmides, como a logomarca da Faculdade Facene/Famene (Lopes; Possebon, 2014).

E, mais recentemente, em 30 de novembro de 2022, foi inaugurado o Pirâmide Shopping Tambaú, com formato escalonado em seu topo, na Avenida Nego, a 100 metros do mar. Não podemos esquecer que túmulos em forma piramidal são constantemente encontrados nos cemitérios da Paraíba e de todo o país. Apenas para registro, no Centro da capital paraibana, na Avenida General Osório, podemos observar duas esfinges, com estilizações provenientes do estilo ptolomaico, compondo a fachada da loja maçônica Branca Dias.

Assim como as representações dos monumentos da Egiptomania na Paraíba, percebemos que outros fatores despertam interesses nos estudantes, no conteúdo de História Antiga, durante o Ensino Médio, como por exemplo, “filmes, desenhos animados, revistas em quadrinhos, programas de televisão a cabo

e canais comerciais” (Funari, 2004, p. 3-4). Acrescentemos aqui, os materiais audiovisuais disponíveis pelo fácil e rápido acesso à internet, com uso de inúmeros aplicativos e os canais do YouTube, que dispõem de quase todos os exemplos que citaremos a seguir.

Assim como o cinema, outros meios de comunicação de grande disseminação pública contribuíram para o contato contemporâneo com a arte, a história e a cultura da sociedade nilota¹⁰. Podemos citar as telenovelas da TV Record: *José do Egito* (2013), *Os Dez Mandamentos* (2015-2016), *A Terra Prometida* (2016-2017) e *Gênesis* (2021). Vale ressaltar que essas novelas têm um cunho mais religioso, tendo como inspiração as histórias escritas na Bíblia, que acabam por levar o público a acreditar que a história se passou “exatamente” daquela maneira que é contada na televisão.

Nessas minisséries e telenovelas, não é o caso apenas de inverdades estéticas como as pinturas de hieróglifos aleatórios dos cenários, como as vestimentas femininas decotadas e suas cores exuberantes, mas até infidelidades aos relatos bíblicos. E, quando questionados sobre a veracidade das fontes históricas que se pautaram para tais construções, procuram justificar com a tão famosa e escorregadia saída da “liberdade poética”. A exibição em TV aberta, em horário nobre, de uma emissora “pertencente ao bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, a Rede Record”, tem certamente algumas intenções, como “vender ideias e evangelizar, sem compromissos éticos,” portanto, “[...] temos aqui um problema além da representação, e sim um problema que abrange o campo da mnemohistória que se quer legitimar, e que possui implicações políticas e sociais seríssimas...” (Sagredo, 2015, p. 4-9)

¹⁰ Termo utilizado para se referir ao povo que habita as margens do rio Nilo.

Também temos animações como: *Os Jovens Titãs em Ação*, da Cartoon Network (Ep. 25, Temp. 3, 2016); *Scooby-Doo, Entrando na Tumba da Múmia* (2003); *Scooby-Doo, Cadê minha Múmia?* (2005); *Scooby-Doo da Playmobil, As Aventuras no Egito* (2020). Essas produções costumam reforçar o exotismo e que perdura desde o século XIX, como maldições e mistérios envolvendo múmias, esfinges e pirâmides.

Muitos jogos populares contribuem para a disseminação de elementos do Antigo Egito, como *Minecraft: Scooby-Doo, A Múmia do Egito*, da série *Minecraft Machinima* (Episódio 7). E não podemos deixar de mencionar a *Egyptian Melodies*, que é um curta-metragem animado da Silly Simphonies, de 1931, produzido por Walt Disney e dirigido por Wilfred Jackson, que inspirou futuras gerações.

No caso específico do filme *Deuses do Egito* (2016), do diretor Alex Proyas, o historiador Souza Neto (2019, p. 20), ensina que “o cinema tem sido, desde as primeiras décadas do séc. XX, um poderoso construtor de consciência histórica” e, mesmo que as produções sejam claramente obras de ficção, enunciadas pelos seus respectivos autores, essa mesma inveracidade pode, para muitos, significar “verdade” histórica antepassada.

Vemos nesse exemplo o perigo de fazer mal uso do cinema como instrumento de formação imagética no âmbito educativo, já que neste longa-metragem, há claramente o reforço do discurso eurocêntrico, com personagens principais (humanos e deuses), em sua maioria, brancos dominadores, detentores do saber, do poder sobre toda a sociedade. Ou seja, “exibe uma imagem do Egito repleta de elementos imperialistas e racistas, que precisam ser debatidos pelos profissionais de história” (Souza

Neto, 2019, p. 20). Além disso, “[...] dos mais comerciais e descomprometidos, aos mais sofisticados e ‘difíceis’, os filmes têm sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar” (Napolitano, 2003, p. 12), e porque não, desenvolver uma consciência crítica nos estudantes sobre a formação cultural imperialista pós-napoleônica no Egito?

[...] tendo o professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre emoção e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar. Este é o desafio. (Napolitano, 2003, p. 15)

Mesmo com distorções cinematográficas ou nas demais mídias de exibição pública, o Egito foi trazido à tona para um público sem número. E a partir daí, muitas pessoas despertaram interesse em pesquisar e até aprofundar estudos sobre aquele povo. Essa popularização chegou e, chega ainda, nas salas de aula, muitas vezes por indagações como ‘quem e como construíram as pirâmides?’, ‘qual era a maldição do faraó?’, ‘para que eles mumificavam os corpos dos mortos?’ e muitas outras questões.

Ainda que o professor não planeje suas aulas com recursos audiovisuais para ilustrar a história egípcia, certamente os estudantes trazem em sua memória imagética paisagens, monumentos, ruínas, templos, pirâmides, esfinges, múmias, só para citar alguns exemplos. Sendo assim, nota-se o quanto é importante valorizar o repertório cultural presente na vida cotidiana de cada estudante da sala de aula, pois sua experiência com o assunto daquela civilização pode ser frutífera,

José Antônio Novaes da Silva (2018), ao analisar a Lei 10.639/2003, a partir de releituras de aspectos referentes ao An-

tigo Egito até hoje no nosso cotidiano, discute sobre a presença dos elementos dessa civilização em algumas cidades da Paraíba, como obeliscos e pirâmides em praças e cemitérios, como apontamos anteriormente. Esta presença contribui para que a temática adentre a sala de aula, propiciando um diálogo com a Lei 10.639/2003 e assim, “o ensino de História tem merecido atenção crescente, em particular pelo fato de formar os futuros cidadãos” (Funari, 2018, p. 201).

Consideramos salutar, em especial ao professor de História, saber que:

À lei 10.639/2003, seguiram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas por parecer e resolução, ambos emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano seguinte, em 2004, a saber, Parecer CNE/CP n.º 3/2004 e Resolução CNE/CP n.º 01/2004 (Mariz, 2021, p. 21).

De acordo com a lei 10.639/2003, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

No Art. 26-A, temos:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de

Literatura e História Brasileiras. (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 16 jun. 2023. Grifo do original).

Complementando, o Conselho Nacional de Educação – CNE, no ano seguinte, estabelece que “o ensino de Cultura Africana abrangerá as contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidentais” (Parecer CNE/CP n.º 3/2004: 12 *apud* Mariz, 2021, p. 21). Tais atos do Poder Legislativo, na esfera inclusiva dos conhecimentos acerca da África e do Egito contido nela. Aos professores e estudantes a possibilidade de “conceber o Egito como múltiplo e dinâmico é ter sensibilidade para perceber esses aspectos que são parte constitutiva da grandiosidade de seus legados, em termos culturais e em termos arqueológicos” (Sagredo, 2023, p. 268).

Muito embora, esses marcos legais acima não indicam sequer de quem se trata a incumbência de formação dos profissionais que já estão atuando em sala de aula na educação básica. Do mesmo modo, não define “criteriosamente como esse processo ocorrerá na Educação Superior, nem mesmo para os cursos de Licenciatura em História” (Mariz, 2021, p. 21). Portanto, concordamos com Sagredo quando afirma que: “como historiadores, nos cabe zelar para que as reflexões ocorridas no âmbito da historiografia estejam presentes no ensino e que não constituam um hiato entre a academia e a escola” (2023, p. 268).

Discussão nos faz pensar e questionar acerca da situação do Ensino Médio, como fica? Quais as últimas mudanças ocorridas e sugeridas nesse campo das leis a nível nacional e, principalmente, no tocante à história do Antigo Egito no Ensino Médio da Paraíba?

Essas problematizações foram apontadas no Currículo da Paraíba, principalmente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A PCEM/PB aponta que o ensino de História precisa estar alinhado às atuais discussões de decolonialidade e reconhecimento de nossas origens afrodescendentes, é importante lembrar que o ensino precisa partir da realidade local do estudante para estimular o sentimento de pertencimento do mesmo nas próprias práticas estudantis.

Lembrando, como assevera Borges e Rodrigues, que o ensino de História é complexo e, portanto, cabe ao professor:

a responsabilidade de desenvolver um aprendizado que possa contribuir para a formação do pensamento crítico e reflexivo. A sala de aula não é apenas um espaço de transmissão de informações, mas sim de relação dos interlocutores que constroem sentidos (2013, p. 13).

Por conseguinte, nesse lugar de pesquisador do ensino de História, percebemos que a presença de símbolos representativos da Egiptomania na Paraíba, assim como os diversos elementos constitutivos da memória na educação midiática sobre o Antigo Egito e africanidades, contribuem para a propulsão da aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio. Dessa maneira, desfrutamos do sentimento de viajar no curso das experiências docentes de sala de aula, nessa tão prazerosa “aventura trabalhosa” que passamos enquanto professores. Sabendo que “fazer história é uma prática”, como diria Certeau, (2011, p. 64), acreditamos que “todos aqueles que desejam aprender neste Templo¹¹ terão que passar” por inúmeras vivências. Pois, “na sala de aula se realiza um espetáculo cheio de vida e de sobressaltos. Cada aula é uma aula” (Schmidt, 2019, p. 56).

¹¹ Utilizamos neste trecho o termo Templo, não de maneira religiosa, mas metaforicamente, como um ambiente que simbolize esse espaço-tempo do professor de História.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. *Civilização*. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p.141-143.

BAKOS, Margaret (Org.). *Egiptomania: o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

BORGES, Cláudia C. do Lago; RODRIGUES, K. S. N. *Teoria, método e produção didático-pedagógica no ensino de pré-história*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

CAMARA, G. M., *Narrar e Dominar: Algumas representações do Antigo Egito realizadas pela França e pela Inglaterra na primeira metade do século XIX*. PUC-Rio, 2002.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FERREIRA, Lucas dos Santos. *Antiguidades Egípcias: o comércio e as leis de proteção das heranças faraônicas*. In: *NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade*. Núcleo de Estudos da Antiguidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

FUNARI, Raquel dos Santos. *Imagens do Egito Antigo: Um estudo de representações históricas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FUNARI, Raquel S. *A África antiga no Ensino de História*. In: *Heródoto*. Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 2, dezembro de 2018, p. 194 – 204.

GURGEL, Victor Braga. *Ensino e Memória: uma perspectiva a partir de textos literários egípcios do Reino Médio*. Dissertação

(Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

LOPES, Kelly Thaysy Cabral; POSSEBON, Fabrício. *Egiptomania: o Egito em João Pessoa*. *Revista Mundo Antigo*, Ano III, v. 3, n. 06. João Pessoa, 2014.

LOPES, Nei. *Dicionário da Antiguidade Africana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARIZ, Silviana Fernandes. *Por um currículo afrodiferenciado de história antiga e medieval*. Brathair, Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. UFC: 2021.

MORAIS, Fabrício de. *Pátria Nossa de Cada Dia: o sesquicentário da independência e a construção na nação*. São Paulo: Dialética, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo : Contexto, 2003.

PEREIRA, Ronaldo Guilherme Gurgel Pereira. *Gramática Fundamental de Egípcio Hieroglífico para o Estudo do Estágio Inicial da Língua Egípcia (de ca. 3000 a 1300 a. C)*. Lisboa: Chiado Editora. 2ª edição, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAGREDO, Raisa. *Egípcios Negros ou Brancos? Uma pesquisa sobre a memória do Egito antigo*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

SAGREDO, Raisa. *Problematizando fronteiras e africanidades: o caso do Egito antigo*. In: SILVA, Semíramis Corsi; ESTEVES,

Anderson Martins (Orgs). *Fronterias Culturais no Mundo Antigo: Ensaios sobre Identidades, Gêneros e Religiosidades*. Rio de Janeiro: Ed. Letras/UFRJ, 2018, p. 15-27.

SAGREDO, Raisa. (Re)Pensando o Egito em sala de aula: estratégias e metodologias decoloniais. *Revista História Hoje*, v.12, n.º. 24. Florianópolis: UFSC, 2023, p. 253-273.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

SERPA, Lúcia Gomes. *Em busca de Osíris: o Mistério no Antigo Egito*. 2021. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12. Ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019, p. 54-66.

SILVA, José Antônio Novaes, da. *Os/as remetú-kemi: O povo que construiu as pirâmides*. In: GARCIA, Maria de Fátima. *Africanidades, Afrobrasilidades e Processo (Des)Colonizador: contribuições à implementação as Lei 10.639/03*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, p. 306-340.

SILVA, Wanderson Alberto da. *1.3.1 Processos Metodológicos*. In: Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba. João Pessoa: SEECT, 2021, p. 29-33.

SILVA, Wanderson Alberto da. *1.3.2 Avaliação de Aprendizagem*. In: Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba. João Pessoa: SEECT, 2021, p. 34-38.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. *Deuses do Egito (2016): uma narrativa fílmica da civilização branca*. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 16, agosto, 2019.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Ana Elizabete Moreira de Farias

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Baixo-CE.

Ariane Norma de Menezes Sá

Doutora e Mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Courtney J. Campbell

Doutora e Mestre em História pela Vanderbilt University. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Francês e Espanhol pela University of Michigan. Professora de História Latinoamericana na Universidade de Birmingham.

Dayana Raquel Pereira de Lima

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e das Práticas de Educabilidade no Mundo Ibero-Americano (GHEPEMI) e do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Gerlane Farias Alves

Doutoranda em Ciência da Informação e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Itacyara Viana Miranda

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Janyne Paula Pereira Leite Barbosa

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Laércio de Araújo Sousa Júnior

Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Lays Regina Batista de M. M. dos Santos

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Lis de Araújo Meira

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) e da Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa (SEDUC). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Luiz Mário Dantas Burity

Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre e Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE). Pesquisador da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Maria da Vitória B. Lima

Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

Maria Larisse Elias da Silva

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Nayana R. C. Mariano

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Serioja R. C. Mariano

Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Solange Rocha

Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

Thais Gabrielle de Aguiar Mendes Prazim

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Thaise de Sousa Araújo

Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Thayná Cavalcanti Peixoto

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Vanessa Costa Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Wanderson Alberto da Silva

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professor da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

Yan Soares Santos

Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e das Práticas de Educabilidade no Mundo Ibero-Americano (GHEPEMI) e do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

